HERMÍNIA MARIA DE VASCONCELOS ALVES VILAR

VIVÊNCIA DA MORTE
NA
ESTREMADURA PORTUGUESA
(1300 - 1500)

LISBOA

1990

HERMÍNIA MARIA DE VASCONCELOS ALVES VILAR

A VIVÊNCIA DA MORTE NA ESTREMADURA PORTUGUESA (1300 - 1500)

FAC. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
23 NOV 1990
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

Dissertação de Mestrado de História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

LISBOA

1990

32289

ABREVIATURAS UTILIZADAS

1 - ARQUIVOS

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

2 - NUCLEOS

C.R. - Corporações Religiosas

Cp. 25 - Compartimento 25

3 - OUTRAS

Cf.- confronte

doc. - documento

fl./fls. - fólio/fólios

Lº - Livro

m - Maço

nº - Número

p./pp. - página/páginas

s/d - sem data

vol. - volume

NOTA PRÉVIA

NOTA PREVIA

O estudo que a seguir se apresenta subordinado ao tema "**A vivência da morte na Estremadura portuguesa (1300 - 1500)**", teve a sua génese no âmbito do Seminário "Pobreza, Assistência e Morte", orientado pela Professora Maria José Pimenta Ferro Tavares, no Mestrado de História Medieval da Universidade Nova de Lisboa.

Embora o tema, se revelasse, desde a primeira hora, atractivo e apaixonante, várias foram as dificuldades com que nos deparámos, ao longo da sua elaboração, e, muito especialmente, na sua fase inicial.

A opção por um tópico historiográfico onde as lacunas são, ainda, enormes e os estudos reduzidos, revelou-se, por vezes, se não desmotivante, pelo menos, eivada de dúvidas, nomeadamente, ligadas ao universo documental disponível para este tipo de análise.

Com efeito, a ausência duma documentação semelhante à utilizada em outros estudos, sobretudo franceses, sobre esta temática, impossibilitava uma aplicação aprioristica de qualquer modelo comprovado nessa historiografia, obrigando, ao invés, a um trabalho demorado de delimitação do universo documental.

Na verdade, uma das primeiras questões que se nos colocaram teve, directamente, a ver com o tipo de fontes a utilizar. E se o recurso a testamentos e doações por alma, nos pareceu, desde logo óbvio, já a junção ou não de outras fontes, nomeadamente de origem literária ou figurativa, se revestiu duma maior ponderação. Com efeito, e tal como explicaremos ao longo deste trabalho, além da definição da conduta prevalecente, na sociedade medieval perante a morte, procurou-se, também, a apreensão da coexistência de diferentes modelos e atitudes, de origens diversas e de conteúdo diversificado. Com esse objectivo, poderia justificar-se que privilegiassemos a junção de fontes. No entanto, ao optarmos pelo uso, quase que exclusivo, dos registos testamentários e de doação fizemo-lo cientes de que este tipo de fontes pela sua semelhança, pelo seu conteúdo muitas vezes tipificado, embora contendo cambiantes de grande importância, nos permitiria um tratamento na longa duração e um contacto mais directo com uma vivência generalizada da morte, o que dificilmente a literatura ou a arte nos poderiam fornecer.

Não deixámos, porém, de recorrer, em casos esporádicos, a estas fontes, mais que não seja, a título exemplificativo, sobretudo em áreas nas quais o testamento ou a doação se revelaram especialmente insuficientes.

A segunda grande interrogação que se nos levantou, no inicio do presente estudo, ligou-se, directamente, à delimitação do objecto concreto de análise, tanto na sua

vertente espacial como cronológica. Com vista a dar-lhe resposta, compulsámos diversa documentação, alguma dela mais tarde abandonada, e pesquisámos em núcleos arquivísticos diversos, muitos deles não inventariados,de modo a constituir um fundo documental com coerência interna.

Do mesmo modo, também a definição do corte temporal se apresentou como uma tarefa prioritária, nomeadamente, no que respeitava às suas balizas extremas. E se é verdade que a opção que efectuámos, em favor das centúrias de Trezentos e de Quatrocentos, se revelou bastante profícua, não deixamos de estar cientes de que muitas das tendências vislumbradas, poderiam assumir uma outra coloração se analisadas à luz dos decénios anteriores.

Escolhido o objecto e delimitado o âmbito da análise, o que se procurou foi, sobretudo, a pesquisa e estudo da vivência medieval perante a morte, cientes que sempre estivemos de que a questionação sobre um momento crucial, para cada Homem ou para a comunidade humana no seu todo, constitui uma forma privilegiada de apreensão das mudanças mentais ocorridas neste período e a estabilidade que não o deixou, também, de caracterizar.

A partir do estudo das atitudes do Homem medieval perante a morte, o que se pretendeu, ainda, foi obter uma visão privilegiada sobre a vivência religiosa e sobre as mutações que a mesma sofreu, desde o inicio do Trezentos, onde uma mentalidade medieval de grupo era ainda

prevalecente, até ao final de Quatrocentos, onde um novo sentido de individualismo parece ter emergido.

*

Uma palavra final apenas para todos aqueles que ao longo destes mais de três anos, me ajudaram duma forma contínua ou episódica.

Primeiro um agradecimento muito sincero para a minha orientadora Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, que me acompanhou ao longo deste trabalho, intervindo quando necessário, mas deixando-me "desbravar" por mim própria o terreno que se me apresentava, de modo a que "aprendesse a pescar" e não apenas a "receber e a agradecer o peixe dado". O seu apoio foi maior do que o esperado duma orientadora formal, acompanhando-me e incentivando-me no prosseguimento, até ao final, desta tese.

Não poderei igualmente deixar em claro a compreensão manifestada, ao longo de todo este tempo, pela Professora Doutora Iria Gonçalves, que, em momentos, também eles cruciais, me apoiou na prossecução deste estudo, assim como o apoio prestado ao longo de todo o Mestrado pelo Professor Doutor A.H. de Oliveira Marques e pelo Professor Doutor José Mattoso. Também ao Professor Doutor Joaquim Chorão Lavajo os meus agradecimentos pelo apoio dado neste primeiro ano de leccionação na Universidade de Évora, o qual me facilitou a conclusão deste estudo.

Aos meus colegas e amigos de Mestrado, onde encontrei não um ambiente de concorrência, mas uma inter-ajuda, talvez já pouco vulgares, Maria João Branco Marques da Silva e Saul António Gomes, que não cessaram de me prestar informações documentais, bibliográficas e pessoais, através de interessantes debates sobre as respectivas teses e a Maria Fernanda Olival, que me forneceu múltiplas informações bibliográficas e informáticas, fruto do seu labor pessoal, os meus agradecimentos.

Não posso também deixar de lembrar o contributo dado por Ana Maria Rodrigues, que disponibilizou, sem qualquer entrave, a sua investigação sobre Torres Vedras e por Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Sá Nogueira e Maria Ana Bernardo, que me forneceram variados dados bibliográficos.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cabe-me destacar o apoio dado pela Dra Maria José Mexia, que se prestou a ajudar-me em muitos dos núcleos monásticos e paroquiais não inventariados, facilitando-me, assim, a pesquisa, além da paciência e compreensão manifestada por muitas das funcionários do referido arquivo, ao longo da nosso trabalho naquele edifício.

De realçar, ainda, o apoio dado pelo Instituto Nacional de Investigação Cientifica, através da Bolsa que me foi concedida nos anos lectivos de 1987/88 e de 1988/89, que me permitiu a recolha da documentação e a elaboração de grande parte desse trabalho.

Aos meus pais e irmão, aos quais retirei várias horas de convívio,e especialmente ao meu marido, que me ajudou não apenas pela sua compreensão, mas também pela sua intervenção directa na elaboração destas páginas, o meu obrigado, pois é a eles que devo a execução deste estudo e as horas empolgantes que o mesmo me proporcionou.

I N T R O D U Ç Ã O

INTRODUÇÃO

1 - O ESTUDO DAS ATITUDES PERANTE A MORTE - evolução da historiografia sobre o tema e o contributo peninsular

O desenvolvimento do estudo das atitudes perante a morte insere-se na multiplicação dos tópicos historicizáveis que a expansão da História das Mentalidades, operada, sobretudo, no decorrer dos anos 60 em França(1) , permitiu.

---

(1) Sobre a expansão da História das Mentalidades são muitas as reflexões que têm vindo a ser feitas, nomeadamente, por historiadores franceses e ingleses. Algumas dessas reflexões procuraram, sobretudo, definir as etapas de evolução deste domínio historiográfico, enquanto outras, mais recentes, tentaram, primordialmente, a equação dos problemas teóricos e metodológicos que se colocam. Com efeito, à difusão operada nos anos 60 e à euforia que acompanhou essa explosão quantitativa, seguiu-se, a partir dos finais dos anos 70, um período de crítica a esse crescimento, para muitos, pouco fundamentado. Entre outras reflexões e balanços ver : Philippe Ariés, "L'histoire des mentalités", La Nouvelle Histoire, Paris, CEPL, 1978, pp. 402-403; Roger Chartier, A História cultural entre práticas e representações, nomeadamente o estudo intitulado "História intelectual e história das mentalidades", Lisboa, Difel, 1988; Georges Duby, "Histoire des mentalités", L'histoire et ses méthodes, Paris, Gallimard, 1973, pp. 87-106 e Michel Vovelle, Idologias y mentalidades, Barcelona, Ed. Ariel, 1985.No plano historiográfico português destaque-se o artigo de José Manuel Sobral, "Mentalidade, acção, racionalidade-uma leitura crítica da história das mentalidades", Análise Social, vol. XXIII, (95), 1987-1º, pp. 37-57, onde são equacionados os problemas derivados da "proliferação de objectos e metodologias"

Pé-de-página (cont.)

A investigação sobre este campo específico do viver das sociedades do passado não cessou, porém, até hoje, de causar polémica, pelo próprio carácter interrogativo que encerra para o Homem actual, permanecendo mesmo, em alguns meios, como uma actividade tabu, ou, pelo menos, pouco compreendida.

O início destes estudos situou-se, porém, nos anos 50, com as duas obras pioneiras de A. Tenenti, La vie et la mort à travers l'art du XV siècle e Il senso della morte e l'amore della vita nel Renascimiento, datados, respectivamente,de 1952 e de 1957(2) , onde a análise de fontes literárias e iconográficas constitui a pedra de toque.

Ao longo da década de 60 a História das Mentalidades enveredou, preferencialmente, pelo estudo de outros temas que não a morte e as atitudes por ela suscitadas, tendo os fenómenos colectivos e de raiz "popular"

Pé-de-página (cont.)
não acompanhada duma reflexão "sobre o sentido e objectivos do programa de pesquisa". Neste contexto, é criticada, sobretudo, a valorização excessiva do quadro estrutural feita pelos historiadores relacionados com a revista Annales E.S.C. em detrimento do estudo da acção humana.

(2) A primeira obra foi publicada nos Cahiers des Annales E.S.C., nº 8, Paris, Armand Colin, 1952, enquanto a segunda foi editada em Turim pela Einaudi. Contudo, no que respeita a esta última utilizámos a edição feita em Paris pela L'Harmattan em 1983, com introdução de Michel Vovelle.

constituído o centro de análises realizadas por autores como Ariés, Ladurie ou Mandrou entre outros(3) .

Contudo, ainda no decorrer desta década, surgiram os primeiros ensaios de Philippe Ariés sobre a problemática da morte,os quais, mais tarde, vieram a ser reunidos num único volume conjuntamente com outros estudos realizados até 1975(4) . Este autor, malgrado as criticas posteriormente dirigidas à sua produção historiográfica(5) , foi um dos primeiros historiadores a colocar, na ordem do dia, a questão da investigação e da reflexão sobre as atitudes perante a morte. De facto, naquela recolha encontram-se,

---

(3) De Aries destaquem-se os seus estudos sobre a família e a criança, tendo o primeiro sido publicado em 1960,L`enfant et la vie familiale sous l`Ancien Regime, Paris, Plon; de Ladurie o seu Paysans du Languedoc é editado em 1966 pela SEVPEN; de Mandrou realce-se Introduction à la France Moderne,1500-1640, Paris, Albin Michel,1961. Outros autores se poderiam destacar como Georges Duby com, entre outras obras, o seu O ano mil, traduzido em português pelas Edições 70 mas publicado pela primeira vez em 1967; Jacques Le Goff ou Jean Delumeau, que no decorrer dos anos 60 contribuíram para a crescente ampliação deste domínio historiográfico.

(4) Essais sur l`histoire de la mort en Occident du Moyen Age à nos jours, Paris,Ed. du Seuil,1975. Tradução portuguesa com o titulo Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média, Lisboa, Ed. Teorema,1988. De referir a titulo de comparação que a tradução espanhola data de 1982.

(5) A s criticas às fontes e metodologia empregue por este autor provieram, sobretudo, de Michel Vovelle, que ao longo das suas obras foi reiterando o seu diferente posicionamento. Além dos estudos adiante citados deste autor,realçamos aqui a entrevista dada recentemente por Vovelle a Maria de Fátima Sá e publicada na revista Ler História,nº 8, Lisboa, 1986,pp. 103 a 113.

mais ou menos desenvolvidos, temas como: a evolução histórica do sentimento humano em relação à morte, a relação existente entre esta e a noção de família e o tratamento desta temática por outros autores como Huizinga.

Algumas das ideias aí contidas foram mais tarde desenvolvidas no seu estudo central, intitulado L'homme devant la mort, publicado em 1977(6) . Tomando como base, essencialmente, fontes de carácter literário, Ariés procurou realizar uma análise trans-regional, onde a longa duração constituiu o horizonte temporal escolhido. Deste modo, o resultado foi um estudo diacrónico da evolução do sentimento e do comportamento humanos perante um facto tão inultrapassável como o da morte, com consequências inevitáveis ao nivel das interpretações generalizantes.

A esta ambição de horizontes geográficos e temporais se opuseram outros autores, para os quais estes estudos implicavam a definição prévia dum objecto territorial e temporal mais restrito e o manuseio de outros materiais de base que permitissem a apreensão do sentir colectivo e, não apenas,o de uma élite culta que as fontes de Ariés permitiam entrever Entre aqueles destacou-se Michel Vovelle,(7) .

---

(6) L'Homme devant la mort, Paris, Ed. du Seuil, 1977. A tradução para português desta obra foi realizada pelas Publicações Europa-América em 1989, com o titulo: O Homem e a morte, 2 vols.,Lisboa, Publicações Europa-América, 1989.

(7) Cf. deste autor a introdução à sua obra La mort et

Pé-de-página (cont.)

cujos estudos, conjuntamente com os de Ariés, permaneceram (e permanecem ainda) como uma das referências obrigatórias neste campo da produção historiográfica.

Em 1970, este historiador publicou, em colaboração com Gaby Vovelle, Vision de la mort et de l'au-delà en Provence du XVe au XXe siècle d'après les autels des âmes du Purgatoire (8) , onde a longa duração foi também o corte temporal escolhido, conjugado agora a um tipo de fonte pouco usual: os altares de almas. Aliás a Michel Vovelle, mais do que a originalidade das suas interpretações,deve-se a utilização de fontes até então alheias ao trabalho historiográfico, como sejam, além dos altares,os testamentos e os ex-votos, e a novidade do seu tratamento sistemático e quantitativo.

O exemplo mais claro destas duas facetas da sua obra encontramo-lo em Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle, publicado em 1973, e onde a partir de um corpo documental de alguns milhares de testamentos o autor procurou seguir a evolução do sentimento

---

Pé-de-página (cont.)
l'occident de 1300 à nos jours, Paris, Gallimard,1983,p.p. 7 a 26, ideias essas já desenvolvidas na sua obra Ideologies et mentalités, publicada em 1982 pela Lib. François Maspero. Utilizámos, contudo, a versão espanhola editada em Barcelona pela Ariel em 1985.

(8) Paris, Armand Colin,1970.

religioso de toda uma província(9) . Nesta obra encontramos a primeira problematização sobre o uso do testamento enquanto instrumento de trabalho , mediante um tratamento quantitativo, circunscrito, geograficamente, a uma região, a Provença, e cronologicamente a um século, o XVIII(10)

Este estudo, pela abordagem original que apresentava causou na época alguma polémica, devido, sobretudo, ao tratamento estatístico dum tipo de fonte e de dados até aí utilizados duma forma, exclusivamente, qualitativa(11) .

Mas já em 1971 um outro autor, François Lebrun, tinha publicado um estudo regional sobre a morte: Les hommes et la mort en Anjou aux 17e et 18e siècles onde a temática é abordada, não a partir dos registos de últimas vontades mas, com base numa panóplia variada de materiais, a partir dos quais este historiador procurou apreender e transmitir uma visão, talvez, mais totalizante do fenómeno da morte na

---

(9) A edição de 1973 foi feita pela Plon. Neste estudo utilizámos a edição de 1978 das edições du Seuil. De referir, ainda, que em 1974 o mesmo autor publicou Mourir autrefois.Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles, Paris, Gallimard.

(10) O objectivo final do autor era, não tanto, a apreensão do sentimento do Homem provençal perante a morte, mas a descristianização operada no século XVIII, tomando como base de perspectivação o registo testamental. Cf. a sua Introdução Geral, pp. 15 a 37.

(11) A estas se refere o autor na sua obra já citada Ideologias y mentalidades, no capitulo intitulado "Los rinones y los corazones:puede escribirse una historia religiosa a traves de las huellas?", pp. 29 a 31.

sociedade destes séculos(12) . Com efeito, Lebrun conjugou a descrição económica e demográfica da região em análise com o estudo das formas de luta contra a doença, das causas de mortalidade, do sentimento em relação à ocorrência da morte e, como não poderia deixar de ser, dos rituais que a ela se seguiam(13) .

Por outro lado, 1976 foi o ano em que a revista Annales E.S.C. decidiu publicar um número exclusivamente dedicado a esta temática, intitulado "Autour de la mort", onde colaboraram alguns dos estudiosos com mais afinidades àquela "escola" (14) , constituindo, esta edição, um reconhecimento oficial da premência desta temática. Realizaram-se, também, em 1977 em Estrasburgo e em 1979 em Montreal, dois colóquios sobre , respectivamente, a morte e o sentimento da morte na Idade Média (15) , tendo, portanto, o estudo desta temática atravessado, o oceano, após a

---

(12) François Lebrun, Les Hommes et la mort en Anjou aux 17e et 18e siècles, Paris, Mouton, 1971.

(13) Mais recentemente, um outro autor francês enveredou por uma análise globalizante do fenómeno da morte, numa obra, a vários titulos, estimulante. Foi Alain Croix, La Bretagne aux 16e et 17e siècles: la vie, la mort, la foi, 2 vols, Paris, Maloina, 1980.

(14) Colaboraram entre outros Jean-Claude Schmitt com o seu já clássico "Le suicide au Moyen Age"; Pierre Chaunu com um artigo intitulado "Mourir à Paris" antecipando a sua obra posterior,além de Michel Vovelle, D. Roche e Roger Chartier.

(15) La mort au Moyen Age, Estrasburgo, Lib. Istra,1977 e Le sentiment de la mort au Moyen Age, Montreal, L` Aurore, 1979.

influência dos estudos sociológicos norte-americanos sobre a problemática da morte na actualidade (16) .

Em 1978, e encerrando de alguma forma o ciclo dos estudos individuais centrados nas épocas moderna e contemporânea, Pierre Chaunu publicou a sua obra La mort à Paris (XVI-XVIII siècles(17) .

Após aquela data os estudos sobre este tema parecem ter-se vindo a diversificar tanto no que respeita aos períodos cronológicos escolhidos como aos locais de origem dos seus autores e, concomitantemente, às regiões de trabalho.Aliás, o ponto de situação sobre esta matéria realizado recentemente por Michel Vovelle para a revista Annales E.S.C.parece transmitir, precisamente, essa dispersão(18) . Curiosamente, sobre a Península Ibérica o autor limita-se a afirmar que esta "commence tout juste, semble-t-il, à se

---

(16) Sobre a presença desta influência cf. a entrevista de Michel Vovelle à revista Ler História citada anteriormente, onde a propósito de Philippe Aries, Vovelle comenta que se aquele Autor "descobriu a morte foi através da leitura dos sociólogos, dos psicólogos, dos especialistas de ciências anglo-saxónicos". Maria de Fátima Sá, "Entrevista com Michel Vovelle", Ler História, nº 8, Lisboa, 1986, p. 107..

(17) Pierre Chaunu, La mort à Paris (XVI-XVIII siècles), Paris, Fayard, 1978.

(18) Michel Vovelle,"Encore la mort: un peu plus qu'une mode?", Annales E.S.C., XXXVII, (2), 1982, pp. 276-287.

mettre au diapason"(19) , embora no decorrer do texto não cite qualquer obra oriunda das duas nações ibéricas.

De entre a variada bibliografia surgida após os finais dos anos 70, e de que aquele balanço nos dá conta, cabe salientar duas obras, pela presença marcante que têm tido no nosso panorama historiográfico e, mesmo, antropológico(20) e pela clara influência que exerceram sobre nós na elaboração deste trabalho. São elas as investigações de Jacques Chiffoleau, sobre Avignon, e de Marie-Therese Lorcin, sobre o Lyonnais(21) . Estas duas obras representam um investimento num período cronológico, o da Idade Média, no qual o problema documental se coloca com mais acuidade comparativamente aos séculos seguintes e onde o estudo deste tema se mantinha quase que inexplorado. A esta escolha temporal os autores conjugaram uma abordagem estimulante. Se Lorcin procurou analisar o testamento na sua totalidade, não desprezando qualquer dos seus elementos, desde as fórmulas de invocação às pequenas dádivas a familiares e amigos, Chiffoleau pretendeu, acima

---

(19) Ibidem, p.278.

(20) Cf. Hermínio Martins, "Tristes durées", A Morte no Portugal contemporâneo, Lisboa, Querco, 1985, pp. 11-36.

(21) J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delá. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age, Roma, École Française de Rome, 1980 e M.T. Lorcin, Vivre et mourir au Lyonnais, Paris, CNRS, 1981.

de tudo, e tal como afirma, tomar a morte como um local de observação para a partir dela efectuar uma história social da religião(22) .

Esta explosão de estudos permitiu, desta vez a Michel Vovelle, realizar,em 1983, uma obra de síntese sobre a morte no Ocidente de 1300 à actualidade, para onde o autor procurou carrear dados de diferentes origens e tipologicamente diferenciados (23) .

*

As atitudes perante a morte permanecem em Espanha, à semelhança do que ocorre em Portugal, um tema pouco estudado. As primeiras investigações só agora começam a surgir e, tal como ocorreu em França, como se de um determinismo se tratasse,centradas quase que exclusivamente nos períodos moderno e contemporâneo.

Assim,no ano de 1984 foram publicadas algumas comunicações subordinadas àquela temática, apresentadas no II Colóquio de Metodologia Histórica Aplicada(24) , e um

---

(22) J. Chiffoleau, ob. cit.,p. 6.

(23) Cf. nota 7 da pág.12 .

(24) Actas del II Coloquio de Metodologia Historica

estudo, sobre Cádiz na primeira metade do século XVIII, de Maria José Pascua Sanchéz(25) .Já no ano anterior M. Reder Gadow tinha apresentado uma tese sobre testamentos malaguenhos do século XVIII(26) e, mais recentemente, em 1986, Jose Antonio Rivas Alvarez publicou, sob orientação de León Carlos Alvarez Santaló, o seu estudo sobre Sevilha no mesmo século(27) .

Sobre o período medieval a investigação não é, aparentemente, tão frequente e a existente parece ter, por vezes, uma orientação metodológica diversa. É o caso do estudo de Mitre Fernandez, La muerte vencida.Imagenes e historia en el Occidente medieval,1200-1348 (28) , publicado em 1988 e não limitado à zona espanhola e, embora tematicamente esteja relativamente fora do tópico aqui

---

Pé-de-página (cont.)

Aplicada, tomo II, Salamanca, 1984. Destaquem-se as comunicações de: Barreiro Mallòn, "La nobleza asturiana ante la muerte y la vida", de Garcia Cárcel, "La muerte en la Barcelona del Antiguo Regimen" e de Gonzalez Lopo "La actitud ante la muerte en la Gallicia occidental de los siglos XVII y XVIII", citado por Jose Antonio Rivas Alvarez, Miedo y piedad: testamentos sevillanos del siglo XVIII, Sevilha, Publicaciones da Diputacion Provincial de Sevilha, 1986, p. 28.

(25) Maria Jose de Pascua Sanchez, Actitudes ante la muerte en el Cádiz de la primera mitad del siglo XVIII, Cádiz, 1984, citado por Ibidem, p. 29.

(26) M. Reder Gadow, Testamentos malaguenos del siglo XVIII: instrumento juridico y mentalid social , citado por Rivas Alvares na sua obra já referenciada.

(27) Cf. nota 24.

(28) Madrid, Ed. Encuentro , 1988.

considerado, a obra de A. Rubio, Peste negra, crisis y comportamientos sociales en la Espana del siglo XIV (29) .Mas o ano de 1988 viu ainda surgir uma colecção de estudos apresentados dois anos antes subordinados ao tema: La idea y el sentimiento de la muerte en la historia de la Edad Media(30) , onde se podem encontrar interessantes reflexões sobre a vivência da morte no espaço peninsular(31)

Em Portugal as atitudes perante a morte permanecem também como um tema ainda por descobrir, aliás como muitos outros campos, normalmente, considerados no interior do que se convencionou chamar História das Mentalidades. No caso específico da produção historiográfica centrada no período medieval, e tal como recentes balanços dessa produção permitem entrever, o mental e os fenómenos colectivos permanecem como áreas quase virgens em termos de investigação de fundo.

O atraso sensível da investigação empírica e factológica em outros campos tidos como mais prementes, como o das estruturas económicas , inviabilizou, até há poucos

---

(29) Publicado em Granada em 1980.

(30) M. Nunez e E. Portela(dir.), La idea y el sentimiento de la muerte en la historia y en el arte de la Edad Media,Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1988.

(31) Entre os vários estudos realçamos o contributo de Ermelindo Portela Silva e Maria Carmen Pallares Mendez "Muerte y sociedad en la Galicia medieval(ss.XII-XIV)", ob. cit., pp. 21 a 30.

anos, o estudo de temas não exclusivamente correlacionados com a reconstrução dessas mesmas estruturas, num esforço de acompanhamento duma produção estrangeira, nomeadamente francesa e espanhola, que, especialmente a primeira, ultrapassava, quantitativamente, os estudos existentes a nível nacional . Deste modo, só recentemente se tem vindo a quebrar esse investimento maciço e exclusivo na reconstituição económica e social,de modo a introduzir novas interrogações, as quais, de modo nenhum, constituem campos de análise autónomos, "flutuantes"ou desligados da formação social em que se inserem(32) .

O estudo dos rituais e da noção de morte na Idade Média suscitou, até hoje, um artigo de Ângela Beirante intitulado "Para a História da morte em Portugal"(33) , onde a autora com base em testamentos de diferentes origens equaciona, pela primeira vez, o problema da morte no respeitante ao espaço português. Anterior a este estudo, mas com um carácter de sistematização do material até então disponível,apenas existia o capitulo da autoria de Oliveira Marques na sua Sociedade medieval portuguesa (34) , onde o

---

(32) Uma abordagem possível do tema encontra-se em M. Vovelle, "Ideologias y mentalidades. Una clarificacion necesaria", Ideologias y mentalidades, pp. 7 a 19.

(33) Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, vol. I, Lisboa, Estampa. 1982, pp. 357-383.

(34) Utilizámos a 5ªedição da Livraria Sá da Costa, 1987. O

Pé-de-página (cont.)

tema é justamente inserido em ligação com outras problemáticas da vida quotidiana deste corte temporal.

Além destas duas reflexões destacam-se, ainda, os estudos de Mário Martins, centrados, não no problema das atitudes ou do sentimento mas, sobretudo, no discurso literário sobre a morte(35) . Incidindo sobre testamentos particularmente ricos em informações destaquem-se os trabalhos de José Marques, sobre D. Fernando da Guerra (36) o de Maria Helena Coelho e Leontina Ventura, sobre D. Vataça (37) , o de Manuel Silvio Conde sobre Beatriz Fernandes(38) e a recente tese de Teresa Veloso intitulada "A morte nos testamentos dos clérigos bracarenses do século XIII" (39) .

Pé-de-página (cont.)

referido capitulo encontra-se entre a páginas 209 e 218, encontrando-se ainda alguma bibliografia sobre o tema a p. 268.

(35) Mário Martins, Introdução histórica à vidência do tempo e da morte,2 vols, Braga, Liv. Cruz, 1969.

(36) José Marques, O testamento de D. Fernando da Guerra, separata de Bracara Augusta, Braga, 1979.

(37) Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, Vataça-Uma dona na vida e na morte, separata de Actas das II Jornadas Luso -Espanholas de Historia Medieval, Porto, 1986 e Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência, separata da Revista de História das Ideias, vol. 9, Coimbra, 1987.

(38) Manuel Silvio Alves Conde, Uma estratégia de passagem para o Além. O testamento de Beatriz Fernandes Calça Perra (Tomar,1462), separata das Actas das Jornadas de História Moderna, Lisboa,Faculdade de Letras de Lisboa,1989 .

(39) Prova complementar de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra(policopiada), Coimbra, 1988.

Cabe destacar ainda os trabalhos realizados sobre esta temática no âmbito do Seminário "Pobreza,assistência e morte", orientado pela Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, no ano lectivo de 1985/86 e integrado no Mestrado em História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,no qual alguns testamentos oriundos de diferentes cartórios foram inventariados e estudados .

Contudo, e mais uma vez, os séculos posteriores ao XV parecem estar a merecer uma particular atenção sob o prisma aqui considerado. Já em 1985, foi publicado um conjunto de estudos, realizados, entre 1980 e 1983,por investigadores de diferentes faculdades sobre rituais e formas de sucessão no Portugal contemporâneo, com realce para a região nortenha, onde vários levantamentos foram efectuados(40) .

A imagem do que ocorreu ou tem vindo a ocorrer em outras historiografias, os séculos XVII e XVIII portugueses parecem começar a constituir um pólo catalisador de investigações sobre esta temática, como parecem indicar os artigos de Norberta Bettencourt Amorim(41) ,de Manuel Filipe Canaveira(42) ,de João Oliveira e Gertrudes Anica(43) , de

---

(40) Cf. nota 20.

(41) Norberta Bettencourt Amorim, Os homens e a morte na freguesia da Oliveira de Guimarães através dos seus registos de óbitos, Guimarães, 1982.

(42) Manuel Filipe Canaveira, "A fortuna de uma nobre

Pé-de-página (cont.)

Ana Maria Rodrigues e Margarida Durães(44) e de Manuel Geirinhas(45) ,entre outros,incidindo todos eles nesse período temporal.

2 - FONTES E MÉTODOS

No caso concreto do estudo que agora apresentamos optámos,em termos de limites cronológicos,para a análise do sentimento e das atitudes do Homem medieval perante a morte, pelas centúrias de Trezentos e de Quatrocentos. Escolha essa que não assumiu um carácter aleatório mas, pelo contrário, se revestiu da certeza de termos optado por um período

---

Pé-de-página (cont.)
portuguesa no século XVIII: D.Filipa de Noronha e a sua testamentaria", Revista de História Económica e Social,nº 13,1984, pp. 93-140.

(43) João Oliveira e Gertrudes Anica, "A morte através dos testamentos. O exemplo de Salvaterra de Magos nos séculos XVII/XVIII", Arquelogia do Estado, 1as Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII, Lisboa, História & Crítica, 1988, vol. 2, pp.713-726.

(44) Ana Maria Rodrigues e Margarida Durães, "Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes", Ibidem, vol. 2, pp. 817-936.

(45) Manuel Geirinhas, Atitudes perante a morte em Abrantes no século XIX, Abrantes, Câmara Municipal, 1988.

privilegiado para a observação do comportamento social e religioso duma comunidade(46) .

Com efeito,se o estudo das atitudes perante a morte implica uma abordagem na longa duração, pela manutenção de ritos e de gestos que tal acontecimento suscita,esse facto não impede a ocorrência de mudanças bruscas, passiveis,por vezes,de localização no tempo e no espaço históricos(47) .

Pelo que, se os séculos XIV e XV, constituíram um período de adaptação das estruturas económicas senhoriais e de reorganização social face às novas condições de que estas centúrias se revestiram(48) ,eles não deixaram, também, de

---

(46) A importância destes séculos como base de observação dos fenómenos mentais foi já salientada por Jacques Chiffoleau, ob. cit., pp.4-5.

(47) O estudo das atitudes perante a morte tem implicado a análise na longa duração, tal como os estudos de Ariés ou de Vovelle comprovam, mercê a estabilidade que caracteriza as reacções a esta passagem. Contudo, esta manutenção não é contrária, por um lado, à ocorrência de alterações bruscas, de modificações, e por outro à existência de uma diversidade de ritos consoante as civilizações. Cf. M. Vovelle, "Sobre la muerte", Ideologias y mentalidades, p. 107, capitulo esse retomado na Introdução à sua obra La mort et l'occident de 1300 à nos jours e o clássico de Arnold Van Gennep, Los ritos de paso, Madrid, Taurus Ediciones, 1986, p. 158.

(48) A bibliografia sobre as alterações dos séculos XIV e XV é demasiado ampla e conhecida para que aqui se tente indicar mesmo que só as obras mais representativas. Assim, optámos por fornecer alguns títulos gerais a que, mais frequentemente, recorremos: Jacques Heers, L'Occident aux XIVe et XVe siècles:aspects économiques et sociaux, Paris, PUF,1963; Bernard Guenée, L'occident aux XIVe et XVe siècles: les états, Paris, PUF, 1971 e Jose Angel Garcia de Cortazar, La Epoca medieval, 5ªed. ,Madrid, Ed. Alfaguara, 1978.

se apresentarem como um tempo caracterizado pela mudança no que concerne às atitudes perante os momentos marcantes da vida humana. E se esta transformação conjunta foi já assinalada em vários estudos monográficos para algumas regiões europeias(49) , a verdade é que, a nível nacional,as mudanças mentais que estes séculos poderão ter encerrado, permanecem, em alguns casos, pouco analisadas . Daí a escolha deste corte temporal.

A tentativa de compreensão do posicionamento do Homem medieval perante um fenómeno tão marcante da vida como é o da morte(50) ,pode implicar o recurso a um conjunto amplo e diversificado de fontes, de que os estudos enunciados no capitulo anterior constituem uma amostra. E, talvez, que, de acordo com essa escolha e delimitação do universo de análise e de tratamento, a visão que se obtêm da morte, do Além e dos rituais que a esta passagem se ligam, seja diferente e, consequentemente, limitadora.

Das fontes literárias,iconográficas e arqueológicas aos testamentos e doações por alma é todo um conjunto

---

(49) O estudo já referido de Jacques Chiffoleau realça particularmente a relação entre a visão da morte nos séculos XIV e XV com a evolução económica e urbana. Cf. J. Chiffoleau, ob. cit., p. 430.

(50) Sobre a ligação entre as atitudes perante a morte e o próprio posicionamento do Homem na sua vivência diária, cf. a reflexão de Edgar Morin, O Homem e a morte, Lisboa, Publicações Europa-América, s/d, onde o crescente receio da morte, visível nas sociedades contemporâneas é relacionado com o aumento da consciência individual.

diferenciado de registos que se apresenta, produzidos com diferentes intuitos e em condições variadas. Daí que, a obtenção duma visão global da morte na sociedade medieval implicasse, talvez,a conjugação destes contributos , de modo a apreender, mais do que uma unidade comum,a articulação de diferentes modelos dentro de um mesmo espaço temporal.

Por tudo isto,um estudo baseado, quase que exclusivamente, em testamentos e doações por alma, poderá parecer como limitativo e deformante, na medida em que não abarca, sobretudo,a produção estética, o nível do discurso sobre a morte. Contudo, tanto o testamento como a doação permitem apreender a morte como facto sentido e preparado pelo Homem medieval, constituindo estes documentos um registo precioso das preocupações dominantes que rodeavam essa passagem e dos rituais e gestos que a sua consumação iniciava.

Na verdade,ao apresentarem-se, ao longo deste período,como documentos de claro carácter jurídico e normativo com uma difusão social que os séculos anteriores não terão,provavelmente, conhecido,(51) o testamento e a doação por alma compreendiam, muitas vezes, a justaposição de claúsulas e fórmulas estereotipadas de origem tabeliónica, onde a intervenção individual do testador é, por vezes, difícil de definir nos seus contornos.

---

(51) Cf. J. Chiffoleau, ob. cit., p.p. 36 a 41 onde é realçada a difusão das formas romanas do testamento, sobretudo, a partir do século XIII.

No entanto, em paralelo com essas enunciações mais ou menos codificadas, estes documentos encerram também um conjunto de dados sociais, económicos e culturais que transformam estes registos em algo mais do que simples instrumentos jurídicos.

Veiculando as preocupações de quem o mandava redigir, através destes documentos perpassa a atenção dada à família, aos amigos, aos servidores, à comunidade em que o testador se inseria, mas, sobretudo,a importância conferida à salvação individual.E é em torno desta preocupação central e de modo a concretizá-la,que o testador dos séculos XIV e XV desenvolvia e promovia uma série variada de rituais que visavam assegurar a passagem ao Além e que denunciam uma prática religiosa diversificada e complexa. Daí que, tanto os registos testamentários como as doações transmitam, talvez melhor do que qualquer outra fonte, o carácter sagrado desta passagem(52) .

Testamentos e doações por alma não parecem ter constituído, ao longo de Trezentos e de Quatrocentos, dois tipos de instrumentos escritos que se excluíam mutuamente mas, pelo contrário,tudo indica que a sua elaboração era complementar. Tal como surge definido no direito de sucessão, o testamento é um acto escrito, que tem como uma das

---

(52) A. Van Gennep, ob. cit., p. 12, onde o autor realça o predomínio do sagrado sobre o profano nas sociedades menos evoluídas, pelo que certos momentos da vida são, especialmente, vinculadas ao sagrado.

suas características essenciais a definição do herdeiro e, concomitantemente, a partilha dos bens, tanto no que dizia respeito à quota disponível como à indisponível(53) Este documento era, em geral,revogável sendo celebrado,por vezes, mais do que uma vez, anulando o último as disposições anteriores.

A doação por alma, por seu lado, podia ser feita em função de diferentes bens ou de diferentes entidades receptoras, pelo que a sua multiplicação não comprometia a eficácia da sua concretização, desde que, no seu conjunto, não ultrapassassem os limites da quota disponível. Sendo a doação um contrato entre duas partes a sua revogação só era possível através dum comum assentimento(54) .

É ainda de realçar que considerámos no conjunto das fontes estudadas algumas públicas-formas de verbas e alguns codicilos.

No que se refere a estes últimos incluimo-los pelo facto de constituírem, regra geral, aditamentos ou alterações pontuais ao disposto em testamento, pelo que a sua análise permite completar a informação contida neste(55) enquanto que no caso dos trelados de clausulas, ao

---

(53) Cf. Inocêncio Galvão Teles, Direito das sucessões.Noções fundamentais,5ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1980, pp.127-128 .

(54) Ibidem, p. 106.

(55) Sobre a noção de codicilo,Ibidem, p. 123.

considerarem-se as públicas-formas relativas a testamentos dos quais não possuíamos o registo original, se tornou possível alargar o universo de testadores e o leque de dados, tanto mais quanto estes trelados apresentam, frequentemente, um número significativo de clausulas(56) .

O conjunto de 766 documentos inventariados, e que serviram de base ao presente trabalho, provieram de diferentes instituições eclesiásticas sediadas em três núcleos primordiais: Coimbra, Santarém e Torres Vedras.Foram elas:

COIMBRA-Sé de Coimbra

Colegiadas: S. Tiago,S. Cristovão,S. João da Almedina,S. Pedro, Sta Justa, S. Salvador, S. Bartolomeu

Conventos: Santa Cruz, Celas, S. Jorge e S. Paulo de Almaziva;

SANTARÉM-Colegiadas:Santa Cruz da Ribeira, Santa Maria da Alcáçova, Santa Iria, Santo Estevão,S. Nicolau,S. Martinho, S. Mateus, S. Salvador

Conventos: Santa Clara, S. Domingos e Trindade de Santarém;

TORRES VEDRAS-Colegiadas:Santa Maria do Castelo, S. Miguel e S. Pedro.

---

(56) As cópias que até nós chegaram eram, em geral, pedidas pelas instituições eclesiásticas a quem tinham sido legados bens, invocando-se, entre outras razões, contendas mantidas pela posse desses bens, ou o receio de que o pergaminho em que se encontrava o documento se deteriorasse por completo.

Como seria de prever o número de documentos oscilou de acordo com a proveniência geográfica e institucional descrevendo um índice de variação significativo. E ainda que a influência de factores aleatórios, como o da sobrevivência ocasional de documentação, sejam de considerar, nem por isso as implicações dessa variação devem ser globalmente questionadas (Cf. Anexo 1).

Contudo, o facto de definirmos como universo de análise um conjunto de fontes oriundas de instituições eclesiásticas, implica que tenhamos presente a lógica que terá presidido à preservação da documentação. Com efeito, ao contrário do que ocorre com estudos realizados para outras regiões europeias(57) , o presente trabalho não encontra a sua base em cartórios notariais mas em documentação eclesiástica, preservada em mosteiros e igrejas, de acordo com os interesses de cada comunidade religiosa. Deste modo,o global das informações disponíveis, ainda que válidas para a caracterização de cada um dos núcleos humanos considerados, é-o, também, para a definição da área de influência espiritual de cada uma das instituições no que à morte se refere, o que compeliu a uma análise dos documentos que atendesse a estas duas perspectivas possiveis .

---

(57) Tanto o estudo de Chiffoleau, já aqui citado, como o de Lorcin não se baseiam em fontes oriundas de cartórios eclesiásticos, mas sim de fundos notariais laicos, tal como é realçado no inicio de cada uma destas obras, como na sua lista de fontes.

No que concerne, especificamente, ao tratamento das fontes, cabe salientar que o carácter estereotipado de alguns dos elementos contidos nesses textos permitiu a construção de uma ficha-tipo, para onde o maior volume possível de informação foi carreado, visando uma posterior informatização.

Para tal, utilizou-se o programa dBase III Plus, tendo-se criado três ficheiros-base: entidades receptoras de bens, bens doados e testadores, constituindo este último o elemento de ligação com os restantes. Procurou-se, assim, reestabelecer, através destes três ficheiros, o conjunto de informações fornecidas por cada documento, em paralelo com o seu tratamento quantitativo e qualitativo.

Os quadros e listas em anexo constituem os outputs desse tratamento, que, dependendo de códigos pré-determinados, a essa luz devem ser observados.

3 - O PERÍODO CRONOLÓGICO E A BASE GEOGRÁFICA ESCOLHIDAS

Sobre as mudanças operadas, a diferentes níveis, nos séculos XIV e XV já muito se tem dito e escrito, tanto na historiografia europeia, em geral(58) como na portuguesa em

---

(58) Cf. nota 48.

particular(59) , pelo que não se pretende aqui encetar, mais uma vez, a caracterização global deste espaço temporal. Ir-se-á tentar, sim, o alinhar de alguns elementos que, tendo marcado estes séculos, constituem factores condicionantes a ter presentes na posterior explanação.

A centúria de Trezentos representou para a sociedade senhorial europeia ocidental o fim da expansão económica encetada nos séculos anteriores. Tendo atingido os limites do desenvolvimento possível no interior do quadro estabelecido(60) , a sociedade deste período,nomeadamente em algumas regiões,começou a sentir os efeitos dessa contracção numa data, talvez, anterior a 1300 enquanto que,em outras zonas, essas vicissitudes parecem ter estado ausentes ou, parecem apresentar uma cronologia diferente. Na verdade, a diminuição das arroteias e a destruição provocada pelas guerras, em alguns pontos do continente europeu(61) , motivaram uma queda acentuada da produção, nomeadamente,

---

(59) Cf. entre outras obras a sistematização feita por Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Lisboa, Presença, 1987, e a bibliografia aí fornecida sobre a sociedade destes séculos.

(60) Cf. Jacques Le Goff, ob. cit., p. 87.

(61) Segundo Elisabeth Carpentier," Autour de la Peste Noire:famines et épidemies au XIVe siècle", Annales E.S.C., 1962, nº 6, p. 1074 a importância da guerra neste séculos está menos ligada às perdas humanas que ocasionou, mas mais às pilhagens e destruições que provocou nos campos e nas cidades.

cerealífera e tornaram mais difícil o abastecimento de algumas zonas de interior(62) .

O debilitamento provocado pela escassez abriu, assim, caminho à mortalidade que o reaparecimento da peste após 1348, iria motivar.

A sociedade medieval permanecia como uma comunidade indefesa face a muitas doenças hoje controladas(63) . A fraqueza dos organismos, a ausência de condições básicas de higiene, a promiscuidade da habitação, especialmente nos centros urbanos, constituíam factores que facilitavam a eclosão de doenças infecto-contagiosas e a sua propagação.

Antes de 1348, a doença, por excelência da baixa Idade Média, era, talvez, a lepra, cuja ausência de cura em ligação com a deformação que, frequentemente, provocava, constituía um flagelo receado e que conduzia à marginalização da sua vítima(64) .

O surgimento da peste negra, no entanto, veio alterar a hierarquia destes receios, tanto mais quanto

---

(62) Cf. J. Heers, ob. cit., p. 97.

(63) Sobre a noção de nicho ecológico e a evolução das resistências a diferentes tipos de doenças ver, a título de exemplo Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie, As epidemias na história do Homem, Lisboa, Ed. 70,1985.

(64) Para bibliografia sobre a lepra e sobre a difusão desta doença ver o capítulo IV. Saliente-se, contudo,desde já, na obra de Jean Charles Sournia acima citada o capítulo correspondente entre as páginas 131 a 143.

aquela iniciou no século XV um declínio acentuado(65) .Com a peste, não completamente desconhecida da Europa(66) , teria vindo a obsessão da morte súbita, que até aí se tinha restringido, práticamente, à morte na guerra (67) , que atingia os indivíduos independentemente da idade, do sexo e do estatuto social.

Vinda da Asia(68) a peste, tanto na sua variante bubónica como pulmonar(69) , revestindo-se esta última de um carácter mais súbito do que a primeira(70) , deparou com a

---

(65) Sobre o medo motivado pela peste na sociedade dos séculos XIV a XVIII ver o interessante capitulo dedicado por Jean Delumeau na sua obra La peur en Occident, Paris, Fayard, 1978, pp.132 a 188.

(66) A generalidade dos estudiosos da peste negra referem uma anterior presença desta doença na Europa, entre o século VI e o século VIII. Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie, ob. cit., p. 80; Mário da Costa Roque, As pestes medievais portuguesas e o "Regimento proveytoso contra ha pestenença", Lisboa Valentim Fernandes. Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 32 e Jean Delumeau, ob. cit., p. 132.

(67) Tal como foi demonstrado por Philippe Aries, a própria morte na guerra não era, na sua total acepção, uma morte repentina pois permitia , não só uma preparação no momento, como toda uma disposição prévia inerente ao estatuto guerreiro. L'Homme devant la mort, p.17.

(68) Cf. Mário da Costa Roque, ob. cit., pp. 82 a 91.

(69) Sobre os tipos de peste e as formas de contágio ver Mário da Costa Roque, ob. cit., pp. 19 a 32.

(70) Segundo Mário da Costa Roque o curso da doença, no caso da variante bubónica era, em geral de cinco a dez dias, enquanto a variante pulmonar, de contágio pelo ar era, quase sempre, fatal e durava cerca de dois ou tres

Pé-de-página (cont.)

impotência da medicina europeia. Assim, as medidas profiláctica concretizaram-se, sobretudo, em disposições respeitantes à higiene pública e ao isolamento das casas ou dos centros atingidos(71) .

Essa incapacidade de defesa é a explicação básica para a anormalidade dos comportamentos e para o surgimento de explicações causais exteriores ao campo médico, tal como é sublinhado por Jean Delumeau(72) .

A 1348 seguiram-se recorrências cíclicas dificultando ou impossibilitando a recuperação das primeiras perdas demográficas. No entanto, apesar da importância desta

---

Pé-de-página (cont.)

dias. O autor refere ainda a peste septicémica cujo efeito era quase que instantâneo. Cf. ob. cit., pp. 20 a 24.

(71) Cf. Jean Delumeau, ob. cit., p. p. 136 a 138; Mário da Costa Roque, ob. cit., p.p.169 a 238 e Maria José Ferro Tavares, A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV), separata da Revista de História Económica e Social,nº 19, 1987.

(72) Este autor estabelece a existência de três explicações básicas: uma avançada pelos sábios que explicava a peste como resultado da corrupção do ar; outra partilhada pelo povo e que responsabilizava os elementos difusores do seu contágio como estrangeiros, viajantes, marginais; e por último uma explicação animada, em especial, pelo corpo eclesiástico e que interpretava a peste como um castigo dos pecados humanos. E ainda que a ligação estatuto social/explicação não possa ser estabelecida como indissolúvel, a sua enunciação tem, pelo menos, a vantagem de fornecer a diversidade de justificações existentes na sociedade destes séculos. Jean Delumeau, ob. cit., pp. 171 a 174.

pandemia(73) , e na sequência do que afirma Le Goff, as origens das mutações do século XIV devem ser procuradas não nos factores conjunturais, de incidência regional variável, mas sim nos elementos estruturantes da sociedade destes séculos(74) .Só assim se poderá compreender que, dum modo geral, a centúria de Quatrocentos seja caracterizada por um reordenamento do espaço social, político e económico europeu, apesar da manutenção da presença desta doença.

Com efeito, o século XV e mesmo, em alguns casos, os últimos decénios de Trezentos, trouxeram consigo a readaptação das estruturas às novas condições surgidas, o que se saldou no campo económico por uma reorientação da produção agrícola, com um acentuado desenvolvimento de culturas e de actividades até aí de menor importância(75) e por um

---

(73) Utilizamos aqui o conceito de pandemia, aliás na esteira de outros autores,segundo a definição dada por Sournia e Ruffie:"Quando uma epidemia brutal abrange grandes áreas geográficas, atingindo quase todos os sujeitos, chamamos-lhe pandemia", Jacques Ruffie e Jean Charles Sournia,ob. cit., p. 39.Aliás deve-se ter presente que certos indivíduos poderão ter contraído a doença sem dela terem padecido, limitando-se a serem portadores sãos,Idem, Ibidem, p. 44.

(74) Cf. Jacques Le Goff, ob. cit., p. 87.

(75) Cf. J. Heers, ob. cit., p. p. 126 a 134 onde é referida a especialização das culturas encetada nesta centúria, com realce para a vinha, e o aumento dos terrenos dedicados à criação de animais.

reordenamento das redes de comércio e da tipologia de produtos exportados(76) .

Política e socialmente o século XV trouxe o reforço dos estratos privilegiados mas, também, a consolidação dum centro de poder régio, complementar e coadjuvante desses mesmos grupos(77) .

Para Portugal o panorama não é, no global, muito diferente do anteriormente delineado, embora o abrandamento do desenvolvimento seja mais difícil de diagnosticar anteriormente à década de quarenta do século XIV(78) .

Contudo, e à semelhança do ocorrido em outros reinos, a centúria de Trezentos representou para Portugal, especialmente na sua segunda metade, um período conturbado, marcado por factores de instabilidade social que originaram alterações a todos os níveis.

No que concerne à evolução política, o período de dois séculos aqui considerado poder-se-á, grosso modo, dividir em duas fases distintas: a primeira abrangendo o conjunto da centúria de Trezentos até ao final do reinado de

---

(76) Ibidem, p. p. 179 a 184, onde o autor realça ter sido o tráfico do final da Idade Média diferente do praticado nos séculos XII e XII, o que não significa que era significativamente menor.Por outro lado, é também salientado o facto de o comércio deixar de se limitar a transportar produtos de luxo para se dedicar aos produtos de maior consumo.

(77) Cf. Bernard Guenee, ob. cit., pp. 264 a 266.

(78) Cf. Oliveira Marques,Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 20.

D. João I, compreendeu, por seu lado, duas sub-fases, uma de 1300 ao final do reinado de D. Pedro em que a presença de conflitos tanto internos como externos(79) é visível, mas não com a acuidade dos dois governos seguintes e outra englobando os governos de D. Fernando e de D. João I. Na verdade, as guerras com Castela, primeiro no reinado de D. Fernando(80) e depois durante a regência e governo de D. João (81) , parecem ter exercido no reino uma influência mais profunda do que os anteriores conflitos.

Revestindo-se de um carácter de mudança dinástica, a longa duração do conflito com Castela no reinado de D. João I, trouxe consigo a destruição de meios de produção e a desorganização dos ciclos produtivos em diferentes zonas do território português, quando as incidências da Peste Negra se faziam ainda sentir.

---

(79) O reinado de D. Dinis foi marcado, já no seu final, pela rebelião de D. Afonso e pelas lutas que o opuseram ao pai entre 1321 e 1322; enquanto que o reinado de D. Afonso IV assistiu às lutas com o monarca de Castela entre 1336 e 1338. Cf. Oliveira Marques, ob. cit., pp.493 a 500.

(80) Sobre a importância destas guerras e as zonas por elas abrangidas ver Oliveira Marques, Ibidem, p.p. 515 a 522 e Maria José Ferro Tavares," A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385", Revista de História Económica e Social, nº 12, Lisboa, 1983, pp.45 a 89.

(81) O conflito com Castela prolongou-se, praticamente, até ao tratado de 1411 tendo ocupado mais de 20 anos. Cf. Oliveira Marques, Ibidem, pp. 528 a 541.

Data, também, destes dois reinados, como fruto parcial destes conflitos, o início da desvalorização galopante da moeda que atingiu na governação de D. João I níveis até aí desconhecidos(82) .

A segunda fase recobre, especialmente, os reinados compreendidos entre D. Duarte e D. João II, embora os últimos anos de governo de D. João I possam também ser aqui incluídos. O que caracteriza este período é a viragem para o exterior mas também a reorganização do aparelho político, na sua asserção mais global. A crise dinástica terá permitido o reforço de certas casas nobres e a ascensão de outras cuja cristalização em torno do rei se vai tornando mais clara ao longo do século XV(83) .

---

(82) Sobre os problemas monetários ver Oliveira Marques, Ibidem, p. 210 e Maria José Ferro Tavares, Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438), Lisboa, 1974 em especial pp. 45-60.

(83) Sobre a actuação da nobreza no seguimento da crise de 1383-85 e sobre o seu reforço no século XV ver Maria José Ferro Tavares," A Nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-85"; Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, pp. 236 a 260; José Mattoso, "A Nobreza e a revolução de 1383" Actas das Jornadas de História Medieval 1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV, Lisboa, História & Crítica, 1985, pp.391 a 402; Mafalda Soares da Cunha, Casa de Bragança-1384/1483. Linhagem, parentesco e poder, Provas de aptidão cientifico-pedagógica apresentadas à Universidade de Évora (policopiadas),Évora,1987;Luis Filipe Oliveira e Miguel Rodrigues, Um processo de reestruturação do dominio social da nobreza. A titulação na segunda dinastia, separata de Revista de História Económica e Social, Lisboa, 1988.

Os três centros urbanos que constituem a base da nossa análise são exemplo claro dessas transformações da centúria de Trezentos, embora surjam como núcleos de importância demográfica e económica variável.

No que respeita a Coimbra, centro vital do Portugal medievo(84) , e aos campos em seu redor,estes parecem ter sido atingidos, de maneira significativa, pelas guerras mantidas com Castela.

Aquando do segundo conflito fernandino entre 1372 e 1373, e das lutas que opuseram o Mestre de Avis a D. João de Castela, em 1384-85(85) ,a região de Coimbra foi palco de movimentos de tropas, com todo o peso de desorganização que esses movimentos provocavam(86) . O mesmo aconteceu com Santarém e com Torres Vedras(87) .

A guerra e à instabilidade conjugou-se a mortalidade ocasionada pela peste. A primeira referência que se possui

---

(84) Cf. José Mattoso, Identificação de um país.Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325, 2 vols, Lisboa, Estampa, 1985, vol. I-oposição, p. 301.

(85) Sobre o itinerário destes conflitos ver os mapas presentes na obra de Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p.517 e p. 531 e o mapa contido no artigo de Maria José Ferro Tavares, "A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-85", p. 50.

(86) Reflexos desses conflitos nesta região são referidos por Maria Helena da Cruz Coelho, O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Estudo de história rural,2 vols, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983, vol. I, pp. 31 a 34.

(87) Cf. nota 85.

data de 1348, ainda que exista discordância sobre se a primeira vaga teria ocorrido na Primavera(88) ou no final do Verão (89) desse ano. Independentemente disso, conhecem-se recorrências com curtos intervalos de tempo entre elas ao longo dos séculos XIV e XV(90)

Tendo entrado, possivelmente, tanto por via marítima como por via terrestre(91) , não se sabe, contudo, da sua verdadeira incidência em cada região, mas apenas da sua ocorrência em diferentes pontos do território.

Assim, em Coimbra ela parece ter grassado entre Setembro e Dezembro de 1348(92) , para depois regressar ciclicamente.

---

(88) Cf. Mário da Costa Roque, ob. cit., pp. 135 a 137.

(89) Cf. Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p.20 , nota 4 onde o autor refere a revisão da cronologia da peste feita por Jean-Noel Biraben.

(90) Com base nos dados fornecidos por Oliveira Marques, Ibidem, p. 21 é possível estabelecer uma média de intervalo que ronda os oito anos. Se tivermos presente que além das datas fornecidas a peste terá grassado ainda em certas regiões em anos intermédios, torna-se possível concluir que a recuperação demográfica só a muito custo se terá processado neste período.

(91) Sobre os possíveis itinerários da peste ver Mário da Costa Roque, ob. cit., pp. 125 a 128 e Robert Gottfried, ob. cit., p. 51.

(92) Cf. Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 20, segundo a informação do Livro das Eras.

Santarém e Torres Vedras foram também afectadas existindo referências ao despovoamento destas localidades no período posterior a esta data (93) .

No último decénio de 1300 e no primeiro de 1400, segundo a cronologia estabelecida para a região de Coimbra por Maria Helena Coelho(94) , parece ter-se operado um início de recuperação económica, visível na reocupação de terras abandonadas. No entanto, essa tendência parece não ter tido continuidade,, seguindo-se-lhe novas vagas de peste e de maus anos agrícolas, pelo menos,até 1430.

Contudo, e na esteira do ocorrido na Europa, a produção agrícola tendeu, nestes três centros,e na sequência das alterações da centúria de Trezentos, a privilegiar o escoamento para o mercado. É assim que se assiste à expansão da vinha em redor de cada um destes núcleos urbanos,

---

(93) Ibidem, pp. 23 a 29.

(94) Cf. Maria Helena Coelho, ob. cit., vol. I, p. 35.

especialmente na segunda metade do século XIV(95) e ao aumento dos terrenos dedicados à criação de gado (96) .

Tanto Coimbra como Santarém parecem, por outro lado, ter constituído locais de destino das redes de comércio regionais, polarizando em seu favor os campos em redor. Torres Vedras, por seu turno, situando-se perto de Lisboa escoaria para aqui a produção não consumida localmente, possibilitando o engrandecimento de mercadores e almocreves(97) .

Coimbra, Santarém e Torres Vedras constituíam, pois,nos séculos XIV e XV, três pólos urbanos de diferente importância e constituição.

No que diz respeito a Coimbra, e apesar de já não se assumir , neste período, como um local privilegiado de residência dos monarcas, mantinha-se como um dos principais

---

(95) Para Coimbra cf a obra já citada de Maria Helena Coelho, vol I, pp. 154 a 156. Para Santarém ver Maria Ângela da Rocha Beirante, Santarém Medieval, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, pp.162 a 163 devendo-se realçar o crescimento do olival operado em redor deste centro. No que concerne a Torres Vedras a presença de vinhas em redor do núcleo é atestada já para a primeira metade de Trezentos por Manuel do Nascimento Clemente, Torres Vedras e o seu termo no primeiro quartel do século XIV, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1974, pp. 34 a 36.

(96) Cf. Maria Helena Coelho, ob. cit., pp. 235 a 255.

(97) Cf. Ana Maria de Almeida Rodrigues, "Torres Vedras e o seu termo durante a primeira dinastia", Jornadas sobre Portugal medieval, Leiria, 1983, p. 26.

núcleos urbanos do Portugal medievo(98) .Sede de bispado, aí confluía um clero numeroso e letrado, tal como os seus testamentos atestam. Aí, também, se sediava um dos mosteiros mais poderosos e importantes de então: o convento de Santa Cruz.

Em Santarém, por seu lado, distinguia-se uma alta e média nobreza, de extracção recente, que aí se fixava,ocupando parcelas tanto no interior da vila como nos terrenos contiguos (99) Do mesmo modo, aí parece ter existido um grupo relativamente numeroso de cavaleiros e de escudeiros, de origem nobre ou exercendo cargos no funcionalismo que surgem como dotadores dos mosteiros e igrejas da área, além de grandes mercadores ligados, talvez, ao comércio com Lisboa.

Já o núcleo de Torres Vedras apresentava diferentes características. Sofrendo a influência e a atracção de Lisboa, Torres Vedras parece ter constituído um núcleo urbano onde a presença nobre não era tão notória. Ainda que pertencesse por longos períodos ao património das rainhas(100) e a detenção de propriedades no seu termo, ou

---

(98) Cf. Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 184.

(99) Cf. José Mattoso, "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média", Portugal medieval.Novas interpretações, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p.p. 281 a 287 e Ângela Beirante, ob. cit., pp. 196 a 208.

(100) Cf. Manuel Agostinho Madeira Torres, Descrição

Pé-de-página (cont.)

mesmo no seu interior, por nobres e instituições eclesiásticas externas à região fosse frequente(101) ,Torres Vedras parece ter mantido uma estrutura social urbana onde os letrados, os mercadores e os cavaleiros vilãos de médios recursos detinham a primazia(102) . Tendo como base a produção e o escoamento dos produtos para a capital, Torres Vedras era um pequeno centro urbano, cujo florescimento se ligava à fertilidade da sua zona de implantação(103) e à facilidade de comunicações com os mercados a sul.

É, pois, a partir da comparação das informações obtidas nos testamentos e doações destes três centros urbanos, os quais se encontram redigidos, na sua maioria, num período marcado por conflitos e por receios, que iremos procurar apreender a visão(ou visões) possíveis do Homem do Portugal medieval sobre a Morte.

Pé-de-página (cont.)
histórica e geográfica da vila e termo de Torres Vedras, Coimbra, 1862, pp. 55 a 58.

(101) Cf. Ana Maria Rodrigues, ob. cit., pp. 24-25.

(102) Ibidem, pp. 26-27.

(103) Cf. Manuel do Nascimento Clemente, ob. cit., p. 31 e Ana Maria Rodrigues, La Collegiale de S. Pedro de Torres Vedras(fin XIIIe-fin XVe siècle), Doctorat de IIIe Cycle, Paris, 1981, pp.174 a 176.

I- A ELABORAÇÃO DO TESTAMENTO

1 - A DIFUSÃO SOCIAL E A EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DO TESTAMENTO E DA DOAÇÃO POR ALMA

A salvação individual ou, pelo menos, o perdão das faltas cometidas durante a vida, surgia para o Homem medieval como algo que implicava uma sequência de rituais que a Igreja e o costume tinham vindo progressivamente a definir(1) . Um dos primeiros actos propiciatórios era, exactamente, segundo as disposições eclesiásticas neste final da Idade Média, a redacção do testamento.

Com efeito, a partir do século XIII, a Igreja parece ter-se crescentemente preocupado com os legados

---

(1) Se o contributo eclesiástico para a definição do ritual da morte é passível de ser definido, mercê das fontes eclesiásticas disponíveis, já a influência da cultura popular, ou a sobrevivência de actos a ela ligados, se torna mais difícil de delinear. O predomínio das fontes religiosas conjuntamente com a reabsorção, por parte da Igreja, de rituais ancestrais, conduz a que a imagem da morte veiculada seja, sobretudo, uma imagem cristianizada. Sobre este tema específico cf. Jacques Chiffoleau, " Pratiques funéraires et images de la mort a Marseille, en Avignon et dans le Comtat Venaissin (vers 1280-vers 1350)", La religion populaire en Languedoc du XIIIe siècle à la moitié du XIVe, Cahiers de Fanjeaux, nº11, 1976, pp. 271-303 e Michel Vovelle, La mort et l'Occident de 1300 à nos jours,Paris, Gallimard, 1983, pp. 57 a 60.

testamentários(2) , obviando a que cada crente redigisse um documento de últimas vontades e zelando pelo cumprimento do disposto(3) . Aliás, a progressiva intervenção eclesiástica nas questões sucessórias provocou, em Portugal, frequentes questiúnculas com os monarcas da I Dinastia, nomeadamente com D. Dinis, que acabou por definir os limites da acção dos dois poderes no que se referia ao cumprimento dos testamentos(4) .

Esta acção da Igreja foi coeva de um renascimento do testamento como documento jurídico de características definidas.

---

(2) A intervenção eclesiástica nas questões sucessórias foi consignada desde o código de Justiniano. Contudo, foi no decorrer da Idade Média, e acompanhando o clima de fraccionamento do poder régio, que a hierarquia religiosa procurou alargar os limites dessa intervenção. Entre outros momentos,destaca-se o sínodo de Tolosa de 1229, no qual se dispunha a obrigatoriedade de redacção dos testamentos na presença do pároco, ou de outro sacerdote, sob pena de anulação do referido testamento e de negação de sepultura eclesiástica ao que não cumprisse. Cf. Fortunato de Almeida,História da Igreja em Portugal, Porto, Portucalense Editora, 1967, vol. 1, pp. 160-163.

(3) As referências sinodais à necessidade de os párocos acompanharem os doentes e moribundos da sua freguesia, exortando-os a redigirem um testamento e a receberem os últimos sacramentos, são relativamente numerosas. Cf. Sinodycon Hispanum, dir por Antonio Garcia y Garcia,Vol. II-Portugal, Madrid, Biblioteca de autores cristianos, 1982, sínodo de Lisboa de 1240, Constituição 12, p. 291;sínodo de Coimbra do século XIV,constituição 1, p. 198; sínodo de Braga de 1477, constituição 25, p. 98-99 e sínodo da Guarda de 1500, constituição 90, p. 273.

(4) Cf. Fortunato de Almeida, ob. cit., vol. 1, p. 163.

O renascimento do direito romano(5) e, especificamente, da parte referente às disposições sucessórias, acompanhado de um crescente interesse eclesiástico por estas matérias, permitiria supor , para Portugal, a existência duma difusão significativa destes registos a partir do século XIII, à semelhança, aliás, do que parece ter ocorrido em algumas regiões europeias(6) .

A questão não se apresenta, contudo, linear na sua interpretação e cronologia.

A partir do universo documental aqui considerado e atendendo, apenas, à distribuição temporal dos documentos, uma primeira constatação se impõe desde logo: a queda abrupta dos registos na centúria de Quatrocentos em relação com a anterior. E embora o conjunto de documentos analisado constitua apenas uma parte, de proporção desconhecida, da documentação original, a verdade é que a tendência que se desenha ao longo destes dois séculos, para uma acentuada quebra do número de registos no XV, não parece poder ser

---

(5) Sobre o renascimento do direito romano e a sua influência em Portugal ver Marcelo Caetano, <u>História do direito português. Fontes-Direito público (1140-1495)</u>,2ªed., Lisboa, Verbo, 1985,pp. 336 a 343.

(6) Cf. J. Chiffoleau, <u>La comptabilité de l'au-delá. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age</u>,Roma, École Française de Rome,1980, pp.39-40.

questionada (Cf. Gráfico nº 1).

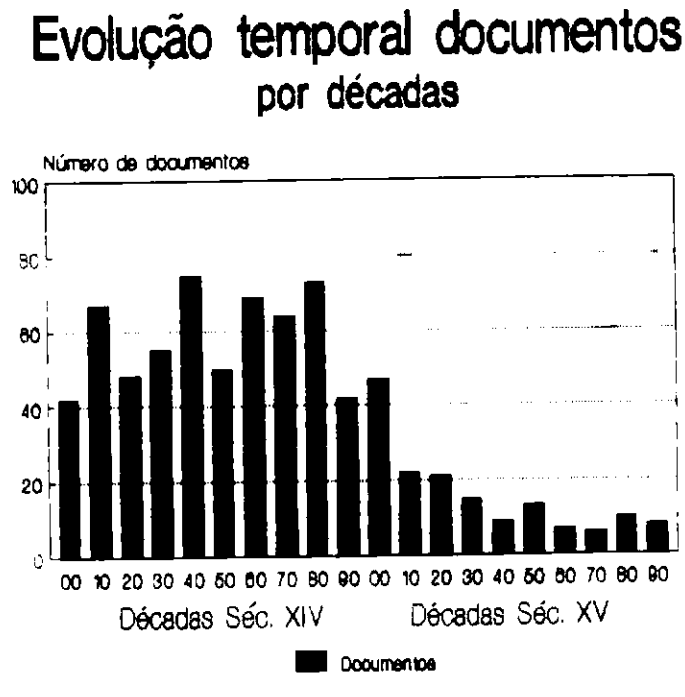


Gráfico 1

Em paralelo, uma análise das flutuações curtas entre decénios permite apreender significativas diferenças entre períodos de tempo relativamente pequenos. Aliás, estas variações são responsáveis pela baixa média anual de registos obtida, tanto para os dois séculos como para o século XIV, quando considerado isoladamente, apesar deste reunir a maioria esmagadora de documentos(7) .

---

(7) A média de registos para os dois séculos por decénio é de 37,6, enquanto a anual é de 3,7. Se considerarmos, contudo, apenas o século XIV a média por dez anos é de 58,5 e a anual de 5,8.
M. Vovelle na sua obra La mort et l'Occident de 1300 à nos jours a p. 150 fornece algumas médias. Assim, para Toulouse a média anual, entre 1275 e 1400,

Pé-de-página (cont.)

A interpretação destas flutuações apela, assim, para factores exógenos à lógica particular de cada instituição eclesiástica, tanto mais quanto estas variações parecem atingir, com maior ou menor acuidade, todos os núcleos documentais(8) .

Um primeiro recurso para obviar à explicação da tendência decrescente que parece caracterizar o século XV, passa pela análise da evolução temporal de cada um dos tipos de documentos abrangidos(Cf.Gráfico nº 2).

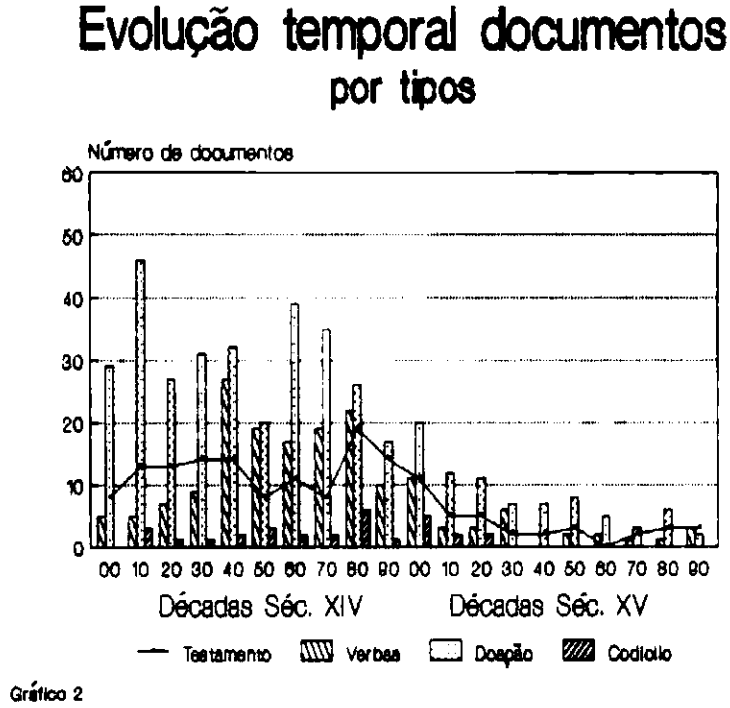


Gráfico 2

Pé-de-página (cont.)

seria de quatro testamentos, seis até 1440 e doze de 1440 a 1452.

No nosso caso se tomarmos em linha de conta apenas os testamentos e doações redigidos no século XIV a média anual é de 2,6.

(8) Cf. Quadro 1 em anexo.

No caso dos testamentos, o século XIV apresenta cerca de 76,6% do total destes documentos, enquanto do século XV provêm cerca de 22,6%. Para as doações, a desproporção entre as duas centúrias é ainda mais visível:77,8% para o primeiro e 20,7% para o segundo. Realce-se, ainda, que enquanto o testamento apresenta valores semelhantes para a primeira e segunda metades de Trezentos, respectivamente, 38.9% e 37,7%, as doações apresentam um decréscimo assinalável com 45,5% para os primeiros cinquenta anos e 35,3% para os segundos.

Contudo, se tomarmos em consideração o conjunto de testamentos e de verbas(9) , a diferença entre os dois séculos aumenta:79,3% para o XIV e 20,5% para o XV, ao passo que entre a primeira e a segunda metades de Trezentos se nota um acréscimo destes registos com 34,8% para 1300-1349 e 44,5% para 1350-1399.

Uma primeira conclusão a retirar indica, pois, que embora a doação por alma permaneça como um documento de forte implantação ao longo do século XIV, mercê a contrapartida espiritual que assegurava(10) , a sua

---

(9) O total deste conjunto é de trezentos e trinta documentos.

(10) As doações do século XIV explicitam, quase que na sua totalidade,as contrapartidas exigidas em troca do bem doado, enquanto as doações por alma dos séculos XI e XII se limitam a pedir a remissão das faltas. Cf. por exemplo as doações presentes no Liber Fidei. Sanctae Bracarensis Ecclesiae, edição critica pelo Padre

Pé-de-página (cont.)

tendência ao longo deste período foi para decrescer duma forma mais abrupta do que ocorre com outro tipo de registos, nomeadamente, com o testamento. Este, ao contrário da doação, parece ter tido o seu auge na segunda metade de Trezentos, conhecendo ao longo deste século uma tendência para o aumento da sua difusão, a que a possibilidade de revogabilidade não terá sido estranha.

Deste modo, e no que concerne ao século XIV, as conclusões extraídas parecem ir ao encontro do já afirmado sobre a difusão geográfica e social do testamento a partir do século XIII(11) , embora com uma amplitude menor e um ritmo mais lento do que a formulação jurídica poderia fazer supor.

No entanto, a queda de registos que o século XV apresenta parece vir, exactamente, em contradição com o atrás enunciado. Ao contrário do que ocorre em outros estudos(12) , o século XV ao invés de apresentar uma

---

Pé-de-página (cont.)
Avelino de Jesus da Costa,2 tomos, Braga, Junta Distrital de Braga,1965 e 1978 ou do mesmo autor em conjunto com Leontina Ventura e Teresa Veloso, Livro Preto da Sé de Coimbra, 3 vols, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977-79.

(11) Cf. Michel Vovelle, La mort et l'Occident de 1300 a nos jours, p. 150 e J. Chiffoleau, ob. cit., p. 76.

(12) Cf. Marie-Terese Lorcin,Vivre et mourir en Lyonnais a la fin du Moyen Age, Paris, CNRS, 1981, e os seus gráficos sobre a distribuição temporal dos seus documentos a pp. 192 e 193. A partir destes é visível que entre o século XIV e o século XV existe uma certa continuação em termos quantitativos, embora o maior

Pé-de-página (cont.)

continuação do século anterior, caracteriza-se pela descida abrupta. Porquê?

A resposta a esta questão parece estar, para nós, num conjunto imbricado de factores que vão desde o carácter das fontes portuguesas à especificidade da própria centúria.

Efectivamente, o manuseio de registos oriundos de cartórios eclesiásticos limita-nos, obviamente, o conhecimento aos documentos de maior interesse para o instituto em causa. Escapa-se-nos, assim, todos aqueles registos considerados secundários e depositados nos cartórios notariais, que, infelizmente, desconhecemos e que deviam atingir, neste final da Idade Média, uma importância antes desconhecida.

Com efeito, o acto escrito, nomeadamente o registo de últimas vontades, parece ter tido o tabelião como intermediário indispensável. A sua presença é atestada na maioria dos documentos. A ele eram ditadas as doações e as contrapartidas que se esperavam, a ele eram confiadas as disposições referentes aos bens herdados pelos familiares e, por vezes, a ele se estendia a generosidade do testador(13)

Pé-de-página (cont.)
número de documentos se encontre no primeiro século. Já no estudo de J. Chiffoleau a documentação aponta para uma grande importânc a do século XV.Cf. J. Chiffoleau, ob. cit., pp. 80-81.

(13) Entre outros exemplos ver :A.N.T.T., S. Domingos de Santarém,Cp 25, m 2-nº12 e Trindade de Santarém,m 6-nº 6.

O testamento predominante é, assim, o aberto(14) embora o cerrado e o nuncupativo estejam também presentes. Contudo, enquanto aquele permanece como apanágio duma reduzida élite(15) , o nuncupativo parece ter-se realizado em ocasiões especificas marcadas pela ausência de tabelião .

Nestes cartórios se deviam recolher os originais de múltiplos testamentos e a esses depósitos recorriam, frequentemente, as instituições pedindo cópias parciais ou gerais desses documentos.

Este estabelecimento duma rede tabeliónica cada vez mais eficaz terá, assim, contribuído, muito provavelmente, para a secundarização dos cartórios eclesiásticos como receptáculos privilegiados dos actos escritos, tanto mais quanto o conteúdo dos testamentos e doações sofria alterações relevantes.

E aqui reside um outro factor básico para a explicitação da queda ocorrida na centúria de Quatrocentos.

---

(14) Tomamos aqui como base a definição dada por António Joaquim de Gouveia Pinto, Tratado regular e prático de testamentos e sucessões, Lisboa, Oficina de Simão Thadeu Ferreira, 1813, p. 22. M. Vovelle,porém, recobre com a noção de testamento nuncupativo estas duas definições de aberto e nuncupativo. Cf. Piété baroque et déchristianisation, Paris, Ed. du Seuil, 1978,p. 47.

(15) Cf. M. Vovelle, ob. cit., p. 47 sobre a definição de testamento mistico, semelhante à noção de cerrado aqui considerada e António Joaquim Gouveia Pinto, ob. cit., p. p. 24 a 28.Entre os nossos documentos os testamentos escritos pelos próprios são oriundos, sobretudo, de clérigos, A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 9, nº 12 e m 14, nº 3; S. Tiago de Coimbra, m 3, nº 843.

Ao contrário do que é, por vezes, afirmado o século XV não se caracterizou por um afluxo significativo de bens em favor das instituições religiosas. Pelo contrário, este período parece ter sido marcado por um baixo nível de aquisições e por uma estabilidade dos patrimónios fundiários eclesiásticos(16) .

Em paralelo, é de crer que as doações mantivessem a sua tendência para decrescer mais rapidamente do que os testamentos(17) , enquanto estes delineavam novos contornos para a intervenção da Igreja e dos seus representantes no ritual da morte. Na verdade, mais do que o abandono do testamento enquanto acto escrito, facto de difícil explicação tanto mais quanto os séculos posteriores atestam

---

(16) O estudo do património do mosteiro de Alcobaça veio, exactamente, confirmar esta queda das aquisições no decorrer do século XV, conforme foi salientado por Iria Gonçalves, O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV, Lisboa, Univerisidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, pp. 23-62, especialmente as páginas dedicadas aos bens doados e legados.

(17) Ivo Carneiro de Sousa no seu estudo sobre legados pios feitos ao convento de S. Francisco do Porto refere que de entre as setenta e cinco fundações de missas, das quais conhece a forma de criação, cinquenta e nove foram fundadas por testamento enquanto apenas três foram criadas por intermédio de doações, o que reflecte bem a queda deste instrumento jurídico. Cf.Ivo Carneiro de Sousa, Legados pios do convento de S. Francisco do Porto. As fundações de missas nos séculos XV e XVI, separata do Boletim do Arquivo Distrital do Porto,1982, vol. I, p. 8.

a sua presença e difusão(18) , o que se deve procurar é uma mudança de posicionamento perante a morte. Assim, se o testamento tem tendência a impor-se como o documento privilegiado para a obtenção de contrapartidas espirituais, em detrimento da doação, este instrumento jurídico sofreu ao longo do século XV um reforço do seu carácter social, especialmente no que se refere à partilha do património familiar que, mais do que antes, se procura não pulverizar, e orientou-se para a definição clara da intervenção religiosa, buscando assegurar contrapartidas espirituais que visassem maiss a perenidade do que a quantidade(19) .

Para esta alteração terão contribuído as sucessivas leis promulgadas pelos monarcas portugueses, visando controlar a resolução das questões testamentárias e delimitar o afluxo de bens à Igreja. A obrigatoriedade, reiterada por D. João I, em 1427, dos bens deixados para aniversários e capelas serem entregues a leigos, de modo a manterem o seu estatuto profano, não terá sido estranha a esta mudança e diminuição de documentos(20) .

---

(18) Cf. Ivo Carneiro de Sousa, ob. cit., p. 6 onde o autor salienta que das oitenta e quatro fundações estudadas apenas vinte datam do século XV, correspondendo as restantes à centúria de Quinhentos.

(19) O estudo , mais em pormenor, dos rituais pedidos para remissão dos pecados permitirá explicitar esta mudança que se parece dar entre os finais de Trezentos e os inícios de Quatrocentos.

(20) Cf. Ordenações Afonsinas,Lisboa, Fundação Calouste

Pé-de-página (cont.)

No entanto, outros factores poderão ainda ter influído nesta descida. O usufruto de um período, relativamente longo, de paz e de estabilidade após os conflitos de finais do século XIV,a eclosão da expansão, com a consequente partida de individuos para outras partes do globo, abandonando os seus lares e familias em Portugal, podem constituir outros tantos elemntos coadjuvantes desta explicação, motivando tanto o primeiro como o segundo, embora por razões diferentes, uma descida assinalável destes registos.

Mas não é apenas na tendência global de comparação entre os dois séculos que as questões se colocam. Também nas flutuações de curta duração as dúvidas se levantam e a validade de certas afirmações é questionada.

Como já acima foi referido, a média de registos por decénio para o século XIV apresenta valores relativamente baixos:58,5 (21) .

Este número é ultrapassado nos decénios de 1310, 1340,1360,1370 e 1380. No entanto, se atendermos a cada tipo

---

Pé-de-página (cont.)

Gulbenkian, 1984, Livro II, Titulo VII, artigo XXXIIII, pp. 117 e 118 e artigo LXXXVIIII, p. 150. Uma sintese de alguma da legislação referente a estas questões foi feita por Ana Maria Rodrigues e Margarida Durães, "Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes", Actas de Arqueologia do Estado.1as jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII, Lisboa, História & Critica, 1988, vol. II, pp. 817 a 836.

(21) Cf. nota 7.

de documento em separado vemos que as doações apresentam valores mais elevados em 1310, 1360 e 1370 e os testamentos e as verbas em :1340, 1380 e 1360. Em comum, pois, apenas a década de 1360.

No global, os maiores números atingidos situam-se maioritariamente na segunda metade do século XIV, o que vai ao encontro dos ritmos de difusão do testamento, atrás enunciadas.

A interpretação destes ritmos apresenta-se, contudo, mais dificil. Se tomarmos como base de análise as recorrências ciclicas de peste ocorridas a partir da segunda metade de Trezentos, nomeadamente, a primeira erupção datada de 1348 (cf. gráfico nº 3), torna-se visivel o claro

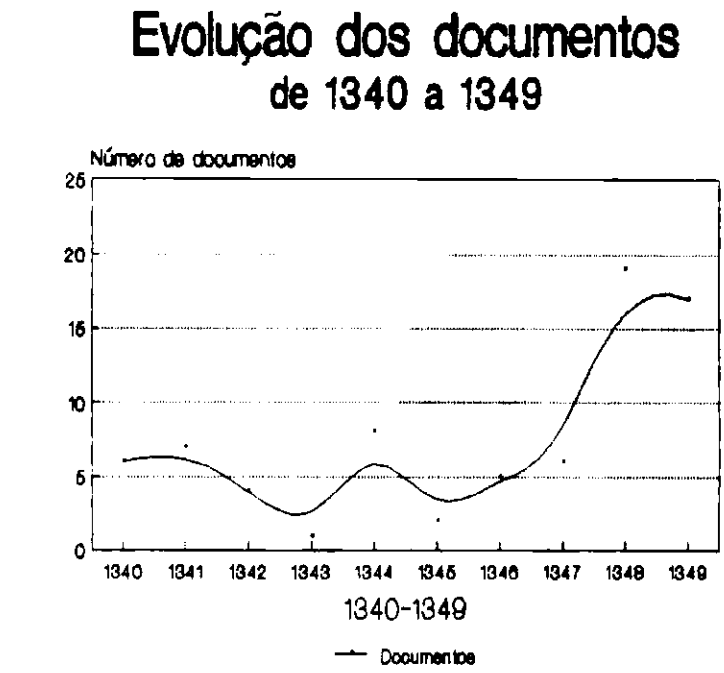


Gráfico 6

acréscimo de registos nesta década, em relação às anteriores, atingindo-se os níveis mais elevados de toda a centúria(22) . E se, logo nos anos seguintes, a tendência parece ir no sentido do afrouxamento dos documentos, convirá questionar até que ponto o ciclo de vida poderá ter sido interrompido pela Peste Negra, que grassou, maioritàriamente, entre os individuos em idade de testar, diminuindo, assim, o seu cômputo no que se refere aos anos posteriores.

Uma subida semelhante ocorre nas décadas de 1360 e 1380, com um hiato para a de 1370. Tanto a primeira como a segunda foram também elas marcadas pela eclosão de peste, principalmente em 1361-63, 1383-85 e 1389 (23) . Aliás, estes últimos anos foram ainda caracterizados pela junção dos efeitos da peste às consequências da guerra e das alterações sociais que, obviamente, revestiram duma maior acuidade os problemas trazidos pela nova recorrência da doença.

Curiosamente, o que a análise do gráfico nº 1 evidencia é que após uma irupção de peste, marcada pelo

---

(22) Esta década apresenta um total de setenta e cinco documentos assim distribuídos: catorze testamentos, vinte e sete verbas e trinta e duas doações, enquanto do ano de 1348 datam oito testamentos, três verbas e seis doações, o que contitui, dentro da referida década o valor mais elevado.

(23) Cf. Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p.21.

aumento dos registos, a tendência é para uma diminuição desses mesmos documentos, nos anos imediatamente posteriores, o que poderá denotar os estratos populacionais, que em geral, eram mais atingidos pela doença, desorganizando, assim, o ciclo normal de reprodução da vida.

Neste contexto, e embora não se possa afirmar que a peste funcionou como o único factor de explicação para o aumento do número de registos nesta centúria, a verdade é que, ele constitui um factor essencial a ter em linha de conta nesta análise, nomeadamente na interpretação da cronologia curta.

O medo cresceu, assim, ao longo destas décadas, tal como a testamentaria nos evidencia (24) Ele torna-se omnipresente tal como o é a consciência da fragilidade humana perante Deus(25) , embora estes não sejam sentimentos que se desenvolvessam apenas em função das vicissitudes dos séculos XIV e XV, mas,também, em resultado do crescente receio pelo castigo que adviria pelas faltas cometidas na terra e da

---

(24) A fuga era o meio mais utilizado para fazer frente à peste como já foi realçado para o caso português por Maria José Pimenta Ferro Tavares, A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV), separata da Revista de História Económica e Social, Lisboa, 1987.

(25) Cf. Jacques Chiffoleau," Pratiques funeraires et images de la mort a Marseille, en Avignon et dans le Comtat Venaissin (vers 1280-vers 1350)",La religion populaire en Languedoc du XIIIe siècles à la moitié du XIVe siècles, Cahiers de Fanjeaux, nº 11, 1976,p. 275.

crescente consciência do inevitável apego humano aos bens terrenos(26) .

2 - DISTRIBUIÇÃO SOCIOLÓGICA DOS TESTADORES

A doação de um bem e a fixação escrita dessa outorga, em troca duma contrapartida espiritual parece ter constituído uma preocupação básica de diferentes estratos populacionais da baixa Idade Média.

---

(26) Philippe Ariés na sua obra L'homme devant la mort,Paris, Ed. du Seuil, 1977,p. 130, refere este apego ao profano realçando que o que caracteriza estes dois séculos é um apego à vida que os anteriores não tinham conhecido. E ainda que este amor pela vida não possa ser atestado apenas com base na fonte testamentária, a verdade é que a preocupação que os testadores denunciam com o destino dos seus bens terrenos, não deixa de indiciar a presença desse apego.O mesmo sentimento é referenciado por Johan Huizinga, O declinio da Idade Média, Lisboa, ed. Ulisseia, s/d, pp. 145-158.

Em oposição a esta tendência a Igreja defendia o despojamento, ideia essa que é veiculada nas invocações presentes em alguns testamentos de que os bens usufruídos em terra tinham sido emprestados por Deus, tendo como finalidade a realização do bem e a salvação das almas.A.N.T.T., S. Pedro Coimbra, m 3, Doc. de 1300 e Santa Cruz de Coimbra, Lº 3, fl. 39-39v.

Com efeito, fosse através da doação, fosse através do testamento, homens e mulheres destas centúrias de Trezentos e de Quatrocentos procuraram, por via da escrita, assegurar a perenidade da intercessão por sua alma, descrevendo tendências comportamentais, por vezes, semmelhantes.

Na verdade é o que se parece poder depreender da análise da distribuição do corpo documental disponível(cf. gráfico nº 4), ao apontar para um relativo equilíbrio entre



Gráfico 4

testadores masculinos e femininos. Assim, enquanto os primeiros representam cerca de 48,2% do total dos documentos, os segundos surgem como responsáveis por 35,4%, ao passo que os actos elaborados em conjunto pelo casal representam apenas 16,1%.

Esta proporção não deixa de nos surpreender tanto mais quando o grupo feminino, responsável por estes actos e, cujo estado civil é conhecido, compreende um número maioritário de viúvas(27) ,mas apresenta, também, uma percentagem relativamente significativa de mulheres casadas.

Este equilíbrio deixa transparecer a noção de que tanto as doações como os testamentos eram actos celebrados não apenas pelo chefe de família, mas, também, pela mulher que, embora necessitando da autorização do cônjuge, zelava ela própria pela remissão das suas faltas.

No caso da viúva, sendo esta entendida como cabeça de casal, no seguimento do disposto nas Ordenações(28) , a sua presença como testadora vai ao encontro dos valores já enunciados para outros períodos(29) .

Contudo, se relacionarmos a distribuição dos documentos por sexo com a sua difusão no tempo, torna-se , visível uma diferente variação entre os registos oriundos de testadores masculinos e de testadores femininos. Assim, enquanto aqueles congregam no século XIV cerca de 81,2% dos documentos e no século XV 18,7%(30) ; os actos oriundos do

---

(27) O predomínio das mulheres viúvas como testadoras foi já assinalado por Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delá,p. 49 e por Lorcin, Vivre et mourir au Lyonnais, p. 60.

(28) Ordenações Afonsinas, Lº IV, Titulo XII, pp. 76 a 78.

(29) Cf. Ivo Carneiro de Sousa, ob. cit., p. 61.

(30) Em números os valores são, respectivamente: 265 e 61.

grupo feminino distribuem-se com 72,6% para a centúria de Trezentos e 27,3% para o período de Quatrocentos(31) .

Denota-se, assim, um decréscimo mais acentuado dos primeiros do que dos segundos, passando, mesmo, estes a suplantar, em número, aqueles.

Poderá esta diferente proporção reflectir a manutenção de uma ligação privilegiada entre o sexo feminino e os institutos religiosos? Constituirá isto um indício da existência de diferenças entre as práticas religiosas dos dois sexos, ou apenas um reflexo, especialmente no decorrer de Quatrocentos, da saída frequente de homens em favor de outras paragens?

Se atentarmos nas razões acima expostas para a explicação da queda de documentos no decorrer do século XV e se correlacionarmos esses factores com os números agora mencionados, torna-se visível que entre os dois grupos poderão ter existido diferentes ritmos de evolução no que se refere ao ritual da morte, variando as formas de vivência deste fenómeno.

No caso dos documentos redigidos pelos dois cônjuges, o seu decréscimo entre os dois séculos é também acentuado com 76,6% para o século XIV e 22,7% para o XV(32) Contudo, estes actos conjuntos representam, como já atrás

---

(31) Equivale a 175 documentos para o primeiro século e 66 para o segundo.

(32) Ou seja, respectivamente:85 e 25 registos.

assinalámos, uma parcela minoritária do total das fontes, evidenciando, assim, que a redacção de um testamento era um acto individual, celebrado por ocasião de uma doença, por idade avançada ou por factores exógenos que o reclamavam (33) . E embora o disposto no seu conteúdo dissesse respeito a toda a família e à própria comunidade em que o testador se inseria, o testamento não deixava de constituir um acto que respeitava, principalmente, à pessoa de que partia.

Já o mesmo não ocorria com a doação, que surge como o documento mais escolhido pelo casal. Não procurando a definição de herdeiro ou a partilha dos bens mas tão só a outorga especifica dum ou mais bens a uma instituição ou a um particular, em pagamento de serviços ou visando uma futura intercessão, a doação aparece como o documento no qual o casal, através duma oferenda, visava assegurar uma contrapartida espiritual mais ou menos eterna.

Se tivermos em linha de conta a evolução temporal dos registos, realça-se ainda o facto dos valores mais elevados apresentados pelos documentos de proveniência feminina, datarem dos decénios de 1380, 1360 e 1330,segundo os valores, tendo origem, na sua maioria, em testadoras viúvas.

---

(33) Sobra as razões subjacentes à redacção destes documentos, segundo o enunciado nas invocações cf.o capitulo II sobre a visão do Além.

Neste contexto, se a divisão dos testadores por sexo não coloca dificuldades, a sua classificação de acordo com o estado civil ou com a categoria sócio-profissional é já de difícil resolução,pois, em muitos casos, estes elementos não são referidos.

No que diz respeito ao estado civil, este é identificado em 73,6% dos registos, conferindo o valor mais alto aos testadores casados(cf gráfico nº 5). Logo em

Distribuição dos testadores
por estado civil

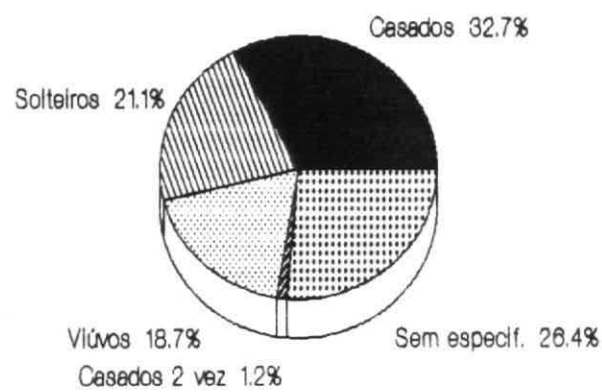


Gráfico 5

seguida, realçam-se os solteiros, na sua esmagadora maioria clérigos(34) e em terceiro lugar os viúvos onde as mulheres

---

(34) Considerámos como solteiros todos os indivíduos com cargos eclesiásticos, embora, pelo menos num caso, nos tivesse surgido um viúvo, o que torna provável a

Pé-de-página (cont.)

representam 80,4%. Considerámos, ainda, um quarto pequeno grupo, para testadores que referiam explicitamente serem casados mais de uma vez, mas a sua pequena representatividade não permite qualquer ilação(35) .

Como seria de prever, a mulher especifica mais amiúde o seu estado civil do que o homem(36) . Quando casada, ou mesmo quando viúva, a sua identificação é feita em função do nome e da categoria do marido; quando solteira a relação é, frequentemente, estabelecida com o pai(37) . Dai que apenas setenta mulheres não identifiquem o seu estado civil (cf. gráfico nº 6), enquanto nos homens o

---

Pé-de-página (cont.)

existência de outros clérigos com estados civis diferenciados.A.N.T.T., S. Salvador Santarém,m 1, nº 39.

(35) O total deste grupo representa, apenas, 1,5% do total dos testadores com estado civil identificado. Isto não significa que muitos dos testadores definidos como casados o não fossem pela segunda vez, mas nada permite afirmá-lo.A.N.T.T., S. Salvador de Coimbra, m 3, doc de 1385 e m 9, doc de 1433; S. Domingos de Santarém,m 7, nº 15; Sta Trindade Santarém, m 6, nº 23; S. Salvador Santarém, m 4, nº147; Sto Estevão de Santarém, m 1, nº 41, Sta Clara Santarém, m 3, nº 36 e Sé de Coimbra,2ªinc, m 7, nº330.

(36) Cf. M.T. Lorcin, ob. cit., p. 58.

(37) A identificação era ,por vezes, feita até com outros familiares como aconteceu com Maria Afonso que fez outorga de casas à igreja de S. Cristovão de Coimbra em 1369, e que se define como neta de João Afonso, prior.A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 13, nº13.

número cresce para cento e seis. De referir, ainda, que os

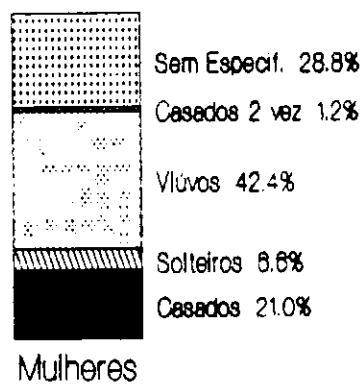


Gráfico 8

testadores masculinos mais identificados são os solteiros, pelo seu carácter clerical, enquanto os viúvos parecem ser uma pequena minoria(cf. gráfico nº 7). E embora a estrutura demográfica da baixa Idade Média possa indicar um casal-tipo, em que a mulher apresentava uma idade significativamente inferior em relação ao marido(38) , o que colocaria a morte deste como mais precoce, nem por isso os números apresentados para o testador masculino se tornam mais representativos. Na verdade, a causa principal reside no facto da identificação do homem não se fazer em função da

---

(38) Cf Michel Vovelle, La mort et l'occident de 1300 à nos jours, p. 97.

mulher, sendo esta, muitas vezes, referida por ser ela própria destinatária de doações especificas(39) .

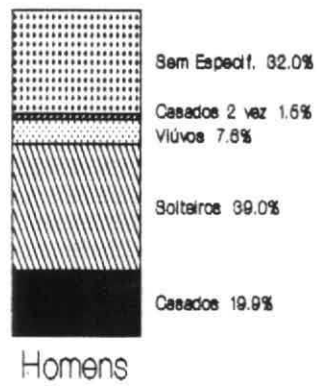


Gráfico 7

No que se refere à distribuição dos testadores por categorias sócio-profissionais, o universo considerado é ainda mais reduzido, apenas 54,2% referem dados possiveis de serem utilizados nesta classificação, compreendendo-se neste número as mulheres cuja identificação foi feita em função do cônjuge. Pelo que, a não integrarmos este grupo, a

---

(39) A cônjuge além de ser indicada, em alguns casos, como herdeira é, quase sempre, destinatária de doações de bens móveis e imóveis que os seus maridos lhe legam. Sobre este papel da mulher ver o ponto 2.1.do capitulo III.

percentagem seria ainda menor, já que apenas um pequeno número de mulheres refere dados especificos(40) .

De entre 54,2%, cerca de 20% são clérigos o que poderia indicar um elevado número de registos oriundos do interior do aparelho eclesiástico com consequências previsíveis na interpretação das fontes. No entanto, se tivermos em linha de conta que a identificação do clérigo como tal é quase que obrigatória neste tipo de registos, concluiremos que a restante documentação foi redigida por laicos, de proveniência social distinta.

Teremos, assim, que 79,6% dos testadores não partilham o estatuto eclesiástico, fazendo, deste modo, diminuir a representatividade daquele número.

Contudo,a importância quantitativa dos documentos redigidos por clérigos,que dificilmente poderá ser negada, deve ser explicitada à luz de três factores básicos: a lógica de preservação documental própria a cada instituição religiosa incidiria com especial acuidade sobre esta

---

(40) As testadoras femininas com indicação de profissão são, sobretudo, servidoras como Aldonça Fernandes, Catarina Fernandes, Maria Dona, Maria Eanes, Sancha Martins, Constança Pires ou Sancha Pires. Cf. A.N.T.T., S. Tiago Coimbra, m 10, nº 746; Sta Cruz de Coimbra, Lº 4, fl. 34-34v; Mosteiro de Celas, m 5, nº 37; S. João da Almedina Coimbra, m 2, nº34:; Sta Cruz de Coimbra, Lº 3, fl. 38v-39; S. Domingos Santarém, m 10, nº38; Trindade Santarém,m 3, nº48. Surgem ainda algumas mulheres com outras ocupações como Constança Eanes, moradora em Coimbra, lavradeira e Maria Esteves, padeira do mosteiro de S. Domingos Santarem. Ver A.N.T.T., S. Pedro Coimbra,m 1, nº 24; S. Domingos Santarém, m 7, nº 13.

documentação de origem eclesiástica, nomeadamente, quando, tal como esta, os seus redactores provinham dos estratos médios e superiores da hierarquia; em segundo lugar, a crescente obrigatoriedade de celebração do testamento agiria sobremaneira sobre os religiosos; e , por último, a identificação dos clérigos torna-os, num universo documental em que a ocupação sócioo-profissional de cerca de metade dos testadores é desconhecida, no grupo numericamente mais importante de entre os testadores com função referenciada.

Frente a estas limitações cabe realçar que os valores obtidos para cada estrato e as relações estabelecidas entre elas, valem não tanto como valores absolutos mas como indicadores e definidores de tendências no tempo e no espaço social.

Para obviar à classificação por funções estabelecemos sete grupos-tipo: nobres, clerigos, comerciantes,artífices, funcionários da administração central ou local, lavradores e um conjunto de diversos onde agrupámos diferentes profissões, nomeadamente servidores.

O estabelecimento de fronteiras entre grupos não é linear no que respeita à Idade Média. A definição dos limites para um grupo social como, por exemplo, o da nobreza torna-se difícil, senão mesmo impossível, de se fazer com absoluta fundamentação, nomeadamente, no que concerne aos

seus estratos inferiores, como é o caso dos escudeiros(41) . Frequentemente, esta noção recobre diferentes posicionamentos sociais, que vão desde o individuo de origem nobiliárquica aos indivíduos de maiores posses oriundos do grupo popular(42) , sobretudo nestes séculos terminais da Idade Média. Do mesmo modo, o grupo do funcionalismo compreende diferentes situações, desde representantes do poder régio, como almoxarifes, mordomos ou vedores, a pequenos funcionários locais. Esta variação implica, muitas vezes, a junção dum titulo nobre com o desempenho dum cargo administrativo. Nestes casos, optámos pela sua classificação no interior do grupo nobiliárquico.

O acesso destes grupos à redacção de testamentos e doações é variável(cf. gráfico nº 8), distribuindo-se os

---

(41) Já José Mattoso referiu no seu estudo sobre "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média", Portugal Medieval, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984, p. 289, que, no decurso do século XV, "os contornos da nobreza inferior se tornam(...) menos nitidos".

(42) Cf. Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 265 e 266 onde o autor refere que a designação de escudeiro se podia também aplicar aos cidadãos de grandes posses, mas sem titulo nobiliárquico e Ângela Beirante, Santarém Medieval, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, onde esta amplitude da noção de escudeiro é, também, realçada.

valores mais elevados pelos clérigos, seguidos pelos nobres e funcionários. Aliás, estes três conjuntos representam cerca de 71,2% dos testadores com indicação de categoria sócio-profissional, o que nos remete para a noção de que tanto o testamento como a doação se mantiveram, ao longo deste período, como actos oriundos duma élite económica e social(43) .

Distribuição dos testadores
por categorias sócio-profissionais

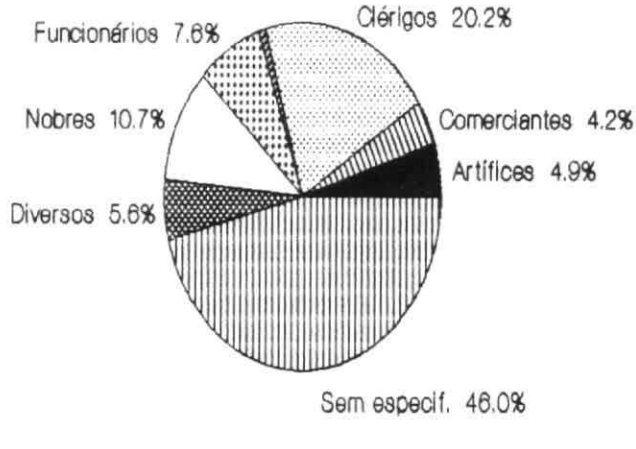


Gráfico 8

E embora estes valores sejam válidos apenas para metade da documentação disponível, nada contribui para que a tendência que se desenha com as informações disponíveis não permaneça válida para o conjunto. Assim, a existir uma

---

(43) Cf. M. Vovelle, La mort et l'Occident de 1300 a nos jours, p. 150.

democratização da prática testamentária, ela assume, nestes séculos, um ritmo lento. O acesso de artífices e mesmo de indivíduos ligados ao comércio à redacção destes documentos, parece ter-se realizado lentamente, tocando primeiro os estratos superiores destes grupos(44) .

O universo documental considerado exclui, no entanto, dois conjuntos de indivíduos: os não possidentes que por nada terem, nada testavam e os rurais. Na verdade, este grupo parece afastado da redacção testamental, pelo menos no que respeita ao universo analisado. Se por um lado, a explicação se poderá procurar no facto dos núcleos documentais compulsados serem, essencialmente, urbanos, por outro, esta ausência tão notória poderá evidenciar um real afastamento deste grupo social em relação à sucessão escrita, mercê o, aparentemente, lento ritmo de difusão desta prática (45) .

Contudo, no interior de cada um dos grupos considerados o equilíbrio entre os diferentes estratos, parece variar de acordo com o carácter económico do centro considerado.

---

(44) Para J. Chiffoleau a difusão do testamento opera-se primeiro nas cidades e , só mais tarde, no campo. Cf. ob. cit., pp. 49 a 57.

(45) Embora a área de influência de cada instituição inclua populações de núcleos adjacentes a Coimbra, Santarém e Torres Vedras, a verdade é que a presença de trabalhadores do campo é quase que inexistente.

Assim, no interior do grupo nobre, que surge como benfeitor de diversos institutos sediados, indiferentemente, em Coimbra, Santarém ou Torres Vedras destaca-se um grupo numeroso de escudeiros residentes nesses centros(46) . Eescudeiros e cavaleiros esses que exerciam, muitas vezes, cargos locais(47) , e que constituiam as bases de dotação de diferentes igrejas e mosteiros, mantendo mesmo, em alguns casos, uma ligação que percorria o casal(48) .

A par destes, outros estratos surgem, que, embora mantendo ou não uma relação fixa com a vila em causa, aparecem, esporádicamente, como benfeitores de certas instituições ai localizadas.

Em Coimbra, realçam-se nomes como o de Soeiro Mendes Petite que em 1303 dotou o mosteiro de Santa Cruz com alguns

---

(46) Para efeitos de contagem considerámos como fazendo parte do grupo nobre todo o individuo que apresentasse a designação de escudeiro, apesar das dúvidas que tal designação coloca.

(47) É o caso, por exemplo, de Francisco Eanes, cavaleiro do rei e vedor da rainha D. Isabel em Coimbra. A.N.T.T., Sta Cruz de Coimbra, Lº 8, fl. 66v-67v.

(48) Ver o capitulo III sobre a escolha de sepultura onde esta ligação é, especialmente, visivel.

bens(49) , o de D. Vataça com os seus dois testamentos de 1323 e de 1326(50) ,o de D. Margarida Cogominho, viúva de Nuno Fernandes Cogominho (51) além de doações esporádicas de monarcas como D. Afonso IV(52) ,ou D. Fernando(53) .

Já em favor de institutos religiosos instalados em Santarém, encontramos, para o século XIV, nomes como o do conde João Afonso Teles de Menesses que outorgou a S. Domingos de Santarém uma renda anual(54) e de sua esposa D.

---

(49) Este nobre doou a Santa Cruz uma herdade e um olival além da sua cama quando morresse. A.N.T.T., Sta Cruz, Lº 4, fl. 128-129. Soeiro Mendes Petite teria sido alcaide de Santarém em 1289, segundo Ângela Beirante, Santarém Medieval, p. 196. Filho de Estevão Mendes Petite, casou com D. Maria Eanes, filha de João Pires Bochardo e de Maria Dade.Cf. Livro de linhagens do conde D. Pedro, edição critica de José Mattoso, Portugaliae Monumenta Historica, nova série, 2 vols, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980,vol 1, p. 38.

(50) Cf. os estudos já citados de Maria Helena Coelho e Leontina Ventura sobre os bens desta nobre,respectivamente: Os bens de Vataça, separata da Revista de História das Ideias, vol. 9, Coimbra, 1987 e Vataça-uma dona na vida e na morte, separata das Actas das II Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, Porto, 1986.

(51) A.N.T.T., Sta Clara Coimbra, m 3,nº 9.Cf. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, vol. 1, p. 356.

(52) A.N.T.T., Sta Clara Coimbra, m 6, nº 14.

(53) Ibidem,m 8, nº1.

(54) A.N.T.T., S. Domingos Santarém, m 9, nº18.Tio de Leonor Teles, D. João Afonso casou com D. Guiomar de Villa-lobos e foi fundador do mosteiro da Graça de

Pé-de-página (cont.)

Guiomar de Villa-lobos(55) , o de João Simião, mordomo de D. Dinis em Santarém onde, em conjunto com sua mulher, D. Maria Guilherme, detinha várias propriedades(56) , o de João Viegas, cavaleiro e também grande proprietário na região(57)

Pé-de-página (cont.)

Santarém. Cf. Ângela Beirante, ob. cit., p. 88,177,198 e 262.Embora Braamcamp Freire indique como data da sua morte o ano de 1381, esta verba indica a data de Janeiro de 1383 para a redacção do seu testamento. Braamcamp Freire, Os brasões da sala de Sintra, 3 vols, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973 , vol II, pp. 244-245.Do mesmo modo, Maria José Ferro Tavares, data de 1381, a sua morte, enunciando o rol de doações que lhe foram feitas por D. Fernando e referindo a sucessão no titulo do Conde de Barcelos, de seu sobrinho D. João Afonso. Ver Maria José Ferro Tavares, "A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-85", Revista de História Económica e Social, nº 12, Lisboa, 1983, pp. 59-60. Daqui se deduz que a data fornecida pela cópia de 1409 deverá estar errada, não sendo possível o testamento de D. João Afonso datar de 31 de Janeiro de 1383.

(55) Cf. A.N.T.T., S. Domingos Santarém, m 9, nº21 de 1409.

(56) No ano de 1330 João Simão e sua mulher outorgaram ao mosteiro de S. Domingos vários hastins de terra na Valada e em Capa Rota,. A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, , m 2, nº2. Segundo Ângela Beirante ele era mordomo régio, ob. cit., p. 97. De acordo com o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, vol. 1, pp. 27-28,seria filho de Teresa Rodrigues e de D. Simão de Urro. No entanto, as informações que sobre ele possuímos apontam-nos, ainda, para o facto dele ser proprietário de outros bens na região.A ele e sua mulher, quando viúva, pertenciam, entre outras, a quintã do Carvalhal e uma outra que fora de João Martins Beledinho , além de um herdamento em termo de Alcanede e que é aforado com a condição de os foreiros aí fazerem quatro casais e de os habitarem.A.N.T.T.,S. Domingos de Santarém, Cp 25,m 1, nº19,21,22,26 e 28; m 2, nº9,10,18,20 e 34.

(57) Cf. Ângela Beirante, ob. cit., pp. 72,89, 155, 178, 218. Em 1337 doou ao mosteiro de S. Domingos propriedades em Toxe, A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 3, nº 20.

o de Teresa Rodrigues de Meira, viúva de Afonso Pais Novais, e o de seu filho Martim Novais, clérigo(58) . Para o século XV, destacam-se os nomes de personagens com assento no Conselho Real como João Afonso de Santarém(59) , Gonçalo Vaz Pinto e sua esposa Inês Rodrigues de Góis(60) , Dr. João Pereira e Guiomar Fernandes de Monterroio(61) , além da familia Casal, cujos membros, ao longo destes séculos, dotaram as instituições religiosas locais com destaque para Garcia Martins e Pero Afonso do Casal(62) .

---

(58) A.N.T.T., S. Domingos Santarém, m 3, nº5; Sta Clara Santarém, m 5, nº 190/191, m 8, nº472/473 e m 7, nº 337.Martim Novais era frade naquele mosteiro dominicano.

(59) A.N.T.T., Trindade de Santarém, , m 8, nº6 onde consta o seu testamento de 1426 pelo qual instituiu o hospital de Jesus Cristo.Cf. Ângela Beirante, ob. cit., pp. 74,85,198,201 e 256 e Maria José Ferro Tavares, Pobreza e morte em Portugal na Idade Média, Lisboa, Presença, 1989, pp.134-135. Pertencia ao Conselho real e foi alcaide mór de Santarém em 1403.

(60) A.N.T.T., Sta Clara Santarém, Lº 6, fl. 15v-17v, de 1478, data em que Gonçalo Vaz Pinto era já morto, sendo o testamento de sua mulher. Sabe-se, contudo, que ele foi membro do Conselho e vedor da fazenda das partes de África no reinado de D. Afonso V.A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Lº11, fl. 98; Lº 26, fl. 23v e Lº 29, fl. 167.

(61) A.N.T.T., Sto Estevão Santarém, m 3, nº138.Cf. Ângela Beirante, ob. cit., p. 165.

(62) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 2, nº 30 e nº 34 e m 11, nº17.Sobre a familia Casal, ver Eugénio de Andrêa da Cunha Freitas, "Gerações medievais portuguesas", in Anais da Academia Portuguesa de História, 2ª série, 12, 1962, pp. 197-205.

Este rol de nomes atesta a frequência de Santarém por membros da média e, mesmo, da alta nobreza, prosseguindo uma tendência que se parece ter iniciado já no século XIII(63) . É de realçar, porém, que o século XV parece ter trazido para Santarém, uma nobreza ligada de sobremaneira ao rei e dele dependente no que se refere à sua ascensão.

Aliás esta dependência em relação ao monarca, é também atestada no grupo que denominámos do funcionalismo. Mais do que detentores de cargos na administração local o que encontramos são funcionários régios como almoxarifes(64) alcaides-menores (65) , contadores(66) , vedores de armazéns(67) e juízes(68) , além de um número significativo

---

(63) Ver José Mattoso, "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média", Portugal Medieval- novas interpretações, pp. 282 e 283.

(64) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 9, nº 789; m 3, nº522; m 14,nº 332; m 17,nº 630, m 1, nº 286, Santa Clara de Coimbra, m 18, nº 36; Sta Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 36-36v; S. Salvador Coimbra, m 16, doc. de 1392,respeitando todos estes documentos a Afonso Eanes, almoxarife em Coimbra,e de Constança Esteves,sua mulher .O mesmo cargo exerceu em 1423 Rodrigo Esteves, A.N.T.T., S. Tiago Coimbra, m 2, nº 38 e Domingos Lourenço, almoxarife em Torres Vedras, A.N.T.T., Santa Maria do Castelo, m 22, nº 20.

(65) A.N.T.T., S. Salvador Coimbra, m 16, doc de 1480; Sé de Coimbra, 2ª inc, m 5, nº 268.

(66) A.N.T.T., S. Martinho Santarém, m 1, nº 16; Sta Clara Santarém, Lº 6, fl 29v-31.

(67) É o caso de Estevão Vasques, casado com Maria Domingues, e vedor do armazém de D. Fernando, A.N.T.T., S. Domingos Santarém, m 5, nº 18 e m 7, nº 27.

(68) A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 4, nº 20.

de tabeliães e de escrivães(69) , o que reforça a afirmação acima feita de que a prática testamentária se mantinha como atributo duma aristocracia, de incidência local ou mesmo, nacional.

Algo semelhante ocorria com o grupo dos clérigos onde se evidenciam os religiosos oriundos dos estratos superiores do clero urbano, com destaque para os raçoeiros das diferentes colegiadas de Coimbra, de Santarém e de Torres Vedras. Em conjunto com estes surgem alguns bispos como Pedro Martins(70) , Estevão Eanes Brochardo(71) e Raimundo Ebrard(72) , para além dum número, também

---

(69) A.N.T.T., Sta Cruz de Coimbra, 2ª inc., m 59, nº 3, Lº 7, fl. 39-39v,Lº 3, fl. 55-55v, Lº 7, fl. 41-41v; S. Tiago de Coimbra, m 5, nº498; S. Cristovão de Coimbra, m 14,nº12; Sta Clara Coimbra, m 9, nº 40, 23 e m 2, nº 21; S. Cristovão de Coimbra,m 7, nº 20; Sta Justa de Coimbra, m 2, nº13; S. Tiago de Coimbra, m 5, nº197; S. Domingos Santarém, m 7,nº 23 e nº 38, m 8, nº 1 e nº 9 e m 9, nº 39; Sta Clara de Santarém, m 6, nº 229/230 e m13, nº 962/963; Trindade de Santarém,m 6, nº21, m 8, nº 17; Sto Estevão de Santarém, m3,nº 102; Sta Maria Alcaçova de Santarém, m 6, nº 118.

(70) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 6, nº 309. Segundo o Pe Miguel de Oliveira, D. Pedro Martins foi bispo de Coimbra entre 1296 e 1301, História eclesiástica de Portugal, 4ª ed, Lisboa, União Gráfica, 1968, p. 436.

(71) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 47, nº 1876. Foi bispo entre 1304 e 1318. Ver Pe Miguel de Oliveira, ob. cit., p. 436.

(72) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 25, nº 1070 e m 93, nº 4464. Foi bispo entre 1319 e 1324, sendo sobrinho de D. Aimerico Ebrard, que fora também bispo.Pe Miguel de Oliveira, ob. cit.,p. 436.

relativamente importante, de membros do clero regular. De realçar, ainda, que, como seria de prever, das instituições religiosas sediadas em Coimbra provieram a maioria dos documentos redigidos por clérigos, cerca de 72,8%, o que denota a importância deste grupo social no núcleo urbano em causa, ao longo destes séculos. Com efeito, a localização da Sé na vila, com todo o seu aparelho numeroso e hierárquico de religiosos, conjuntamente com algumas grandes colegiadas, também aí sediadas, tansformava Coimbra num pólo onde a pressão numérica e social do clero, não pode ser ignorada.

*

Não usufruindo de titulo nobiliárquico, mas detentores de fortunas consideráveis e de poder sobre homens e coisas, surgem, ainda, alguns mercadores de Coimbra e de Santarém, legando bens em favor de instituições como a Sé de Coimbra, os mosteiros de Santa Clara das duas vilas e o de S. Domingos de Santarém(73) .

Neste grupo considerámos, básicamente, dois estratos: o dos mercadores e cidadãos(74) e o dos

---

(73) Estas três instituições não esgotam o conjunto das doações feitas por estes mercadores, mas estes parecem ser, contudo, os alvos privilegiados.Cf. o capitulo IV sobre a área de influência de cada instituição.

(74) Sobre a noção de mercador e cidadão ver Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, pp. 265 a 268.

almocreves, denominação que recobre individuos de menores posses.

De entre os primeiros, surgem alguns nomes que mercê os seus testamentos e doações, evidenciam uma riqueza considerável.

É o caso, por exemplo, de Estevão Domingues, morador em Coimbra(75) , cuja herança, deu origem a um registo minucioso dos bens(76) , e mostra a extensão do seu património. O mesmo ocorre com outro grande mercador de Santarém, também chamado Estevão Domingues, casado com Domingas Pires.

Moradores na Rua dos Mercadores(77) , este casal procedeu a várias compras de bens no decorrer da segunda metade do século XIII e inicios do século XIV(78) , tendo ele próprio Estevão Domingues exercido o cargo de Juiz dos orfãos por volta de 1332(79) . Tendo dotado duma forma

---

(75) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, nº632.

(76) A.N.T.T., Sta Clara Coimbra, M 6, nº 6

(77) Cf. Ângela Beirante, ob. cit., p. 73.

(78) Em 1288 comprou uma vinha e um olival em Manços, em 1333 uma adega perto da ferraria,em 1338 uma vinha na Valada, em 1341 adquiriu as propriedades que o rabi Guedelha tinha além da Ponte de Ulme e que tinham sido de Nicolau Domingues e em 1343 uma herdade de sete hastins em Trava. A.N.T.T., S. Domingos Santarém,Cp 25, m 1,nº 12; m 3, nº6,nº34, nº36 e m 3,nº22.

(79) A.N.T.T., S. Domingos Santarém,Cp 25, m 3, nº 6.

assinalável o convento de S. Domingos de Santarém(80) , Estevão Domingues e sua mulher surgem inscritos no Livro de Aniversários deste convento, a par de algumas das mais importantes familias da vila, como os Casal, os Novais e os Tosse e de personagens como João Simião(81) , procurando, assim, a eternização da sua lembrança.

Estes representantes duma aristocracia local, cujas actividades são, em geral, desconhecidas, para lá das suas preocupações com o património fundiário, constituiam, no dizer de Oliveira Marques, a "aristocracia do dinheiro"(82) rivalizando com os nobres na dotação dos institutos religiosos e na detenção de um estatuto de benfeitores.

Mas não eram apenas os funcionários e os grandes mercadores ou almocreves que procuravam a remissão das suas faltas. Outros grupos da população urbana recorriam à prática testamentária, com realce para os artifices e mesmo para alguns servidores de clérigos ou de nobres.

Entre os primeiros destacam-se os artesãos ligados à produção de artigos de vestuário como sapateiros(83) e

---

(80) A.N.T.T, S. Domingos Santarém, m 2, nº 21 e m 4, nº 24, 25 e 36; S. Domingos Santarém, Cp. 25,m 4, nº 11.

(81) Ver apêndice documental onde o referido livro se encontra transcrito.

(82) Cf. Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 266.

(83) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 3, nº5 e m7, nº 10; S. Tiago de Coimbra, m 6, doc de 1337; S. Paulo de

Pé-de-página (cont.)

alfaiates(84) , além de uma série de outras actividades como as de pedreiro(85) ,carpinteiro(86) , ferreiro(87) trapeiro(88) cutileiro(89) , tecelão(90) , caldeireiro(91) , evidenciando a extrema divisão do trabalho prevalecente na Idade Média.

Detentores prováveis de uma oficina, as suas doações não rivalizavam com as grandes outorgas dos grupos acima mencionados, limitando-se, muitos deles, à entrega de um ou outro talho de terra em troca de um ou mais aniversários.

Alguns servidores de clérigos(92) , merceeiros(93) e membros de profissões liberais como o cirurgião Gil

---

Pé-de-página (cont.)
Almaziva, m 4, nº145; Trindade de Santarém, m 2, nº 7b; Santa Maria do Castelo Torres Vedras, m 22, nº27.

(84) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 15, nº20; Santa Clara de Santarém, m 6, nº 209/210; S. Miguel de Torres Vedras, m 1, nº6; S. Pedro Torres Vedras, m 1, nº 30.

(85) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 8, fl 82v-83; Trindade Santarém, m 4, nº36 e nº 46.

(86) A.N.T.T., S. Salvador Coimbra, m 5,doc de 1312.

(87) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 10, nº11, m 18, nº 1 e m 15, nº 15

(88) A.N.T.T., Mosteiro de Celas, m 6, nº5.

(89) A.N.T.T., S. Salvador Santarém, m 5, nº 196.

(90) A.N.T.T., S. Domingos Santarém ,m 5, nº41; Trindade Santarém, m 4, nº 24.

(91) A.N.T.T., Trindade Santarém,m 6, nº 13.

(92) A.N.T.T., Santa Clara Coimbra, m 17, nº12 e m 18, nº 12; S. Tiago de Coimbra, m 10, doc de 1415; Santa Cruz de Coimbra, Lº 4, fl. 34-34v,Idem, Lº 3, fl. 38v-39;

Pé-de-página (cont.)

Rodrigues de Góis(94) e o mestre de gramática Pero Domingues(95), fazem também parte deste universo de testadores, descrevendo um leque variado de actividades.

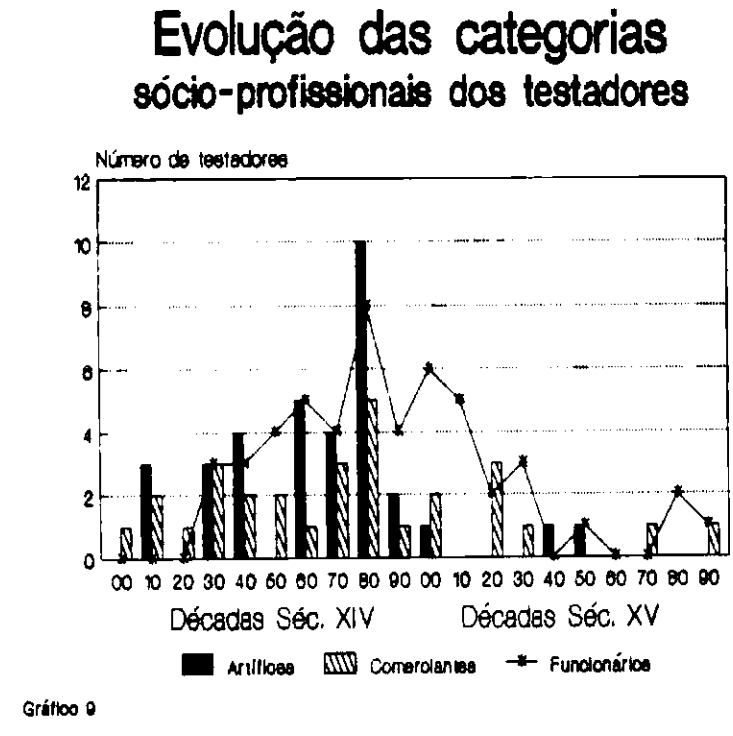


Gráfico 9

Pé-de-página (cont.)

Idem, 2ª inc., m 6, doc de 1367; Mosteiro de Celas, m 5, nº 37; S. João da Almedina, m 2, nº 34; Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 26, nº 12; S. Domingos Santarém,CR, m 10, nº 38; Trindade de Santarém,m3, nº 48 e m 5, nº 11 .

(93) A.N.T.T., Santa Justa Coimbra, m 19, nº 400; Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m 4, doc 1367, m 6, doc de 1373; S. Tiago de Coimbra, m 12, doc de 1366.

(94) Este cirurgião, casado três vezes, fez o seu testamento e três codicilos no ano de 1385, tendo instituído uma capela na Sé de Coimbra.A.N.T.T., Sé de Coimbra, m 7, nº 330, nº 332, nº 332B, e nº 363.

(95) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 79, nº 3403.

E se todos estes grupos evidenciam uma queda no século XV, a variação dos registos entre a primeira e a segunda metade de Trezentos, apresenta curiosas evoluções.

Da análise dos gráficos 9 e 10 conclui-se que das categorias sócio-profissionais que considerámos, apenas os clérigos e os nobres apresentam uma descida entre os primeiros e os segundos cinquenta anos do século XIV. Todos os restantes evidenciam subidas mais ou menos acentuadas: os artifices sobem para o dobro, os individuos ligados ao comércio ultrapassam, embora lentamente, o valor anterior, os funcionários atingem o quadruplo do anterior valor.

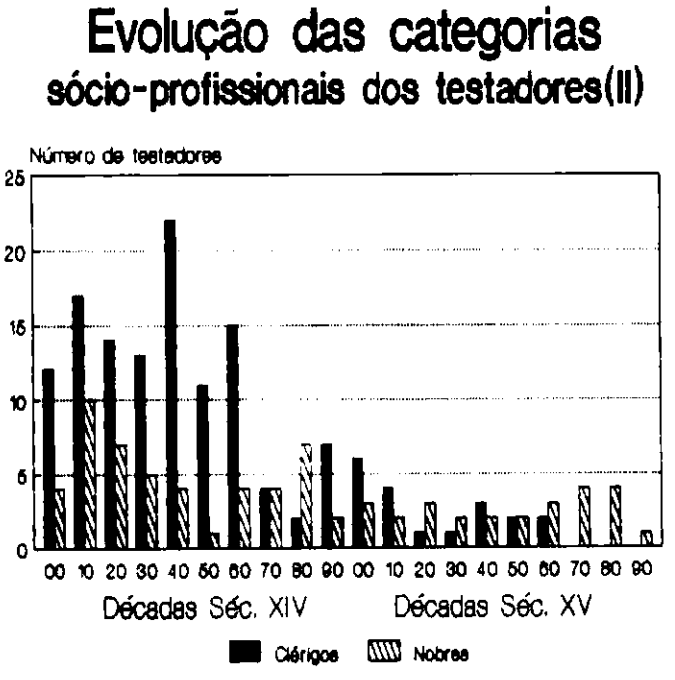


Gráfico 10

Estes montantes e a sua evolução não podem deixar de evidenciar a difusão duma prática, que a ausência de fontes para os anos seguintes, não permite analisar

quantitativamente, mas que se terá mantido na sua tendência ascendente, acompanhando a própria difusão do instrumento jurídico testamentário.

Neste contexto, o século XIV surge cada vez mais como um século de transição,durante o qual o acto escrito de sucessão se manteve como apanágio duma élite, ao mesmo tempo que o acesso por parte de outras camadas sociais à prática testamentária, se foi, lentamente, operando.

C A P Í T U L O I I

II- A VISÃO DO ALÉM

1 - A OMNIPRESENÇA DA MORTE E O RECEIO DO ÚLTIMO DIA

Tanto o registo de últimas vontades como o instrumento de doação surgem e difundem-se neste final da Idade Média como documentos de forte conteúdo escatológico e religioso. Ao contrário do que ocorria no direito romano onde o pendor laico era marcante(1) , os actos escritos que aqui nos ocupam, oriundos das centúrias de Trezentos e de Quatrocentos, apresentam um claro objectivo espiritual que os enforma e caracteriza.

E embora essa motivação escatológica esteja subjacente a todo o documento, a explanação do seu verdadeiro conteúdo religioso tendeu a concentrar-se no inicio do mesmo (2) . É assim, que logo nas primeiras linhas destes actos se apreendem as motivações da sua redacção e que impeliram o indivíduo em causa a distribuir o seu património.

---

(1) Jacques Chiffoleau, La comptabilitè de l`au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d`Avignon à la fin du Moyen Age (vers 1320-vers 1480), Roma, École Française de Rome, 1980, p. 36.

(2) Cf. Ângela Beirante, "Para a História da morte em Portugal (séculos XII-XIV)", Estudos de História de Portugal, vol. I, Lisboa, Estampa, 1982, p. 373.

A invocação da Trindade com a frase "Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo"(3) , encima a maioria dos documentos, a que se segue, em geral, a identificação do testador ou do doador através do nome e de outros dados que variam consoante os casos: residência, profissão, estado civil, identificação do cônjuge. Frequentemente, a estes elementos eram conjugadas frases como "com todo o meu siso e com todo meu entendimento"(4) ; "são do corpo e doente da alma"(5) ou era enunciado apenas que a outorga era feita por livre vontade .

Após esta introdução mais ou menos fixa e onde a invocação divina estava já presente, seguia-se o preâmbulo propriamente dito onde as motivações da doação eram explicitadas com maior ou menor pormenor.

O estabelecimento duma tipologia destes componentes e dos respectivos limites de variação constituíram duas tarefas básicas que se nos apresentaram como basilares para a apreensão da visão do Além, presente nestes documentos.

---

(3) Ibidem , p.367.

(4) Os documentos que apresentam esta fórmula são demasiado numerosos para ser possível uma citação total.O uso frequente desta frase foi já atestado por Ângela Beirante, ob. cit., p. 367

(5) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m 6, nº 8.

A diversidade parecia, à primeira vista, quase que inesgotável(6) , não apenas nos temas mas, sobretudo, na sua conjugação. Na verdade, o enriquecimento dos preâmbulos mercê a justaposição de fórmulas religiosas e de frases propiciatórias e de contrição, presente em alguns destes documentos, parece ter constituido uma característica marcante do período em causa.

Além do gosto pela redundância que alguns destes preâmbulos denunciam, eles exprimem, sobretudo, uma cristianização do ritual da morte(7) .

Com efeito, o investimento religioso desta passagem iniciava-se muito antes da sua concretização. A preparação da "boa morte", da "morte cristã" começava com a redacção de um testamento ou com a outorga de um bem material em proveito da alma,que consagrava o despojamento dos bens terrenos feito pelo Homem, e o reiterar da fé que o doador professava(8) .

---

(6) Cf.Michel Vovelle, Pieté baroque et déchristianisation, Paris, Ed. du Seuil, 1978, p. 57 onde a partir do seu estudo, centrado no século XVIII, este Autor afirmara já a existência duma diversidade extrema das fórmulas tabeliónicas.

(7) J. Chiffoleau, afirma que o crescimento do preâmbulo operado nestes séculos denuncia uma acentuada cristianização do ritual da morte e uma evolução do gosto no sentido da redundância pela multiplicação de figuras de estilo, desconhecidas nos séculos anteriores. La comptabilité de l`au-delá.,p. 107.

(8) A necessidade de preparar a morte surge referida amiúde em diferentes tipos de fontes. É assim que em algumas

Pé-de-página (cont.)

Daí que os preâmbulos destes actos além de conterem as motivações da sua redacção, englobem ainda, frequentemente, uma verdadeira profissão de fé espelhando o posicionamento do Homem medieval perante a divindade.

Redigidos, na sua maioria, por tabeliães e enfermados, pois, de estereótipos notariais, torna-se, por vezes, difícil de discernir nestes actos entre, por um lado, o contributo do redactor e do modelo consignado e por outro a vontade individual de cada doador.

Pé-de-página (cont.)

crónicas dos monarcas das primeiras dinastias se encontram referências a esta preparação, surgindo a descrição da morte do rei como um modelo a seguir. Na Chronica delrey Dom Diniz de Rui de Pina no capitulo XXXI, p. 309 escreve o autor "E com esto sendo ha doença delRey cada vez mais perigoza e mortaal, teendo muy craro conhecimento, que hos dias de sua vida se acabavam, elle como Princepe virtuozo, prudente e muy catolico proveo seu testamento, que tinha feyto cõ grande devaçam, e muito temor de Deos".

O mesmo cuidado com a preparação da morte está também presente na Chronica do Senhor Rey D. Duarte, do mesmo autor, a capitulos XLII, p. 573 onde aquando da morte deste monarca Rui de Pina escreve "..e dahy se foy a Tomar(...) onde logo adoeceo de febre mortal, que doze dias nunqua o leixou, e entrando nos treze(...)em que grande parte do Sol foy cris, deu sua alma a Deos(...) e certo, segundo ho grande arrependimento de seus pecados que mostrou e a fervente devaçom com que todollos sacramentos recebeo e o testamento de descargos que fez, assy he de crer piedosamente".

A boa morte era assim a morte "preparada" e " sentida" , era a morte cristã em que o moribundo tinha tempo para preparar o seu testamento,para se arrepender das faltas cometidas e para receber os últimos sacramentos. Cf. Crónicas de Rui de Pina, introdução de M. Lopes de Almeida, Porto, 1977.

O estabelecimento duma relação unívoca entre o tabelião e o conteúdo expresso rapidamente se mostrou destituido de qualquer viabilidade.

Tendo tomado como base de análise os tabeliães que surgiam como responsáveis pela elaboração no mínimo de quatro actos(9) e tendo procedido à análise do conteúdo dos seus preâmbulos, tornou-se notório que a repetição das fórmulas era mais frequente entre documentos de diferente origem tabeliónica do que entre os actos redigidos pelo mesmo indivíduo(10) .

Tal como afirma Vovelle as fórmulas notariais não eram inertes nem autónomas , adaptando-se às mutações da sensibilidade colectiva e sofrendo a influência da pressão social que sobre elas actuava e que conduzia à valorização de certas fórmulas em detrimentos de outras(11) .

Do mesmo modo, o cotejo de documentos redigidos por tabeliães com actos redigidos pelos próprios, nomeadamente

---

(9) Cf. anexo nº 2 onde se encontra a lista de tabeliães que se apresentam como redactores dos documentos compulsados.

(10) Isto não significa que não ocorram casos em que a repetição duma dada fórmula acompanha a maioria dos documentos redigidos por um mesmo tabelião. É o que ocorre, por exemplo, com Afonso Domingues, tabelião de Santarém, que em três dos documentos por ele redigidos repete o mesmo preâmbulo. A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 2, nº 26 e nº 34 e m 3, nº 18.

(11) Cf. M. Vovelle, Piété baroque et dechristianisation, p. 56.

por clérigos, assinala a ausência de diferenças significativas entre estes dois grupos de fontes(12) .

Assim, mais do que a apreensão duma visão notarial a partir do conjunto de estereótipos contidos nos preâmbulos, interessou-nos detectar a variedade possível de fórmulas e a sua evolução no tempo, cientes de que a sua presença individual ou conjugada respondia, por um lado, às motivações e desejos do doador e por outro, a um fundo, a uma forma de ver o Além e a relação do Homem com Deus, comum tanto ao cristão que se despojava dos seus bens como ao cristão que anotava as suas vontades.

E é à luz desta pertença dos dois sujeitos a uma mesma comunidade religiosa que deve ser compreendida a oscilação das fórmulas. Se a um cabia o conhecimento do modo correcto de redigir o que era "sentido", ao outro competia manifestar o porquê da outorga dentro dos limites duma visão religiosa que aos dois condicionava.

Neste contexto estabelecemos uma lista das fórmulas mais frequentes nos documentos considerados e estabelecemos um subconjunto de entre as fontes inventariadas, considerando aquelas cujos preâmbulos apresentavam um sentido religioso mais claro(13) .

---

(12) Cf. entre outros documentos: A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, nº 842 e S. Domingos Santarém, m 9, nº 12.

(13) As razões que conduziram a uma selecção parcelar das

Pé-de-página (cont.)

Dentro deste subconjunto estabelecemos dois grupos: um, em que reunimos as fórmulas que exprimiam a motivação que conduzira á outorga, enquanto , num segundo, coligimos os objectivos que se procuravam atingir com as doações ou com os testamentos.

É óbvio que estas fórmulas aparecem, muitas vezes, justapostas, podendo um mesmo documento apresentar várias motivações e diferentes objectivos. A sua listagem permitiu-nos, porém, apreender a evolução da sua escolha no tempo.

Foi assim que no primeiro grupo considerámos as seguintes expressões:

1- Temor de Deus

2- Temor do Dia do Juízo

3- Temor do dia da morte

Pé-de-página (cont.)

fontes foram basicamente duas: por um lado a maioria das verbas de que dispomos não incluem os preâmbulos originais dos testamentos, pelo que tivemos que subalternizar estes documentos; por outro procurámos analisar, sobretudo, os actos em que o conteúdo religioso era mais notório, não considerando aqueles em que o doador ou testamenteiro se limitava a afirmar que fazia a outorga com o pleno uso das suas faculdades, por sua alma, requerendo em troca uma cerimónia de intercessão especifica.Esta escolha pareceu-nos viável na medida em que todas as doações inventariadas o tinham sido por serem feitas por alma, pelo que interessando-nos agora a noção de Além e o posicionamento do Homem perante a morte pareceu-nos lícito considerar apenas os documentos que poderiam contribuir melhor para a apreensão desta concepção.

Realce-se, contudo, que os trezentos e trinta e sete documentos acima reunidos representam cerca de 43,9% do total.

4- Incerteza sobre o dia em que ocorrerá a morte
5- Certeza de que a morte virá para todos os homens e mesmo para tudo o que tem vida
6- Certeza de que os dias na terra são breves
7- Certeza de que a esmola é um meio de obter a salvação
8- Devoção particular a uma instituição religiosa
9- Obrigatoriedade de prestar contas a Deus após a morte
10- Por terem idade avançada e estarem próximo da morte.

No segundo grupo reunimos estes objectivos:

1- Expiação dos pecados
2- Expiação das penas do Inferno
3- Recompensa do serviço prestado por um religioso ou por uma instituição eclesiástica
4- Desejo de ser incluido na intercessão pelos defuntos realizada em algumas instituições
5- Expiação dos pecados de algum parente ou amigo.

Da análise dos gráficos nº 11 e 12 torna-se visível que de entre as motivações subjacentes à redacção dos documentos durante a primeira metade do século XIV predominou o temor do dia do Juízo e do dia da morte, ao passo que

nos segundos cinquenta anos se impôs o temor de Deus, a incerteza do dia da morte e a sua omnipresença como ocorrência comum a todos os seres humanos.

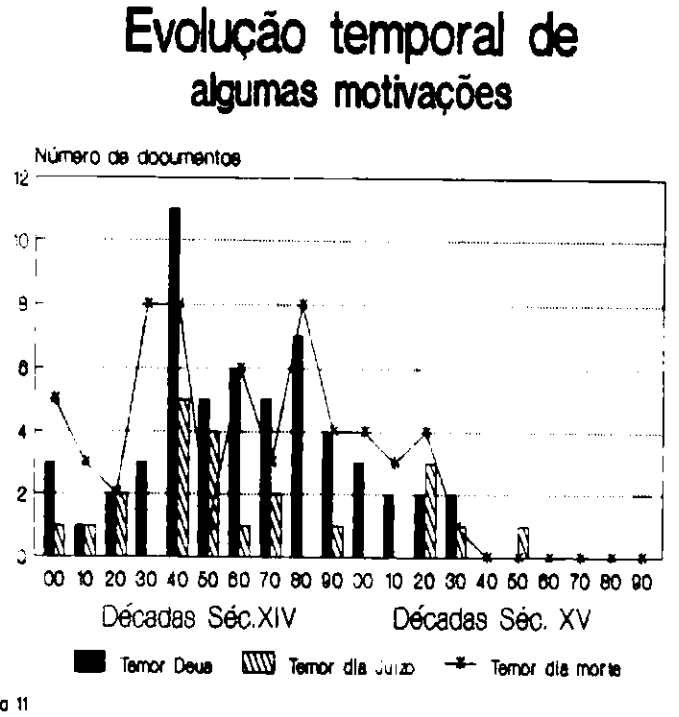


Gráfico 11

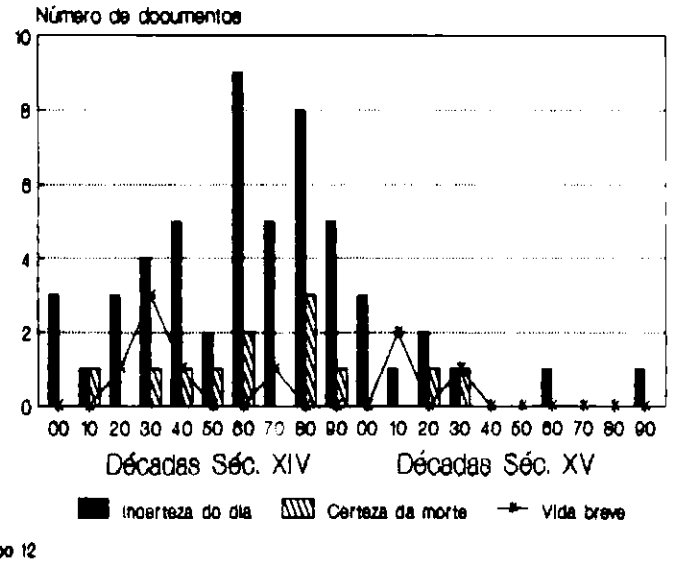


Gráfico 12

Por outro lado, enquanto nos primeiros decénios de Trezentos se procurou, predominantemente, recompensar o serviço prestado por alguém ou por um instituto religioso e participar nas orações feitas pelos defuntos, realizadas em diferentes comunidades religiosas, na segunda metade a principal preocupação parece ter-se centrado na obtenção de perdão para os pecados cometidos, tendo-se reforçado o pendor culpabilizante e a veemência da contrição individual (cf. gráfico nº 13).

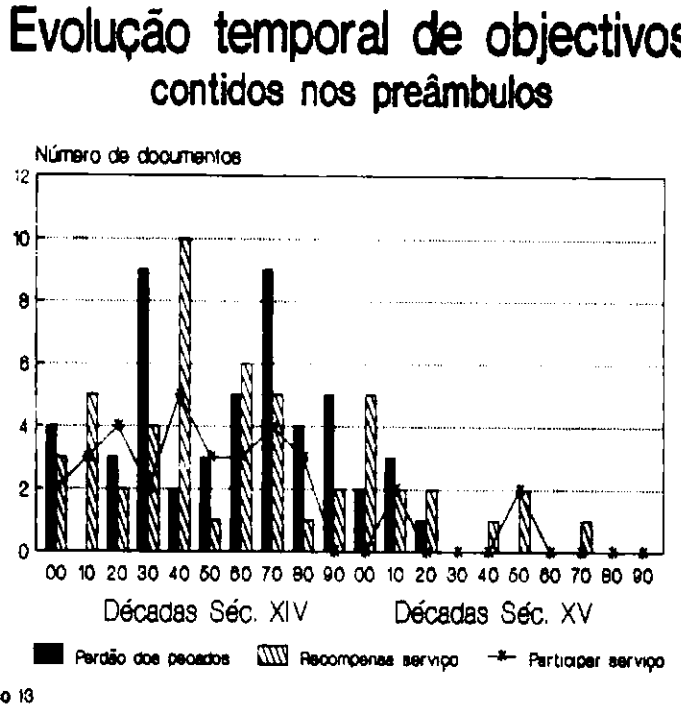


Gráfico 13

Ao longo de Quatrocentos esta tendência para o arrependimento manteve-se, embora a fórmula mais empregue seja de novo a procura de recompensa dos serviços prestados. Do mesmo modo, o medo do dia da morte e o temor do Juízo

Final parecem ter-se mantido, evidenciando um reforço e uma difusão da crença nos tempos finais(14) .

E por mais falivel que uma análise quantitativa possa ser, quando aplicada a dados desta natureza, a verdade é que ela permite evidenciar o aumento, operado ao longo do século XIV, do temor da morte no que este fenómeno representava de repentino e de súbito(15) .

Mais do que o dia da morte o que parece ter chocado os testadores e os doadores após 1350 foi a sua omnipresença(16) .É o que indica, por exemplo, Martim Eanes, prior de S. Cristovão de Coimbra e raçoeiro da Sé da mesma vila, em Outubro de 1348 " porque nenhua coussa do Mundo non he tam certa como he a morte de que se non pode escusar nenhuum homem nem molher nem outra coussa que no mundo fose criado pero nenhua cousa non he sen certidõe como he a ora da morte"(17) ; ou Maria Giraldes , merceeira, no seu testamento de 1367 "...olhando e consirando que non ha no mundo

---

(14) Cf. Jean Delumeau, La peur en Occident (XIV XVIII) siècles), Paris, Fayard,1978, p. 261.

(15) Cf. Maria José Ferro Tavares, Pobreza e morte em Portugal na Idade Média,Lisboa, Presença, 1989, p. 72 , onde a Autora realça este crescente receio da morte súbita como uma caracteristica marcante destes séculos, embora as centúrias anteriores o tivessem já conhecido.

(16) J. Chiffoleau chama a atenção para a difusão da ideia duma presença universal da morte nos homens, nas coisas e nos animais.ob. cit., p. 104.

(17) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 8, nº7.

cousa mais certa que a morte nem mais duvidosa nem pior de saber que a ora della"(18) .

Se a morte nunca deixou de aterrorizar o Homem(19) a centúria de Trezentos trouxe, como dado novo, a capacidade daquela em surpreender o indivíduo em qualquer momento, independentemente da idade ou do sexo, deixando-o sem tempo para preparar a sua alma e para ensaiar o ritual de despedida dos seus parentes e do seu património(20) . Daí que alguns testadores intercedessem junto a Deus para " que eu possa conhocer o dia da mha morte en tal guisa que a minha alma non seja perduda"(21) .

Esta incerteza acerca do momento em que ocorreria a morte aumentava o receio do dia do "passamento" e tornava mais premente a preocupação com a remissão dos pecados. Daí que muitas doações ou mesmo testamentos não fossem redigidos

---

(18) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 2º inc, m 4, doc de 1367.

(19) Cf. Emilio Mitre Fernandez, La muerte vencida. Imagenes y historia en el Occident medieval (1200-1348),Madrid, Ed. Encuentro, 1988, p. 28.

(20) Sobre o modelo da boa morte, visível em certos trechos literários e mesmo religiosos, ver P. Ariés, L'homme et la mort,Paris, Ed. du Seuil, 1977, p. 20, onde se realça o facto desta ter sido caracterizada, essencialmente, pelo seu carácter público e pela calma do moribundo. Algo de semelhante é afirmado por Georges Duby no seu relato sobre Guilherme, o marechal. O melhor cavaleiro do mundo, Lisboa, Gradiva, 1986, pp. 7 a 21, onde é descrita a morte do velho conde, seguindo, em tudo, o modelo aceite.

(21) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc, m 7, nº 332.

apenas quando a idade o requeria (22) mas quando acontecimentos fortuitos, como a ocorrência duma doença(23), a proximidade duma guerra ou duma viagem(24) ou o grassar de uma epidemia nas redondezas, tornavam necessária a sua elaboração.

Curiosamente, a testamentaria é parca em referências à ocorrência de pestes. Talvez que o recurso a fórmulas mais ou menos consagradas limitasse a inclusão destes informes, pelo que, mais do que alusões directas a estas epidemias, se deve procurar, nas variações dos modelos, um reflexo dessas

---

(22) A referência à velhice como causa de redacção de um testamento ou de uma doação não é muito frequente. Cf., a titulo de exemplo, A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, m 6, nº 209-210 e Lº 6, fl. 29v-31; S. Tiago de Coimbra,CR, m 6,nº 733; S. Domingos Santarém, CR, m 7, nº 27; S. Bartolomeu de Coimbra, CR, m 5, nº 16; Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 43-43v e S. Salvador de Santarém, m 3, nº 103.

(23) De entre o conjunto total de documentos compulsados apenas cinquenta e cinco referem terem sido redigidos no decorrer duma doença do doador, ou seja, cerca de 7.3%, o que não invalida, contudo, que esta percentagem possa ser maior embora a referência não conste do documento.

(24) Vasco Eanes de Pinha, escudeiro e vassalo do rei, redigiu, por intermédio do tabelião Vasco Eanes, o seu testamento em Agosto de 1397 em virtude de " estar prestes pera me ir com meu Senhor ElRei que Deus mantenha em este chamamento que mandou chamar suas gentes E non ssey o que de mim ha de seer".A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp 25, m 2, nº 1382. É provável que este "chamamento" a que se refere estivesse incluido na guerra que D. João I manteve com Castela nos primeiros anos do seu reinado.

ocorrências(25) .E é exactamente este aumento do receio da morte repentina, o reforço da noção da brevidade da vida e a difusão do arrependimento e da contrição individuais,operados ao longo do século XIV e com especial realce para os últimos cinquenta anos, que nos parece evidenciar a ligação existente entre as recorrências cíclicas da peste e o crescendo do medo.

Com efeito,a atitude de arrependimento e a concepção do Homem como um ser eivado de culpas, embora não constituam caracteristicas exclusivas destas centúrias, elas não deixam de apresentar neste período uma propagação nteriormente desconhecida (26) .

Sendo a morte repentina e a vida breve tal como uma doação de 1415 indica "...hollando os dias deste mundo como sam breves escarnicidos aqueles que se em elles ffiam"(27) , ou como já em 1374 se escrevia " vendo E consirando em como

---

(25) Cf. documentos nº 1 em anexo onde a referência à peste está presente. Na verdade os dados sobre o grassar das epidemias em Portugal parece estar disperso por um conjunto amplo e diversificado de documentação, tornando difícil um levantamento exaustivo. Por outro lado, frequentemente, são os documentos posteriores no tempo aos anos de maior virulência que apresentam informações sobre o ocorrido, como é o caso dos que apresentamos em apêndice.

(26) Veja-se, apenas a titulo de exemplo e não como recobrindo a totalidade das referências, A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 4, doc sem data; Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 24v-26, 2ªinc, m 6, nº 8 e Lº 8, fl. 84v-85v.

(27) A.N.T.T., Mosteiro de Celas, m 6, nº 25.

as vidas dos homens E molheres son mui breves E a vida perduravil pera sempre he no reino de Deus"(28) , a estadia do Homem na terra devia ser aproveitada para obter a salvação da alma.

Para tal, todo o cristão se devia afastar dos pecados(29) , cuidar da sua alma obviando a que fosse feita intercessão por si após o seu falecimento e semear boas obras de modo a constituir um "tesouro no céu"(30) . A esmola surgia como uma obrigação e como um viático para a salvação(31) , assim como o era a intercessão pelas almas dos parentes e amigos(32) .

O assegurar da perenidade da intercessão revela-se como uma preocupação basilar. Através dela se obtinha a expiação dos pecados e o refrigério das almas(33)

Entre as variadas formas de intercessão, a missa era, pelo menos no decorrer do século XV, a forma por

---

(28) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 6, nº 21.

(29) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 4, doc. sem data.

(30) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 33v-34v e fl. 47v-48v entre outros.

(31) A.N.T.T.,Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m 6, nº 8.

(32) A importância da intercessão pela alma de parentes e amigos é evidenciada pelo número de documentos que incluem pedidos por outrém que não o próprio doador, ou seja um total de duzentos e cinquenta e cinco, cerca de 33,9% do global.

(33) Sobre a noção de refrigério ver o ponto 2 deste capitulo.

excelência de obter o perdão das faltas, tal como consta de um codicilo feito por Pero Afonso do Casal em 1431(34) e tal como se pode depreender da análise das cerimónias requeridas pelos doadores(35) .

Após a morte o destino da alma surge como pouco explícito na testamentaria analisada. Por um lado, o temor do dia da morte que se afigura ter suplantado, no decorrer dos últimos decénios de Trezentos, o medo dedicado ao Juízo Final, parece indiciar um recrudescimento da importância deste momento.

Na verdade, o aumento deste receio se conjugado com algumas expressões contidas nestes documentos, parece apontar no sentido da existência da crença num primeiro julgamento, que se efectuaria à hora da morte e que fazia com que este momento fosse marcado por uma importância transcendental.

É assim que num testamento de 1454 se encontra "encomendo a mha alma ao Senhor Deus que a criou e rimiu pelo seu sangue precioso que se amerce della que quando desta mha carne pecadora sair que vá ante sua face sen vergonha"(36) , ou mesmo em 1401 "...olhando E consirando os grandes E graves pecados que ao nosso Senhor Jesus Cristo

---

(34) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém,m 11, nº 17.

(35) Cf. ponto 2 do capitulo V.

(36) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 24, nº 2.

fizemos ata o tempo de ora E por alimparmos nossos corações E almas em este mundo ante que nos a ora da morte chame E queyra levar que nos ache linpos de todos nossos pecados pera avermos de morar E reynar com elle"(37) , parecendo indicar a existência de um encontro imediato com a divindade.

Em oposição ao repouso sereno dos cristãos falecidos na Alta Idade Média, expectantes passivos do dia do último Juízo(38) , o que se parece desenhar agora é a existência duma primeira condenação ou salvação, logo à hora da morte, sem, no entanto, desaparecer a noção de Juízo Final e, ligada a esta, a concepção da necessidade de prestar contas da vivência na Cidade dos Homens.

Já num testamento de 1326 se pode encontrar " temente o divido natural que todos avemos a comprir E o mui forte dia do Juizo em que todos avemos de parecer ante a face de Deus a dar cada um fiel de Deus conto e Recado do bem e do mal que fez"(39) , concepção reafirmada em 1429 "sendo bem certa E consirando em como no dia mui forte E spantoso E temeroso quando nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo há-de vir a Juizo para julgar os vivos E os Mortos E

---

(37) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 24v -26 estando o original na 2ª inc., m 59.

(38) P. Ariés, ob. cit., p. 13.

(39) A.N.T.T., S. Jorge de Coimbra, m 8, nº 15.

como ela E todos geralmente am hi de dar conta de todas as obras"(40) .

A definição deste espaço intermédio, entre o julgamento na hora da morte e o Julgamento Final, só muito tardiamente surge nestes actos. Ainda que subjacente à noção de duplo julgamento esteja a concepção de um espaço ou tempo de purgação ou refrigério(41) , a definição do Purgatório como entidade autónoma só surge, neste tipo de fontes, enunciada em pleno século XV(42) .

Aliás esta presença tardia na testamentaria foi já assinalada por outros autores, para outras regiões, reenviando esta disparidade entre os actos de últimas vontades e outras formas escritas, como a literatura de visões, para o carácter especifico dos primeiros, que apresentam ritmos de evolução próprios.

A difusão do medo da morte súbita foi,assim, acompanhada dum reforço de complexo de culpa individual. Para o Homem da Idade Média, Deus definia-se cada vez mais como um Juiz (43) que à hora da morte ou no dia do Juízo Final viria

---

(40) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 33v-34v.

(41) Cf. Maria José Ferro Tavares, ob. cit.,pp. 73-74 onde a presença deste duplo julgamento e a tardia teorização do espaço intermédio na testamentaria se encontra devidamente referido, embora a Autora realçe o aparecimento desta noção, mais precocemente, em outro tipo de fontes.

(42) Ver ponto 2 deste capitulo.

(43) Cf. Jean Delumeau,ob. cit., p. 87.

juntar as almas e os corpos(44) , separar os justos dos pecadores, levando consigo os eleitos(45),

Tal como é realçado por Hugues Neveux o medo da morte não surgiu com o século XIV, mas as calamidades deste século com a erupção da morte repentina, terão agido como reforço desse mesmo medo(46) .

A esta "consciência dolorosa da morte", tal como é definida por Ariés, não terá sido estranho um crescente apego à vida e ao terreno que estes documentos evidenciam(47)

Na verdade, se o homem de Trezentos e de Quatrocentos surge como que obcecado pela salvação da alma, procurando "limpá-la" dos pecados(48) , a atenção dispensada ao destino do seu património não deixa de evidenciar também uma preocupação assinalável com os bens temporais.

---

(44) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 8, nº7.

(45) Tal como consta no Novo Testamento, Mt,25,31-33 "Quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória. E serão reunidas em sua presença todas as nações e ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos, e porá as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda".

(46) Hugues Neveux, "Les lendemains de la mort dans les croyances occidentales (vers 1250-vers 1300)", Annales E.S.C., XXXIV, (2),1979,p. 260.

(47) P. Ariés, ob. cit., p. 130.

(48) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 24v-26, encontrando-se o original no maço 59 da 2ª incorporação.

Tal como escreve Rui de Pina ao descrever a morte de D. João II, "... porque el rey craramente conhoceo sua morte.Da qual (...) quis como prudente e boõ christão, ser bem desenganado, apontando-lhes com muito tento, e esforço as causas e sinaaes per que lhe parecia, e se julgava ser mortal. Mas porque poderia ser maginaçam sua,queria delles saber a verdade (...) porque pera o corpo e principalmente pera a alma lhe era muy necessarea"(49) , o par corpo/alma estava bem presente na preparação da "boa morte", exigindo cuidados múltiplos.

E é nesta dicotomia entre, por um lado, um apego à vida, sentido, sobretudo, por certos grupos sociais onde um crescimento económico operado nos últimos séculos lhes tinha permitido usufruir de um poder e de um desafogo antes desconhecido, e por outro, a possibilidade omnipresente duma morte repentina que não só a todos acometia, como a todos podia surpreender, que o Homem de Trezentos e de Quatrocentos se vai colocar.

O seu receio pela hora da morte cresceu porque, cada vez mais, ela deixou de ser um fenómeno longínquo, espécie de porta que encerrava uma vida, para passar a ser um duelo que se poderia travar a qualquer momento entre o bem e o mal praticados, uma prestação de contas, que tinha sido relegada

---

(49) Rui de Pina , Chronica D'el rey D. João II, Crónicas de Rui de Pina, cap. LXXX, p. 1026.

para um dia mais ou menos afastado, e que agora se mostrava como próxima e implacável para todos os indivíduos.

2 - A EVOLUÇÃO DA IMAGEM DO ALÉM

2.1. A hierarquia espacial do Além

Registados por escrito por uma élite mais ou menos culta, constituída pelo tabelionado, segundo fórmulas relativamente estereotipadas e "encomendados", na sua maioria, por grupos sociais onde a posse de bens era, muitas vezes, assinalável, tanto o testamento como a doação por alma veiculam, através do seu conteúdo e da justaposição das suas fórmulas, uma visão letrada e religiosa da morte.

Daí que tomarmos a imagem que se depreende destes documentos como reflexo fidedigno da real difusão de princípios religiosos ou o pedido específico de cerimónias como índice demonstrativo duma prática religiosa, seria tomar a parte pelo todo, desprezar o silêncio da fonte interpretando-o como se fosse uma ausência.

E embora o conhecimento da vivência "popular" da morte seja difícil senão mesmo impossível a partir da testamentaria, ou mesmo de fontes tipologicamente

diferenciadas(50) , a verdade é que caberá questionar os menores vestígios que se insinuam por entre a estrutura mais ou menos fixa destes documentos, de modo a apreender a coexistência de modelos ou a assimilação de práticas.

A definição do Além e do destino das almas é, talvez, um dos campos onde a oscilação entre princípios é mais evidente.

A divisão tripartida do Além, que segundo Jacques Le Goff, teria sido estabelecida nos seus contornos teóricos no decorrer da segunda metade do século XII e primeira metade do XIII(51) , tem, como já atrás se referiu, uma fraca representatividade na testamentaria dos séculos XIV e XV. Não que, ao contrário do que se poderia supor, o espaço do Além fosse equitativamente dividido entre o Paraíso e o Inferno, numa dicotomia redutora. O que parece não estar presente, pelo menos até ao século XV, como espaço intermédio individualizado, é o Purgatório.

O percurso do nascimento do Purgatório na testamentaria parece compreender três fases distintas: uma primeira em que a alma, após a morte, repousava num local mais ou

---

(50) Já Michel Vovelle colocou o problema do conhecimento da visão e da vivência popular da morte, interrogando-se sobre as fontes disponíveis para esse estudo em Ideologias y mentalidades, Madrid, Ariel, 1985,"Sobre la muerte", pp. 100 a 118.

(51) Jacques Le Goff, El nacimiento del Purgatorio, Madrid, Taurus, 1985. Nesta obra, o Autor traça a evolução da reflexão sobre o Purgatório, de modo a estabelecer a cronologia do aparecimento deste espaço intermédio.

menos pacifico, muitas vezes denominado como seio de Abraão(52) . É a imagem ainda presente em certos ofícios de defuntos como é o caso do Ritual de Santa Cruz do século XIII: " ...chorus angelorum te suscipiat et in sinu Abrahe ibi te collocet"(53) .Aí permaneceria até ao dia do Juízo Final em que "cum sanctis et electis tuis ressuscitari mereatur"(54) . O mesmo pedido para que a alma do defunto fosse colocada no seio de Abraão e merecesse ressuscitar com os santos no dia do Juízo Final, está também presente no manuscrito do ritual bracarense datado do século XV(55) . Quando condenada às penas infernais,a elas seria lançada sem contemplação(56) .

Numa segunda fase a alma era sujeita a um primeiro julgamento logo no momento da morte. A noção deste primeiro juízo é imprescindível para a definição futura dum lugar intermédio autónomo(57) e a ela se liga o aumento da

---

(52) Cf. Maria José Ferro Tavares, ob. cit., p. 71.

(53) Joaquim O. Bragança, Ritual de Santa Cruz de Coimbra, Lisboa, 1976,XVIII-100, p. 72.

(54) Ibidem, XVIII-105, p. 74.

(55) Joaquim O. Bragança, Ritual bracarense. Manuscrito do século XV, Lisboa, 1984, IV-48 e 49, p. 58.

(56) A.N.T.T., Mosteiro de Celas, m 6, nº 25, onde Margarida Fernandes, viúva de João Lourenço da Portagem afirma temer "as penas do Inferno".

(57) Cf. Jacques Le Goff, ob. cit., p. 14.

responsabilidade individual pelas faltas cometidas(58) e a crescente eficácia da intercessão dos vivos pelos mortos(59)

Só numa terceira fase a denominação desse espaço intermédio é assinalada na testamentaria, e ao que tudo indica não antes da centúria de Quatrocentos(60) .

Estas três etapas que aqui procurámos inventariar não parecem, contudo, terem sido subsequentes no tempo nem comuns a todos os níveis da sociedade medieval. A sua coexistência temporal reenvia-nos para a hipótese colocada acima sobre a simultaneidade de modelos, de que fontes tipologicamente diferentes nos fornecem indícios.

Assim, e na esteira do que afirma Le Goff, o Purgatório teve o seu aparecimento na literatura teológica e na literatura visionária(61) , sendo assinalada a sua presença nestes textos desde bastante cedo, ao passo que em certas fontes litúrgicas, como as acima enunciadas, distanciadas

---

(58) Em paralelo cresce a tendência para o Homem se humilhar perante Deus afirmando a sua origem mortal, tal como se encontra no testamento de Gonçalo Migueis "... olhando E consirando em como nós somos feitos do limo da terra E terra nos avemos de tornar". A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 24v-26, estando o original na 2ª inc., m 59.

(59) Cf. Maria José Ferro Tavares, Pobreza e morte em Portugal na Idade Média, pp. 74-75 e J. Le Goff, ob. cit., p. 14.

(60) A.N.T.T., S. Domingos Santarém, m 11, nº17 de 1431, é o único documento onde é referido o Purgatório como tal.

(61) J. Le Goff, ob. cit., p. 227.

dos pólos fundadores deste espaço transcendental (62) , ou mesmo em testamentaria já dos séculos XIV e XV, a sua menção se apresenta como rara.

Esta variação não pode constituir um dado arbitrário, pelo contrário ela parece-nos reflectir os ritmos de propagação dum conceito e duma prática. Assim, a difusão do Purgatório teria compreendido, no contexto da fonte testamentária, uma primeira assimilação da existência dum espaço distinto do Paraíso e do Inferno, onde a intervenção dos vivos agia como um viático para a salvação, transformando o anterior tempo de espera até ao Juízo Final por um tempo de purgação e de expiação das faltas.

A definição do Purgatório se respondeu, por um lado, às alterações económicas e sociais ocorridas nos séculos XI e XII(63) , agiu também como um meio de apropriação de modelos mentais, nos quais a errância das almas constituía uma resposta ao destino da alma após a morte(64) . A esta crença na errância, atestada ainda hoje em algumas regiões, a divisão tripartida do Além veio opor um encerramento sucessivo das almas.

---

(62) Ibidem,p.p. 193 e 194., onde o autor define como ambientes de nascimento desta nova noção o circulo intelectual parisiense e o pólo cluniacense.

(63) J. Le Goff, ob. cit., pp. 152 e 153.

(64) Cf. Hugues Neveux, ob. cit., p. 259.

De acordo com os testadores de Trezentos e de Quatrocentos, o Paraíso era o supremo bem que se pretendia atingir(65) , embora nenhum deles especifique o que entende por esse lugar, para lá do privilégio de poder contemplar a face de Deus(66) .

Se quisermos aproximarmo-nos da imagem vigente do Paraíso teremos de nos socorrer da literatura de visões, cujo principal objecto era, exactamente, a caracterização dos espaços do Além, respondendo desta forma à curiosidade sobre o desconhecido. Realce-se, contudo, que estas visões, oriundas, em muitos casos, de meios eclesiásticos veiculam a imagem religiosamente aceite do Além.

A partir da publicação feita por Diaz y Diaz de algumas visões redigidas entre o século VII e o século XII no espaço peninsular(67) , torna-se notório, aliás na sequência do já afirmado por outros autores(68) , que a

---

(65) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc de 1407, onde Fernão Pires pede a Deus que use de misericórdia para com a sua alma e a receba na glória do Paraíso.

(66) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 5, nº 25, onde num testamento de 1361 se afirma "....que a mha alma aia de seer en conto daquelas que am de seer escritas no livro da vida e que am de ver Deus face por face"

(67) Manuel C. Diaz y Diaz, Visiones del más allá en Galicia durante la Alta Edad Media, Santiago de Compostela, Bibliofilos Gallegos, 1985.

(68) Cf.Rivas Alvarez, Miedo y piedad:testamentos sevillanos del siglo XVIII, Sevilla, Diputacion Provincial de Sevilla, 1986, p.105 e M. Vovelle, La mort et l'occident de 1300 à nos jours,Paris, Gallimard, 1983, p.p. 130-133.

caracterização do Paraíso é,em geral, menos colorida e mais estereotipada do que a do Inferno.

Assim, enquanto o primeiro se assemelha muitas vezes a um jardim inundado de luz, onde o tempo não existe e o visitante é inebriado por um sentimento de tranquilidade (69) , num misto de beleza exterior e de bem estar interior; o Inferno é caracterizado por cheiros fétidos, pela escuridão e pelo fogo(70) . Para os testadores destes séculos o Inferno era o reino das penas, das quais todos se procuravam salvar.

No caso do Purgatório a sua visão oscilou entre o pólo paradisíaco e o pólo infernal. Apesar de todos os esforços de definição e de delimitação, o Purgatório aproximou-se ora do Paraíso ora do Inferno, consoante as necessidades sendo notória na testamentaria analisada a sua proximidade em relação ao segundo (71) .

---

(69) Cf. M. Diaz y Diaz, ob. cit., p. 12.

(70) Ibidem, p. 18 e Maria José Ferro Tavares, ob. cit., pp. 70-71.

(71) No documento de S. Domingos de Santarém, m 11, nº 17, onde o Purgatório é enunciado, ele é-o a par do Inferno,pedindo o testador para que a sua alma seja poupada das penas destes dois locais.

2.2. Intercessores celestes

Para o crente da Baixa Idade Média a passagem ao Além e a obtenção de salvação implicava a intervenção de várias e diferentes entidades. Em paralelo com a intercessão dos vivos que cada doador procurava assegurar, com maior ou menor perenidade, através da estipulação de aniversários ou de capelas, o testamento tipo destes séculos deixa ainda transparecer uma preocupação dominante por obter o apoio de entidades celestes colocadas junto de Deus.

Assim, a grande maioria destes actos escritos apresenta, após o preâmbulo, uma "encomendação" da alma,onde o tabelião, através de fórmulas fixas, encomendava a alma a Deus e pedia a intervenção dos intercessores(72) .Entre estes destacava-se a Virgem Maria como a intercessora que todos os testadores invocavam para por eles orar e pedir a Deus que se "amerceasse" de sua alma. Pela sua proximidade em relação a Jesus Cristo e a Deus Pai(73) , pela sua misericórdia que a induzia a ter compaixão dos pecadores(74) e pelo facto de ser fonte de vida(75) , a Virgem

---

(72) Em geral a fórmula é "encomendo a minha alma a Deus que a criou", seguindo-se-lhe o pedido de intercessão.

(73) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc, m 4, doc de 1367.

(74) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc de 1403.

Pé-de-página (cont.)

assumia-se como a entidade celeste que maior influência poderia exercer aquando do Julgamento da alma.

Esta difusão da Virgem como intercessora privilegiada, e muitas vezes exclusiva, dos testadores das centúrias de Trezentos e de Quatrocentos não é estranha à própria propagação do seu culto, operada com especial realce nestes séculos(76) .

Face a este predomínio, a intervenção de outras entidades surge subalternizada. Assim, embora a invocação dos santos e santas, dos apóstolos, das virgens ou dos mártires esteja(77) , por vezes, presente a verdade é que o recurso a estes intercessores surge como raro e esparso.

Pé-de-página (cont.)

(75) No testamento de Inês Rodrigues de Góis,de 1478, casada com Gonçalo Vaz Pinto, membro do Conselho Real, documento esse redigido por Luis Eanes, tabelião encontra-se:"... peço por mercee a groriossa Senhora Virgem Santa Maria que he carreira de vida fonte de pidade vogada dos pecadores Rainha dos angios comprida de todo bem madre de toda consolaçom que lhe praza por sua sancta misericordia E piedade que ella com a companha de todollos santos E santas da corte do Ceeo rroguem ao seu beento filho meu Senhor Jesus Cristo", A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, Lº 6, fl. 15v-17v.

(76) Cf. ponto 2 do capitulo V onde o elenco dos dias festivos escolhidos para aniversário constituem também um reflexo desta difusão do culto da Virgem. J. Chiffoleau no seu estudo sobre Avinhão realçou de igual modo esta omnipresença da Virgem como intercessora, ob. cit., p. 359.

(77) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 4, nº 4; S. Tiago de Coimbra, m 17, doc de 1319; Santa Clara de Santarém, m 11, nº 781 e S. Pedro de Torres Vedras, m 1, nº 1.

Em paralelo com esta invocação múltipla e como resultado dela, a especificação de um santo determinado é quase que inexistente. Salvo o caso de um testamento onde é invocada a intervenção e protecção do arcanjo S. Miguel(78) ou as doações que referem explicitamente o santo a que é dedicado o convento a que fazem doação, como ocorre com Santa Clara(79) , na grande maioria destes registos a identificação duma entidade especialmente intercessora não está presente. Tão pouco a relação santo-nome do testador se estabelece, aliás à semelhança do que Chiffoleau tinha já concluído para a zona de Avinhão(80) .

A par da Virgem apenas sobressai a invocação de Jesus Cristo ou de Deus Pai. Para os testadores destes séculos, Deus é, sobretudo, o criador do céu e da terra, da alma de cada um a partir do nada(81) , enquanto Cristo surge, por vezes, num duplo papel. Se,em alguns casos, ele é interpretado como Criador, a característica que mais o individualiza é a sua Paixão, o facto de ter dado o seu sangue para redimir as faltas dos homens(82) .

---

(78) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 6, nº 4

(79) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra,m 8, nº 1

(80) J. Chiffoleau, ob. cit.,p. 359.

(81) A.N.T.T., S. Domingos Santarém, m 5, nº 25.

(82) É o que se encontra, por exemplo, no testamento de Urraca Domingues, moradora em Torres Vedras, onde a testadora invoca dar a alma a Deus que a redimiu pelo

Pé-de-página (cont.)

No que concerne ao Espírito Santo, a sua presença é raramente atestada, a sua invocação apenas é feita quando o testador reafirma a sua fé, através da crença na Trindade Divina(83) , denunciando a ausência dum culto instalado, pelo menos,em função dos mortos.

A visão do Além que se depreende destes documentos é marcada, especialmente, pela hierarquização, não só de espaços, mas também de entidades. A preparação do contacto da alma do defunto com Deus conduzia aquele a requerer a intercessão de um número variável de entidades ou até de toda a Corte Celeste, para que pudessem servir como mediadores entre o homem pecador e a autoridade suprema de Deus. A difusão destes pedidos atestada em quase todos os testamentos destes séculos, é paralela da propagação da noção de pecado e de responsabilidade individual que caracterizou estas centúrias, como atrás se referiu.Realce-se, também, que a par da imposição duma visão de Deus como juiz supremo se expande uma imagem da Virgem marcada pela compaixão e

---

Pé-de-página (cont.)

seu sangue precioso, A.N.T.T., Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 22, nº 17. Aliás, a sobrevalorização da Paixão e de Cristo sofredor parece ter sido uma caracteristica deste período, tal como é afirmado por Francis Rapp, L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Age, Paris, PUF, 1971, pp.146 a 149.

(83) Cf. entre outros A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 5, nº 18,onde Maria Domingues reafirma a sua fé na Trindade e no dogma da Virgindade de Maria. Sobre a importância da natividade no culto da Virgem, ver Francis Rapp, ob. cit., pp. 149-152.

pela misericórdia, que a transformam na defensora dos humanos perante Deus.

C A P Í T U L O III

III- A SOBREVIVÊNCIA DAS SOLIDARIEDADES

1 - A ESCOLHA DA SEPULTURA

1.1. A proximidade dos intercessores

No espaço ou espaços dedicados aos mortos cada comunidade humana revê o seu passado, mas também, ainda que de uma forma um pouco macabra, o seu futuro. Nesses locais, onde as vidas encontraram o seu fim, congregam-se diferentes vivências temporais, através do fio que une os defuntos aos vivos.

Expulsos, no mundo romano, do perímetro urbano marcado pela vida e não pela morte(1) ,os cemitérios tenderam ao longo da Idade Média a serem absorvidos pelo espaço habitacional, mercê, por um lado, o crescimento dos núcleos e, por outro, a tendência mais ou menos imparável de procura de sepultura no interior dos edifícios religiosos ou em seu redor(2) .Deste modo, ao afastamento espacial dos dois mundos, o dos vivos e o dos mortos, seguiu-se uma

---

(1) Phillipe Ariés, L'homme devant la mort,Paris, Ed. du Seuil, 1977, pp. 37-38 onde o autor refere o interdito que recaía sobre os corpos dos defuntos, e que consignava o afastamento espacial entre os mortos e os vivos.

(2) Ibidem, p. 43.

crescente interpenetração e, por vezes, promiscuidade.O cemitério, localizado, frequentemente, no interior da vila era local de reuniões, de celebração de contratos e de negócios(3) . Aliás os sínodos medievais indicam-nos precisamente a presença dessa utilização do espaço funerário, desde, pelo menos, o sínodo de Lisboa de 1240, em que foi consignada a proibição do uso impróprio deste local(4) , evidenciando uma familiaridade latente com os corpos dos defuntos(5) .

Nos séculos que aqui nos ocupam, o espaço funerário é, cada vez mais, um espaço, também, religioso(6) . Não só

---

(3) A utilização do cemitério como espaço de realização de reuniões ou de contratos não se limitou aos séculos da baixa Idade Média, mas parece ter-se mantido bem para lá deste período. Pelo menos, é o que se parece poder deduzir de afirmações feitas por Rivas Alvarez, para a região de Sevilha, com base nas reuniões sinodais do bispado de Málaga realizadas na segunda metade do século XVII. Com efeito, uma série de proibições sobre a utilização dos cemitérios são enunciadas, visando impedir a realização de jogos, bailes ou de refeições no seu interior.Rivas Alvarez, Miedo y piedad:testamentos sevillanos del siglo XVIII, Sevilla, Diputacion Provincial de Sevilla, 1986, pp. 145-146.

(4) Cf. Synodicon Hispanum,dir. de Antonio Garcia y Garcia, vol. II-Portugal, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos de la Editorial Catolica, 1982, Sínodo de Lisboa de 1240, constituição 28, p. 295.

(5) O documento nº 3 em anexo é também representativo desta utilização através da contenda mantida entre a igreja de S. Cristovão de Coimbra e os dois pedreiros aí mencionados.

(6) Cf. Lucília Verdelho da Costa," Morte e espaço funerário na arquitectura religiosa do século XV", Jornadas sobre Portugal Medieval, Leiria, 1983, pp. 221 a 274.

porque a inumação se fazia, muitas vezes, no interior do recinto fechado da igreja paroquial ou conventual, mas, sobretudo, porque mesmo os espaços exteriores consagrados às sepulturas se polarizaram em torno e em função dos edifícios de culto.Entre o interior e o exterior era sugerida uma continuidade, apenas quebrada pela hierarquia de lugares em função de um centro de intercessão localizado no interior do edifício(7) .

Em torno de cada igreja e de cada convento surgiram, assim, cemitérios onde se acolhiam, preferencialmente, os paroquianos de cada instituição ou qualquer outro crente que a esse estabelecimento religioso se encontrasse ligado(8) .

Do conjunto de testadores aqui considerado apenas cerca de 30% refere expressamente o local de inumação. Esta percentagem, aparentemente pouco representativa, deve ser compreendida em conexão com o tipo de documentação compulsada. Na realidade, a definição da sepultura é um dado presente, sobretudo, em testamentos, sendo rara a sua presença em doações , devido ao carácter especifico destas fontes (Cf. Quadro nº 1).

---

(7) Philippe Aries. ob. cit., p. 57.

(8) Cf. Anexo nº 3 onde se encontram inventariados os cemitérios mencionados na documentação.

QUADRO Nº 1 -Distribuição das referências a locais de inumação por tipos de documentos

DOCS	COM REF.	TOTAL(a)	%
Testamentos	128	142	62.1
Verbas	41	166	19.9
Doações	33	358	16.0
Codicilos	4	20	1.9

(a) O total refere-se aos testadores e não ao total de documentos.

Pelas percentagens apresentadas, nomeadamente, no que concerne aos testamentos, torna-se assim visível que a definição do local de repouso do corpo era algo de central para o Homem medieval.

Embora considerado como invólucro da alma e origem do pecado, o corpo e o destino que a ele era dado, não constituia uma preocupação alheia ao testador destes séculos.Do mesmo modo, não o era também a designação dos parentes ou conhecidos com quem se pretendia partilhar a sepultura,como se através da escolha do local e do acompanhante, se estabelecessem laços duradouros de protecção e, mesmo, de afectividade resistentes ao fluir do tempo.

A escolha do local de inumação parece ter obedecido a duas directrizes básicas: a primeira abrange os testadores que escolhiam sepultura no interior do templo ou no cemitério da sua igreja paroquial, respeitando, deste modo, o estabelecido pela Igreja no que se ligava aos direitos

detidos pelo clero paroquial sobre os bens dos seus fregueses defuntos(9) ;a segunda compreende, sobretudo, os testadores que não optando pelo cemitério ou pelo templo local, preferiam ser inumados em igrejas conventuais ou mesmo, seculares, onde diferentes tipos de razões os podiam conduzir. Os restantes, que não designavam expressamente o lugar onde pretendiam repousar, entregavam-se, por vezes, aos designios dos seus testamenteiros ou familiares, cientes de que os seus desejos eram conhecidos e de que a tradição seria mantida.

Neste periodo de duzentos anos, os documentos inventariados evidenciam um predomínio notório das igrejas paroquiais .Tal como indicam os gráficos nº 14 e nº 15 , a preferência pela igreja parece ter sido mais ou menos constante,embora o seu predominio tenha sido uma realidade, sobretudo, a partir da década de 30 do século XIV.

---

(9) A partir do Concilio de Latrão de 1256 tornou-se obrigatório para as igrejas funerantes não paroquiais cederem a estas um quarto das ofertas dos defuntos. Cf. Ângela Beirante, "Para o estudo da morte em Portugal", p. 379 e Michel Vovelle, Piété baroque et dechristianisation en Provence,Paris, Ed. Du Seuil, 1978, p. 101.

Evolução do local de inumação

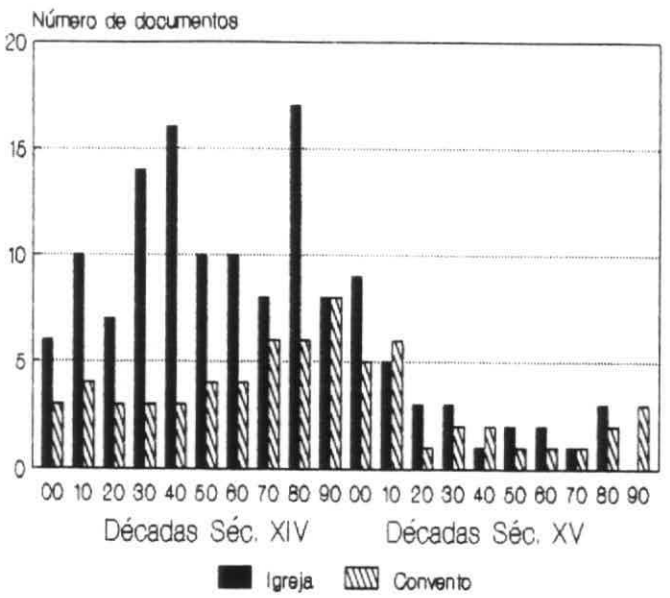


Gráfico 14

Ao invés, a sepultura conventual parece ter tido uma importância inferior, evidenciando, talvez, uma menor influência do clero regular nas populações urbanas.

Distribuição proporcional do local de sepultura

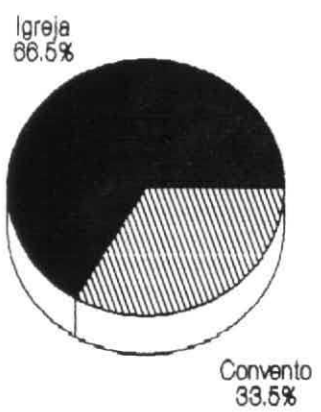


Gráfico 15

Contudo, mesmo no interior deste último são assinaladas variações significativas. Torna-se claro que dispondo de um conjunto de fontes oriundas de instituições religiosas sediadas no interior ou contíguas aos meios urbanos, a visão obtida é a da relação estabelecida pelas populações de Santarém, de Coimbra e de Torres Vedras com esses institutos, escapando-se-nos os possíveis laços mantidos com outros mosteiros,de implantação exterior ao núcleo urbano.

Com efeito,não tendo sido aqui contemplados documentos provenientes de conventos pertencentes a Ordens Religiosas como a dos beneditinos ou a dos cistercienses, que escolhiam, preferencialmente, o campo como zona de implantação, torna-se difícil estabelecer comparações, nomeadamente, no que concerne à escolha de sepultura.

No entanto, se atentarmos no Quadro nº 2 (10) algumas hipóteses podem ser colocadas a partir da sua análise. A par do predomínio da inumação em templos do clero secular com destaque para a Sé de Coimbra, que embora se assumisse como uma igreja paroquial, era ao mesmo tempo um espaço privilegiado na hierarquia devocional religiosa, torna-se visível que de entre os conventos escolhidos para

---

(10) Para a elaboração deste quadro tomámos como base de contagem apenas os documentos com referência ao local de sepultura escolhido, tendo agrupado as instituições de acordo com as regras adoptadas,de modo a apreender tendências de devoção.

lugar de repouso, o predominio das instituições ligadas à Ordem Dominicana, onde foram considerados os conventos de S. Domingos de Santarém e de S. Domingos de Coimbra, é notório.

Quadro nº 2 - Distribuição das instituições escolhidas como locais de sepultura de acordo com as Regras observadas

INSTITUIÇÕES		Nº DE ESCOLHAS	%
Clero secular	Sé Coimbra	28	13.5
	Igrejas	109	52.9
Clero regular	Cister	1	0.4
	Conegos Reg.	12	5.8
	Erem.Sto Agost.	3	1.4
	Dominicanos	35	16.9
	Clarissas	4	1.9
	Franciscanos	5	2.4
	Sta Trindade	9	4.3

Em segundo plano, surgem os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, aqui representados pelos conventos de Santa Cruz de Coimbra e de S. Jorge de Coimbra, com especial realce para o primeiro que se mantinha, ainda, nestes séculos como uma instituição de forte influência religiosa.

Logo em seguida, destaca-se a Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, onde foi incluído o convento do mesmo nome, sediado em Santarém desde o século XIII(11) .

---

(11) Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal,
Pé-de-página (cont.)

Franciscanos e Clarissas, com casas implantadas em Santarém e em Coimbra, foram também escolhidos pelos testadores como guardiões dos seus corpos. Desconhecendo-se os cartórios dos conventos franciscanos destas duas vilas, a presença da sua escolha surge como duplamente significativa.Por um lado, se atendermos à importância de arquivos como o de S. Domingos de Santarém, evidenciador duma forte implantação urbana, é lícito pensar que algo semelhante devia ter ocorrido com as instituições franciscanas. Por outro lado, o facto da escolha destas Casas surgir em documentação depositada em outros núcleos, pode constituir uma evidência da importância detida pelos conventos dos frades menores(12) .

Neste contexto, o que ressalta do Quadro nº 2 é, principalmente, a importância das ordens mendicantes, tanto a dominicana como a franciscana, evidenciando uma relação privilegiada entre a população urbana e estas Ordens, apesar dos fracos valores apresentados pelo clero regular no seu conjunto(13) .

Pé-de-página (cont.)
reedição dirigida por Damião Peres, 4 vols., 1967-1968, p. 142.

(12) A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, m 6, nº 229/230; m 8, nº 417/418; Lº 6, fl. 15v-17v, 31v-32v e 34-34v; Trindade de Santarém, m 7, nº 23 e Santa Cruz de Santarém, m 1, nº 70.

(13) Algo semelhante foi analisado por J. Chiffoleau, que na sua obra já citada refere o predomínio dos seculares, como intermediários na cerimónia da morte, tendo apenas

Pé-de-página (cont.)

De um modo geral, a regra prevalecente neste período parece ter sido a de escolher sepultura na zona de residência(14) e, preferencialmente, na igreja paroquial. Daí que estas apresentem um raio de atracção relativamente reduzido, no que respeita à proveniência dos que aí buscavam sepultura. Já no caso dos conventos, é frequente cada um dos aqui considerados apresentar casos de testadores oriundos de locais que não o núcleo urbano contiguo e que aí se procuravam reunir aos seus antepassados ou amigos. É o que ocorre, por exemplo, com Santa Clara de Coimbra(15) , com Santa Cruz de Coimbra(16) e com S. Domingos de Santarém(17) que apresentam testadores vindos de diferentes localidades.

Se relacionarmos, contudo, a escolha do local de sepultura com a condição dos testadores, tentando apreender um conjunto de motivações comuns a um grupo

---

Pé-de-página (cont.)
como concorrentes, de entre o clero regular, o oriundo das Ordens Mendicantes. J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age (vers 1320-vers 1480), Roma, École Française de Rome, 1980, p. 247.

(14) Cf. anexo nº 4.

(15) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 2, nº5

(16) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº7, Fl. 30v a 31

(17) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 14, nº 3. Neste documento Rui de Sousa, morador no Funchal e filho de Rui Borges de Sousa, que tinha sido alcaide mór de Santarém, pedia para ser sepultado junto ao seu progenitor, no convento dos Dominicanos.

sócio-profissional, certos comportamentos e opções parecem tomar novas colorações.

Atendendo aos dados apresentados pelo gráfico nº 16,

Distribuição proporcional dos locais de sepultura por categoria social

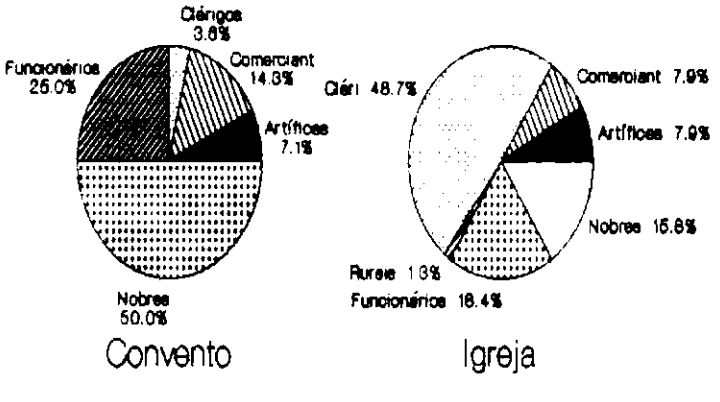


Gráfico 16

caberá realçar, primeiro que tudo, que embora o gráfico em causa indique um predomínio claro dos clérigos na escolha do local de sepultura, a verdade é que se considerarmos apenas o grupo clerical, a representatividade dos que especificam o lugar onde pretendem ser inumados é menor, atingindo apenas cerca de 27,1%, valor esse mais de acordo com o perfil do grupo cuja sepultura deveria obedecer, em principio, a regras mais ou menos estritas. Aliás a hierarquia estabelecida pelo gráfico acima referido é parcialmente alterada se considerarmos cada grupo isolado, embora as tendências gerais se mantenham. Assim, o grupo

sócio-profissional que apresenta valores mais elevados é o dos funcionários, no qual 41,5% especifica a instituição onde pretende repousar, seguido dos nobres com 35,1%, dos mercadores com 31% e, por último, dos artifices com 23.5%.

No global, a nobreza e o funcionalismo mantém-se como os grupos onde a definição do local de sepultura se assume como mais importante, facto a que não é estranho uma preocupação cada vez mais acentuada pela afirmação da individualidade, em paralelo com um cuidado crescente pela recomposição da linhagem no túmulo.

QUADRO Nº 3 - Instituições escolhidas de acordo com os grupos profissionais dos testadores

CATEGORIAS	MOSTEIRO	IGREJA
Artífices	2	6
Mercadores	3	5
Clérigos	1	37
Funcionários	7	14
Nobres	14	12

No que concerne às instituições escolhidas torna-se visivel, com base no Quadro nº 3 , a opção feita em favor da igreja paroquial pela maioria dos grupos estabelecidos, com excepção da nobreza que parece manter uma relação privilegiada com alguns dos conventos considerados. Esta inversão de tendência consubstanciada no grupo nobre, evidencia um

comportamento dispar que secundarizava a ligação a paróquia em favor da ligação pessoal, comportamento esse que se parece ter conservado para lá da Idade Média(18) , exprimindo, também, a manutenção duma anterior tradição de relação do grupo nobre a conventos específicos(19) .No entanto, e para lá da manutenção de comportamentos, o que a escolha preferencial, por parte dos nobres, das igrejas conventuais demonstra é uma hierarquização do espaço funerário, limitando alguns dos locais à utilização dos grupos privilegiados.

A par da designação da instituição que receberia o seu corpo, cada testador definia, por vezes, também, o local exacto onde pretendia ser sepultado: no interior do edifício

---

(18) Michel Vovelle, Piete baroque et déchristianization, p. 101 onde o autor refere o facto da nobreza escolher sepultura preferencialmente em igrejas conventuais, ainda no século XVIII.

(19) A frequente fundação de mosteiros por nobres ao longo da Idade Média, permitiu o estabelecimento de frequentes relações pessoais e de dependência entre estas casas religiosas e certas famílias nobiliárquicas.Nestes edifícios, os nobres procuravam muitas vezes abrigo para o fim da vida e repouso para a alma após a morte. Embora, no caso vertente, não se possa ligar a fundação dos mosteiros em causa com as famílias que aí procuraram sepultura, não é menos verdade que elas surgem, frequentemente, como benfeitoras privilegiadas dessas casas, e como tal usufrutuárias dum especial estatuto. Cf, a título de exemplo: José Mattoso, "Senhorias monásticas do norte de Portugal nos séculos XI a XIII", A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder, 2ª ed.,Lisboa, Estampa, 1987, pp.271-280.

sem mais, junto a um santo especifico, em capela própria, no claustro, no adro ou no cemitério (Cf. Gráfico 17 e 18).

Distribuição proporcional dos locais de sepultura na igreja

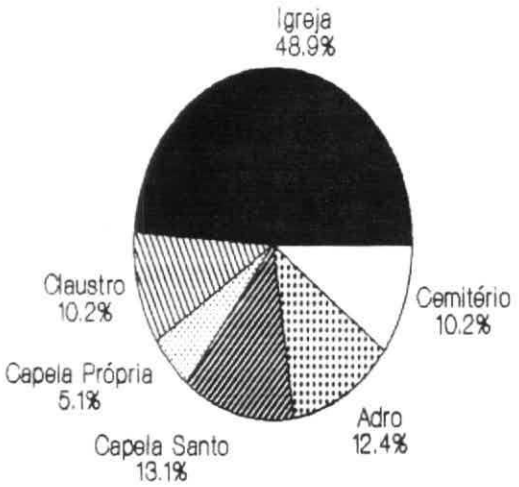


Gráfico 17

Distribuição proporcional dos locais de sepultura em conventos

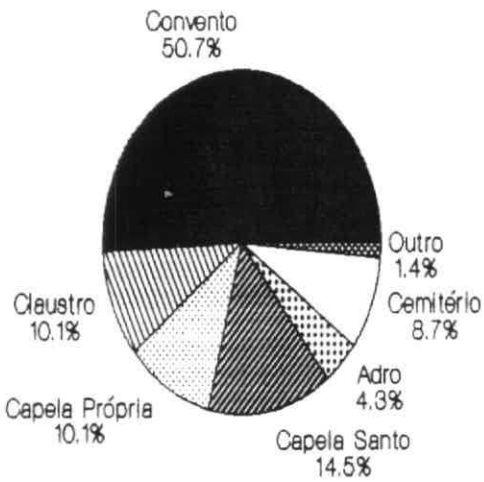


Gráfico 18

Muitos limitavam-se a enunciar o seu desejo sem

especificar o local, delegando essa escolha aos clérigos da instituição ou aos seus testamenteiros . Para outros, contudo, a definição da necessidade do seu túmulo se localizar perto de um santo era algo de premente. Esta presença próxima dum intercessor, visava a obtenção da protecção particular dessa entidade, num espaço já por si imbuído de religiosidade(20) .

Na linha do evocado nos preâmbulos, a protecção que se buscava através da proximidade entre a sepultura e as imagens de divindades era,preferencialmente, a de Santa Maria, advogada dos pecadores(21) , embora certas devoções particulares, estivessem também presentes como é o caso de S. Brás(22) , Santa Catarina(23) ,Santa Lúcia(24) ,S.

---

(20) Philippe Aries. L'homme devant la mort, p. 77. Para este Autor o crente cristão tendeu a partir de certa altura a escolher a igreja em detrimento de enterramento junto a um santo. Porém, o que se parece aqui definir é uma junção das duas vertentes:obter a intercessão privilegiada de um santo, num espaço que só por si constitui uma forma de intervenção no Além, em favor do defunto.

(21) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc de 1343 e m 17, doc de 1319; S. Domingos de Santarém, m 7, nº 2; Sta Trindade de Santarém, m 5, nº 5 e m 6, nº 6; Sé de Coimbra, 2ª inc, m 29, nº 1213; S. Cristovão de Coimbra, m 6, nº 15; Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 6, nº 1.

(22) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 4, fls 111v-112v

(23) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fls 45-46.

(24) A.N.T.T., Sta Cruz de Coimbra, 2ªinc, m 59, doc s/d.

Jorge(25) ,S. Bartolomeu(26) , S. Luís(27) , Santa Clara (28) , S. Miguel(29) e Santa Margarida(30) .

Em outros casos, o testador fixava por escrito o seu desejo de se acolher em capela própria, construída por si ou pelos seus familiares, denunciando, deste modo, uma disponibilidade financeira assinalável.

Já no adro e no cemitério se inumavam indistintamente indivíduos oriundos de meios profissionais dispares, desde artífices a funcionários e mesmo comerciantes.

Espaço onde o anonimato prevalecia(31) , o adro e o cemitério deviam também ser os espaços onde a generalidade dos crentes , sem recursos notórios, obtinha "abrigo" para o corpo. O interior da igreja paroquial e, principalmente, da igreja conventual era utilizada, sobretudo, pelos mais afortunados, como o eram alguns mercadores, funcionários, clérigos e a maioria dos nobres testadores.

---

(25) A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, Lº 6, fl. 34-34v.

(26) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 9, nº 39.

(27) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém, m 3, nº 127.

(28) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc, m 7, nº 338, m 25, nº 1040 e m 26, nº 1099.

(29) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ªinc, m 30, nº 1261.

(30) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 5, nº9.

(31) Jacques Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delá, p. 162.

Na verdade, se a morte era algo de universal e de comum a todos os homens ela era, também, e em paralelo, o espelho da desigualdade social reinante. Desde a preparação dos últimos momentos à consumação da lembrança do morto de entre os vivos, a morte era um conjunto de gestos, de ritos, de disposições que veiculavam uma desigualdade omnipresente, da qual a hierarquização social do espaço funerário não era mais do que uma das vertentes.

No entanto, a fixação da diferença e a afirmação da individualidade passava não apenas pelo local escolhido mas, também, pelo tipo de sepultura.

Em geral, a sepultura e a forma que esta deveria assumir não é especificada, concluindo-se daí que se seguiria o disposto na tradição. No caso contrário, ou seja, quando existia a preocupação de definir o túmulo pretendido, esta evidenciava um desejo de afirmação individual notório(32) .

Assim, à cova, mais ou menos anónima e enunciada em alguns documentos(33) , opunha-se o monumento, pedido por testadores como Vasco Esteves de Fermoselhe e sua mulher, que pretendendo serem sepultados em Santa Clara de Coimbra, pediram para que lhes fossem feitos seus "muimentos

---

(32) Lucília Verdelho da Costa, ob. cit., p. 253.

(33) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp 25, m 2, nº 1285.

alçados"(34) ;como Inês Rodrigues de Góis, casada com Gonçalo Vaz Pinto, do Conselho do Rei, que, no seu testamento de 1478 pediu que " se for coussa que os frades (de S. Francisco) queiram consentir de sse poer hum muimento sobre a dicta cova Mando que se ponha E mando que se ponha E seja muyto bem lavrado E o mylhor que sse poder aver E mjlhor lavrada que sse poder lavrar"(35) ou como Rui Borges que mandou pôr sobre a sua cova uma tumba de três degraus, com as armas dos Sousas e dos Borges metidas em escudos, devendo ainda figurar na capela uma lápide com a explicação de como se tinha mandado aí sepultar e de como tinha feito aquela capela em honra de Nossa Senhora(36) .

Para outros, como Lopo Afonso, que celebrou o seu testamento em 1325, e procurou sepultura na igreja de Santo Isidro de Melo, a definição do destino do seu corpo compreendia a construção de duas sepulturas destinadas a diferentes fases de desintegração do seu corpo "Item mando que me façam hua campa mui boa E que a ponham sobre mim ali hu eu jouver. Item mando des que a carne for comesca que mande fazer hua arca mui bem feita E pintada E metam-lhi os

---

(34) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 2, nº 5.

(35) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, Lº 6, fl. 15v-17v.

(36) O mesmo Rui Borges mandou ainda construir um monumento em honra de seu pai, Rui Borges de Sousa, em pedra alva, com as armas dos Borges. A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp 25, m 14, nº 3.

ossos E façam hum logar bem feyto na parede higual con o altar de sam bras E ponhana dentro"(37) .

A par da cova e do túmulo horizontal, normalmente definido como monumento, existia, assim, ainda, a sepultura incrustada na parede, além do jazigo, designação surgida em alguns documentos,(38) e que, provavelmente, recobria um tipo de sepultura semelhante ao definido como monumento.

No entanto, o que se salienta nesta tipologia possível de sepulturas é o facto de tanto o monumento, como o jazigo ou o túmulo parietal constituírem indícios duma necessidade de afirmação individual, que o enterramento simples na terra não conferia. A justaposição duma pedra lavrada ou duma lápide evocativa (39) ,firmava para sempre, ainda com mais clareza,e mesmo no túmulo raso, a presença eterna de quem partia, mantinha indelével a lembrança do defunto, mesmo depois do seu desaparecimento de entre os vivos.

Para alguns dos testadores a afirmação duma vontade própria compreendia, ainda, a definição do traje que o deveria envolver, embora os testamentos sejam lacónicos no que respeita ao modo segundo o qual se procedia à inumação.

---

(37) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 2, nº 36.

(38) A.N.T.T., S. João da Almedina de Coimbra, m 3, nº 16 e Se de Coimbra, 2ª inc, m 49, nº 1959.

(39) Philippe Aries, ob. cit., pp. 234 a 235.

Com base em alguns estudos arqueológicos de necrópoles medievais tem sido possível concluir que, mesmo ao longo da baixa Idade Média, os corpos dos defuntos eram sepultados com peças de cerâmica e mesmo com alguns objectos quotidianos, vestígios duma antiga prática pagã(40) . Como é óbvio, nenhuma referência a estes ritos perpassa na documentação. Redigida por laicos, imbuídos d fórmulas tabeliónicas cristianizadas e preocupados em evidenciar uma prática cristã assumida, os registos em causa, dificilmente poderiam conter indícios desses ritos. Contudo, nada obsta a que estes permanecessem mais ou menos arreigados, consoante as regiões ou os estratos sociais.

No entanto, alguns, embora poucos, testamentos apresentam referências ao carácter propiciatório da vestimenta utilizada pelo defunto, embora dentro dos parâmetros cristãos. A escolha do hábito de S. Domingos(41) por alguns testadores é disso exemplo, não obstante os fracos valores apresentados , quando comparados com períodos mais recentes(42) .

---

(40) Jean-Pierre Sodini, "Témoignages archéologiques sur la persistance à l'époque paléochrétienne et byzantine de rites funéraires païens", La mort au Moyen Âge,Estrasburgo, Lib. Istra, 1977, pp.11 a 23.

(41) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 2, nº 34 e m 11, nº 8.

(42) Rivas Alvarez, ob. cit., pp. 245 a 250.

Esta opção por envergar um hábito mendicante, expresso por indivíduos que durante a sua vida não tinham abraçado a Regra, exprime um investimento claro num objecto material entendido como mais um acto propiciatório para a obtenção da salvação.

Para o Homem dos séculos XIV e XV a religião não era, ainda, algo que se vivia esporadicamente e à distância. O viver religioso impregnava as suas acções diárias, e como tal era entendido à luz das categorias prevalecentes. Deste modo, a conquista do Paraíso não passava apenas pelo arrependimento e pela penitência interiores, mas implicava a proximidade espacial em relação a um centro de intercessão, uma multiplicação quantitativa de gestos propiciatórios, um assumir exterior desses sentimentos. É, talvez, neste viver exteriorizado da religião, visível em muitas facetas do ritual da morte que aqui predomina, e não na explanação escrita, que raramente existe, que se pode vislumbrar a sobrevivência de ritos de origens perdidas no tempo.

1.2. A reconstrução da família

Enfrentar a passagem ao Além implicava, ainda, para alguns dos testadores considerados, a designação do indivíduo ou indivíduos com quem pretendiam partilhar o espaço funerário e a solidão do desconhecido.

Familiares mais ou menos próximos, amigos,criados ou protectores, surgiam neste final da Idade Média como os acompanhantes por excelência (Cf. gráfico nº19).

Distribuição proporcional da partilha de sepultura

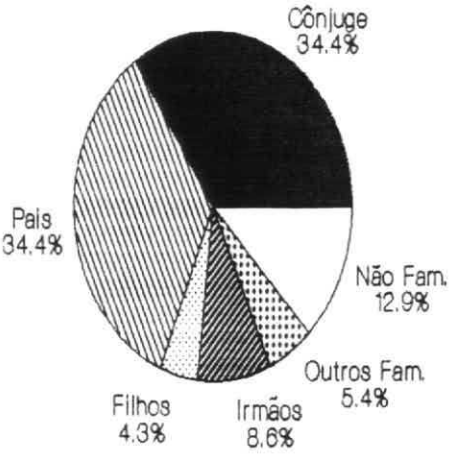


Gráfico 19

No global, a representatividade dos testadores com indicação deste informe parece ser reduzida. Apenas 13,5% identificam a pessoa ou pessoas com quem pretendem partilhar a sepultura, ou de quem desejam a proximidade num espaço funerário delimitado, o que não constitui uma percentagem elevada. Contudo, a ausência de alusão não pode ser entendida,obrigatoriamente, como sinónimo de negação. A sua ausência poderá, talvez, significar que, pelo menos no que respeita a uma parte dos restantes testadores, o

conhecimento do local onde deveria ser colocado era mais ou menos óbvio(43) .

Na maioria dos casos especificados, eram os familiares mais próximos que se procurava reencontrar no túmulo. Os laços que aí se pretendiam reconstituir ou reafirmar eram os que uniam a família conjugal e os antepassados directos(44) . Os colaterais eram, praticamente, ignorados, apesar de algumas referências a irmãos e a outros familiares como tios(45) .

Este predomínio do reencontro com os pais ou com o cônjuge, parece ter sido comum a todos os grupos sociais e mesmo aos dois sexos, tornando-se difícil de definir qual deles se assume como mais importante. Com efeito, desde os os artífices aos nobres, o cônjuge e os antepassados constituem as companhias requeridas,embora esta procura de reconstituição da família seja mais clara entre os nobres e

---

(43) Algo semelhante foi já enunciado para a sepultura no ponto anterior. Com efeito, o testamento não deve ser entendido como receptáculo de todas as vontades do testador, muita informação deveria pertencer ao conhecimento familiar ou mesmo vicinal, o que dispensaria a sua fixação escrita.

(44) Já Chiffoleau atestou isso para a zona que analisou, embora com variações regionais significativas entre as zonas de campo e de cidade, o que não ocorre no conjunto de fontes aqui considerado. J. Chiffoleau., ob. cit., p.179.

(45) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 19, nº 2 e Sé de Coimbra, 2ªinc, m 49, nº 1966.

os mercadores,do que de entre os restantes, como se pode concluir a partir do quadro nº 4 .

QUADRO nº 4 - Proporção das referências por grupo sócio-profissional

CATEGORIAS	C/REF.	S/REF.	%
artífices	6	34	17,6
comerciantes	7	29	24,1
clérigos	15	140	10,7
funcionários	9	53	16.9
nobres	15	74	20,2

Na verdade,pelo que as fontes indicam, a separação da família não parece ser aqui um dado adquirido. Pelo contrário, a junção a alguns dos seus membros,(46) parece ser algo mais ou menos frequente, independente de variações regionais significativas. Existiam mesmo casos em que se procurava reunir no mesmo espaço, os antepassados, o cônjuge e os filhos , tal como acontece com João Afonso de Santarém(47) .

Do mesmo modo, a diferença de comportamentos entre os sexos não é clara.Se as mulheres indicaram em 17,6% dos casos a pessoa com quem pretendiam partilhar a sepultura e os homens apenas em 11,4%, a distância entre as duas

---

(46) Existe mesmo a referência expressa ao desejo de partilhar o túmulo com um avô. A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 6, nº 14.

(47) A.N.T.T., Trindade de Santarém,m 8, nº6.

percentagens não parece permitir conclusões claras (cf. quadro nº 5)(48)

A opção entre o cônjuge e os pais parece, também, obedecer a directrizes semelhantes(49) , em proveito dos segundos, o que conjugado com os locais de sepultura preferenciais, analisados no ponto anterior e que indicam um claro predomínio do enterro na área da paróquia, não parece permitir que se conclua pela presença dum sentimento de solidão comum aos defuntos, nomeadamente, urbanos, pelo menos na região analisada(50) .

QUADRO nº 5 - Proporção das escolhas por sexo

SEXO	CONJ.	PAIS	FILHOS	IRMÃOS	OUT. FAM.	AMIG.	OUT.
Fem.	14	20	1	5	0	2	1
Mas.	7	11	3	3	5	1	8

---

(48) Neste quadro não foram considerados os dados referentes aos testamentos feitos pelo casal no seu conjunto e que contabilizam doze, considerando-os como opções pelo enterro conjugal.

(49) É de assinalar que a escolha dos pais não é feita por mulheres solteiras, mas sim por casadas e viúvas, pelo que não se pode filiar no estado civil a explicação desta escolha.

(50) Interessante seria de comparar estes comportamentos válidos apenas para a zona coberta pelo universo documental disponível, com , nomeadamente, fontes oriundas dos cartórios religiosos de Lisboa, onde, talvez, as variações comportamentais sejam mais assinaláveis, do que em Coimbra, Santarém ou Torres Vedras.

Diferenças existem, sim, entre as restantes escolhas. Torna-se visível que os homens optavam mais abundantemente que as mulheres por outros familiares ou conhecidos para partilharem a sepultura, enquanto estas parecem ter permanecido mais arreigadas aos seus parentes. Esta variação poder-se-á dever, em parte, à forte presença de clérigos que procuravam, preferencialmente, a companhia dos antepassados ou mesmo de outros clérigos(51) seus protectores ou amigos, durante a vida (cf. gráficos nº 20 e 21).

Distribuição proporcional da partilha de sepultura (Homens)

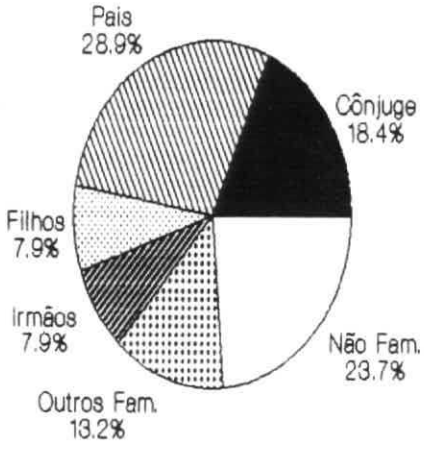


Gráfico 20

---

(51) Martim Peres, por exemplo, cónego da Sé de Coimbra pede para ser sepultado junto do mestre-escola D. Gil ou do chantre D. Pero Martins, A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ªinc., m 3, nº 123. Do mesmo modo, D. Beltrão, também cónego da Sé e prior de Penacova requeria para ser enterrado junto com o seu tio deão, A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc. m 49, nº 1966.

Distribuição proporcional da partilha de sepultura (Mulheres)

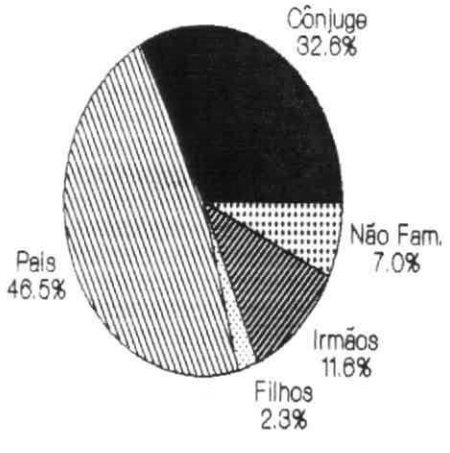


Gráfico 21

De um modo geral, o testador que especificava a forma como devia ser sepultado e com quem, procurava a companhia dos seus parentes mais próximos. Os laços que o tinham amparado em vida, fosse com os pais, fosse com o cônjuge, eram os que se procuravam manter para lá da passagem ao Além. A reconstituição da linhagem era uma forma pública de reafirmar , mesmo após a morte, a união e o poder de uma família,(52) mas era, também, para cada um dos defuntos uma forma de obtenção de força para enfrentar o desconhecido que o esperava.

---

(52) Esta vontade de afirmação de uma linhagem é especialmente visível em certos testamentos nobres, que procuram congregar mais do que uma geração da família no mesmo túmulo ou na mesma capela. É o que ocorre, por exemplo, com o testamento de João Afonso de Santarém já citado, ou com o de Rui de Sousa que na sua capela do mosteiro de S. Domingos de Santarém mandou construir um túmulo para seu pai e outro para si.A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 14, nº3.

2 - A FAMÍLIA E A COMUNIDADE VICINAL

2.1. A instituição dos testamenteiros e a responsabilização individual

O cumprimento da vontade individual expressa no testamento, foi desde cedo considerado como obrigação e direito da hierarquia religiosa. A par das claúsulas pias que dispunham a outorga de bens a instituições religiosas ou de beneficência, o clero procurou chamar a si a execução do global do disposto, a coberto das doações que lhe eram especificamente efectuadas.

Tanto o Código Justiniano como as leis visigóticas atribuiram funções especificas ao clero neste campo, consolidando assim o seu poder(53) . Contudo, sucessivas tentativas de alargamento da sua esfera de acção, como é exemplo o consignado no já citado sínodo de Tolosa de 1229(54) , conduziram à necessidade de delimitação de atribuições entre o poder religioso e o poder laico.

D. Dinis, através do seu esforço de apaziguamento com a Igreja, na sequência das dissensões ocorridas nos

---

(53) Cf. Fortunato de Almeida, ob. cit.,vol. I, pp. 160-161.

(54) Ibidem, p. 161.

reinados anteriores(55) , estabeleceu,em 1309, que o cumprimento das disposições não religiosas dos testamentos caberia ao rei(56) , facto que os posteriores monarcas não deixaram de reafirmar.

A execução destas cláusulas passou a caber, assim, neste final da Idade Média, ao juiz dos resíduos, contra quem o clero frequentemente se pronunciou, denunciando que sob a sua alçada recaíam bens que lhe não cabiam pela vontade do defunto(57) , para, em 1410, as suas atribuições passarem para os juizes ordinários.

Esta função de guardiã da vontade individual, que a Igreja procurou preservar e revestir-se, transformou-a num intermediário desejado pelos testadores que se preocupavam em fazer cumprir os seus desejos, após a sua morte. Daí, talvez, que a nomeação de um clérigo como testamenteiro se tornasse tão frequente.

A figura do testamenteiro como responsável isolado ou em conjunto com outros, pela execução do testamento, surge na esmagadora maioria dos documentos compulsados, embora se assuma como uma entidade jurídica recente.

---

(55) José Mattoso, Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, vol. II-Composição, Lisboa,Estampa, 1985, pp. 152-162.

(56) Fortunato de Almeida, ob. cit, vol. I, p. 163.

(57) Ordenações Afonsinas, Livro II, Tº VI, Artigo VII, p.p. 91-92 e Livro IV, Tº LXXXXVI, pp. 354-356.

Na esteira do que afirma Paulo Mereia, o testamenteiro surgiu a partir do século XI, acompanhando o renascimento do testamento(58) . A sua função primordial era dividir os bens de acordo com a vontade do defunto, embora não dispusesse de qualquer direito de propriedade sobre os mesmos(59) , pelo que, em geral, o testador procurava com essa designação, encarregar a pessoa ou pessoas que lhe pareciam mais responsáveis e cumpridoras dos seus desígnios.

O circulo onde primeiro se procuravam estes testamenteiros era o da família (Cf. Gráfico nº 22). O

Tipos de testamenteiros

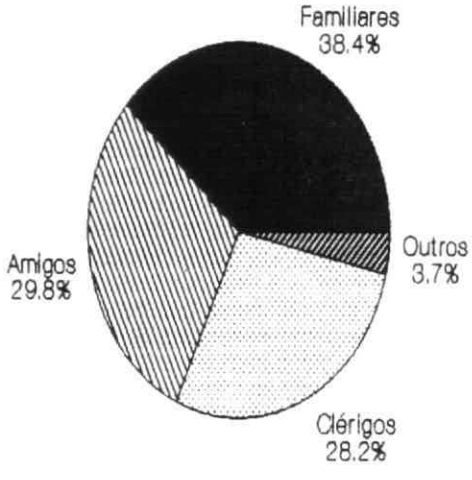


Gráfico 22

---

(58) Paulo Mereia, "Sobre as origens do executor testamentário", Estudos de Direito Hispânico medieval, Coimbra, 1953, tomo II, pp. 1-32.

(59) Ibidem, p. 28.

cônjuge ou os filhos eram os parentes mais frequentemente designados, como se a proximidade afectiva assegurasse melhor que qualquer outro tipo de relação a execução do testamento.

Os pedidos para que os testamenteiros zelassem pelo cumprimento do disposto, presentes em alguns dos documentos, evidenciavam uma preocupação comum. Na verdade, embora casos como o de Lopo Afonso, viúvo de Guiomar Gil e que requeria encarecidamente a sua filha que cumprisse o seu testamento, assim como o de sua mãe, pois "ca filho es E padre seras E que al fezeres tal receberás. E por eso mha filha cuydo eu que queredes vos senpre fazer o mays aguysado E o milhor E que sayades sempre aquelas honde vos vindes ca bem sabedes vos mha filha que vos nom demando neesto muito nem desaguisado ca muyto figi eu por ficar a vos esto que eu avia ca bem sabedes vos que despois da morte de vosa madre que podera eu achar muytos casamentos se os eu quisera filhar E podera fazer outros baratos muytas assim como fazem outros cavaleyros se me heu quisera mays todo esto eu escussy por vos non enalear o que foy de vossos avos E o que eu ganhey de mays"(60) , poderão não ser muito frequentes, quando se compara a sua loquacidade, são-no, porém, na sua capacidade de exprimir a expectativa pelo que se seguiria após a morte.

---

(60) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 2, nº 36.O testador termina pedindo a sua filha que não casasse durante quatro anos e durante esse tempo cumprisse a sua manda pela herança, findo o qual ficaria livre.

O estabelecimento dum prazo limite para o seu cumprimento surgia, também, como uma táctica possível de assegurar a sua execução, embora nem todos os testadores o definissem. Daí que as Ordenações Afonsinas estabelecessem que, nestes casos, em que o testador não delimitasse o tempo, o testamenteiro teria um ano para o cumprir, findo o qual a actuação caberia ao juiz dos resíduos(61) .

Porém, outros familiares eram também designados, desde parentes naturais a artificiais: compadres(62) , sobrinhos(63) , irmãos(64) , pais(65) , afilhados(66) genros(67) , primos(68) , netos (69) , recobrindo, assim, diferentes níveis de laços familiares.

---

(61) Ordenações Afonsinas, Livro IV, Tº CIIII, pp. 376-377.

(62) A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, m 11, nº788/789 e Santa Clara de Coimbra, m 9, nº 40.

(63) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém, m 4, nº 147 e S. Cristovão de Coimbra, m 8, nº 7.

(64) A.N.T.T., Santa Cruz de Santarém, m 1, nº 70, fl. 6v-7v; S. Salvador de Santarém, m 6, nº 206; S. Cristovão de Coimbra, m 10, nº 13 e Santa Clara de Coimbra, m 19, nº 30 entre outros.

(65) A.N.T.T., S. Bartolomeu de Coimbra, m 4, nº8 e S. Domingos de Santarém, m 14, nº 3.

(66) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 13,doc de 1362 .

(67) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 7, nº 23 e S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 4, nº 445.

(68) A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, m 11, nº 788/789 e S. Domingos de Santarém, m 6, nº 4.

(69) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 26, nº 1.

Contudo, outras designações eram possíveis, desde companheiros de oficio (70) a criados(71) e protectores(72) . Frequente era também a nomeação de clerigos, desde bispos a simples frades, consoante o estrato social do testador. Assim D. Mor Dias nomeou para seus testamenteiros o bispo de Lisboa e o bispo do Porto, D. Geraldo(73) , outros testadores como Afonso Eanes, carneireiro, designou Frei Jorge, prior de S. Domingos(74) ; Vasco Eanes de Pinha indicou o prior da Batalha e frei Lourenço(75) e D. Beltrão, cónego da Sé de Coimbra, definiu o bispo de Coimbra(76) , entre outros exemplos.

---

(70) Os clérigos eram os que normalmente tendiam a nomear outros clérigos como seus testamenteiros. Cf, a titulo de exemplo, A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 6, nº 4 e m 9, nº 3; S. Pedro de Coimbra, m 1, nº 14; Sé de Coimbra, 2ªinc, m 24, nº 1004, entre muitos outros.

(71) A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 7, nº 16.

(72) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ªinc. m 7, nº 332, no qual D. Vataça nomeia como sua testamenteira a rainha D. Isabel. O mesmo ocorre com Joana Gonçalves que em 1331 responsabilizava a par de sua irmã e de um clérigo que denomina de Frei Antoninho, a rainha D. Isabel e a própria D. Vataça,A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 19, nº 30 .

(73) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 1, nº 30.

(74) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 2, nº 1302.

(75) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 2, nº 1382.

(76) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 49, nº 1966.

Responsáveis pelo cumprimento da vontade dos defuntos, os testamenteiros eram, muitas vezes, objecto de dádivas por parte dos testadores, que assim procuravam colmatar o trabalho que os esperava. Estas doações revestiam, frequentemente, a forma monetária, embora as doações de bens imóveis estivessem também presentes(77) .

Esta preocupação em definir responsáveis reflecte, sobretudo, uma preocupação omnipresente pelo desrespeito ou ignorância do disposto. Para o testador dos séculos XIV e XV, o cumprimento da sua vontade surgia como essencial para a obtenção da sua salvação, pois sendo o seu testamento a concretização escrita da forma de alcançar o lugar no Além, a sua não efectivação poderia pôr em causa essa mesma obtenção. Daí a preocupação em definir os parentes ou os amigos mais próximos, ou então clérigos, que pelo seu estatuto se veriam, mais do que qualquer outros, compelidos ao desempenho dessa função.

No entanto, a preocupação pelo cumprimento da vontade expressa evidenciava, também, uma forma de materializar, mesmo para além da morte física, uma presença de quem partia na disposição dos seus bens. Embora podendo

---

(77) Maria Vicente doou a seu primo, que nomeou para testamenteiro, a metade de uma vinha. A.N.T.T., S. Pedro de Torres Vedras, m 4, nº 224. João Afonso, em 1336, designou a sua esposa e filho como responsáveis do cumprimento do seu testamento, mas enquanto reconheceu o filho como herdeiro, ao seu cônjuge doou roupa e utensílios domésticos, A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 5, nº 41.

dispor apenas da terça do património, estes documentos não deixam de transparecer uma ligação profunda entre o testador e os seus bens terrenos, em cujo destino futuro ele não deixava de tentar interferir.

2.2. A sucessão familiar

A junção com a família, com os amigos ou com aqueles que tinham sido próximos ao defunto, não se operava apenas na sepultura, na contiguidade física dos corpos. A concretização duma ligação que unira o testador aos seus parentes ou conhecidos, compreendia também a partilha dos bens por aqueles que mais o tinham acompanhado na sua viagem terrena, ou que tinham sido esquecidos pelos ditames legais que presidiam à divisão patrimonial.

Com efeito, as regras de sucessão e de herança foram sendo, progressivamente, definidas pelo direito sucessório(78) , diminuindo o poder do defunto sobre os seus bens e procurando evitar a fragmentação irremediável do património. Assim, se para a efectivação do primeiro objectivo se tendeu a definir a hierarquia familiar quanto à

---

(78) Cf. Inocêncio Galvão Teles, Apontamentos para a história do direito das sucessões português, Lisboa, 1963 onde o autor relata algumas das etapas da evolução deste ramo do direito.

sucessão(79) , para o segundo a questão centrou-se na definição da cota disponivel, ou seja, na porção passível de ser alienável a morte do testador, sem pôr em causa a sobrevivência económica dos vivos.

O historial da origem e da importância quantitativa desta quota foi objecto de estudos diversos por parte de autores como Luis de Valdeavellano(80) , Paulo Mereia(81) , João Arroyo(82) ou J. A. Rubio(83) .

No global, todos parecem concordar com a antiguidade da sua origem, no que respeita à existência duma porção de bens de livre disposição, embora no período anterior à cristianização, o seu fim não fosse os sufrágios por

---

(79) António Joaquim Gouveia Pinto no seu estudo intitulado Tratado regular e prático de testamentos e sucessões, Lisboa, Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1813,p. 144 é um dos autores que explicita a ordem pela qual os familiares ascendiam à sucessão, cabendo o primeiro lugar aos descendentes.

(80) Cf. Luis G. de Valdeavellano," La cuota de libre disposicion en el derecho hereditario de Leon y Castilla en la Alta Edad Media (Notas y documentos)", Anuario de Historia del Derecho Espanol, Madrid, 1932, tomo IX, pp. 129-176.

(81) Paulo Mereia,"Sobre as origens da terça", Congresso do Mundo Português. Publicações, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, vol. II, pp. 493-506.

(82) Cf.João Marcelino Arroyo, Estudos sobre a sucessão legitimária, Porto, Livraria Portuense, 1884.

(83) Cf. Jose-Antonio Rubio, "Donationes post-obitum y donationes reservato usufructo en la alta edad media de Léon y Castilla",Anuario de Historia del Derecho Espanol, Madrid, 1932, tomo IX, pp. 1 a 25.

alma(84) , mas a consagração do direito individual à utilização livre de parte do património. Deste modo, e ainda na esteira do afirmado por Valdeavellano, a quota representaria um compromisso entre a vinculação patrimonial germânica e a plena disposição dos bens no direito romano(85) . Apenas com a cristianização se teria operado uma reorientação dos seus objectivos, transformando aquela num meio de assegurar o sufrágio eterno por alma e o cumprimento do principio cristão da caridade para com os mais necessitados.

Contudo, também a delimitação do quantitativo evoluiu no tempo e no espaço. Ao originário quinto, próprio da Lei Gótica, o direito muçulmano teria conjugado a noção de terça(86) , que o direito medieval português teria adaptado, aplicando a noção de quinto aos bens de avoenga e a de terço aos bens adquiridos(87) . Destas duas porções se poderia, originalmente, dispor para legados pios, embora a tendência se tivesse encaminhado no sentido do desaparecimento da distinção entre bens adquiridos e bens

---

(84) Cf. Valdeveallano, ob. cit., p. 131, onde o autor interpreta a existência desta quota como uma sobrevivência da Lei Gótica.

(85) Ibidem, p. 143.

(86) Ibidem, p. 155.

(87) Cf. João Arroyo, ob. cit., pp.59 a 61.

hereditários(88) . A quota que predominou foi, assim, a terça aplicada, indistintamente, ao conjunto do património.

E é, exactamente, esta a noção que prevalece nos testamentos compulsados. A doação da terça, sem mais definições, a um único indivíduo, presente em alguns dos documentos(89) , aponta no sentido do predomínio desta quota na sucessão testamentária da baixa Idade Média, evidenciando, ainda, a ausência duma separação entre a parte patrimonial hereditária e a parte adquirida, reenviando para uma ideia do património como um todo indivisível, no que concerne à sua origem(90) .

Esta outorga da terça quando feita a um único indivíduo realizava-se, em geral, em favor do herdeiro definido no testamento.

Na verdade, e tal como já realçámos, a nomeação do herdeiro surgia como uma condição essencial do

---

(88) Ibidem,p. 69.

(89) A.N.T.T. Santa Clara Coimbra, m 9, nº 23; Santa Cruz de Coimbra, 1º7, fl. 30v-31; S. Domingos de Santarém, m 2, nº 8; Santa Cruz de Santarém, m 1, nº 70; Sé de Coimbra, 2ª inc., m 26, nº 1099 e m 79, nº 3365.

(90) João Arroyo realça o facto desta distinção entre a parte adquirida e a herdada não existir no direito romano, pelo que o renascimento deste pode ter agido como um factor impulsionador da abolição dessa distinção.Cf. João Arroyo, ob. cit., p. 72.

testamento(91) e obrigatória segundo as normas jurídicas, até ao governo do Marquês de Pombal(92) .

Com D. João I, contudo, uma variação foi introduzida no contexto testamental, ao dispor que os herdeiros imperativos ou legitimários tivessem acesso à sucessão, mesmo quando não nomeados(93) . Assim, se a obrigatoriedade da sua presença na questão sucessória actuava já na sucessão legítima, onde o testamento era inexistente, mesmo na presença deste e no decurso dum processo de sucessão testamentária, o de cuius não podia ignorar o direito dos herdeiros imperativos, sobre a porção indisponível do património(94) , e que compreendia, primeiro os descendentes e em segundo plano os ascendentes.

Definida nestes moldes, a questão sucessória e confinada a limites que tenderam, progressivamente, a definirem-se no seu conteúdo e aplicação, o próprio registo testamental procurou limitar-se à enunciação do destino dos bens disponíveis, secundarizando os restantes, sujeitos que estavam, aos trâmites da sucessão legal.

---

(91) Cf. capitulo I.

(92) Inocêncio Galvão Teles, Direito das Sucessões. Noções fundamentais, 5ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1985, pp. 121 a 122.

(93) Ibidem, p. 124.

(94) Ibidem,pp. 83 a 99 sobre as condições da sucessão legal e da sucessão testamentária.

Neste contexto, os testamentos de que dispomos mais do que um reflexo da riqueza total dum indivíduo ou duma família, fornecem-nos uma perspectiva parcial dos seus recursos, limitada, em geral, à parte disponível. Todo o restante recaía sob a alçada da lei. É óbvio que no caso em que a descendência não tinha sido assegurada, se poderia colocar a hipótese do registo testamental compreender a totalidade do património. Contudo, mesmo nestes casos, a sucessão estava consignada em favor dos ascendentes a quem os bens regressavam, após a morte do seu parente(95) . Deste modo, o testamento não pode ser interpretado como um registo fiel das fortunas individuais, mas apenas como uma visão parcelar das mesmas.

Em alguns casos, as doações cumpririam a própria função testamental, ao disporem, em vida, o destino dos bens incluídos na terça, tornando-se desnecessário o registo de últimas vontades.

Na realidade, o acesso por parte das várias entidades contempladas, legal ou voluntariamente, por um testamento parece ter-se tornado numa questão cada vez mais crucial. A realização de inventários dos bens que cabiam na quota disponível é um dos sinais dessa importância. Com

---

(95) Cf. Gama Barros, História da Administração pública em Portugal, 2ª ed. dir. por Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1945-54,vol. IV, p. 372 e a tese de Braga da Cruz, O direito de troncalidade e o regime jurídico do património familiar,Braga,Livraria Cruz, 1941.

efeito, embora não sejam muito abundantes, existem, por vezes, referências a estes róis ou à necessidade de se compilar o total dos bens, nomeadamente, quando o valor das fortunas a isso obrigava ou aconselhava. E não eram apenas os sucessores legítimos que com tal tarefa se preocupavam, mas também as próprias instituições bafejadas por legados pios, que, frequentemente, estavam presentes a esses inventários e neles intervinham.

Destinada, à partida, a ser distribuída pelos familiares ou instituições a que o testador se encontrasse mais ligado, a quota disponível repartia-se, em geral, por um leque, relativamente diversificado, de entidades.

No que respeita aos familiares, é curioso o lugar de destaque dado aos sobrinhos com 25,9% dos bens doados a familiares. Após estes hierarquizavam-se os filhos(22,4%), os irmãos(21%), o cônjuge(20,7%) e os afilhados(9,8%).

Se tanto os filhos como o cônjuge nos conduzem a uma noção de família nuclear, que parece prevalecer nestes séculos terminais da Idade Média, os sobrinhos, os irmãos e os afilhados reenviam-nos para ligações colaterais que parecem assumir, ainda, uma importância razoável.

Na verdade, se, por um lado, a sua presença entre os receptores de bens contidos na quota disponível surge como óbvia, mercê as limitações legais que impediam o seu acesso ao restante património no caso da existência de descendentes, por outro, a sua importância deve ser esbatida, na medida em que algumas dessas menções provêm de

clérigos, que compreendem nas suas doações, predominantemente, a familiares colaterais ou ascendentes.

As referências aos afilhados reflectem, sobretudo, a importância do parentesco artificial neste período, que todas as camadas sociais parecem contemplar(96) .

Em muitos casos, contudo, os familiares eram afastados apenas com a quantia simbólica de cinco soldos(97) procurando-se, assim, distanciar os parentes mais afastados do percurso sucessório e evitar as contendas sobre o património. Estas outorgas agrupámo-las sob a designação de "outros familiares", onde incluímos também algumas referências esparsas a outros parentes, como genros(98) , primos(99) ou tios(100) , entre outros. Contudo, a fraca representatividade dos legados feitos a estes parentes conjugada ao carácter de afastamento que a doação simbólica de cinco soldos a todos os não mencionados, acarretava, fez

---

(96) A.N.T.T., S. Salvador de Coimbra, m 14, doc. s/d; S. Cristovão de Coimbra, m 10, nº 13; S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 2, nº 1285; Trindade de Santarém, M 5, nº 27; Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 26, nº 1 e nº 10.

(97) Ver entre muitos outros documentos:A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 18, nº 1 e m 19, nº 2; S. Tiago de Coimbra, m 6, doc de 1383; S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 2, nº 1382 e Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 24v a 26.

(98) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém, m 4, nº 148.

(99) A.N.T.T., S. Pedro de Torres Vedras, m 4, nº 224.

(100) A.N.T.T., S. Miguel de Torres Vedras, m 4, nº 80.

com que considerássemos estes valores, sobretudo, como reflexo duma prática, que se difundiu, em geral, em proveito do tronco principal da família, e não como um termo de comparação igualitário com as restantes doações feitas a familiares específicos.

Deste modo, será interessante, sim, analisar a evolução no tempo dos familiares contemplados e especificados, atendendo aos cinco graus, normalmente, mencionados: filhos, cônjuge, sobrinhos, irmãos e afilhados.

QUADRO Nº 6 - Evolução Temporal dos legados feitos a familiares

FAMILIARES	1300-49		1350-99		1400-49		1450-99	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Filhos	7	6,3	12	11,7	12	42,8	33	76,7
Conjuge	16	14,5	30	29,4	10	35,7	2	4,6
Sobrinh.	41	37,2	27	26,4	4	14,2	2	4,6
Irmãos	36	32,7	17	16,6	1	3,5	6	13,9
Afilhad.	10	9	16	15,6	1	3,5	-	-
TOTAL	133	100	102	100	28	100	43	100

Pelo quadro nº 6 torna-se notório o predomínio dos filhos como destinatários no decurso do século XV. E apesar da diminuição global de documentos que caracteriza este século, os valores apontados para estes familiares parecem não acompanhar a descida abrupta daqueles.

Em paralelo, realça-se a diminuição dos parentes colaterais e uma oscilação variável das doações feitas ao cônjuge.

No conjunto, as variações atrás referidas denotam um acentuar dos laços filiais ao longo da centúria de Quatrocentos, reflectindo, talvez, um reforço da relação linhagística, atestada já a outros níveis, como na questão da sepultura(101) . Mas, este progressivo predomínio poderá evidenciar, também, a presença duma elevada mortalidade e duma esperança de vida reduzida, o que compelia os testadores a distribuirem a sua quota disponível por um número superior de familiares no século XIV do que no decurso do seculo XV(102) .

No entanto, esta variação entre os dois séculos poderá denotar, também, mudanças nos parâmetros da organização familiar, com uma progressiva tendência para o fraccionamento da família larga e para o encerrar da cada indivíduo na sua família nuclear.De certa maneira, a existência do parentesco artificial ou de redes de solidariedade que se estruturavam não em função dos laços de

---

(101) Cf. o ponto 1 deste capitulo.

(102) Com efeito, se atentarmos nas percentagens apresentadas para o século XIV e para o século XV, é visivel que no primeiro existe uma maior distribuição relativa entre as diferentes entidades, do que na centúria de Quatrocentos.

sangue, podiam constituir uma resposta a esta dissolução(103) .

As doações ao cônjugue parecem enfermar de variações significativas, embora, no global, a sua importância pareça ser, relativamente, estável ao longo do período. Segundo o disposto nos trâmites legais o cônjugue herdava em quarto lugar, após os descendentes, ascendentes e colaterais(104) , embora fosse frequente no caso duma viúva sobrevivente, esta receber um quinhão dos bens semelhante ao que recebia cada filho, ainda que sujeito a certas limitações. Assim, essa parcela patrimonial apenas permanecia na sua posse enquanto mantivesse o seu estado civil de viúva, pelo que, em caso

---

(103) Para J. Chiffoleau é nesta dissolução dos laços familiares que reside a principal explicação para a difusão da pompa fúnebre. É nesta solidão, que parece atingir primeiro os urbanos do que os rurais, que o autor procura a origem da mudança comportamental destes séculos. No caso especifico dos núcleos humanos que aqui nos ocupam, esta diferença não parece poder detectar-se com a mesma clareza. Por um lado, não possuímos dados comparativos para as zonas rurais, por outro nem Coimbra, nem Santarém constituem burgos semelhantes, em importância populacional e económica, a Avinhão deste mesmo período. Estes dois factores, e nomeadamente o último,podem funcionar como retardadores do aparecimento deste fenómeno de solidão urbana, que o autor tão aliciantemente expôs na sua obra.Convêm, ainda, não esquecer que a disparidade de fontes, que a nós nos impossibilita de ter uma cobertura espacial uniforme do espaço geográfico e humano considerado, pode ser responsável, também, pela variação de leituras e de conclusões.Cf. J. Chiffoleau, La Comptabilité de l'au-delá, pp.179-201.

(104) António Gouveia Pinto, ob. cit., p. 144.

contrário, os bens reverteriam a favor dos filhos(105) . Destinando-se estes bens a assegurarem a sobrevivência da viúva e a aliviarem os descendentes dos encargos com a sua manutenção, um seu segundo casamento eliminava a motivação subjacente, e, como tal, a razão que conduzia à permanência do usufruto desses bens no cônjuge sobrevivo(106) .

No entanto, após a morte do marido o cônjuge ficava como cabeça de casal e como tal responsável pela partilha dos bens comuns entre herdeiros e legatários(107) , embora o desbarato dos bens pela viúva fosse severamente castigado(108)

No global, a distribuição temporal dos familiares receptores de doações testamentárias ou pós-morte, reflecte uma clara tendência para o reforço do regime agnático, com o estreitar dos laços entre os parentes mais próximos, sobretudo, nos centros urbanos(109) .

---

(105) Cf. Gama Barros, ob. cit., vol IV, pp.372-373.

(106) Cf. Marie-Therese Lorcin, Vivre et mourir en Lyonnais à la fin du Moyen Age, Paris, CNRS, pp. 57 a 67 onde a autora refere os moldes em que se operava a sobrevivência da viúva, e os legados que lhe eram feitos.

(107) Cf. Ordenações Afonsinas, Livro IV, Titulo XII, pp. 76 a 80.

(108) Ibidem, Livro IV, Titulo XV, pp. 84 a 85.

(109) José Mattoso, já realçou as etapas da passagem do regime cognático ao agnático, atendendo à evolução temporal e às variações regionais nesta mudança. Segundo o Autor, a fragmentação da família larga é mais

Pé-de-página (cont.)

Reforço esse que se torna ainda mais patente quando atentamos na hierarquia de bens legados a cada tipo de familiar(Cf. Quadro nº 7).

A evolução geral dos bens doados a familiares, amigos e servidores aponta para um decréscimo notório dos legados em numerário, descida essa que não será estranha às variações monetárias que marcam este período(110) .

QUADRO Nº 7 - Distribuição temporal dos bens legados a familiares

BENS	1300-49		1350-99		1400-49		1450-99	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Moeda	147	48,5	134	51,1	36	44,4	14	18,1
Imóveis	85	28,0	64	24,4	27	33,3	50	64,9
Móveis	71	23,4	64	24,4	18	22,2	13	16,8
TOTAL	303	100	262	100	81	100	77	100

Pé-de-página (cont.)

visível a Sul e nos centros urbanos do que a Norte, onde a linhagem permanece mais tempo, como apanágio dos privilegiados. Cf. José Mattoso, "Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa", A nobreza medieval portuguesa, 2ª ed., Lisboa, Estampa,1987, pp. 389-417.

(110) Ver nota 82 da Introdução Geral.

Em compensação, se os bens imóveis apresentam também uma queda assinalável, pelo menos até à primeira metade do século XV, os segundos cinquenta anos desta centúria apresentam já uma clara recuperação. Nesta perspectiva, se a tendência descendente que parece recobrir os três grupos de bens considerados, deve ser relacionada e explicada em função da variação do número de documentos, os valores apresentados pelos bens imobiliários não deixam de ser tanto mais representativos quanto se referem a um período contemplado por um número reduzido de registos, que é o de 1450 a 1499. Assim, o que estes valores parecem evidenciar é a existência dum empobrecimento, ao nível de alguns dos grupos sociais estabelecidos, na segunda metade do século XIV, marcado, não apenas pelas desvalorizações, mas também pela diminuição dos bens imóveis.

Neste contexto, poder-se-á concluir pela apetência dos testadores em legarem bens duráveis, que assegurassem um rendimento, que embora não estável, fosse permanente. E esta preocupação parece ser tanto mais assinalável quanto os familiares são próximos do defunto.

Assim, os filhos surgem como os familiares que recebem, predominantemente, parcelas de terra ou um conjunto indistinto de bens, enquanto tanto os irmãos, como os sobrinhos e afilhados eram contemplados, na sua maioria, por legados em moeda. Já no caso do cônjuge, este parece

receber, sobretudo, bens móveis, muitas vezes, os da casa que partilhava com o defunto (cf. anexo nº 7) (111) .

Esta divisão dos bens é por si elucidativa: se aos que asseguravam a manutenção temporal e económica da família se procurava legar, predominantemente, bens duráveis, como se através desses legados fosse a própria perpetuidade da família que se tentasse assegurar, aos restantes familiares doavam-se, sobretudo, quantias, mais ou menos avultadas, que cumpriam o objectivo da lembrança no momento da partida terrena, sem delapidar o património familiar.

Era também, em geral entre os familiares mais chegados, filhos e cônjuge, que se definia o herdeiro de todos os bens que sobrassem após os legados a instituições pias, amigos ou servidores, serem cumpridos. Na verdade, se alguns testadores optavam por escolher a sua alma como sucessora nos bens que lhe restassem (112) , outros preferiam os filhos, mesmo quando clérigos(113) , ou o cônjuge(114) , entregando a estes a parte mais substancial da sua riqueza.

---

(111) Os valores presentes neste anexo nº 5 não são proporcionais ao número de doações mas ao número de bens legados a cada familiar.

(112) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 8,nº 7; m 17, nº 11; m 18, nº 1 entre outros.

(113) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 2, nº 21 e 36;m 7, nº 19; S. Domingos de Santarém, m 5, nº 41.

(114) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp 25, m 2, nº 12 e m 8, nº 23; S. Salvador de Santarém, m 6, nº 209.

Em casos esporádicos, eram contemplados não os familiares, talvez inexistentes, mas aqueles que tinham acompanhado ou apoiado o testador em vida, é o caso de criados, que aparecem, por vezes, nomeados como herdeiros, em recompensa dos seus serviços, nomeadamente, por clérigos distantes, talvez, dos seus familiares(115) .

O universo de bens que aparece legado é variável e diversificado. Assim, se os bens imóveis compreendem parcelas de olival, terras de pão, vinhas, bacelos, casas e quintais, os móveis não deixam, também, de apresentar uma variedade semelhante, recobrindo, quase que no global, a panóplia de bens disponíveis neste final da Idade Média.

Assim, e no que diz respeito aos bens imóveis, é visível um predomínio das casas e vinhas, o que se relaciona claramente com o carácter dos cartórios estudados, sediados, na sua maioria, em núcleos urbanos.

Por outro lado, no que respeita aos bens móveis, a rubrica que aparece em primeiro plano é o do vestuário, onde englobámos não apenas os legados de peças de vestuário mas também os tecidos em bruto, seguido dos utensílios e mobiliário. Os livros eram, também, frequentemente, doados,

---

(115) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 24, nº 2 e Trindade de Santarém, m 7, nº 16. Curioso é o testamento de Silvestre Migueiz, prior de Vila Nova de Moçarros, que legou a uma sua criada uma vinha e um olival, evocando o bom serviço que lhe tinha feito e o trabalho que ela tinha tido com as suas doenças. A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 49, nº 1940.

FAC. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

sobretudo, por clérigos, mercê o seu valor intrinseco numa época em que estes bens se assumiam como de grande monta. Os destinatarios eram, regra geral, criados ou sobrinhos, que se esperava viessem a seguir a mesma carreira que o seu senhor ou familiar. Surgem-nos, assim, obras como as Decretais(116) , o Inocêncio(117) , o Flos Sanctorum(118) , a Arte da Medicina(119) ou simples breviários(120) e livros de cirurgia(121) .

Os bens mais valiosos eram matéria de outorga específica como taças de prata(122) , relicários(123) abotoaduras com pedras(124) ou mesmo a espada e o rocinete que um cidadão de Coimbra legou a um seu sobrinho(125) .

---

(116) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém, m 6, nº 206.

(117) Ibidem.

(118) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 29, nº 1206.

(119) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 26, nº 1099.

(120) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 26, nº 1099 e m 29, nº 1206.

(121) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 7, nº 331.

(122) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 19, nº 30 e Santa Clara de Santarém, m 13, nº 962/963.

(123) A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 4, nº 20.

(124) A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 5, nº 5.

(125) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 29, nº 1205.

2.3. Os legados aos não familiares

As ligações que cada indivíduo estabelecia ao longo da sua vida não se limitavam, apenas, aos seus parentes, mais ou menos próximos, mas estendiam-se a todos aqueles que com ele partilhavam um espaço residencial, um ofício ou um estatuto. Na verdade, analisar o longo rol de legados que cada testador estabelecia em favor de particulares, é vislumbrar a teia de relações que o tinham rodeado, as influências ou favores que tinha recebido ou prestado(126) .

O Homem destes séculos terminais da Idade Média era um ser que apenas encontrava a sua concretização plena na inserção social assumida, fosse através da sua participação em instituições caritativas ou oficinais, como as confrarias, fosse através da rede de contactos estabelecidos

---

(126) É frequente encontrarem-se nos testamentos referências às dívidas que se tinham contraído durante a vida e que não tinham sido saldadas, exortando os testadores em causa, aos seus familiares ou testamenteiros para que zelassem pelo seu cumprimento. Cf. entre outros: Santa Clara de Coimbra, m 7, nº 19, S. Salvador de Coimbra, m 10, doc. de 1344, S. Cristovão de Coimbra, m 6, nº 2 e m 24, nº 2. Mais raro era a menção dos pagamentos que tinham sido realizados em favor do testador, como parece ter acontecido com um criador de carneiros de Santarém, que tendo vendido algumas cabeças não tinha ainda recebido o seu preço, pelo que deixou registado no seu testamento essa dívida a saldar:A,N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 2, nº 1302.

com os seus vizinhos ou conhecidos. E a importância desta teia é tanto mais visível quanto a intervenção destes particulares se multiplica ao longo dos documentos.

Com efeito, não é apenas como receptores de bens que a sua presença é atestada, mas também como testemunhas ou como testamenteiros que a sua presença se corporiza e toma forma.

De entre os três tipos de documentos compulsados: a doação, o testamento e o codicilo, considerando aqui as públicas-formas de verbas inseridas no segundo grupo, aquele que nos fornece uma imagem mais fiel destas ligações é, sem dúvida, o testamento que recobrindo o conjunto de últimas vontades de cada testador, exprime também, com mais clareza, os indivíduos contemplados.

É óbvio que não constitui tarefa fácil apreender, em todos os casos, o tipo de relação que unia cada testador ao receptor do legado. A sua menção é, muitas vezes, lacónica e pouco expressiva. Contudo, tentámos classificá-los, de acordo com algumas premissas, em três grupos básicos: clérigos, não familiares e servidores (Cf. Gráfico nº23).

Nos clérigos considerámos, especificamente, as doações feitas a eclesiásticos a título individual(127) ,

---

(127) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 7, nº 19 e m 9, nº 40 e S. Cristovão de Coimbra, m 6, nº 2; S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1397; S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 2, nº 1382; Sé de Coimbra, 2ª inc., m 69, nº 2528; Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 5, nº 9 e m 26, nº 18, entre outras referências.

como agradecimento dos seus serviços. No entanto, as designações que, mais frequentemente, contemplámos neste item foi o de confessor ou o de abade, que surgem amiúde ao longo dos testamentos, muitas vezes sem especificação de quem se tratava(128) . Normalmente, o confessor ou confessores recebiam pequenas quantias em dinheiro ou pequenas parcelas de terra (cf. anexo nº 5).

Proporção relativa das doações a clérigos,não familiares e servidores

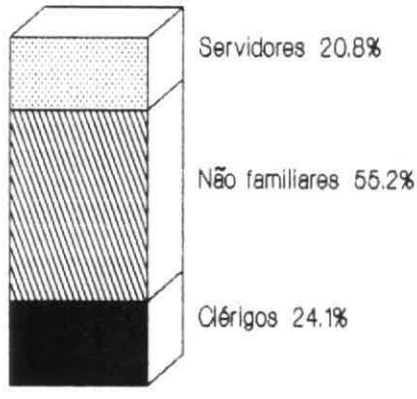


Gráfico 23

A sua presença na documentação, ao longo destes dois séculos, parece acompanhar as próprias variações daquela, com uma clara tendência decrescente ao longo destes duzentos

---

(128) A.N.T.T, S. Cristovão de Coimbra, m 10, nº 13; S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1397, S. João da Almedina de Coimbra, m 2, nº 38, S. Domingos de Santarém, Cp 25, m 2, nº 1285.

anos(cf. anexo nº 6), tendência essa que não deixa, porém, de exprimir a importância desta lembrança para muitos dos testadores.

O segundo grupo que definimos no geral por não familiares engloba, sobretudo, aqueles individuos que pareciam próximos ao testador pelo exercício da sua profissão, pela zona da sua residência ou pelo grau de intimidade com que parecem ser tratados no documento. Eram também, em geral, contemplados com legados em moeda e o seu número, tal como no caso dos clérigos, tendeu a diminuir, acompanhando a descida de registos (cf. anexo nº 6).

Já o mesmo não ocorre, porém, com o outro conjunto que estabelecemos: o dos servidores.

Estes surgem amiúde mencionados nos testamentos. Muitas vezes acompanhavam os seus amos durante anos, transformando-se numa companhia mais fiel do que a dos parentes mais próximos. Daí, talvez, a preocupação destes em legarem aos seus criados, mais do que pequenas quantias em dinheiro, algumas parcelas de terra ou casas, que lhes conferissem um certo rendimento e lhes assegurassem o seu sustento (cf. anexo nº 5). Por vezes, eram nomeados como herdeiros(129) , realçando a importância do seu estatuto. Curiosamente, os legados em seu favor, mantêm-se estáveis ao longo de Trezentos, subindo mesmo nos segundos cinquenta

---

(129) Ver ponto 2.2. deste capitulo.

anos. Significará esta subida, ainda que ligeira, uma dissolução dos laços familiares por morte precoce destes, com um lógico reforço das relações não parentais ou apenas um acréscimo aleatório?

A nosso ver, poderá haver uma correlação entre a maior distribuição de legados por particulares, ao longo do século XIV em detrimento da centúria seguinte, já realçado acima(130) e esta subida dos servidores, apontando no sentido deste enfraquecimento dos laços familiares. É óbvio que a queda abrupta de documentação ao longo da centúria de Quatrocentos não permite entrever a manutenção dessa tendência, mas a sua ocorrência neste período, poderá evidenciar uma influência das crises cíclicas de peste nesta distribuição de legados e o predomínio de novas directrizes na organização familiar, que ao longo do século XV tendeu a reforçar os laços linhagísticos próximos, em detrimento dos colaterais. Desta tendência teriam usufruído os servidores que, por vezes, se substituíam a esses parentes inexistentes.

É óbvio que tanto o testamento como a doação, se nos fornecem, o primeiro mais do que o segundo, os nomes dos particulares de quem o testador se queria lembrar e retribuir no final da sua vida, não nos indiciam sobre o conteúdo concreto dessa ligação. A informação, embora abundante em

---

(130) Ver pontos 2.2. e 2.3. do capitulo III.

quantidade,é lacónica e pouco precisa. Daí que pouco mais permita que realçar a extensa rede de contactos que rodeava o Homem medieval.

Família, amigos, vizinhos, servidores eram os círculos em que cada indivíduo primeiro se inseria e dos quais mais tarde se libertava. Destes círculos dependia a sua sobrevivência quotidiana e deles se procurava recordar no momento da despedida.

2.4. O círculo das testemunhas

A presença dos particulares concretizava-se, ainda, no momento da redacção de um testamento ou de uma doação através do grupo de testemunhas que rodeava o testador ou doador. Torna-se evidente que as motivações subjacentes à reunião deste conjunto de indivíduos, muitas vezes díspar, podiam ser variadas, oscilando de acordo com estas o próprio grau de intimidade existente entre o testador e cada testemunha(131) .

---

(131) Nas cláusulas considerámos as testemunhas mencionadas como tendo estado presentes na celebração do testamento, e não as que estavam presentes aquando do trelado das verbas.

Quando celebrado em casa, no decurso duma doença ou perto do momento da morte, será lógico supor que, pelo menos alguns dos presentes, fizessem parte do circulo de amigos ou de vizinhos, que ai teriam acorrido por chamado ou por sua própria iniciativa(132) .

Já o mesmo não ocorreria, talvez, quando o registo escrito do documento se operava em lugares públicos ou na residência do tabelião, embora o testador se fizesse, por vezes, acompanhar de seus conhecidos para a celebração de tal contrato.

Neste contexto, a tipologia de testemunhas obtida não pode ser interpretada como um dado absoluto, mas como algo passível de ser influenciado por factores aleatórios, que não contemplam apenas a existência duma relação pessoal.

Se analisarmos o anexo nº 8 e o gráfico nº 24 torna-se notório o predomínio dos clérigos como testemunhas, independentemente do estatuto sócio-profissional do testador, apenas ultrapassado pelo grupo dos que não apresentam categoria especificada. Esta vantagem do número de clérigos aponta para a presença, que se tendia a

---

(132) No relato emocionante que Georges Duby fez da vida de Conde Guilherme, na sua obra Guilherme o Marechal. O melhor cavaleiro do mondo,Lisboa, Gradiva, 1986, lê-se a pp. 15-16 :" Para ver como morre o Marechal, as pessoas acotovelam-se em redor do filho mais velho(...)Uma tal afluência e uma tal assiduidade testemunham o prestigio daquele que lentamente vai desaparecendo". Esta pequena passagem elucida-nos sobre a presença frequente dos particulares, mesmo dos mais distantes, no decorrer do ritual da morte.

generalizar, destes intermediários entre o Homem e a Divindade nos momentos cruciais da vida.

Distribuição das testemunhas
por categorias sócio-profissionais

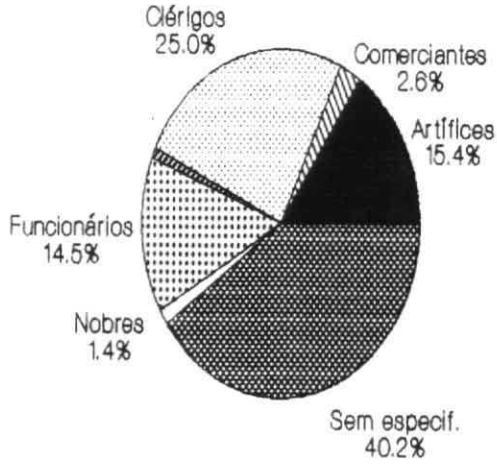


Gráfico 24

Com efeito, não é apenas através dos legados ou dos pedidos de cerimónias por alma que se pode inferir da crescente influência clerical. A sua presença à cabeceira do doente(133) , ou apenas a noção de que a sua assistência à celebração dum contrato desta natureza poderia contribuir

---

(133) Os sínodos medievais compilados no Synodicon Hispanum, apresentam diversas constituições em que os párocos eram exortados a prestarem assistência aos doentes e moribundos da sua paróquia, não descurando de os acompanharem nos seus últimos momentos. É o caso do sínodo de Braga de 1477, constituição 31,pp. 103-105, do sínodo da Guarda de 1500, constituição 14, p. 233 e do sínodo de Braga de 1505, constituição 26, p. 160.

para o reforço do poder desse documento, constitui uma prova cabal dessa crescente influência.

É óbvio que a maioria das testemunhas socialmente não identificadas são laicas e, por conseguinte, tendem a esbater a importância numérica do grupo clerical. Contudo, a sua distribuição, relativamente estável, por todos os tipos de testadores (cf. anexo nº 8) permite concluir que a tendência vigente era no sentido da difusão da sua presença.

Além dos clérigos, outros grupos sócio-profissionais surgem como testemunhas, variando a sua importância de acordo com o estatuto do testador.

Assim, se tanto para os comerciantes como para os nobres, os clérigos parecem ter sido as testemunhas mais pretendidas, esta escolha evidencia a partilha dum modelo comportamental, visível, não apenas neste ponto específico da escolha de testemunhas, mas já em outros aspectos do ritual da morte, como o da escolha de local e tipo de sepultura.

Após o clero, eram os artífices e funcionários os grupos que, mais frequentemente, estavam presentes aquando da celebração destes contratos.

Este predomínio poderá encontrar explicação no facto destes documentos serem redigidos, na sua esmagadora maioria, por uma população urbana e no interior do espaço urbana, onde as funções artesanais e os cargos administrativos tendiam a multiplicar-se. A par deste factor, poderemos entrever uma relação entre o estatuto

sócio-profissional do testador e o da testemunha. Com efeito, os laços estabelecidos pelo exercício dum ofício ou pela partilha dum lugar comum na hierarquia social, tendiam a funcionar como uma das motivações subjacentes à escolha de testemunhas.

Curioso será ainda de realçar o pequeno número de nobres que surgem como testemunhando contratos desta natureza. Na verdade, apenas foram encontradas quinze referências a indivíduos oriundos do grupo nobiliárquico, e os que se encontraram limitaram-se a testemunhar documentos redigidos por clérigos, por seus iguais ou por alguns testadores cuja profissão nos é desconhecida.

Este comportamento aponta para uma clara separação dos grupos sociais que, normalmente, pareciam tender a não partilhar o mesmo espaço.

Contudo, a enunciação do rol de testemunhas parece não ter contemplado, sempre, o elenco minucioso de todos os presentes. É frequente encontrar nos documentos a referência a outras presenças sem qualquer outra especificação. Aliás, a média geral obtida, tal como consta do anexo nº 8 aponta para números relativamente baixos, cerca de três testemunhas por documento, o que é claramente inferior ao disposto nas Ordenações(134) .

---

(134) Ordenações Afonsinas, Livro IV, Título CIII, pp. 373 a 375, onde é disposto a necessidade dum mínimo de seis testemunhas, excepto nas pequenas povoações, em

Pé-de-página (cont.)

Tanto o testamento como a doação assumiam-se, assim, neste final da Idade Média como registos das vontades individuais, mas em paralelo aparecem como documentos que congregavam toda uma comunidade, que reiteravam, através do seu conteúdo laços afectivos, sociais, profissionais, que tinham envolvido cada testador durante a sua vida,e que, no momento da fixação dos seus últimos desejos, surgem espelhados nas suas preocupações.

Redigir um testamento era, pois, um acto social, através do qual cada indivíduo dispunha livremente de parte do seu património, recompensava ou ignorava os vivos, fossem eles seus parentes, amigos, vizinhos, protectores.

Mais, talvez, do que na parte dedicada aos legados pios, as doações aos particulares exprimem as vontades próprias e íntimas de cada um, apesar de toda a filtragem que a passagem do relato oral ao relato escrito pudesse ocasionar.

Pé-de-página (cont.)
que fosse difícil congregar esse número, pelo que seriam suficientes três.

C A P Í T U L O I V

IV - O VIÁTICO PARA O ALÉM

1 - AS DOAÇÕES À IGREJA

1.1. A sobreposição de influências eclesiásticas: o clero como intercessor privilegiado

Afirmar que os legados à Igreja cresceram neste período, especialmente, no decorrer da centúria de Trezentos constitui, em muitos casos, um lugar comum. A peste, a guerra, a insegurança da vida, teriam agido como factores condicionantes desse aumento, obviando à passagem de muitos bens fundiários para a posse do grupo eclesiástico. A publicação das próprias leis de desarmortização, ocorrida com especial frequência ao longo destes duzentos anos(1) , funcionava como uma confirmação dessa tendência. Contudo, a importância desse crescimento, os contornos de que se revestiu, raramente foram analisados,no sentido de procurar

---

(1) Cf. principalmente as leis de 1211, 1286 1291 e de 1305, publicadas no Livro das Leis e das Posturas, ed. de Maria Teresa Campos Rodrigues e de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, respectivamente nas pp. 13 a 14, 162, 72 a 76 e 205. Saliente-se, ainda, a lei de 1292, que se pode encontrar nas Ordenações Afonsinas, 6 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Lº II, titulo 3, pp. 44 a 47.

ai leituras viaveis para a vivência da morte na Idade Média. Em certos casos, os estudos levados a efeito sobre patrimónios eclesiásticos indicaram até tendências contrárias áquelas que, normalmente, eram apontadas(2) .

Não se pretende com esta introdução questionar, no global, a validade de tais afirmações, mas sim chamar a atenção para o facto de que mais do que um aumento dos bens fundiários em posse do aparelho eclesiástico, o que poderá ter ocorrido, especialmente ao longo do século XIV, foi, sim, uma continuação dum sentimento religioso, já herdado do século anterior, em que certas ordens religiosas e certos grupos eclesiásticos se viram favorecidos em detrimento de outras entidades. Daí que, mais do que um aumento comum a todas as instâncias da Igreja, o que se poderá ter delineado foi uma hierarquia no interior da própria estrutura religiosa, por acção dos laicos.

Torna-se claro que as conclusões que as fontes utilizadas nos permitem, podem e devem ser interpretadas como parciais e limitadas na sua perspectiva e base de

---

(2) José Marques na sua tese sobre A Arquidiocese de Braga no século XV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, a p. 526 , quando analisa a evolução do património da colegiada de Guimarães escreve "....sem generalizarmos, temos de reconhecer que, em relação à Colegiada de Guimarães, não se confirma o espectacular aumento de propriedades doadas às igrejas e mosteiros em consequência da Peste Negra, de que tanto se fala" . Cf. ainda o já citado estudo de Iria Gonçalves, O Património do mosteiro de Alcobaça, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.

análise. O que se procura, essencialmente, é uma vivência da morte, é uma leitura ou leituras desse fenómeno. Mas, para lá deste primeiro objectivo, o que se pretende é estabelecer os limites dum comportamento religioso, as tendências duma religiosidade vivida, quotidianamente, por essa personagem emergente no panorama medieval que era o laico(3) . E para tal, talvez os testamentos constituam uma fonte privilegiada, nomeadamente, nas suas claúsulas religiosas e pias.

a) O Clero regular: o intercessor mendicante

Do conjunto documental que tomámos como base, dois grupos de instituições se parecem definir quanto à importância dos legados: aquelas cujos núcleos foram compulsados e, concomitantemente, permitiram o estabelecimento dum conjunto relativamente alargado de doações; e as que, não

---

(3) Sobre o papel dos laicos nos séculos terminais da Idade Média, ver especialmente, os estudos de André Vauchez, nomeadamente, La Spiritualité du Moyen Age Occidental, p. 105 e seg.; os estudos reunidos no volume Les laics au Moyen Age. Pratiques et experiences religieuses, Paris, Editions du Cerf, 1987. Também as comunicações apresentadas a um colóquio internacional sobre confrarias e sintetizadas na obra Le mouvement confraternel au Moyen Age-France, Italie, Suisse, Roma, Ecole Française de Rome, 1987- cuja conclusão pertence a Andre Vauchez - apresentam ideias aliciantes sobre a temática da emergência do laicado.

pertencendo a núcleos vistos, surgem referidas nos testamentos e doações em causa. É óbvio que se as primeiras receberam, à partida, o grosso dos legados dos documentos depositados nos seus cartórios, o que aliás constitui uma explicação básica para a localização do próprio documento, as segundas parecem, em geral, ter sido bafejadas por pequenos legados de lembrança.

Neste contexto, a nossa análise tem que incidir, essencialmente,sobre as instituições cujos cartórios serviram de base ao nosso estudo, conjugando os restantes na medida em que essas referências nos fornecem parâmetros de definição duma prática religiosa.

Uma outra limitação de que se parece revestir o universo documental em causa é o do próprio vector básico de escolha da documentação. Na verdade, ao estabelecermos como objecto a análise de três centros urbanos do Portugal medieval, e, concomitantemente, das instituições religiosas neles sediadas, não foi apenas o âmbito espacial que se restringiu mas a própria diversidade de fontes encontrou claras limitações.Este facto coloca questões, sobretudo, ao nível do clero regular, tal como já foi afirmado anteriormente(4) , limitando a panóplia de ordens religiosas disponíveis, pois ao incidir, preferencialmente, sobre meios urbanos, os mosteiros que aí encontramos são,

---

(4) Cf. ponto 1 do capitulo III.

essencialmente, os que, desde o século XIII, procuraram imiscuir-se na vida quotidiana das vilas e cidades medievais, ou seja, os Mendicantes.

No entanto, o facto de muitos dos testadores terem procurado nos seus testamentos recobrir um amplo número de institutos religiosos, permite suavizar os limites atrás enunciados, e estabelecer um rol alargado de entidades.

No que respeita às instituições religiosas o Quadro nº 8, fornece uma ideia concreta da diversidade encontrada.

Comparado com o número de cartórios analisado, o leque de mosteiros obtidos a partir das referências dos testadores é nitidamente superior, evidenciando uma clara preocupação do testador médio destes séculos em contemplar uma variedade, quanto maior possivel, de instituições religiosas, tendência essa, que como iremos ver, não se limitava, apenas, ao clero regular.

Na verdade, e tal como já foi afirmado , a diferença entre as instituições estudadas e aquelas que foram apenas referenciadas, é bastante significativa. Contudo, se atentarmos apenas nos legados de lembrança, feitos a instituições não inventariadas, algumas conclusões são permitidas.

Em primeiro lugar, torna-se visível o predominio dos legados feitos a mosteiros pertencentes a Dominicanos, Cistercienses, Franciscanos e de Cónegos Regrantes, respectivamente, vinte e dois, vinte e um, dezanove e

QUADRO Nº 8- Distribuição por ordens dos mosteiros contemplados

ORDENS	INSTITUIÇOES
BENEDITINOS	Semide Refojos
CISTER	Alcobaça Almoster Arouca Celas de Guimarães Lorvão S. Paulo de Almaziva
CONEGOS REGRANTES DE SANTO AGOSTINHO	Sta Ana de Coimbra Sta Cruz de Coimbra Sta Cruz de Coimbra-donas S. Felix de Chelas S. Jorge de Coimbra
EREMITAS DE SANTO AGOSTINHO	Nossa Senhora de Penafirme Sto Agostinho de Lisboa Sto Agostinho de Santarém
DOMINICANOS	S. Domingos de Coimbra S. Domingos de Elvas S. Domingos de Évora S. Domingos de Guimarães S. Domingos de Lisboa S. Domingos do Porto S. Domingos de Santarém S. Domingos de Santarém--donas
FRANCISCANOS	Sta Clara de Coimbra Sta Clara de Lisboa S. Francisco de Lisboa S. Francisco de Alenquer S. Francisco de Évora S. Francisco de Guimarães S. Francisco de Leiria S. Francisco do Porto S. Francisco de Santarém
COMENDADEIRAS DE SANTIAGO	Santos
SANTISSIMA TRINDADE DE REDENÇAO DOS CATIVOS	Trindade de Santarém

dezoito legados. No primeiro grupo o destaque vai para as donas de S. Domingos de Santarém(5) , enquanto de entre as casas pertencentes à Ordem de Cister se realça o convento de Celas de Guimarães, junto a Coimbra. De entre os franciscanos, a casa que parece ter atraído mais legados foi a sediada em Lisboa(6) , enquanto, de entre os Cónegos Regrantes, as donas de Santa Cruz de Coimbra(7) foram especialmente bafejadas.

Ligadas a instituições de grande importância, como é o caso das Donas de S. Domingos de Santarém e o das Donas de Santa Cruz de Coimbra, ou não, é curioso realçar o facto de muitos mosteiros femininos serem compreendidos nestes legados de lembrança, embora se não possa concluir a partir das fontes disponíveis, pelo predomínio deste tipo de

---

(5) O surgimento da Ordem feminina de S. Domingos, aliás à semelhança do que ocorre com a de S. Francisco,é quase que paralelo ao aparecimento do ramo masculino, mercê a atracção exercida pela pregação dos dois santos sobre os indivíduos do sexo feminino.Cf. M. D. Knowles, Le Moyen Age. Nouvelle Histoire de l'Eglise, vol. 2, Paris, Editions du Seuil, 1968, p. 412.

(6) Segundo Fortunato de Almeida, a fundação de S. Francisco de Lisboa enquadrar-se-ia no movimento de primeiras criações desta Ordem no território português, datáveis das primeiras décadas do século XIII, por acção de Frei Zacarias e de Frei Gualter. Cf. Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal, reedição dir. por Damião Peres, 4 vols.,Porto, Portucalense Editora,1967-1968, vol. I, p. 136.

(7) Ibidem, p. 134, onde o autor refere que este mosteiro já existia em 1136.

instituições em causa (8).

É notório, contudo, o maior número de doações feitas a Ordens Mendicantes, englobando mesmo mosteiros de outras localidades que não as contempladas na nossa análise. Talvez que, a par dum critério espacial de proximidade, que conduzia muitos testadores a legarem o grosso dos seus bens a instituições contiguas ao seu local de residência, se possa delinear um critério de proximidade devocional, que conduzia alguns medievais a estenderem os seus legados a instituições, que embora longe no espaço, se encontravam próximas na crença particular de cada um.

Daí que surgissem testamentos como o de Estevainha Pires Casevel, moradora em Santarém, que não se limitou a contemplar o mosteiro de S. Domingos desta localidade, onde procurou sepultura, mas englobou nos seus legados os franciscanos de Lisboa, os dominicanos de Coimbra, Elvas, Porto, Guimarães e Évora, além de um sem número de outras

---

(8) O facto destes dois mosteiros femininos serem objecto de pequenos legados que denominámos de lembrança, por não englobarem o grosso do património individual, mas apenas uma parte, muitas vezes simbólica, e que se destinava a custear um aniversário, não permite concluir pela relação entre estes legados e os conventos femininos. No entanto, a ausência de estudos sobre patrimónios eclesiásticos não tem permitido, até hoje, comparações entre as Casas masculinas e femininas no que respeita à evolução dos legados. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII, Coimbra, 1977.

entidades. O mesmo ocorreu com D. Maria, viúva de João Simião, mordomo de D. Dinis em Santarém, que, aquando da redacção do seu testamento, citou todos os mosteiros de frades pregadores de Portugal e os franciscanos de Alenquer, Leiria, Coimbra, Porto, Guimarães e de Évora(9) .

É óbvio que a dispersão de legados se tornava possivel nos casos em que o património individual se apresentava como relativamente significativo, pelo que muitos dos testadores se limitavam a contemplar a instituição onde procuravam sepultura. Contudo, e apesar destas menções conjuntas não serem muito frequentes, a sua presença relativa permite o estabelecimento da tendência comportamental acima definida. Na verdade, doar a diferentes mosteiros duma mesma filiação surgia como mais uma prática propícia à salvação da alma, como que se deste modo a intercessão do santo em causa e dos seus representantes terrestres se tornasse mais viável.

Curioso seria também analisar até que ponto esta imagem de unidade que parece emergir das ordens franciscana e dominicana, era partilhada ou não pelas restantes ordens de origens mais recuadas no tempo. Com efeito, a visão que se parece depreender é a de que esta menção conjunta se aplicava, sobretudo, às primeiras em detrimento de outras

---

(9) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 2, nº 8 e nº 34.

famílias eclesiásticas como a dos beneditinos ou a dos cistercienses. A esta variação, talvez não seja estranha uma grande heterogeneidade das casas filiadas nestas Ordens, um passado longo de vivência, muitas vezes, turbulenta, marcada por desaparecimentos de mosteiros, conflitos e dissensões(10) ,enquanto tanto os franciscanos como os dominicanos, surgiam, ainda, e especialmente ao longo do século XIV, como Ordens, muitas vezes perseguidas pelos poderes instalados(11) ,rodeadas duma auréola de pobreza e de maior proximidade em relação à palavra de Cristo.

A sua presença não deixava, também, de ser mais assídua do que a das restantes Ordens religiosas, muitas vezes sediadas fora dos circuitos urbanos e delas distanciadas na mensagem e na vida. Ao invés, os Mendicantes surgiram no século XIII, como personagens activas desse novo viver citadino, como pregadores duma mensagem que não procurava a reclusão e o afastamento, malgrado as várias correntes surgidas posteriormente(12) , mas o impacto nos

---

(10) Sobre o clima vivido, especialmente, no interior das velhas Ordens eclesiásticas no periodo que medeia entre a segunda metade do século XIII e os finais do século XV, ver: M. D. Knowles, ob. cit., pp. 517 a 521 .

(11) Sobre os conflitos suscitados pela implantação da Ordem franciscana e mesmo da dominicana, tanto no Porto como em Guimarães, ver Fortunato de Almeida, ob. cit., vol. I, pp. 136 a 142.

(12) Sobre os conflitos surgidos, desde o inicio, entre S. Francisco e os seus companheiros,e, após a morte do santo, as reconversões introduzidas por S. Boaventura,

Pé-de-página (cont.)

novos grupos sociais que encontravam a sua residência e o seu sustento nesses núcleos emergentes.

Na verdade, a conclusão essencial que parece poder retirar-se da análise destes pequenos legados e, exactamente, a da hierarquia de devoções que se parece definir através dessas doações, hierarquia essa que convirá confirmar ou desmentir, a partir da análise dos núcleos compulsados.

A partir dos três cartórios analisados para a região de Santarém: S. Domingos, Trindade e Santa Clara, torna-se visível o claro predomínio do primeiro, com oitenta e cinco documentos, seguido do mosteiro da Trindade com cinquenta e cinco e do de Santa Clara com dezasseis.

O primeiro, fundado no decurso do século XIII, segundo Fortunato de Almeida, por acção de D. Sancha, filha de Sancho I, junto a Montejunto, para mais tarde ser transferido para Montiraz(13) e posteriormente para outro local não mencionado(14) , é, práticamente, coevo, segundo a

---

Pé-de-página (cont.)
ver M. D. Knowles, ob. cit., pp.415 a 418.

(13) Ângela Beirante identifica este local como sendo o monte de S. Bento, Ângela Beirante, Santarém Medieval,Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa,1980, p. 125.Cf. Fortunato de Almeida, ob. cit.,p. 140.

(14) Cf. Fortunato de Almeida, ob.cit., vol. I, pp.139-140.Ângela Beirante,ob. cit.,p. 121 localiza a construção seguinte do convento no inicio da estrada que vai para S. Domingos e para as Fontainhas.

cronologia estabelecida por Ângela Beirante(15) , do início dos outros dois mosteiros contemplados, o da Trindade e o de Santa Clara.

Segundo Fortunato de Almeida, a casa entregue à Ordem da Santissima Trindade de Redenção dos Cativos já existia em 1219, tendo surgido, sobretudo, com funções assistenciais e de apoio aos prisioneiros cristãos em terras de mouros(16) . Este mosteiro, que terá sido o primeiro desta Ordem no reino, parece ter desempenhado um papel extremamente importante na devoção da população local, tal como o volume dos seus documentos o aponta, mantendo mesmo um nivel de atracção significativo no decurso do próprio século XV (Cf. Gráfico nº 25).

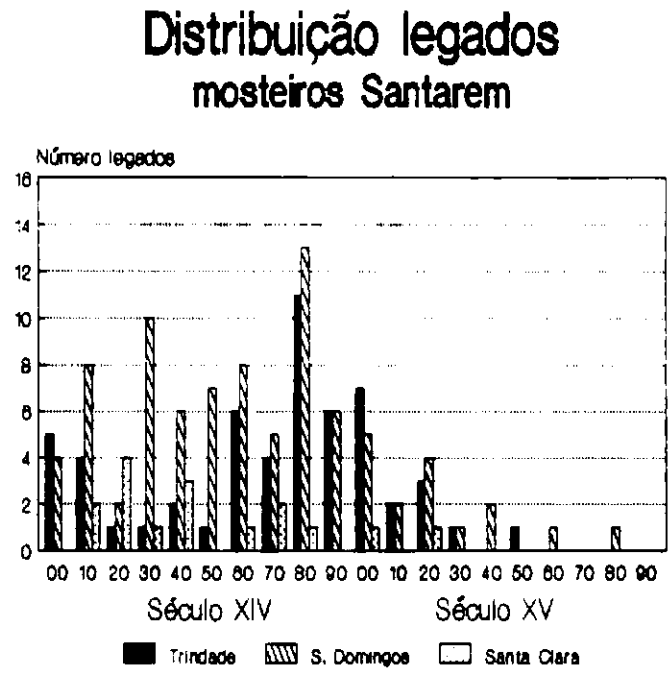


Gráfico 25

---

(15) Ângela Beirante, ob. cit., p. 121.

(16) Fortunato de Almeida, ob. cit., vol. I, p. 142.

Quanto ao mosteiro de Santa Clara de Santarém, ao que tudo indica, fundado, também, no decurso da centúria de Duzentos(17) , a par da difusão das casas masculinas da mesma Ordem(18) , parece ter recebido grande apoio por parte dos monarcas da I Dinastia, nomeadamente, de D. Afonso III, cuja filha, Leonor Afonso, professou nesse mosteiro(19) A documentação oriunda deste cartório salienta-se não apenas pela sua riqueza, mas, também, pelo facto de entre alguns dos seus documentos se encontrarem fontes referentes ao convento de S. Francisco, cujo núcleo se desconhece. A fundação destes dois mosteiros, tanto o masculino como o feminino, parecem, assim, inserir-se na primeira fase de instalação dos franciscanos em Portugal, que José Marques estabelece entre o século XIII e 1350(20) . Neste período, a difusão ter-se-ia operado no sentido de Sul para Norte, com claras resistências na zona do Entre Douro e Minho, pelo que o início destas duas casas deve ter sido contemporâneo da

---

(17) Ângela Beirante, ob. cit., p. 122.

(18) As casas femininas da Ordem Franciscana ao invés das masculinas que prosseguiram uma via de pregação e de contacto com o mundo, enveredaram por uma via contemplativa austera. Tal como escreve M. D. Knowles "Il est evident que le XIIIe siècle n'aurait pu tolérer des religieuses non cloitrées". Cf. M. D. Knowles, ob. cit., p. 412.

(19) Ângela Beirante, ob. cit.,p. 122.

(20) Cf. José Marques, "Os franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média", Boletim do Arquivo Distrital do Porto, vol. I,Porto, 1982, pp. 149-189.

fundação de outros centros como o de Lisboa, Coimbra ou Leiria.

No que respeita à evolução temporal dos seus legados, todos eles apresentam descidas significativas entre o século XIV e o século XV, especialmente o de Santa Clara com, respectivamente, 87,5% e 12,5%.Já os documentos de S. Domingos se distribuem com 81,1% para a centúria de Trezentos e com 18,8% para a de Quatrocentos, enquanto o da Trindade desce de 74,5% para 25,4%.

A década de maior afluxo de legados foi, tanto para S. Domingos como para o mosteiro da Trindade a de 1380,embora no caso do primeiro se destaque em seguida a de 1330, enquanto no segundo se realçam as de 1360 e de 1390. Com efeito, enquanto a instituição dominicana apresenta desde o inicio do século XIV, valores relativamente elevados e até estáveis, a tridentina aparenta ter usufruido dum especial afluxo a partir de 1360, prolongando-se, pelo menos, até à década de 1400.

Esta variação poderá querer evidenciar diferentes ritmos na implantação da devoção destes dois mosteiros no núcleo urbano em causa. Talvez que a novidade da mensagem mendicante difundida com especial acuidade ao longo da centúria de Duzentos, tenha contribuido para um eclipse parcial de todas as outras casas religiosas, que só, muito lentamente, viram recuperada alguma influência,nos casos em

que tal foi possivel(21) . Por outro lado, o facto das casas filiadas nesta Ordem serem relativamente pouco numerosas no espaço português(22) ,poderá ter conduzido a uma concentração de legados, especialmente num período em que o apoio à pobreza e à errância se tornava mais premente(23) .

No entanto, a explicação global para as condições de difusão e de assimilação da mensagem cristã transmitida por estas Ordens, só será completa a partir da análise do tipo de pessoas que procuravam esses mosteiros, e com eles estabeleciam relações de benfeitoria.

Antes, porém, de atentar neste prisma de análise convirá abordar os valores apresentados para a região de Coimbra, através da documentação compulsada.

---

(21) Durante o século XIV surgem algumas queixas contra os alfaqueques castelhanos que resgatavam preferencialmente, aos cativos seus conterrâneos em detrimento dos portugueses. Estas queixas poderão ter ocasionado uma concentração dos legados em certas Ordens, que, à partida, assegurariam uma utilização mais eficaz dos legados feitos para a libertação de cativos. Cf. Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), ed. de A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Cientifica, 1982, artigo 16, p. 133.

(22) Cf. Fortunato de Almeida,ob. cit.,p. 142.

(23) Cf., entre outras muitas obras consagradas à problemática da pobreza, o estudo, já clássico, de Michel Mollat, Les pauvres au Moyen Age, Paris, Editions Complexe, 1984, especialmente pp. 256 e seg.Para mais bibliografia e visando um desenvolvimento desta temática, ver o ponto 2.2. deste presente capitulo.

Foram cinco os cartórios que aqui tomámos como base:o de S. Paulo de Almaziva, o de S. Jorge de Coimbra, o de Celas de Guimarães, o de Santa Clara e o de Santa Cruz.

Como seria de prever este último catalizou a larga maioria da documentação com setenta e cinco documentos. Todos os outros apresentaram números inferiores.

No entanto, a variação entre os séculos parece apresentar uma certa homogeneidade, conferindo à centúria de Trezentos a larga maioria dos legados.É óbvio que, em alguns casos, o número relativamente diminuto de fontes permite poucas conclusões, como é o caso, por exemplo, de S. Paulo ou mesmo de S. Jorge. Contudo, não deixa de ser elucidativo o facto de logo após o grande centro dos Cónegos Regrantes que era o mosteiro de Santa Cruz(24) , se perfilar o de Santa Clara.

QUADRO Nº 9 - Nº de referências apresentados pelos cartórios de Coimbra

MOSTEIRO	XIV		XV		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%
S. Paulo	8	88,8	1	11,1	9	100
S. Jorge	12	80,0	3	20,0	15	100
Celas	19	90,4	2	9,5	21	100
Santa Clara	32	91,4	3	8,5	35	100
Santa Cruz	64	85,3	11	14,6	75	100

---

(24) Sobre a fundação desta Casa religiosa ver Fortunato de Almeida, ob. cit., pp.132-133.

Mais uma vez se denota o predominio das Ordens Mendicantes, mesmo nos seus ramos femininos, como um dado comum aos dois centros urbanos em causa.

O lugar de destaque conferido ao mosteiro de Santa Cruz, se deve ser analisado, também, em função da Ordem adoptada, ela própria uma resposta, embora anterior no tempo às ordens Mendicantes,às necessidades sentidas no decurso do século XII(25) , não deve ser desinserido do contexto eclesiástico medieval, que conferia a esta instituição um lugar de relevo impar, só comparável ao de outro grande mosteiro: o de Alcobaça. Usufruindo, duma forma relativamente continua , do apoio régio, funcionando como Casa-mãe de muitas outras instituições posteriores no tempo à sua fundação ,o mosteiro de Santa Cruz detinha um raio de atracção que, muito dificilmente, se podia limitar à zona de Coimbra.

Sobre a evolução no tempo dos legados feitos a estas instituições e realçando, sobretudo, os casos de Santa Cruz e de Santa Clara, por serem estes os que apresentam valores mais significativos,atente-se no facto do primeiro manter a década de 1380 como aquela na qual o afluxo de bens atinge maiores valores, conjuntamente com a de 1310. Na verdade, ao

---

(25) Andre Vauchez, La spiritualité du Moyen Age occidental, VIIIe-XIIe siècles,Paris, PUF, 1975,pp. 96 a 100, onde é realçado o papel desta nova Ordem surgida no século XII, a partir do clero secular, aproximando-se, posteriormente, da vivência monástica.

longo deste século as variações parecem ser pouco significativas, apontando no sentido duma estabilidade que apenas sossobra na centuria seguinte. Já com o mosteiro de Santa Clara a tendência que se desenha é a dum maior volume de dádivas no decurso da primeira metade do século XIV, em detrimento da segunda, comportamento já assinalado para o mosteiro de S. Domingos de Santarém(cf. gráfico nº 26).

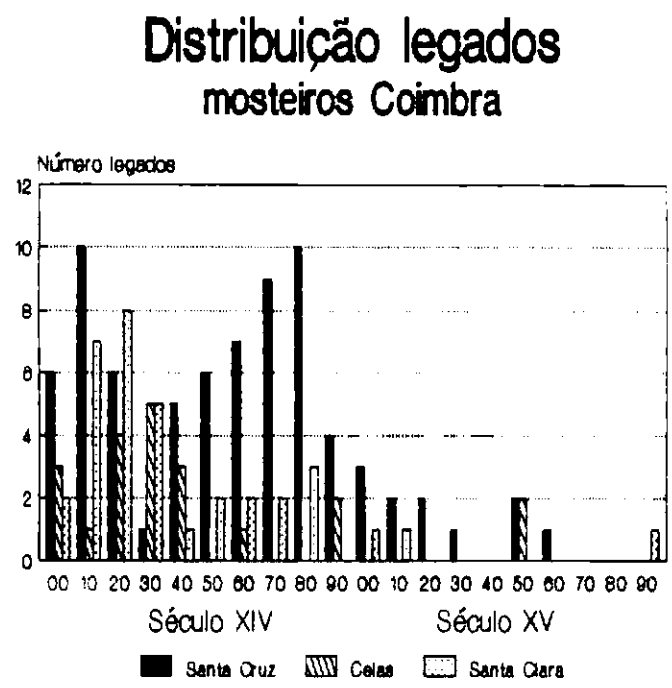


Gráfico 26

A partir da análise global dos valores apresentados pelos diferentes cartórios compulsados, torna-se, assim, clara uma tendência para a preponderância dos mosteiros ligados às Ordens Mendicantes, especialmente visível na primeira metade de Trezentos, conclusão atestada já por outros autores como Jacques Chiffoleau, que caracteriza estes eclesiásticos como um dos grupos privilegiados pela

escolha dos laicos, para a difícil tarefa de assegurar as relações entre os mortais e a divindade(26) .

*

Mas quem testava a estes mosteiros? Quem procurava a intercessão do clero regular a par ou em detrimento de outras instituições? Teria cada mosteiro ou ordem o seu raio social específico ou todas as instituições consideradas eram igual e indiferentemente contempladas pelos diferentes grupos sociais?

Se atendermos, primeiro, à distribuição por sexo dos testadores algumas ilações parecem poder ser extraídas, segundo os dados contidos no quadro nº 10.

QUADRO Nº 10 - Distribuição dos testadores por sexo de acordo com os núcleos compulsados

MOSTEIROS	HOMENS	MULHERES	CASAL
Trindade	20	29	5
S. Domingos Santarem	31	45	5
Sta Clara Santarem	2	11	1
S. Paulo Almaziva	7	2	0
S. Jorge Coimbra	13	2	0
Celas de Guimarães	13	6	1
Sta Clara Coimbra	18	11	6
Sta Cruz Coimbra	29	24	22

---

(26) Cf. Jacques Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age (vers 1320-vers1480) , Roma, Ecole Française de Rome, 1980,pp. 258 e seg.

Em núcleos como o da Trindade, de S. Domingos ou de Santa Clara de Santarém, as mulheres parecem ser maioritárias, enquanto na maioria dos núcleos coimbrãos esse papel coube aos indivíduos do sexo masculino. Tal divisão conduz a uma primeira dedução, que relaciona, privilegiadamente, as testadoras com os mosteiros mendicantes, facto, aliás, já assinalado para outras regiões(27) , enquanto num segundo momento parece apontar para outro tipo de clivagens, de origem regional e dependentes do carácter das fontes e dos cartórios analisados.

Se, por outro lado, nos reportarmos aos quantitativos apresentados pelos benfeitores do clero regular no que respeita ao seu estatuto sócio-profissional (cf. gráfico nº27), os dados obtidos indicam, para lá de um

Doadores ao clero regular
por categorias sócio-profissionais

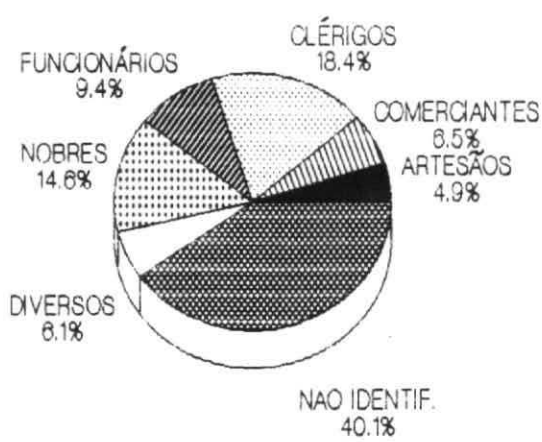


Gráfico 27 (nucleos vistos)

---

(27) Ibidem, p. 262.

predominio dos documentos oriundos de testadores cuja categoria não é identificável, o que está de acordo com as caracteristicas do universo documental já atrás enunciadas(28) , uma preponderância dos clérigos e dos nobres.

No que se refere aos primeiros, a explicação dever-se-á procurar no grupo numeroso de eclesiásticos que recenseámos como testadores. Quanto aos segundos, se uma das razões possiveis se poderá encontrar no facto do registo testamentário e de doação, se ter mantido, neste período, como apanágio dos privilegiados(29) , este predomínio não pode, também, deixar de evidenciar uma relação especial entre este grupo e o clero regular, já atestada a outros níveis(30) .

Neste contexto, surge como mais premente uma análise individual de cada cartório, de modo a que se torne possivel estabelecer a difusão dum padrão de comportamento ou a coexistência de tendências variáveis de acordo com o mosteiro, a ordem ou o grupo social.

---

(28) Ver ponto 2, capitulo 1.

(29) Ver o já afirmado a este propósito no ponto 2 do capitulo I.

(30) Esta relação foi já confirmada, sobretudo, a nível da escolha de sepultura, que os nobres parecem ter procurado, predominantemente, nos centros conventuais. Ver ponto 1.2. do capitulo III.

QUADRO Nº 11 - Número de testadores por mosteiro-Santarém

MOSTEIROS	CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS							
	1	2	3	4	5	6	7	0
Trindade	8	4	1	0	5	3	3	30
Santa Clara	1	0	2	0	3	2	0	6
S. Domingos	4	7	5	2	8	18	3	34

(Legenda: 1 - artífices
2 - comerciantes
3 - clérigos
4 - rurais
5 - funcionários
6 - nobres
7 - diversos
0 - não identificados)

QUADRO Nº 12 - Numero de testadores por mosteiros-Coimbra

MOSTEIROS	CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS							
	1	2	3	4	5	6	7	0
Celas	1	1	12	0	1	1	2	2
Santa Clara	0	3	8	0	3	13	2	6
Santa Cruz	1	4	12	1	7	4	6	40
S. Jorge	0	0	7	0	1	2	2	3
S. Paulo	0	0	5	0	1	1	1	1

(Legenda: 1- artífices
2- comerciantes
3- clérigos
4- rurais
5- funcionários
6- nobres
7- diversos
0- não identificados)

Se atentarmos nos quadros nº 11 e 12 e no anexo nº 9 referente ao número de bens doados a cada instituição regular, não só a diferenciação entre mosteiros se torna visível, como também se denotam diferenças significativas

entre os dois centros urbanos considerados (cf. gráficos nº 25 e 26).

No caso de Santarém, e no que se refere, concretamente, ao mosteiro da Trindade a hierarquia de testadores que é permitido estabelecer com base nos dados disponíveis, confere o predomínio ao grupo artesanal, seguido do do funcionalismo.

Ao invés, S. Domingos parece ter atraído, especialmente, a aristocracia residente na área, tanto a nobre como a não nobre, capitalizando em seu favor o apoio de elementos da nobreza, do funcionalismo régio e de grandes mercadores aí sediados.

Aliás, esta mesma noção é a que se depreende da análise do pequeno Livro de Aniversários, publicado em apêndice, e pertencente ao cartório do extinto convento(31)

Composto por doze pequenos fólios, encabeçados cada um pelo respectivo mês, este livro é um dos muitos exemplos de registo escrito das obrigações espirituais de cada instituição(32) .

---

(31) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m. 3, nº 492.

(32) Alguns destes livros têm vindo a ser objecto de publicação, como é o caso, por exemplo, dos livros da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra, publicados por Isaías da Rosa Pereira, Livros de aniversário da Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra, separata do Boletim da Biblioteca de Universidade de Coimbra, XXIV,Coimbra, 1978.

Na verdade, a difusão do hábito de fixar duma forma perene as intercessões quotidianas, parece ter-se operado, sobretudo, a partir dos séculos IX ou X, acompanhando a própria multiplicação destas cerimónias(33) .

No caso especifico do livro em análise, o seu principal interesse reside no facto dos nomes de benfeitores aí contidos encontrarem, em alguns casos, equivalência nos documentos por nós compulsados, sendo assim possivel definir a origem da fundação em causa.

Esta relação permite, ainda, estabelecer, a datação ou, pelo menos, os termos cronológicos de elaboração do referido obituário, tarefa a que nos ocuparemos adiante .

O que interessa, desde já, realçar é a coexistência do universo sócio-profissional definido pelos documentos analisados com a diversidade atestada no rol dos aniversários.Com efeito, embora nem todos os benfeitores aí indicados possam ser identificados, os que o permitem definem um painel onde predominam os nobres e os ricos mercadores.

---

(33) Segundo N. Huyghebaert, estes obituários, sendo mais recentes que os necrológios, constituíam, em geral, uma lista de defuntos estabelecida à margem de um calendário, tendo como objectivo o lembrar à comunidade eclesiástica os serviços de aniversários fundados pelos defuntos e as obras de misericórdia que os acompanhavam.Cf. N. Huyghebaert, "Les Documents nécrologiques", Typologie des sources du Moyen Age Occidental, Fasc. 4, Lovaina, 1972, pp. 33-36.

De entre aqueles destacam-se personagens como João Simião e sua mulher D. Maria, abundantemente referidos como especiais dotadores do mosteiro(34) ou o do cavaleiro João Viegas(35) . O mesmo ocorre com a familia do Casal, da qual para além dos já citados Pero Afonso, filho de Afonso Rodrigues, de Teresa Gonçalves mulher deste (36) ,de Garcia Martins e de sua mulher D. Maria(37) , surgem outros nomes dos quais não possuimos o testamento. É o caso de Rodrigo Garcia do Casal, identificado pelo Livro de Linhagens do Conde D. Pedro como Rui Garcia do Casal(38) , e de seu filho Afonso Rodrigues, casado com a já referida Teresa Gonçalves. Todos estes dados evidenciam o estabelecimento duma relação privilegiada entre esta familia nobre e o referido convento, ao qual legou abundantes bens e responsabilizou pela salvação das suas almas.

---

(34) A.N.T.T., Livro de aniversários de S. Domingos de Santarém, m 3, nº 492, fl. 7 onde consta o elogio do casal D. João Simião e de sua mulher D. Maria.

(35) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 3, nº 20.

(36) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 4, nº 38;m 6, nº 21 e m 7, nº 14. Esta senhora, quando viúva, entrou no convento de Almoster, como consta destes documentos.

(37) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 3, nº 30 .

(38) Cf. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,edição critica de José Mattoso, Portugaliae Monumenta Historica, nova série, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, vol. I,p. 66.

Outros nomes como o de Martim Dade, alcaide de Santarém na segunda metade do século XIII(39) ,e de sua mulher D. Teresa, , o de Afonso Novais e Maria Afonso(40) , o do conde João Afonso(41) ou mesmo dos monarcas D. Dinis e D. Afonso, provàvelmente, o III, estão também presentes. Todos estes exemplos demonstram bem o grau de influência que a mensagem dominicana exercia sobre esta nobreza, residente temporária ou permanentemente no núcleo escalabitano.

A par dos titulados, grandes mercadores como o já citado Estevão Domingues e sua mulher Domingas Pires(42) , que a par de D. João Simião aparecem referidos como dotadores privilegiados do mosteiro(43) ,ou grandes proprietários como Estevainha Pires Casevel(44) ou Catarina Tosse que legaram numerosos bens a esta instituição(45) , surgem também incluidos neste rol que parece congregar

---

(39) Angela Beirante, Santarém Medieval, pp. 195-196.

(40) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 12, nº 26.

(41) Cf. ponto 2. do capitulo I.

(42) Cf. ponto 2. do capitulo I.

(43) A.N.T.T., Livro de aniversários de S. Domingos de Santarém, m 3, nº 492, fl. 6v onde se refere algumas das benfeitorias feitas por este casal ao mosteiro, nomeadamente, a construção do estudo que, aliás, Domingas Pires refere no seu testamento já citado.

(44) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 2, nº 8.

(45) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 2, nº 14 e nº 37; m 3, nº 18.

alguns dos elementos centrais da aristocracia de Santarém entre os finais do século XIII e o inicio do XIV.

Torna-se, pois, notório que a influência do mosteiro de S. Domingos de Santarém se exercia, predominantemente, sobre os grupos privilegiados deste centro, tendendo, talvez, a secundarizar os pequenos legados.

Neste contexto, interessará analisar o perfil dos doadores a outras instituições mendicantes que, embora, não tenham sido objecto de tratamento sistemático, apresentam um número significativo de legados.

QUADRO Nº13 - Perfil sócio-profissional dos doadores a mosteiros mendicantes

MOSTEIROS	CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS							
	1	2	3	4	5	6	7	0
Donas S. Domingos Santarém	0	2	0	0	2	2	0	7
S. Francisco Sant	2	0	2	0	3	8	0	17
S. Francisco Cb.	0	1	14	0	1	3	3	3
S. Domingos Cb.	0	1	16	0	1	1	1	4

(Legenda: 1 - artífices
2 - comerciantes
3 - clérigos
4 - rurais
5 - funcionários
6 - nobres
7 - diversos
0 - não identificados)

No caso das donas de S. Domingos, os valores apresentados poucas conclusões permitem, embora continue a evidenciar a presença dos mercadores, dos funcionários e dos nobres como benfeitores(46) .

Já no tocante a S. Francisco, a preponderância do grupo nobiliárquico é muito mais notória, evidenciando uma ligação privilegiada entre esta instituição e o grupo em causa.

Torna-se, assim, por demais manifesto que a mensagem mendicante encontrava especial eco nas camadas superiores da sociedade escalabitana, não sendo, porém, possivel de definir clivagens entre o Ordem dos Pregadores e a dos Frades Menores, no que respeita ao seu raio de influência, como parece ter ocorrido na zona de Avinhão estudada por Jacques Chiffoleau(47) .

Não existem dúvidas sobre o facto de que uma cronologia como esta, estabelecida com base em documentos que emanam, maioritariamente, de camadas superiores, pode

---

(46) O mosteiro de S. Domingos das Donas foi fundado na primeira metade do século XIII,tendo as primeiras seguidoras de S. Domingos habitado junto aos frades da Trindade e Menores, para após 1261, se transferirem para uma zona extramuros, contigua à Porta de Manços, próximo do ermitério de Santa Maria Madalena.Cf. Ângela Beirante, ob. cit., p. 121 e p. 148.

(47) J. Chiffoleau refere que os franciscanos apresentam uma clientela mais diversificada do que os dominicanos, que, inclusive, vêem a sua influência diminuir no decorrer do século XV. La comptabilité de l'au-delá, p. 261.

falsear os ritmos de difusão da mensagem mendicante sobre os restantes grupos. No entanto, as conclusões permitidas dificilmente poderão ser questionáveis, na tendência que definem, duma adesão prioritária dos escalões superiores, para, só mais tarde, se expandir aos restantes grupos. Neste contexto, a propagação tenderia a seguir uma linha descendente, a partir dos grupos mais sensiveis às interrogações religiosas que se colocavam nestes séculos terminais da Idade Média.

Tanto os frades pregadores como os menores, parecem, assim, tocar primeiro os afortunados, os enriquecidos e não os pobres . Bafejados pelo apoio régio, num centro onde a presença nobre era abundante e onde grandes mercadores desenvolviam as suas actividades, as Ordens Mendicantes sediadas em Santarém usufruíam desse perfil urbano, catalizando grossos legados que, muitas vezes, íam contra os seus propósitos originais(48) .

Esta atracção estabeleceu, pelo menos, temporariamente, uma hierarquia social das instituições religiosas. Se a S. Domingos e a S. Francisco afluía a aristocracia da zona de Santarém, já ao mosteiro da

---

(48) A regra estabelecida primeiramente por S. Francisco, proibia os seus seguidores de receberem dinheiro e obrigava-os a aceitarem esmola para sobreviverem. Rapidamente este voto de pobreza absoluta foi suavizado e os legados não cessaram de afluir. Cf. Régles des moines. Pacome, Augustin, Benoit, François d'Assisse, Carmel. Introdução de Jean-Pie Lapierre, Paris, Ed. de Seuil, 1982, pp. 151 a 154.

Trindade, por exemplo, confluíam grupos inferiores como os artesãos, parecendo existir uma significativa variação entre a atracção exercida pelos primeiros comparativamente ao segundo, detectando-se referências a sapateiros(49) tecedeiras(50) , pedreiros(51) caldeireiros(52) e mesmo a um medidor de azeite(53) .

Contudo, a diferença de comportamentos parece não ocorrer apenas a nível social, mas também a nível regional, de acordo com o perfil económico e social do centro urbano.

No que se refere aos mosteiros de Coimbra, é facilmente assinalável que as instituições ligadas a Ordens não mendicantes como S. Paulo, S. Jorge, Celas ou mesmo Santa Cruz, não apresentam uma hierarquia sócio-profissional tão marcada.

O grande número de clérigos que surgem como benfeitores não elimina que, pelo menos no caso dos Crúzios, a larga maioria dos legados continue a ter origem em laicos de profissão não identificada. Não obstante, os números apresentados pelas diferentes categorias não permitem estabelecer conclusões muito claras.

---

(49) A.N.T.T., Trindade, m 2, nº 7b.

(50) Ibidem, m 4, nº 24.

(51) Ibidem, m 4, nº 36 e 46.

(52) Ibidem, m 6, nº 13.

(53) Ibidem, m 4, nº 43.

Já no caso do mosteiro de Santa Clara o destaque parece ir de novo para o grupo nobiliárquico, embora os clérigos apresentem valores elevados.Este predomínio da nobreza poderá estar ligado à entrada em religião de jovens nobres, que encontravam na vida clerical uma saída possivel para uma situação financeira, muitas vezes, difícil(54)

Entre os nobres dotadores das Clarissas de Coimbra surgem monarcas como D. Afonso IV e D. Fernando(55) , além de outros de incidência regional(56) .

Mais curioso é o que ocorre com os próprios mosteiros de S. Domingos e de S. Francisco da mesma vila, onde a maioria dos legados provêm, sem qualquer dúvida, do clero, ao contrário do que ocorria em Santarém.

Coloca-se, assim, com uma relativa premência a questão relativa à origem destes clérigos, aos estratos donde eram oriundos e ao porquê desta sua presença maciça.

No que se refere a Santa Cruz, os eclesiásticos parecem pertencer ao clero da vila, tanto regular como secular, como é o caso de Domingos Fernandes, raçoeiro da

---

(54) José Marques realça a propósito do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde que a sua fundação se destinou "primordialmente a filhas de nobres decaídos de bens de fortuna" ou seja, "a senhoras dos estamentos mais elevados da sociedade portuguesa, em particular fidalgas e nobres". Cf. José Marques, A arquidiocese de Braga no século XV, pp. 836-837.

(55) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 6, nº 14 e m 8, nº 1.

(56) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 6, nº 39.

Alcáçova(57) e de Lourenço Domingues, chantre de S. Pedro(58) . Em outros casos pertenciam ao próprio mosteiro, como Martim Pires, cónego de Santa Cruz em 1324(59) , ou D. Afonso, décimo nono prior desta instituição e que em 1414 doou ao convento os bens que pertenciam á mesa abacial, sitos em Abrantes e no seu termo, em troca de doze aniversários(60) . Mas também sobre clérigos de outras vilas se exercia a atracção da referida Casa religiosa, como o comprova o testamento de Afonso Eanes, raçoeiro de Leiria(61) e o de Mestre Gil das Leis, tesoureiro da Sé de Lisboa, o qual legou ao referido mosteiro um casal em Sintra(62) .

Do mesmo modo, tanto S. Paulo como S. Jorge ou Celas apresentam entre os clérigos seus benfeitores, frades dessas mesmas instituições que, no momento de testarem contemplavam, abundantemente, o seu mosteiro, embora se encontrem outros eclesiásticos, mesmo pertencentes ao clero regular(63) .

---

(57) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra,Lº 4, Fl. 39v-40.

(58) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, Lº 7, fl. 46-46v.

(59) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 1º 8, fl. 77-78.

(60) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 1º8, fl. 84v-85v.

(61) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 1º 8, fl. 79-81.

(62) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 1º 3, fl. 56v-57.

(63) Cf. a titulo de exemplo, A.N.T.T., Mosteiro Celas, m 5,

Pé-de-página (cont.)

Torna-se notória,assim, uma variação significativa entre os legados feitos a mosteiros de Coimbra e de Santarem, parecendo relacionar-se com uma estrutura urbana diferenciada. Tal como atrás salientámos, o peso do clero parece ter sido bastante forte no primeiro destes centros urbanos, facto atestado pela própria documentação. É óbvio que o facto de muitos dos dotadores destas instituições serem laicos com profissão não identificada, permite mitigar as conclusões acima referidas, embora não deixe de se salientar o facto deste predominio clerical não se dever apenas a esta lacuna de informação.

No conjunto e como caracteristicas comuns aos núcleos analisados algumas ilações se impõem:as doações ao clero regular sofrem uma descida marcante entre a centúria de Trezentos e a de Quatrocentos, descida que, embora siga a evolução geral da documentação compulsada, quando relacionada com outros índices, como a escolha de sepultura, permite concluir por uma crescente distanciação deste clero perante as populações urbanas. No entanto, este afastamento parece assumir diferentes gradações conforme as Ordens religiosas consideradas. Assim, e pelo menos no que se refere ao século XIV, tanto dominicanos como franciscanos parecem congregar o grosso dos legados oriundos destas vilas, exercendo a sua acção, sobretudo, nos grupos

---

Pé-de-página (cont.)
nº 38,m 11, nº 8;m 11, nº 10; S. Jorge de Coimbra, m 12, nº 6.

femininos de estratos superiores. Neste contexto, e, apesar das diferenças regionais acima assinaladas, poder-se-á concluir que o frade mendicante surgia para os séculos XIV e XV como o intermediário privilegiado das camadas que ascendiam à redacção de documentos de doação ou de testamento, congregando em seu favor avultados bens.

b) O clero secular: a proximidade ao crente

A par do clérigo regular, outro intercessor terrestre(64) aparece abundantemente referido na documentação: o clérigo secular. Com efeito, raros parecem ter sido os testadores que não recorreram aos serviços deste clero, pedindo-lhe, em troca de variados legados, a administração de cerimónias, a celebração de ritos de intercessão. A complexa e numerosa hierarquia secular aparece amiudamente referida, nos seus múltiplos graus e hierarquias, com especial relevo para o clero paroquial.

O progressivo enquadramento do conjunto laical em fronteiras espaciais cada vez mais bem definidas, através

---

(64) A noção de intercessor terrestre colhemo-la em Michel Vovelle, Piete baroque et dechristianisation en Provence aux XVIIIe siècle,Paris, Ed. du Seuil, 1978, pp. 183 a 228.

da formalização duma rede de paróquias, constituiu um traço marcante dos últimos séculos medievais(65) . Sobre e a partir da estrutura eclesiástica, se erigiu, em muitos casos, a própria estrutura estatal, respeitando limites e partilhas. Neste contexto, e a par da definição territorial, que conduzia, muitas vezes, a conflitos entre igrejas vizinhas(66) , desenvolveu-se, também, um esforço no sentido da crescente ligação dos laicos às suas paróquias, através de dois vectores básicos. O primeiro compreendia a necessidade duma presença atenta e contínua do pároco na área a ele subordinada, zelando pelos seus fregueses e pelo cumprimento, por parte destes, dos deveres cristãos(67) , enquanto o segundo procurava, essencialmente, ligar, da forma mais indissolúvel possível, cada cristão à sua paróquia, impedindo, mesmo, o recurso a igrejas vizinhas(68)

---

(65) Cf. Avelino de Jesus da Costa, "Paróquia", Dicionário de História de Portugal, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, vol. V, pp. 7-8 e Pe Miguel de Oliveira, As Paróquias rurais portuguesas, Lisboa, União Gráfica, 1950, pp.161-175.

(66) Todos os cartórios eclesiásticos apresentam documentos de contenda entre igrejas derivadas duma delimitação deficiente das fronteiras entre si, e baseadas, muitas vezes, na questão da cobrança da dízima .

(67) Cf. nota 3, p. 52.

(68) Segundo o disposto no IV Concílio de Latrão de 1215, todos os paroquianos estavam espiritualmente subordinados a uma igreja, não podendo recorrer a párocos vizinhos sem justa causa. Cf. Fortunato de Almeida, ob. cit., p. 105. O mesmo está presente no

Pé-de-página (cont.)

Estes factores contribuíram, embora de maneira desigual consoante as regiões, para um aprofundamento da relação pároco/freguês, para uma proximidade espacial que o clero regular dificilmente podia igualar. Aqui reside uma das explicações básicas para a presença constante destes clérigos no cerimonial da morte. Tal como acompanhavam os seus paroquianos durante a vida, assim a sua presença era requisitada no momento da passagem final.

Este período foi ainda marcado por um outro factor, não menos influente no contexto da religiosidade vivida, que foi o da multiplicação do próprio clero secular. O surgimento e rápido crescimento das colegiadas é disso prova cabal(69) . Na verdade, o desenvolvimento da vida urbana com o consequente aumento populacional, fez congregar nestes núcleos um clero secular cada vez mais numeroso que, muitas vezes, as rendas disponíveis não sustentavam convenientemente. Daí que em certas igrejas mais opulentas , ao pároco se viessem a juntar outros clérigos que com ele

---

Pé-de-página (cont.)

Sinodo de Braga de 1477, constituição 36, publicado no Synodicon Hispanum, dir. de Antonio garcia y Garcia, vol. II- Portugal, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos de La Editorial Catolica, 1982,pp. 109-110, onde consta que em caso de extrema necessidade qualquer individuo pode recorrer a um padre que não o seu, para a administração da absolvição final. Contudo, no caso do doente não falecer desse mal, deveria, posteriormente, procurar o seu próprio pároco.

(69) Cf. António Domingues da Silva Costa, "Colegiadas",Dicionário de História de Portugal, vol. II, pp. 99 a 100.

repartiam os encargos espirituais e as rendas auferidas, dando origem às chamadas colegiadas(70) . Nas vilas por nós estudadas, esta instituição parece ter estado florescente ao longo da baixa Idade Média,sendo frequente as igrejas com maiores posses sustentarem um conjunto variado de clérigos(71) , que podiam oscilar entre números relativamente diferenciados. Estas colegiadas procuravam responder, sobretudo, à procura de lugares em cabidos e à limitação numerica destes.

As datas de formação das colegiadas, cujos cartórios foram considerados, são relativamente diferenciadas, embora muitas delas pareçam datar de meados do século XII.

No caso de Coimbra, tanto a de S. Pedro como a de S. Cristovão encontraram a sua origem em meados deste século, segundo as informações de Fortunato de Almeida(72) , acontecendo o mesmo com a de S. Salvador(73) e com a de S.

---

(70) Cf. Fortunato de Almeida, ob. cit., pp. 102-103.

(71) Para o caso de Torres Vedras dispomos do estudo recente de Ana Maria Rodrigues sobre as colegiadas desta vila, intitulado As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV, separata de Didaskalia, Coimbra, 1985, vol XV,pp.369 a 434. Para o Minho veja-se José Marques, A arquidiocese de Braga no século XV, pp. 479-608.

(72) Cf. Fortunato de Almeida, ob. cit., p. 103.

(73) Cf. Pedro Dias, Coimbra. Arte e História. Os monumentos. Porto, Paisagem Editora, 1983, pp. 75 a 78, onde o autor faz uma pequena análise da igreja existente, afirmando no inicio datar a sua fundação da segunda metade deste século.

Tiago(74) . Quanto à de S. Bartolomeu, a sua fundação parece remontar ao século X, tendo o edificio sido remodelado neste mesmo século XII(75) . No que se refere a Santa Justa, ela terá tido uma localização medieval no terreiro da Erva, para, no século XVIII, ser transferida para outro local, mais ao abrigo das cheias do rio(76) .

No caso de Santarém, uma primeira questão a realçar prende-se com a variação significativa do número de fontes encontradas para as diferentes igrejas. Com efeito, aos casos de grandes cartórios como Santo Estevão ou S. Salvador, opõem-se outros onde se contam meia dúzia de documentos, sem grande interesse quantitativo. Daí que, em alguns pontos da nossa análise, tenhamos optado por considerar apenas as instituições seculares que apresentaram uma maior documentação, embora sem descurar o computo geral, a que, igualmente, procurámos atender.Neste último caso estão igrejas como a de Santa Cruz da Ribeira , S. Martinho e S. Mateus de Santarém.Segundo as informações colhidas, no já citado estudo de Angela Beirante, dentro do recinto

---

(74) Ibidem, pp. 119 a 121.

(75) Ibidem, pp. 116 -119.

(76) Ibidem, pp. 158 a 160.Segundo José Mattoso esta colegiada teria começado por ser mosteiro, entregue à regra cluniacense, por volta do inicio do século XII, tendo estado sob a dependência de La Charité Sur Loire. Só no século XIII ou XIV teria passado a colegiada. Cf. José Mattoso, "Ordem de Cluny", Dicionário de História de Portugal, vol. II, pp. 81 a 82.

amuralhado encontravam-se oito freguesias, entre as quais se contam as quatro maiores instituições por nós consideradas:Santa Maria da Alcáçova, S. Salvador, Santo Estevão e S. Nicolau. As restantes situavam-se na zona da Ribeira(77) (cf. gráfico nº28).



Gráfico 28

A colegiada de Santa Maria da Alcáçova, sendo das primeiras igrejas do burgo escalabitano, conseguiu sobreviver ao próprio despovoamento do seu local de implantação, mantendo uma influência religiosa notória sobre a vila. As suas avultadas rendas permitiam-lhe, pelo menos no decorrer do século XII, suportar um cabido de cerca de

---

(77) Ângela Beirante, Santarém Medieval, p. 59.

vinte membros, o que constituia um número deveras significativo(78) . No que se refere às restantes freguesias, elas parecem datar, pelo menos, do século XIII, embora a sua importância vá variando ao longo dos últimos séculos medievais(79) .

De Torres Vedras destacámos quatro colegiadas de importância significativa: S. Miguel, S. Pedro, Santa Maria do Castelo e S. Tiago. De entre elas, esta última é a que apresenta um menor número de documentação, apenas cinco legados, pelo que muitas vezes a secundarizámos em função das três restantes . Aliás parece ter sido esta a colegiada com menos raçoeiros, facto que, provavelmente, se relaciona com as suas menores disponibilidades(80) . Quanto às restantes o volume dos raçoeiros parece ter variado de acordo com as crises demográficas que marcaram o século XIV, oscilando entre os cinco ou seis e os onze membros(81) .

À parte deste conjunto de colegiadas e distante delas pela sua importância económica, social, religiosa e

---

(78) Ibidem,p. 61.A titulo de comparação refira-se que a colegiada de Santa Maria de Barcelos possuia, no seu inicio, além do prior e do tesoureiro, cinco cónegos. Cf. José Marques, A arquidiocese de Braga no século XV, p. 502.

(79) Sobre a evolução das freguesias de S. Nicolau, Sto Estevão e S. Salvador, ver Ângela Beirante, ob. cit.,pp. 77 -83 e 89 -92.

(80) Cf. Ana Maria Rodrigues, As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV, p. 389.

(81) Ibidem, pp. 389 a 391.

até documental surge a Sé de Coimbra, também aqui considerada. Na verdade, esta instituição apresenta o maior volume de documentação disponível(82) , ultrapassando qualquer outra igreja ou mosteiro. A importância das suas fontes é atestada não apenas pelo seu volume, mas , também, pelo estatuto dos testadores que a procuraram. Datando o actual edifício do século XII, no seu interior repousam alguns túmulos das principais personagens, que sob as suas paredes, procuraram guarida e protecção(83) , oriundas não apenas do burgo conimbricense mas mesmo de outros núcleos, até onde o renome da instituição se estendia.

O conjunto de cartórios compulsados foi, assim, variado e diversificado, não só na sua área geográfica mas também, e sobretudo, na sua importância, oscilando entre pequenos e grandes núcleos documentais.

Mas para lá deste leque de igrejas, muitas outras nos surgem referidas na documentação, por serem paróquias de residência, de origem ou apenas igrejas com as quais o testador possuía relações pessoais privilegiadas (Cf. anexo nº 10). Cerca de sessenta e três igrejas são mencionadas, recobrindo o território nacional de Avó(84) a Loulé(85)

---

(82) Cerca de cento e três documentos a referenciam como instituição receptora de bens.

(83) Cf. Pedro Dias, ob. cit., pp. 86 a 96.

(84) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 7, nº 363. Guiomar Martins, casada com Gil Rodrigues de Gis legou à igreja

Pé-de-página (cont.)

evidenciando que testadores residentes, na sua maioria, na zona central do Portugal medieval, mantinham, em alguns casos, ligações, mesmo que não cimentadas, com igrejas distantes no espaço. Frequentemente, estes templos eram os da sua zona de origem ou da dos seus antepassados, e dos quais se recordavam quando chegava o momento de partilha dos bens.

Em outros casos, eram as igrejas por nós consideradas que atraíam esses legados, vindos de longe, e dos quais procuravam deter uma cópia do documento nos seus cartórios.

No global, estas instituições recebiam maioritariamente legados em dinheiro (cf. gráfico nº 29), à

Tipos de bens doados a igrejas
Núcleos não vistos

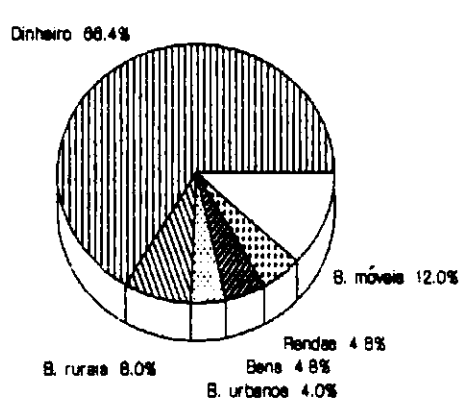


Gráfico 29

Pé-de-página (cont.)
de Avó 20 soldos, sem especificar o seu porquê.

(85) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc. m 47, nº 1876.

semelhança aliás do que ocorria com os mosteiros (cf. gráfico nº 30), contemplados com pequenas doações, embora

Tipos de bens doados a mosteiros
Núcleos não vistos

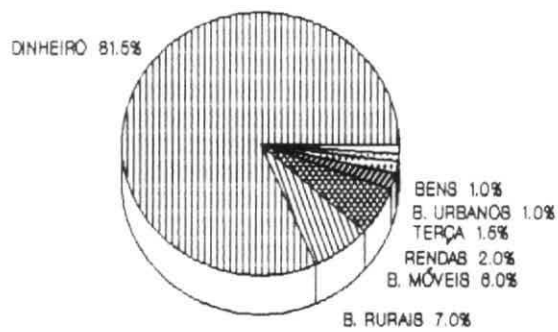


Gráfico 30

fossem também bafejados com bens de raiz, de natureza variável, desde casas e vinhas(86) a terras de pão(87) .

A lógica subjacente a estas doações é, assim, semelhante à já traçada para o caso do clero regular: a preparação da partida, da passagem, conduzia muitos

---

(86) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, m 1, nº 68; Santa Clara de Coimbra, m 2, nº 36; S. João de Coimbra, m 2, nº 36 e m 2, nº 6; Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 22, nº 27 e S. Martinho de Santarém, m 1, nº 16.

(87) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 22, nº 25 e m 27, nº 63; Santa Cruz de Santarém, m 1, nº 36.

testadores a procurarem o maior número de intercessões possivel distribuindo os seus bens, quando estes o permitiam, por uma panóplia alargada de entidades.

Por conseguinte, torna-se premente a análise da evolução temporal destas doações, procurando distinguir as épocas de alta de acordo com cada região. Se analisarmos a evolução temporal denota-se a existência de três ritmos diferenciados de doações, de acordo com o núcleo urbano em causa . As igrejas de Santarém têm como décadas de maior afluxo as de 1380, 1370 e 1390,respectivamente,abarcando assim os finais do século XIV. Já no caso de Coimbra, a atracção de bens parece ter-se operado, sobretudo, ao longo da primeira metade desta centúria, nas décadas de 1340, 1360 e 1330. Torres Vedras apresenta um crescimento notório nos anos quarenta de Trezentos, oferecendo todo o restante

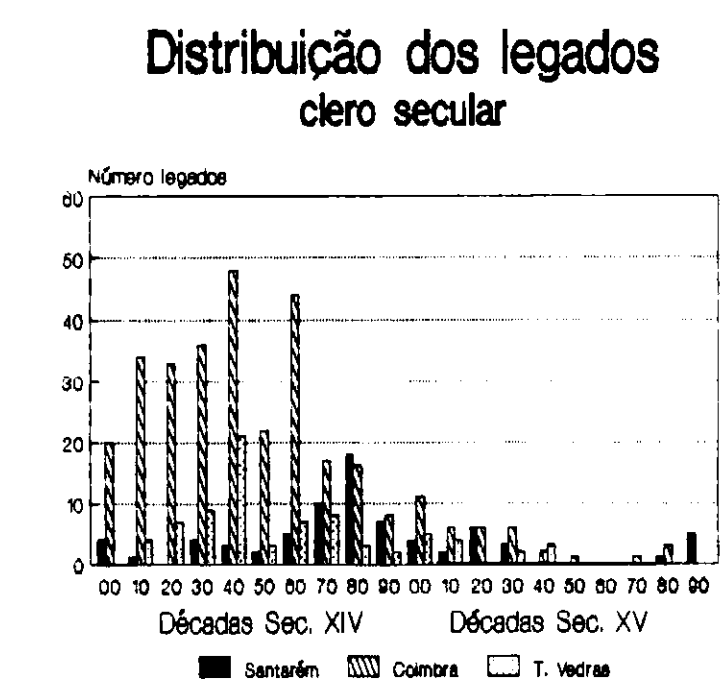


Gráfico 31

século valores relativamente semelhantes. Destas oscilações algumas ilações se parecem denotar (cf. gráfico nº 31).

No caso da última vila, a Peste Negra parece ter grassado com especial intensidade, originando a quebra de população, visivel, especialmente, pela diminuição do número de raçoeiros nas diferentes colegiadas(88) . Daí, que o predominio dos legados nestes anos, compreendidos entre 1340 e 1350, se possam, de alguma forma, relacionar com a presença desta pandemia. O mesmo se poderá afirmar para Coimbra, embora com certas limitações, pois apesar desta década apresentar números, também,significativos, estes não podem deixar de se relacionar com uma tendência que parece ser-lhe anterior, que é a duma preponderância da primeira metade da centúria em relação à segunda.

Poder-se-á questionar se para lá da presença da Peste Negra e das suas recorrências, que marcaram as décadas de quarenta e de sessenta, esta evolução não denotará uma decadência das próprias instituições religiosas e, consequentemente, do próprio núcleo urbano. Na verdade, a presença constante duma tendência clara de baixa dos legados entre a primeira e a segunda metades do século XIV, atestada já a outros niveis(89) , poderá evidenciar uma quebra populacional e mesmo económica do núcleo urbano, talvez em proveito de outros centros populacionais, cuja macrocefalia

---

(88) Cf. Ana Maria Rodrigues, ob. cit., pp. 389 a 393.

(89) Cf. capitulo I.

se começava a fazer sentir (90).

Em Santarém, a segunda metade de Trezentos é aquela que parece congregar a maioria dos legados, aliás à semelhança do que ocorre com o clero regular (cf. gráfico nº32).

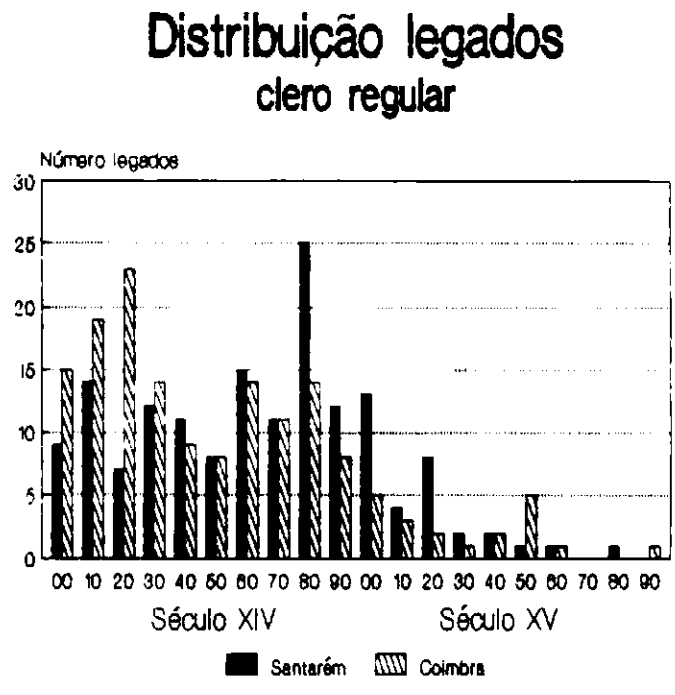


Gráfico 32

A nosso ver, este predomínio poderá estar ligado à influência local da peste, talvez mais sensível nas suas

---

(90) Atente-se na hierarquia estabelecida por Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Lisboa, Presença, 1987, pp. 183-184, para as principais vilas do reino, secundarizando Coimbra em proveito de Lisboa, de Santarém e de Évora. Na verdade, a vila do Mondego não apresentava já, nos últimos séculos medievais, a importância económica e política dos primeiros tempos da Nacionalidade. O mesmo é referido por Maria José Ferro Tavares, que realça o despovoamento de Coimbra e dos seus arredores, alguns anos após a travessia dos exércitos de Henrique II. Ver Maria José Ferro Tavares, "A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385", Revista de História Económica e Social, Lisboa, nº 12, 1983, p. 48.

recorrências do que na sua primeira erupção (91).

Neste contexto, apenas a análise do perfil social dos testadores poderá permitir avançar nestas conclusões, comparando-o, se possível, com o definido para o clero regular.

À partida um dado parece realçar-se: o número de legados é claramente favorável ao clero secular, quando considerado o conjunto dos dois séculos e o total das referências. Assim, enquanto o volume de doações a este grupo atinge as seiscentas e uma, ao regular apenas respeitam quatrocentas e noventa e cinco (cf. gráfico nº 33), o

Distrib. legados ao clero
regular e secular (total núcleos)

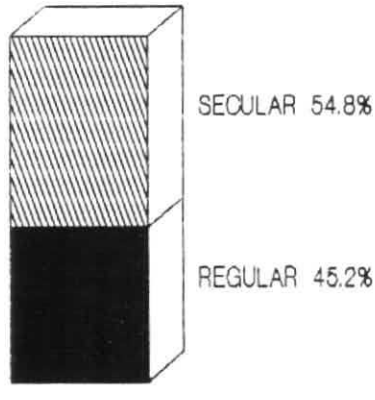


Gráfico 33

---

(91) Ângela Beirante, Santarém Medieval, pp.193-194, realça o facto da diminuição de população ser especialmente visível a partir das últimas décadas do século XIV.

que torna o primeiro, detentor de mais de 50% das referências(92) . Este predomínio foi já atestado em outros estudos, como o de Jacques Chiffoleau(93) , embora as diferenças detectadas nos nossos núcleos não atinjam a importância das encontradas para a região de Avinhão.No entanto, não deixam de evidenciar uma clara preponderância deste ramo do clero.

O perfil dos testadores é que parece, em certos pontos, não coincidir com o atrás traçado para o clero monástico.

No referente à distribuição por sexo, o quadro nº 14 que se nos apresenta é o seguinte:

QUADRO Nº14 - Distribuição por sexo dos doadores ao clero secular

VILAS	HOMENS		MULHERES		CASAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Coimbra	191	70,7	84	54,9	44	83,0
Santarém	34	12,5	40	26,1	2	3,7
Torres Vedras	45	16,6	29	18,9	7	13,2
TOTAL	270	100,0	153	100,0	53	100,0

---

(92) Estes números não são exclusivos entre si, pois muitos documentos referem entidades seculares e regulares, daí que se mencione referências e não documentos.

(93) Cf. J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au- delá, pp. 240 a 252.

As percentagens acima apontam no sentido do dominio dos legados oriundos do sexo masculino, fruto, por um lado, do grande número de clérigos que aqui aparecem como dotadores, tal como adiante veremos, mas indicio, também, duma lógica diferente de relação entre o leigo e a instituição religiosa, quando comparado com as percentagens apresentadas pelo clero regular.

Na realidade, além de evidenciar um conservadorismo comportamental por parte do grupo feminino, ligado duma forma mais duradoura ao clero monástico, estas diferentes percentagens poderão atestar uma ligação privilegiada de certos estratos sociais com este clero paroquial. Aliás, esta ilação parece encontrar alguns fundamentos no facto de entre as vilas consideradas se apresentarem, também, diferenças notórias. Nestes moldes, se tanto em Coimbra como em Torres Vedras, o testador masculino predomina, já o mesmo não ocorre em Santarém, embora por uma pequena variação, onde o peso eclesiástico é menor e o pressão da nobreza mais saliente.

O gráfico nº34 e o quadro nº 15 evidenciam,como seria de esperar, um número elevado de clérigos e de leigos de categoria não identificada. No entanto, entre aqueles que permitiram estabelecer a sua origem sócio-profissional, atesta-se, para o cômputo global, o predomínio da nobreza (quarenta referências), do funcionalismo (trinta e duas) e do grupo mercador(vinte e três) ,reforçando a hierarquia já estabelecida e a noção de que tanto o testamento como a

doação constituem documentos oriundos dos grupos privilegiados.

Doadores ao clero secular
por categorias sócio-profissionais

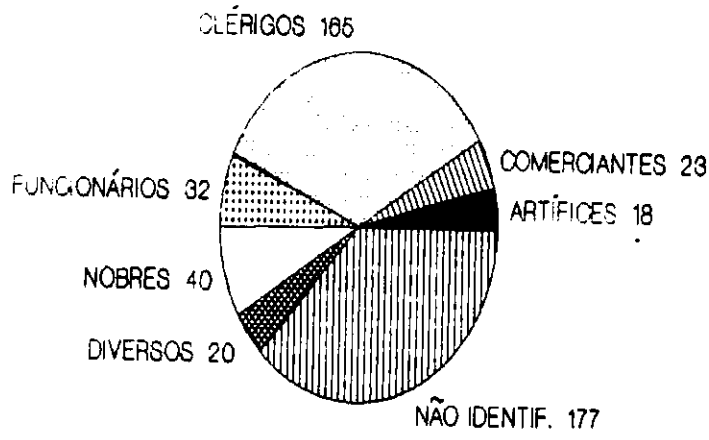


Gráfico 34

Entre os centros urbanos, realce-se, no caso de Coimbra, o facto dos primeiros lugares serem ocupados pelos funcionários e pelos mercadores, em Santarém pela nobreza e pelo funcionalismo e em Torres Vedras também pela nobreza, embora de extracção inferior se comparada com a do centro escalabitano.

Se confrontarmos os quantitativos das diferentes categorias sócio-profissionais de acordo com cada centro populacional, é de salientar o número relativamente superior de artesãos que surgem como dotadores de igrejas, em relação aos números estabelecidos para os mosteiros. Assim, enquanto no caso de Coimbra as referências foram apenas duas, neste grupo elas atingem as onze, havendo cinco dos oito cartórios

considerados que os mencionam. O mesmo ocorre com os mercadores presentes em todos os núcleos documentais, à semelhança da nobreza, enquanto o funcionalismo aparece em cinco deles. Neste contexto, uma primeira dedução é permitida, apontando no sentido duma maior diversidade sócio-profissional dos dotadores do clero secular.

Em Santarém, esta variedade não é tão assinalável, quando comparamos com os números disponíveis para o clero regular, mercê a especialização que os referidos mosteiros

QUADRO Nº15 - Distribuição do estatuto sócio-profissional dos testadores de acordo com os cartórios considerados

IGREJA	CATEGORIAS SOCIO-PROFISSIONAIS							
	1	2	3	4	5	6	7	0
Sta Justa Cb.	0	3	9	0	1	1	3	11
S. Tiago Cb.	1	7	13	0	8	1	5	10
S. Bartolomeu Cb.	1	1	9	0	0	1	0	7
S. Pedro Cb.	1	1	15	0	0	1	0	10
S. Cristovao Cb.	7	1	16	0	6	1	0	13
S. João Cb.	0	1	10	0	0	2	1	4
S. Salvador Cb.	0	2	14	0	2	4	1	11
Sé Cb.	1	3	53	0	3	5	6	32
S. Salvador St.	3	3	4	1	2	7	1	14
S. Nicolau St.	1	0	0	0	4	4	0	5
Sta Maria St.	0	1	4	0	1	2	1	2
Sto Estevão St.	1	0	0	0	1	3	0	11
S. Pedro T. Ved.	1	0	7	0	2	1	2	20
S. Miguel T. Ved.	0	0	3	0	0	1	0	10
Sta Maria T. Ved.	1	0	8	0	2	6	0	17

(Legenda: 1- artífices
2- comerciantes
3- clérigos
4- rurais
5- funcionários
6- nobres
7- diversos
0- não identificado)

apresentavam(94) , facto que não é tão visivel nas igrejas agora consideradas(95) .

As colegiadas de Torres Vedras além de patentearem um número relativamente elevado de clérigos, apresentam, especialmente no caso de Santa Maria, um volume significativo de nobres. Estes eram, na sua maioria, cavaleiros e escudeiros, residentes na vila, como é o caso de João Peres de Azóia, que foi alcaide de Lisboa, e de Aldonça Mendes, sua primeira mulher(96) , de Inês Eanes, mulher de Rui Gomes, escudeiro, aí residente(97) ou de Branca Eanes, viúva de Fernão Lourenço, escudeiro(98) . Mas a esta colegiada afluíram ainda as doações de muitos clérigos, aí raçoeiros(99) , ou de priores, como Martim Louredo(100) ou

---

(94) Atente-se na diferenciação estabelecida entre o mosteiro da Trindade e o de S. Domingos , diferenciação essa que não se pode estabelecer para as igrejas seculares, pelo menos com a mesma clareza.

(95) Na verdade, a pressão da nobreza e do funcionalismo parece ser mais ou menos comum às quatro colegiadas aqui consideradas.

(96) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo, m 6, nº 14.

(97) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo, m 22, nº 11.

(98) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo, m 27, nº 63.

(99) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo, m 22 nº5, nº 9, nº 10, nº 15, nº 16, nº 26, nº 28.

(100) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo, m 22, nº 6.

Lourenço Esteves(101) , qualquer deles da própria colegiada.

Aliás, em geral, todas as igrejas consideradas apresentam entre a sua documentação abundantes exemplares de testamentos e doações feitos pelos seus próprios membros. Esta é uma regra que parece ser comum a todas as instituições, actuando a este nível duma forma mais clara do que no caso do clero regular. Alguns exemplos poderão permitir uma visão mais concreta do seu alcance.

No caso da colegiada de S. Salvador de Santarém, várias são as referências a raçoeiros que contemplam a sua igreja com bens , como é o caso de Martim Gonçalves, capelão do rei em 1462, tesoureiro da Sé de Lamego e raçoeiro desta colegiada(102) , de Afonso Eanes Orvalho(103) , de Gil Martins, escolar em leis e beneficiado nesta igreja(104) , entre outros. O mesmo ocorre com o grande núcleo da Sé de Coimbra, onde afluíram numerosas dádivas provenientes de toda a hierarquia eclesiástica, como Lourenço Esteves, arcediago de Viseu e cónego de Coimbra (105) , Estevão

---

(101) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo, m 29, nº 1 .

(102) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém, m 6, nº 209.

(103) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém,m 1, nº 39.

(104) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém, m 2, nº 44.

(105) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 21, nº 913.

Domingues, prior de Sangalhos e raçoeiro da Sé(106) , D. Bartolomeu Peirier, prior de santa Maria de Cernache(107) , Mestre Gonçalo, prior de S. Martinho de Montemor o Velho em 1309(108) , D. Beltrão, prior de Penacova(109) ou D. Egas Lourenço, deão de Lisboa(110) , entre outros, desde cónegos da Sé a bispos dessa diocese(111) . O mesmo ocorre com S. Cristovão de Coimbra(112) , e com S. Pedro(113) onde se encontram numerosos documentos oriundos de membros dessas igrejas, à imagem do que ocorre com todas as outras colegiadas desta vila.

Dum modo geral, a nobreza que aparece como dotadora do clero secular, parece ser constituída por maior número de escudeiros e de nobres de incidência regional, do que a nobreza que optava, preferencialmente, pelo clero regular. Esta discrepância é, especialmente visível no que se refere

---

(106) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 25, nº 1044.

(107) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 25, nº 1042.

(108) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 26, nº 1099.

(109) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc.,m 49, nº 1966

(110) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 10, nº 465.

(111) Cf. ponto 2. do capitulo I.

(112) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 6, nº 4; m 8,nº 7; m 9, nº 3; m 12, nº 17; m 14, nº 14; m 18, nº 8; m 20, nº 15; m 24, nº 2.

(113) A.N.T.T., S. Pedro de Coimbra, m 1, doc. de 1409; m 1, doc de 1366;m 6, doc. de 1314; m 6, doc. de 1334 com pública-forma de 1342.

ao núcleo escalabitano, que apresentava em alguns mosteiros elementos da alta nobreza destes séculos.Contudo, o estabelecimento de fronteiras muitos claras, entre os dois grupos, esta comprometido pelo facto de muitos dos individuos que doavam a mosteiros, contemplarem, igualmente, e pelo menos, a sua igreja paroquial. No entanto, nos casos de doações apenas a uma instituição, a omnipresença de escudeiros parece ser de salientar, como a de Afonso de Deus, escudeiro residente em S. João da Almedina, e de Iria Lourenço, sua mulher, que doaram a esta igreja diversos bens na região(114) ; a de Violante Afonso, casada com Pero Salgado, escudeiro de Santarém(115) a de Diogo Fernandes, também escudeiro deste concelho(116) . O mesmo ocorre em Coimbra, sendo visível em vários dos núcleos compulsados como S. Salvador(117) .

Já a Sé de Coimbra surge como aparte desta tendência pelas suas caracteristicas próprias de grande instituição

---

(114) A.N.T.T., S. João da Almedina, m 3, nº 14.

(115) A.N.T.T., Santa Cruz da Ribeira de Santarém, m 1, nº 70, fl. 6v a 8v.Neste núcleo encontramos, ainda, a referência a outros escudeiros como Luis Mendes, casado com Beatriz Afonso. A.N.T.T., Ibidem, m 1, nº 70, fl. 5 a 5v.

(116) A.N.T.T., Santo Estevão de Santarém, m 1, nº 25.

(117) A.N.T.T., S. Salvador de Coimbra, m 8, doc. de 1425; m 16, doc. de 1433; m 16, doc. de 1471, todos eles escudeiros residentes em Coimbra.

religiosa. Aí acorreram não apenas escudeiros da vila(118) , mas também nobres como D. Vataça(119) ou Alvaro Fernandes, cavaleiro, senhor de Carvalho e alferes mór do infante D. João em 1364(120) . Neste núcleo encontram-se também personagens proeminentes de Coimbra, como Gil Rodrigues de Góis, cirurgião, que celebrou seu testamento em 16 de Julho de 1385,e ao qual anexou vários codicilos em 19 e 23 de Julho e em 4 de Agosto, todos do mesmo ano(121) ou Fernando Esteves, cidadão de Coimbra, que fundou uma capela na Sé, sustentada por diversos bens na região de Coimbra(122) .

De tudo isto deduz-se que o perfil do dotador médio do clero secular é, em geral, de extracção mais inferior do que o do clero regular. A ligação com os mosteiros era mantida, sobretudo, pelos estratos superiores da nobreza, mesmo no caso de instituições mendicantes, enquanto a doação às igrejas paroquiais provinha de toda a sociedade urbana,

---

(118) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 4, nº 193; m 20, nº 866, m 62, nº 2281, m 79, nº 3365 entre outros.

(119) Maria Helena Coelho e Leontina Ventura, Os bens de Vataça, separata da Revista de História das Ideias, vol. 9, Coimbra, 1987 e Vataça-uma dona na vida e na morte, separata de Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Porto, 1986.

(120) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 10, nº 467.

(121) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 7, nº 332; m 7, nº 332B; m 7, nº 331.

(122) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2º inc., m 29, nº 1205.

mercê da própria ligação existente, ou da que se procurava que existisse, entre os párocos e os seus paroquianos.

O clérigo secular era, sem dúvida, o mais requerido pelos laicos, porque o mais próximo, em maior número além de mais disponível e acessível para o homem comum. Não era difícil assegurar a presença maciça destes sacerdotes nas cerimónias fúnebres, através de pequenas dádivas a várias igrejas e de estipulações no sentido da necessidade da sua comparência. Daí que, mais do que ocorre no clero regular, se procure aqui a multiplicação, a quantidade à qualidade.A sua abundância parece ter contribuído para a difusão da noção de que apenas a sua assistência maciça poderia resultar convenientemente.

1.2. - Tipologia dos bens outorgados e distribuição geográfica

A manutenção das cerimónias de intercessão pelas almas dos particulares implicava, quase sempre, a outorga, à instituição religiosa em causa, dum bem que sustentasse os custos desse rito e assegurasse a perenidade da sua celebração.

Neste contexto, uma das primeiras questões que se

colo:a é a que se prende com a lógica subjacente a estas doações, ou seja, de que modo a igreja ou o mosteiro receptores dos bens agiriam ou influenciariam o testador,procurando, através dessas outorgas, completar o seu património fundiário.

É obvio que os documentos em causa não nos fornecem indicações muito claras sobre a presença ou não dessa "pressão" eclesiástica, mas certos dados indirectos poderão ajudar-nos a discernir sobre as hipóteses da sua existência.

Um primeiro elemento podemo-lo encontrar na menção frequente de clérigos junto ao testador ou doador na altura de redacção do documento. Tal como atrás realçámos, parece ter sido frequente a presença de um ou mais religiosos junto ao laico, quando este se dispunha a partilhar os seus bens, ou a alienar parte deles. Esta presença, embora requerida pelo individuo em questão, não deixa de signicar uma hipótese latente do exercício duma certa "pressão", pelo menos ao nivel do bem ou bens que conviria mais à instituição a que o eclesiástico pertencesse.

Por outro lado, o estabelecimento do raio de distribuição geográfica dos legados e da sua tipologia, pode também constituir um elemento que vem reforçar ou não a suposição acima explanada.

Se considerarmos o anexo nº 11 sobre o volume e tipos de legados, algumas diferenças se parecem poder destacar a partir do universo considerado.

No que diz respeito ao clero regular e se tomarmos

como base os núcleos consultados, torna-se visivel o predominio dos bens imóveis, nomeadamente, dos que denominámos como rurais, englobando vinhas, olivais, herdades, casais, terras de pão sem outra especificação e bacelos, além de certos meios de produção como lagares ou moinhos(123) .Assim, tanto os mosteiros sediados em Santarém como em Coimbra, manifestam, na maioria dos casos,uma preponderância destes bens, com excepção do de Santa Clara de Santarém,embora a diferença seja muito pequena, do de S. Paulo de Almaziva, do de S. Jorge e do de Celas de Guimarães, que são também os que apresentam menor número de doações no global(cf. gráficos nº 35 e 36).

Tipos de bens legados
clero regular (total instituições)

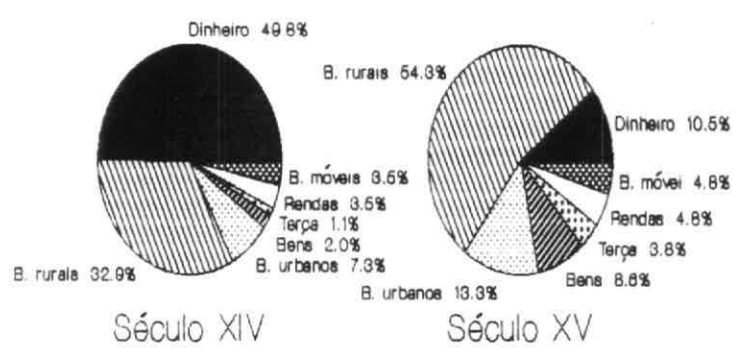


Gráfico 35

---

(123) Optámos por considerar estes legados como bens rurais embora estejamos cientes que certos meios de produção se localizavam dentro das vilas, nomeadamente no caso dos lagares. No entanto, a doação de casas parece-nos obedecer a diferentes condicionalismos e revestir uma outra lógica de formação do património que aqueles não apresentam.

De entre as parcelas de terra recebidas, a tríade

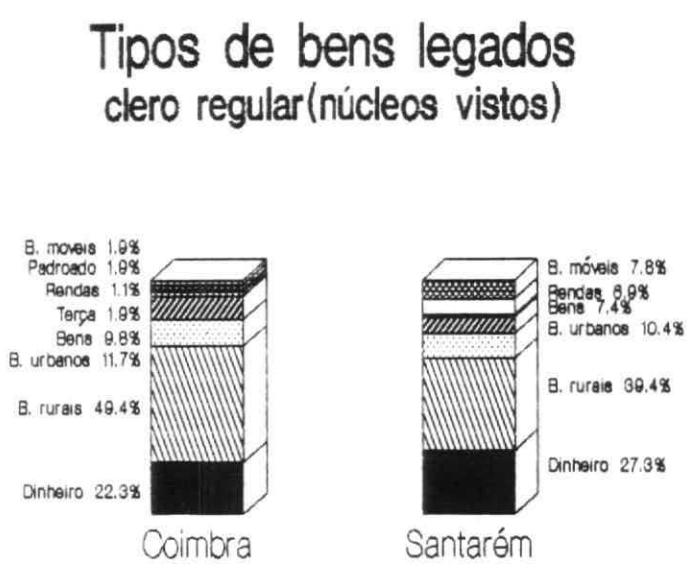


Gráfico 36

que se detecta é a usual: terras de pão, vinha e olival,(124) variando apenas as proporções e a hierarquia de instituição para instituição. Assim, se a Trindade parece ter recebido, predominantemente, parcelas de olival, já S. Domingos obtinha mais terras de pão e vinhas, à semelhança de Santa Cruz de Coimbra.

A secundarização dos legados em dinheiro, pelo menos nos cartórios mais significativos poderá evidenciar, por

---

(124) Este conjunto de culturas é o que, normalmente, se detecta nas regiões mediterrânicas, tal como foi realçado no estudo clássico de Orlando Ribeiro, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 5ª ed.,Lisboa, Sá da Costa, 1987.

parte de quem doava, uma preocupação em dotar a instituição que encarregava pela intercessão da sua alma, dum bem perene que lhe assegurasse a eternidade da celebração, enquanto por parte do mosteiro poderia significar um interesse maior no controle de parcelas territoriais do que em quantias que rápidamente se desvalorizavam(125) . Contudo, o lugar cimeiro ocupado pelo numerário nos pequenos cartórios poder-se-á explicar com o facto destes mosteiros apresentarem, predominantemente, doações secundárias.

Uma outra nota a realçar reside na importância numérica das casas doadas no decurso destes dois séculos. Com efeito, tipologicamente, o bem que se apresenta como maioritário é, em alguns casos, a habitação urbana, sediada nas vilas dos próprios mosteiros. Se atendermos à distribuição do património recebido nos centros populacionais, torna-se notório o interesse demonstrado por estas instituições no controle destes bens urbanos, tanto no caso de Santarém como de Coimbra.

Aliás, mesmo no que respeita à distribuição geográfica dos bens imóveis a lógica subjacente parece não se apresentar como muito distante da definida para as casas.Em geral, os mosteiros tendiam a receber bens sediados

---

(125) A grande maioria destas doações datando do século XIV e dos inicios do XV, contemplam o periodo de maior desvalorização da moeda, com todos os riscos e sobressaltos inerentes. Sobre esta temática ver Maria José Pimenta Ferro, Estudos de História Monetária (1383-1438), Lisboa, 1974.

na vila de implantação ou no seu termo, excepto no caso de grandes instituições, cujo renome ultrapassava o centro em causa. Na verdade, o estabelecimento do raio espacial destas outorgas, permite-nos, paralelamente estabelecer o âmbito de influência religiosa de cada Casa. Assim, se mosteiros como o da Trindade ou o de Santa Clara de Santarém ou o de S. Paulo, ou o de S. Jorge, apresentam doações de bens no interior e termo próximo da vila(126) , já outros mosteiros como S. Domingos, Santa Clara de Coimbra ou Santa Cruz patenteiam um raio de influência claramente superior.

No caso de S. Domingos além de Santarém e de seu termo, o mosteiro recebeu bens em Azeitão(127) , Arruda(128) Salvaterra(129) e Manteigas(130) . Santa Clara de Coimbra, por seu turno, recebeu parcelas em Coimbra, Penacova(131) ,

---

(126) Excepção a esta regra apenas duas doações: uma feita a Santa Clara de Santarém por Frei Martim Novais dum herdamento em Évoramonte e outra em favor de S. Paulo de Almaziva de diversos bens em Aveiro.A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, m 7, nº 337 e Santa Justa de Coimbra, m 8, nº 43, respectivamente.

(127) A.N.T.T., Santa Clara de Santarém,m 8, nº 411-412

(128) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 5, nº 25.

(129) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 10, nº 9.

(130) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 4, nº 30.

(131) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 8, nº1. Neste documento o monarca D. Fernando outorgou ao referido mosteiro o padroado da igreja de Penacova.

Entre Douro e Minho(132) , Leiria(133) , Torres Novas(134) e Gouveia(135) ; Santa Cruz em Coimbra, Valada(136) , Torres Vedras(137) , Leiria(138) , Sintra(139) , Besteiros(140) Santa Comba Dão(141) , Gouveia(142) , Condeixa(143) , Soure(144) , entre outros locais.

Salienta-se, assim, que a importância de cada uma das instituições se pode medir pelo grau de dispersão das suas doações, nomeadamente quando o laico, donde parte o bem, reside, não na área de implantação do mosteiro, mas no local donde o bem provêm, significando que a ligação

---

(132) Ibidem, m 3, nº 23.

(133) Ibidem, m 3, nº 23.

(134) Ibidem, m 22, nº 10.

(135) Ibidem, m 18, nº 23.

(136) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 1º 4, fl. 39v a 40.

(137) Ibidem, 1º 3, fl. 33-33v.

(138) Ibidem, 1º 3, fl. 55-55v e 1º 8, fl. 74v-76v.

(139) Ibidem, 1º 3, fl. 56v-57.

(140) Ibidem, 1º 8, fl. 37-37v e 37v-39.

(141) Ibidem, 1º 8, fl. 77-78 e 2ª inc. , m 4, doc de 1371.

(142) Ibidem, 2ª inc., m 33, doc. de 1304.

(143) Ibidem,1º 7, fl. 45v-46.

(144) Ibidem, m 49, nº 1943.

espiritual ultrapassava as fronteiras espaciais mais limitadas.

Todo este amplo conjunto de outorgas parece questionar no concreto a aplicação das leis de desamortização. Na verdade, é sobretudo, no decorrer da centúria de Quatrocentos que a sua influência se torna mais saliente, nomeadamente, através dos legados de rendas, nos quais o bem em causa permanecia nas mãos de parentes, ou pela fundação de capelas, cuja administração era confiada a um laico, embora o gráfico nº 35 continue a indicar um predomínio dos bens rurais.

Já a doação de bens móveis parece ter revestido uma pequena influência. Vestuário, géneros, livros são alguns dos objectos contemplados, embora em pequena escala, já que, na maioria dos casos, estes dons eram destinados a parentes

Tipos de bens legados
clero secular (total instituições)

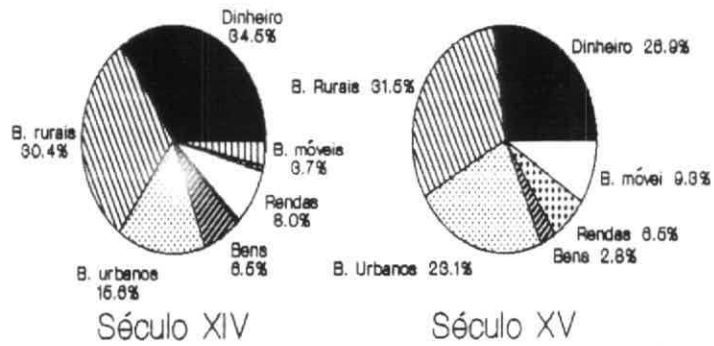


Gráfico 37

e criados e não a instituições religiosas.

Estes ditames parecem também aplicarem-se, grosso modo, às doações feitas ao clero secular(cf. gráfico nº 37 e 38).

Tipos de bens legados
Clero secular(núcleos vistos)

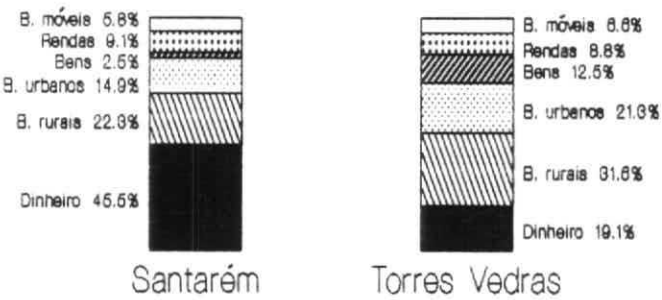


Gráfico 38

No que respeita, às várias colegiadas coimbrãs, algumas clivagens as parecem diferenciar (cf. anexo nº11). Enquanto S. Tiago e S. Salvador receberam, predominantemente, bens urbanos dispersos pela vila, já as restantes parecem ter auferido, na sua maioria, parcelas de vinha e, em segundo plano, de olival.

Por outro lado, a preponderância do numerário é aqui muito notória, ao invés do que ocorria com o clero regular. Todas as igrejas consideradas, à excepção de Santa Justa e, obviamente, da Sé, manifestam importantes quantidades destas

doações, deixando entrever um diferente posicionamento do dotador médio.

Ja a Sé de Coimbra apresenta uma hierarquia oposta, concedendo a primazia aos bens rurais, especialmente às vinhas e olivais, o segundo lugar ao numerário e o terceiro aos bens urbanos, evidenciando uma clara apetência, ao longo deste periodo, pelas parcelas de terra.

Um outro factor de diferenciação, paralelamente entre as igrejas e entre estas e os mosteiros, reside na amplitude do seu espaço de atracção.

Com excepção da Sé, todas as restantes receberam parcelas sitas na zona limitrofe de Coimbra , descrevendo uma dispersão relativamente diminuta e uma tendência clara para a concentração patrimonial. Por seu turno, a Sé, mercê o seu carácter próprio de grande instituição religiosa, auferiu bens em locais tão variados como Braga(145) , Buarcos(146) , Ançã(147) ,Gois(148) , Lisboa(149) ,

---

(145) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 6, nº 293.

(146) Ibidem, 2ª inc.,m 4, nº 203.

(147) Ibidem,2ª inc., m 24, nº 1004.

(148) Ibidem, 2ª inc., m 7, nº 332.

(149) Ibidem, 2ª inc.,m 7, nº 338.

Soure(150) , Abiul(151) , Leiria(152) , Seia(153) , Santarém(154) ou Coja(155) .

Algo semelhante ocorreu com as igrejas de Santarém: S. Nicolau, S. Salvador, Santa Maria e Santo Estevão, que receberam, preferencialmente, quantias em numerário, enquanto tanto os bens rústicos como os urbanos, se apresentam relativamentente secundarizados, compreendendo, sobretudo, parcelas de olival e de cereal, da região circunvizinha a Santarém.

Para Torres Vedras, a hierarquia altera-se perante a diminuição das outorgas em dinheiro e a subida dos bens imóveis, tanto rurais como urbanos, sediados na vila e no seu termo.

Neste contexto, algumas ilações se parecem denotar a partir desta pequena análise. Primeiro que tudo, as doações a igrejas parecem obedecer a um critério espacial mais reduzido do que no caso dos mosteiros. A sua zona de influência era a vila onde se situava e, predominantemente,a freguesia que superintendiam espiritualmente. A sua

---

(150) Ibidem, 2ª inc.,m 29, nº 1205.

(151) Ibidem, 2ª inc.,m 10, nº 455.

(152) Ibidem, 2ª inc., m 93, nº 4457.

(153) Ibidem, 2ª inc., m 21, nº 913.

(154) Ibidem, 2ª inc., m 2, nº 53; m 78, nº 3253 e m 12, nº 549.

(155) Ibidem,2ª inc., m 92,nº 4446.

capacidade de atracção não ultrapassava, com raras excepções, essas barreiras geográficas. Já as outorgas a mosteiros parecem obedecer a diferentes directrizes: muitas vezes os legados eram feitos em função de relações familiares supra-espaciais ou por motivações religiosas que ultrapassavam o âmbito residencial para obedecerem a critérios de escolha dum santo ou duma ordem.

Por outro lado, os bens urbanos evidenciam, para o conjunto das instituições, valores, relativamente, significativos, deixando transparecer um vivo interesse, por parte do clero, em os deter.

Já o lugar variável conferido ao dinheiro parece manifestar diferentes práticas ou ligações. Se o doador médio do clero regular concedia, preferencialmente, bens imóveis, o do secular optava, muitas vezes, por uma quantia em numerário. Neste contexto, poder-se-á questionar se, enquanto a existência duma coerência interna na distribuição geográfica dos bens, pode reflectir um interesse claro destas instituições em consolidar o seu património, a diferença quantitativa dos legados em dinheiro não poderá variar, sobretudo, em função do estatuto social dos doadores? Ou seja, se o dotador do mosteiro pertence, em geral, às camadas privilegiadas, legava bens de raiz, as igrejas paroquiais auferiam, predominantemente, pequenas quantias em numerário, oriundas de grupos urbanos onde a disponibilidade de imóveis era menor.

2 - OS LEGADOS PIOS

2.1. - Confrarias e instituições de assistência

Entre as variadas instituições contempladas pelos legados testamentários, encontra-se um leque alargado e diversificado de confrarias e casas de assistência sediadas, não apenas nos centros urbanos em causa,mas em localidades próximas, descrevendo uma panóplia variada de entidades e formas.

Não é aqui nosso objectivo elaborar uma análise, mesmo que sucinta e lacónica, das formas assistenciais na sociedade portuguesa da baixa Idade Média(156) , mas apenas estabelecer a amplitude temporal e social destes legados, a

---

(156) A assistência na Idade Média tem vindo a ser progressivamente objecto de estudo, não apenas nas historiografias internacionais, mas mesmo no interior do nosso campo de produção historiográfico. Atente-se, a título de exemplo, nos artigos contidos em A Pobreza e a assistência aos pobres na Peninsula Ibérica durante a Idade Média, Actas das 1as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, 1972, 2 vols. , Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973;Maria José Pimenta Ferro Tavares, "Para o estudo do pobre em Portugal", Revista de História Económica e Social,nº 11, Lisboa, 1983, pp. 29-45;Bernardo Vasconcelos e Sousa, A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média, provas de aptidão pedagógica e capacidade cientifica apresentadas na Faculdade de Ciéncias Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986; Fernando da Silva Correia, Origens e formação das Misericórdias portuguesas, Lisboa, 1944 Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal, vol. I, pp. 459-460, entre muitas outros estudos.

sua evolução no tempo e a sua representatividade na prática religiosa.

A partir dos séculos XII- XIII desenvolveram-se diferentes formas de assistência ao pobre, ao doente, ao caminhante, especialmente em torno ou no interior dos centros urbanos(157) . Estas fundações tiveram, muitas vezes, origem em dotações particulares, embora tanto os reis como os concelhos não tenham menosprezado também o seu papel no fomento destas instituições(158) . A sua tipologia está mais ou menos traçada para o período em questão, abrangendo três formas básicas: o hospital ou albergaria, a mercearia e a confraria.

A primeira apresentava como objectivo primordial a recolha dos viandantes e dos pobres por pequenos hiatos de tempo, em regra três dias(159) , aos quais fornecia alojamento e algum alimento. Em alguns casos recolhia, também, os doentes, atingidos especificamente por uma doença, como eram os gafos, acolhidos nas numerosas gafarias

---

(157) Ver entre outros titulos Maria de Lurdes Akola Meira do Carmo Neto, "Assistência", Dicionário de História de Portugal, vol. I, pp. 234-236 e Fernando da Silva Correia, ob. cit., pp. 182-237.

(158) Maria Helena da Cruz Coelho, "A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII", A Pobreza e a assistência..., vol. I, pp. 231-257.

(159) C. A. Ferreira de Almeida, " Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal", A pobreza e a assistência..., vol. I, p. 44.

existentes no país e em toda a Europa(160) , ou todo aquele que sendo doente era, também, assimilado ao pobre na mesma noção de desemparo. Daí que a diferenciação entre albergaria e hospital apenas muitos tardiamente fosse feita(161) , pois tanto o doente como o pobre ou o errante eram agrupados dentro duma mesma noção de desprotegidos.

O desenvolvimento urbano tendeu a concentrar estes grupos, sobretudo, em redor dos núcleos populacionais mais importantes, onde se vieram a fundar o maior número destas instituições(162) , que o sentimento religioso individual via como uma prática intercessora, mas que, no fundo, respondia ao aumento do número destes desenraizados e errantes(163) .

Aliás foi ainda nestes últimos séculos que surgiram as chamadas mercearias, enquanto instituições destinadas a receberem indivíduos anteriormente pertencentes a estratos

---

(160) Sobre as gafarias existentes em Portugal: Augusto da Silva Carvalho, História da lepra em Portugal, Porto, 1932.

(161) Vários autores têm afirmado esta ausência de distinção. Veja-se a titulo de exemplo Fernando Correia, ob. cit., p. 235.

(162) Michel Mollat, "Pauvres et assistés au Moyen Age", A Pobreza e a assistência..., vol. I, pp. 21-26.

(163) Segundo Baquero Moreno, o agudizar das tensões sociais no século XIV agravou a vagabundagem de sobremaneira. Humberto Baquero Moreno, "A vagabundagem nos finais da Idade Média portuguesa", A marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV, Lisboa, Presença, 1985, pp. 24-60.

sociais superiores e que mercê as alterações económicas se tinham visto lançados na pobreza. O seu acolhimento nestas casas obedecia, na maioria dos casos, a um objectivo claro que era o da obrigatoriedade de rezar pela alma do seu fundador ou fundadores(164) .

Todas estas instituições eram, regra geral, de pequenas dimensões, agrupando meia dúzia de camas, em casas que nenhuma diferença arquitectónica distinguia das restantes casas de habitação(165) . A sua localização, porém, não deixava de ser objecto de cuidados específicos. No caso das gafarias, estas eram, quase sempre, e logicamente, instaladas fora do perímetro amuralhado das urbes, de modo a evitar o contágio(166) , enquanto os hospitais tendiam a fixarem-se junto a cursos de água e nas proximidades das portas da vila, onde corriam as estradas de maior afluxo. A par desta tendência, outra coexistia, muitas vezes sem contradição, que era a da sua contiguidade em relação ao mosteiro ou à igreja invocativa do seu santo patrono(167) .

---

(164) Cf. Isaias da Rosa Pereira,"As obras de misericórdia na Idade Média. As mercearias de Maria Esteves.", A Pobreza e assistência...., vol. II, pp. 717-759.

(165) Bernardo Vasconcelos e Sousa, ob. cit., p. 27.

(166) Manuel Silvio Alves Conde, " Subsidios para o estudo dos gafos de Santarém (séculos XIII-XV)", Estudos Medievais, nº 8, Porto, 1987, pp. 99-171.

(167) Bernardo Vasconcelos e Sousa, ob. cit., p. 29.

Na verdade, em muitos casos estas instituições encontraram a sua origem em núcleos religiosos, que quase em paralelo com a sua instalação nos centros urbanos, fundaram hospitais e albergarias contíguas, onde albergavam, não apenas os seus monges ou clérigos, mas também os laicos em necessidade. É o caso, entre outros, do hospital de Santa Cruz de Coimbra(168) , do hospital da Trindade de Santarém(169) e de vários conventos mendicantes(170) .

Em outros casos, a fundação ou a sua sustentação não passava estritamente ou directamente pelos clérigos mas por associações de carácter semi-laico, chamadas confrarias(171) A instituição confraternal tem originado, especialmente nos últimos anos, um surto de estudos, visando a explicitação das suas características básicas e da sua representatividade

---

(168) Fernando Correia, ob. cit., p. 334.

(169) Ibidem, p. 336.

(170) O rol de hospitais por nós compulsado evidencia bem este esforço mendicante, mas além dos enumerados neste trabalho, muitos outros existiam espalhados pelo reino. Atente-se, por exemplo, nas listas fornecidas por Fernando Jasmins Pereira e Maria Emília Aniceto, "Assistência-na Idade Média", Dicionário de História da Igreja em Portugal, dir. por António Alberto Banha de Andrade, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, vol. I, pp. 650-660.

(171) Retomamos aqui a definição dada por Iria Gonçalves, "Formas de assistência num meio rural", A assistência e a pobreza...,vol. II, pp. 439-454, retomado em Imagens do mundo medieval, Lisboa, Livros Horizonte, 1988,pp.53-68.

nos séculos terminais do período medieval (172). Em Portugal, a escassa documentação sobrevivente tem permitido algumas análises, apesar de a inventariação do amplo conjunto de confrarias existente não estar ainda completa (173).

---

(172) Entre os autores que se têm debruçado sobre esta temática na sociedade medieval, destaque-se André Vauchez, encontrando-se alguns dos seus estudos compilados na obra já citada Lesl laics au Moyen Age. Do mesmo modo, destaque-se a recolha de artigos Le mouvement confraternel au Moyen Age-France, Italie, Suisse, já atrás referido

(173) Entre alguns estudos mais recentes realce-se Maria José Pimenta Ferro Tavres, Pobreza e morte em Portugal na Idade Média, especialmente pp. 101-123, onde muitas confrarias espalhadas pelos diferentes núcleos medievais são mencionadas, com base em documentação vária ou monografias parcelares. Incidindo sobre um diferente tipo de fonte, neste caso os compromissos, num total de trinta e seis , compreendidos entre os séculos XII a XV, Ângela Beirante apresentou um estudo intitulado Confrarias medievais portuguesas, tese complementar de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa-policopiada, Lisboa, 1989.Um elenco destas instituições, quando ligadas a uma albergaria ou hospital, pode ainda ser encontrado no já referido artigo de Fernando Jasmins Pereira e Maria Emilia Aniceto,"Assistência", Dicionário da História da Igreja em Portugal,pp.650-660 ou ainda mais precocemente em Fernando da Silva Correia, ob. cit., pp.424-445 para a região aqui em estudo . A par destas análises, pequenos estudos monográficos têm vindo a lume. Saliente-se, entre outros referenciados nas obras acima: Rui de Azevedo,O compromisso da confraria do Espirito Santo de Benavente (século XIII),separata de Lusitania Sacra, vol. VI,Lisboa, 1962-1963; José Marques, A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498), separata da Revista da Faculdade de Letras-História, Porto, II série, vol. I, 1984; Idem, Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545), Braga, 1982;Maria José Pimenta Ferro Tavares, Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de

Pé-de-página (cont.)

*

Os estudos já realizados para outras regiões que não a portuguesa apontam no sentido dum primeiro surgimento das confrarias no século XII, para depois decairem no decurso de Duzentos e renascerem já após 1300, agora sob a alçada da Igreja e com intuitos do foro devocional(174) .

O estabelecimento duma tipologia destas fundações tem vindo a ser objecto de várias tentativas, embora a sua definição não seja, em muitos casos, fácil. A sua localização poderá constituir um critério, dividindo-as em rurais, urbanas e abaciais, como alguns autores têm feito(175) ,embora essa definição não nos forneça mais do que uma fixação espacial. Por outro lado, a sua constituição não é também clara. Se, no geral, parece radicar, essencialmente, no elemento laico, não deixam de ser atestadas em diferentes pontos do território confrarias de clérigos ou mesmo mistas, reunindo sob o mesmo compromisso as duas faces da Igreja(176)

Pé-de-página (cont.)
três confrarias de homens-bons alentejanos, separata de Estudos Medievais,nº 7/8 Porto, 1987.

(174) Andre Vauchez, Conclusão do colóquio Le mouvement Confraternel..., p. 398.

(175) Ângela Beirante, Confrarias medievais portuguesas, pp. 49-50, onde a Autora refere a tipologia de G. C. Meersseman, que tem por base esta divisão genérica.

(176) Cf. a enumeração de confrarias de clérigos feita

Pé-de-página (cont.)

O mesmo ocorre com a sua composição social. Às confrarias que agrupavam apenas os membros de um ofício conjugavam-se as que se estabeleciam sob um intuito devocional ou sob um critério espacial de vizinhança. Se as primeiras hierarquizavam e limitavam os acessos aos que não eram membros do mester, as últimas marginalizavam os não vizinhos, os exteriores ao núcleo espacial considerado(177) A diversidade era, assim, enorme.

Contudo, em geral estas confrarias tinham algo em comum que radicava no apoio mútuo dos seus confrades, tanto durante a vida como após a sua morte.A entrada fazia-se, em geral, através dum pagamento variável de confraria para confraria(178) , sendo o novo membro aceite, regra geral, na reunião anual do cabido ou da assembleia dos confrades(179) A sua permanência implicava o pagamento de quotas, para manutenção da própria confraria e cumprimento dos seus objectivos de apoio e assistência, e a obediência a regras

---

Pé-de-página (cont.)
por Maria José P. Ferro Tavares, Pobreza e morte na Idade Média portuguesa, pp. 101-123 .

(177) A tipologia estabelecida por E. Delaruelle, E.R. Labande e Paul Ourliac em "L'Église au temps du grand schisme et de la crise conciliaire (1378-1449)", Histoire de l'Eglise,dir.de A. Fliche e V. Martin, vol.14, Belgica, Bloud et Gay, 1964, pp. 673-685 diferencia, exactamente, estas variadas condições, enumerando a par das confrarias profissionais, as paroquiais, as de edificação e as de ordens terceiras.

(178) Ângela Beirante, Confrarias medievais portuguesas, p. 16.

(179) Ibidem, p. 18.

claras de concórdia entre os confrades(180) . A saída era dificultada e a expulsão infame(181) .

A sua existência como corpo unitário implicava o cumprimento de certos rituais periódicos, que ao concretizarem-se reiteravam a união entre os confrades e estabeleciam laços que ultrapassavam os próprios limites temporais da vida humana. O banquete anual,presente em muitas confrarias e celebrado aquando da reunião geral,era um deles(182) . Em redor da mesa,uniam-se os membros da confraria, igualavam-se e trocavam-se informações, reafirmavam-se as condições de permanência de cada membro.

Outras formas de coesão eram o cumprimento dos ritos fúnebres pelos confrades, que parece ter atingido nestes séculos XIV-XV, o auge da sua importância, ou apenas o apoio esporádico ou permanente ao irmão caído na pobreza ou na doença(183) .

---

(180) Nos compromissos publicados por Maria José Ferro Tavares no seu artigo Para o estudo das confrarias medievais portuguesas, é visível esta preocupação pela manutenção da paz interna, especialmente no compromisso da confraria dos homens bons ovelheiros de Viana do Alentejo.

(181) Ângela Beirante, Confrarias medievais portuguesas, p. 16.

(182) Ibidem, p. 37.

(183) Cf. Maria José Ferro Tavares, "Para o estudo das confrarias medievais portuguesas", especialmente o compromisso de Beja e o de Viana do Alentejo.

A execução destas obrigações surgia como o objectivo primeiro da maioria das confrarias, unindo duma forma indissolúvel e difícil de discernir o religioso e o social, revestindo estas associações dum carácter semi-laico,na sua constituição e dum forte pendor religioso nos seus objectivos. O espaço confraternal surgia, também, como um espaço de sociabilidade dos seus membros, limitado nos seus acessos e com regras definidas de comportamento.

A sua composição sócio-profissional poderá ter, assim, oscilado de acordo com as próprias características de cada confraria, mas essa perspectiva iremos defini-la com base na análise dos legados considerados neste estudo.

Frequentemente, as confrarias incentivaram a criação de obras assistenciais que contemplavam não apenas os seus membros mas qualquer pobre necessitado(184) .

Desenvolveram-se, assim, as albergarias e os hospitais unidos às confrarias, tendendo-se mesmo a estabelecer esta ligação como regra, embora nada o possa confirmar.

De entre as instituições mencionadas na documentação compulsada distinguimos alguns grupos, com base na

---

(184) Ângela Beirante, Confrarias medievais portuguesas, pp.27-35 e Maria José Ferro Tavares, Pobreza e morte no Portugal medieval, p. 105, em que a autore refere a obrigação de cumprir as obras de misericódia por parte destas instituições.

classificação contida nos próprios testamentos e doações, diferenciando , assim, cinco conjuntos:

- confrarias,
- hospitais,
- albergarias,
- gafarias,
- confraria detendo uma albergaria ou um hospital.

Em muitos dos casos citados a referência a estas instituições encontrou-se em outros estudos, comprovandc se,assim, a sua existência e a importância dos seus legados. Noutros, algumas dúvidas subsistiram.

Todos os núcleos urbanos considerados apresentam um grande número de instituições de assistência e de união, facto já salientado por outros autores e que evidencia a força deste movimento nos séculos terminais da Idade Média(185) .

Para Coimbra, várias entidades foram referenciadas, embora, em alguns casos, sem localização em outros estudos, como é o caso da confraria de Abrafemias(186) ,ou a dos

---

(185) Andre Vauchez, Le mouvement confraternel, p. 397, na qual o autor realça as importantes proporções deste movimento entre os séculos XIV e XV.

(186) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 6, doc de 1383.Neste testamento, Marinha Pasqual, moradora na freguesia de Souselas,estando na igreja de S. Tiago, legou à confraria de Abrafemias dois alqueires de trigo e dois almudes de vinho.

Mouzinhos(187) entre muitas outras (cf. anexo nº 12) . No geral, as confrarias mencionadas evocam um santo patrono ou um mester. Neste último caso destaque-se a confraria dos alfaiates(188) ou a dos tabeliães(189) , que agrupariam os membros desse ofício,enquanto as primeiras parecem ter tomado, regra geral, as designações de algumas igrejas paroquiais, como ocorre com a de S. Bartolomeu(190) ou com a de S. Cristovão(191) . Vários hospitais são, também, mencionados como o de Santa Cruz, o de Santa Maria de S.

---

(187) Segundo Viterbo,Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, 2 vols, Porto, Livraria Civilização, 1865, vol. II, pp. 417-418, mouzinhos eram os meninos do coro ou sacristães. Esta confraria teria existido até 1353,sediada na igreja de S. Salvador de Coimbra, data em que através duma visitação realizada no tempo do bispo D. Jorge, a confraria tinha sido dissolvida, pois existiam apenas quatro confrades, sendo um deles prior de S. Salvador, dois raçoeiros e outro prior de S. Tiago e os seus bens anexados à referida igreja. A.N.T.T., S. Salvador de Coimbra, m 10,pública forma do doc. de 26 de Julho de 1428.

(188) A.N.T.T., S. Salvador de Coimbra, m 10, doc. de 1344.

(189) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 9, nº 40 e Sé de Coimbra, 2ª inc., m 7, nº 332b.

(190) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 9, nº 40.

(191) Fernando Correia, ob. cit., p. 426, refere-a como hospital com albergaria, junto à igreja do mesmo nome. O mesmo ocorre com Alberto Pessoa, Hospitais de Coimbra, Coimbra, 1931, p. 4. Com efeito, esta albergaria foi sujeita a uma visitação e enumeração dos seus bens em 1422, - A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 22, nº 4.

Bartolomeu(192) ou o de Seira(193) Algumas grandes albergarias surgem também consideradas, nomeadamente a de Poiares, ligada ao mosteiro de Santa Cruz(194) e a de Santa Maria(195) .

No que se refere a Santarém, as tendências parecem ser similares. As confrarias tomavam, normalmente, o nome dum santo patrono como ocorre com a de Marvila, a de Santa Iria, a de Santa Clara, a de S. Domingos ou a de S. Francisco. Parece também ter sido frequente a existência de confrarias com albergarias ou hospitais a seu cargo, como é

---

(192) Este hospital é citado por Fernando Jasmins Pereira e Maria Emilia Aniceto, ob. cit., p. 656, como tendo sido fundado anteriormente a 1343. Do mesmo modo, Fernando Correia, ob. cit., p. 426, refere-o como hospital com albergaria e Alberto Pessoa, ob. cit., p. 4, dá-o como fundado por Constância Eanes em data incerta.

(193) O hospital de Seira dever-se-á ter localizado junto à aldeia do mesmo nome, na região de Coimbra.

(194) A albergaria de Poiares surge já referenciada no testamento de Afonso Henriques, segundo o enunciado por Maria José Ferro Tavares, Pobreza e morte em Portugal na Idade Média, p. 127-128.Por seu turno, Fernando Jasmins Pereira e Maria Emilia Aniceto, ob. cit., p. 652 situam a sua fundação em data anterior a 1189, por acção de D. Dulce de Aragão.

(195) Fernando Jasmins Pereira e Maria Emilia Aniceto, ob. cit., p. 653, refere que a sua fundação teria ocorrido em 1332. Saliente-se, contudo, que já em Abril deste ano, Domingas Gonçalves doou a esta confraria e albergaria quinze soldos. A.N:T.T., S. Pedro de Coimbra, m 2, doc. de 1332.

o caso de Santo Ildefonso(196) , de S. Silvestre(197) , de Santa Maria de Palhais(198) ou de Santo Espírito(199) .

Do mesmo modo, os hospitais parecem ter sido numerosos e, alguns, relativamente diminutos. Entre aqueles que aparecem assinalados na documentação salientem-se dois: o dos Meninos e o de Jesus Cristo, O primeiro fundado por D. Isabel e pelo bispo da Guarda, D. Martinho, cerca de 1321, teve como objectivo a recolha das crianças abandonadas(200) O segundo foi criado por João Afonso de Santarém, numas suas casas sitas na vila . O testamento que o instituiu refere pormenorizadamente os seus objectivos e regulamenta o seu

---

(196) Ângela Beirante, Santarém Medieval, p. 251 e Manuela Santos Silva, A assistência social na Idade Média. Estudo comparativo de algumas instituições de beneficiência de Santarém, separata de Estudos Medievais, Porto, 1987, onde este hospital é objecto de detalhado estudo.

(197) O hospital de S. Silvestre localizava-se na travessa do mesmo nome e era anexo à capela do mesmo orago, sita na igreja de S. Nicolau. Ângela Beirante,ob. cit. , p. 255 e Manuela Santos Silva,ob.cit., onde este hospital é também estudado.

(198) Maria José Ferro Tavares,ob. cit., p. 136 e Manuel Silvio Conde e Dionisio David, "O hospital de Santa Maria de Palhais e a assistência medieval portuguesa", História & Critica,Lisboa, nº 5,1980, pp.32-46.

(199) Ângela Beirante, ob. cit, p. 254 e Manuela Santos Silva, ob. cit.

(200) Ângela Beirante, ob. cit., pp. 253-254; Maria José Ferro Tavares, ob. cit., p. 136 e Manuela Santos Silva, ob. cit., que procede também ao estudo deste hospital.

funcionamento(201) . A este hospital vieram a ser incorporados os restantes do centro escalabitano, já nos finais do século XV(202) , sob a acção de D. Manuel que recebeu do Papa Alexandre VI a bula de autorização para a incorporação dos hospitais de Coimbra, Évora e Santarém no maior de cada localidade(203) .

Nestes dois centros, tanto o conimbricense como o escalabitano, foram ainda contempladas pelos legados testamentários dos fiéis, as gafarias destas duas urbes. Tanto uma como outra devem ter encontrado a sua origem no decurso do século XIII(204) , tendo como objectivo a recolha dos leprosos, condenados a serem encerrados e marginalizados pela comunidade.

Até aos meados da centúria de Trezentos ou, mais propriamente, até ao surgimento efectivo e cíclico da peste, a lepra foi a grande doença da Idade Média, não apenas pela sua difusão, mas pelo pavor que provocava. O receio do contágio conduzia ao afastamento dos familiares e conhecidos

---

(201) A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 8, nº 6.

(202) Maria José Ferro Tavares, ob. cit., p. 134-137; Ângela Beirante, ob. cit., p. 256-257.

(203) Bernardo Vasconcelos e Sousa, ob. cit., p. 48.

(204) No que se refere à de Santarém a sua fundação parece datar de 1223, segundo o enunciado por Manuel Silvio Alves Conde, "Subsidios para o estudo dos gafos de Santarém", Estudios Medievais,nº 7/8, Porto, 1987, p. 123; ao passo que a de Coimbra teve a sua origem cerca de 1210, segundo o referido por Fernando Jasmins Pereira e Maria Emilia Aniceto, ob. cit., p. 658.

afectados, procurando com esse distanciamento expurgar o mal do seio da comunidade(205) .

Segundo o referido num recente estudo sobre a gafaria de Santarém, são detectáveis diferentes ritmos de evolução da doença, atraves do próprio volume de legados de que estas instituições foram receptoras. Para o autor, o inicio do século XIV que, grosso modo, se estenderia até ao surgimento da peste, teria sido marcado por uma nova erupção desta doença, para depois, praticamente desaparecer das preocupações primordiais do Homem medieval(206) .

No caso específico das gafarias de Coimbra e de Santarém, estas parecem ter usufruído de especiais privilégios conferidos pelos monarcas e de regimentos bastante precoces, datando o da primeira de 1329 e o da segunda de 1261(207) . A importância do seu património não era, também, de menosprezar, possuindo, especialmente no

---

(205) É curioso salientar que o afastamento dos pestíferos foi, também, uma das medidas profilácticas mais abundantemente tomadas pelas autoridades no período posterior a 1348, reafirmando-se assim uma prática anterior, aplicada à lepra. Cf. Maria José Ferro Tavares, "A politica municipal da saúde pública",separata da Revista de História Económica e Social, Lisboa, 1987, p. 23.

(206) Manuel Silvio Conde, "Subsidios para o estudo dos gafos de Santarém...", p. 116.

(207) Fernando Correia, ob. cit. , pp. 369-374, analisa o conteúdo destes dois regimentos.

que respeita à segunda, diversas propriedades espalhadas pela vila e pelo seu termo(208) .

Contudo, outras gafarias ou gafos surgem referidos ao longo da documentação, como é o caso da de Lafões(209) , da de Viseu(210) e dos gafos de Lisboa(211) e de Torres Vedras. A gafaria desta localidade estaria sob a invocação de Santo André(212) , que conjuntamente com S. Lázaro, Santa Margarida, Santo Antão, S. Martinho. Santo Estevão, entre outros, surgiam nestes séculos terminais da Idade Média como os protectores privilegiados contra a lepra(213) .

Além da gafaria, Torres Vedras possuia, ainda, outras instituições de assistência, destinada ao acolhimento de pobres e doentes.

Próximo de Torres, embora exterior à vila, encontrava-se a confraria de Azueira que Fernando Correia

---

(208) Manuel Silvio Conde, "Subsidios para o estudo dos gafos de Santarém", pp. 142 e ss.

(209) Esta gafaria terá sido fundada no decurso do século XI por leoneses. Cf. Maria Emilia Aniceto e Fernando Jasmins Pereira, ob. cit., p. 658.

(210) Fundada anteriormente a 1296. Ibidem, p. 659.

(211) Lisboa tinha, pelo menos, duas gafarias, uma chamada dos Mártires e outra das Pedras Negras. Ibidem, p. 658.

(212) Ibidem, p. 659.

(213) Fernando Correia, ob. cit., p. 362.

refere como hospital com albergaria(214) . No inicio de Quatrocentos, mais propriamente em 1408, é mencionada uma confraria cuja localização não foi possivel de definir, intitulada de Çacarias, à qual foram doados quarenta soldos por Urraca Juiães, moradora no Turcifal(215) .A semelhança do que ocorre com Coimbra e com Santarém, também aqui se encontrava uma confraria dos clérigos, atestando a importância da difusão deste tipo de confrarias por todo o reino(216) .

A par das albergarias unidas a confrarias, outras nos surgem referidas como a de Santa Maria de Farpados (217) a de S. Brás, a de S. Pedro da Cadeira sita em Cambelas(218) e a dos Sapateiros(219) .

---

(214) Este hospital estaria anexo à ermida do Espirito Santo e teria sido fundado por Santa Isabel. Fernando Correia, ob. cit., p. 433.

(215) A.N.T.T., Santa Maria de Torres Vedras, m 26, nº 18.

(216) Já o mesmo tinha sido realçado por Maria José Ferro Tavares, ob. cit., p. 112.

(217) Maria Emilia Aniceto e Fernando Jasmins Pereira, ob. cit., p. 656 dá-a como fundada anteriormente a 1407, assim como Fernando Correia, ob. cit., p. 429. No entanto, desde, pelo menos, 1323 que existem legados feitos a esta albergaria.

(218) Maria José Ferro Tavares, ob. cit., p. 108. Fernando Correia, ob. cit., p. 433, cita-a como tendo hospital.

(219) Fernando Correia, ob. cit., p. 429 afirma que a confraria dos Sapateiros detinha o hospital de S. Gião desde 1359, embora a confraria seja anterior, pois desde 1320 que a localizamos na nossa documentação.

Fora destas três localidades, os testadores não deixaram de contemplar algumas outras instituições como o hospital de Arouca e vários hospitais sediados em Lisboa, como o dos Meninos, fundado por D. Beatriz(220) , o de Santa Bárbara ou o de S. Vicente(221)

*

A análise do registo de últimas vontades permite-nos, através duma perspectiva diferente da fornecida pela documentação mais estreitamente ligada às casas assistenciais, estabelecer alguns dos limites temporais da difusão e influência da prática caritativa entre o corpo dos fiéis e apreender, mesmo que com lacunas, o perfil social dos grupos que a estas instituições se ligavam ou de quem procuravam apoio e protecção.

No entanto, o estudo parcelar dos legados feitos em favor dos diferentes tipos de instituições, permite, contudo, algumas conclusões que o cômputo geral vem, por vezes, colorir de outra forma.

No que se refere às confrarias, a evolução temporal dos legados aponta para uma certa estabilidade ao longo do

---

(220) Maria José Ferro Tavares, ob. cit., pp. 91-92 e Maria Emília Aniceto e Fernando Jasmins Pereira,ob. cit., p. 655.

(221) Este hospital encontrava-se anexo ao mosteiro do mesmo nome, tendo sido fundado por Afonso Henriques. Maria Emília Aniceto e Fernando Jasmins Pereira, ob. cit., p. 657.

século XIV (cf. gráfico nº39), embora tanto a década de 1370 como a de 1380 se encontrem desprovidas de documentação.

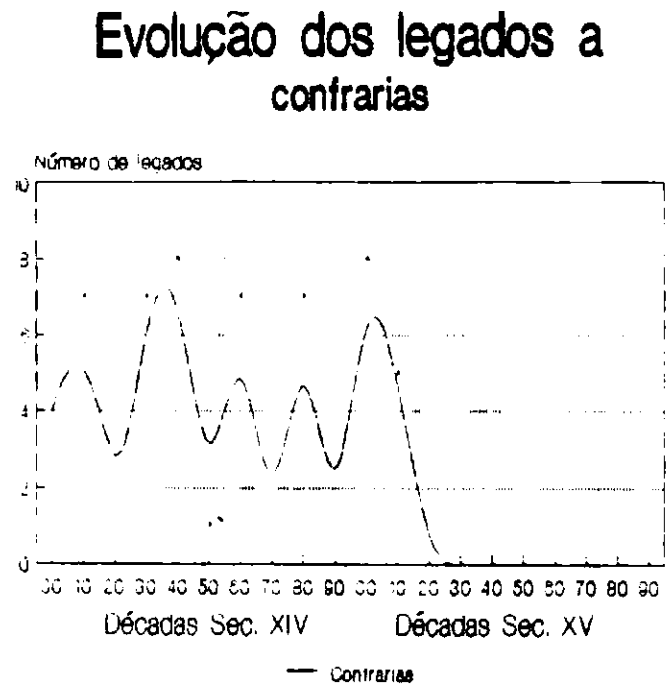


Gráfico 39

Neste contexto, a primeira metade da centúria surge como o período que concentra o maior afluxo de bens, enquanto o século XV, após 1420, não apresenta qualquer doação.

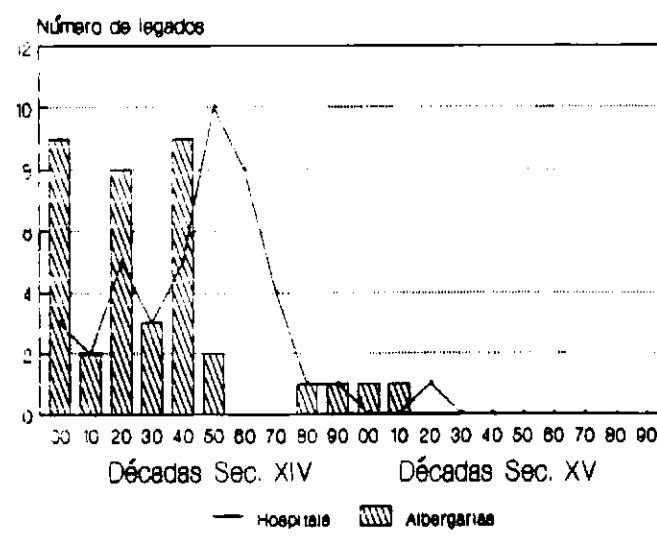


Gráfico 40

Algo de semelhante ocorre com os hospitais e com as albergarias (cf. gráfico nº40), que, dum modo geral, congregam a maioria dos documentos num periodo que se estende até 1360, no caso dos primeiros, e até 1340, no caso dos segundos. A centúria de Quatrocentos apresenta, no global, valores esporádicos e sem representatividade. Já no que respeita às gafarias a queda é ainda mais abrupta e clara, desaparecendo os legados após a década de 1350 (cf. gráfico nº 41).



Gráfico 41

Se estes últimos números comprovam o exposto acima sobre a existência duma última erupção de lepra nos primeiros decénios de Trezentos, para depois passar a ser secundarizada nas preocupações do Homem medieval, os

restantes valores apostam no sentido da ocorrência de certas variações de acordo com a forma assistencial considerada.

Assim, tanto hospitais como albergarias parecem perder importância ao longo das últimas décadas do século XIV, tendência essa que se deverá relacionar com a própria viragem em termos de noção de pobre, que ocorreu nestes séculos e que adiante nos ocupará. Contudo, mais do que as doações a pobres individuais, o que parece ter marcado estes séculos foram os legados feitos a instituições, e não a pobres desintegrados dessas mesmas instituições(222) .

Já a confraria só no decurso do século XV parece ter perdido o seu papel junto ao testador. Na verdade, esta, enquanto estrutura de enquadramento social e de apoio mútuo,conferia ao seu confrade uma segurança e um estatuto no interior da comunidade, a que a estabilidade dos legados não terá sido alheia (223) .Aliás mesmo esta queda na centúria de Quatrocentos não deverá, a nosso ver, ser

---

(222) Para o desenvolvimento desta mudança mental ver o ponto 2.2.deste capitulo. Porém, já Jacques Chiffoleau tinha assinalado esta tendência dos legados a pobres se concentrarem nas instituições aasistenciais e não no elemento individual. J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delà, p. 318.

(223) Andre Vauchez," Conclusion", Le mouvement confratternel au Moyen Age, p. 399, onde é salientado o papel destas confrarias como instrumento de integração na vida civil. O mesmo foi já afirmado também por Ângela Beirante, "Os diferentes tipos de solidariedade na cidade medieval. O exemplo de Évora", Arqueologia do Estado, vol. I, p. 42.

interpretada como prevalecente em todo o território, podendo constituir um fruto do perfil documental compulsado.

Por outro lado, a análise global destes institutos reafirma a representatividade da primeira metade de Trezentos, mas alarga, pela segunda, a importância destes legados, que numa análise parcelar permite distinguir a quem se dirigiram primordialmente.

A distribuição dos doadores por sexo, reveste-se também de alguns aspectos curiosos (cf. gráfico nº 42).

Distribuição por sexo dos doadores a confrarias e hospitais

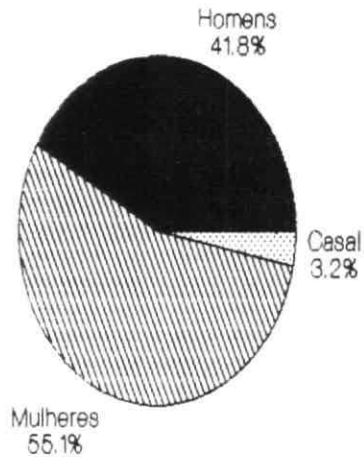


Gráfico 42

Tomando como base de partida o conjunto das instituições, torna-se clara a representatividade feminina, com oitenta e sete menções contra sessenta e seis masculinas. Distribuindo por tipos, temos que no caso das gafarias os dois sexos se equilibram com onze cada, nos hospitais a diferença é apenas

de três, com vinte para os homens e vinte e três para as mulheres, ocorrendo o mesmo com as confrarias que apresentam, respectivamente, vinte e seis e vinte e nove, crescendo a discrepância no caso das albergarias com nove e vinte e quatro. Em qualquer destas instituições, o casal surge como pouco representativo(224) .

Destas variações parece poder deduzir-se que, dum modo geral as mulheres mantiveram uma maior ligação às instituições assistenciais, nomeadamente, às albergarias, evidenciando, talvez, uma maior preocupação para com os legados aos mais desafortunados. Contudo, esta diferença de comportamento entre os dois sexos esbate-se quando se tomam como base de análise estruturas como as confrarias, onde os valores se parecem equilibrar.

Segundo Ângela Beirante, a entrada na confraria era feita pelo casal, passando a mulher a usufruir do mesmo apoio que o seu cônjuge (225). Assim, muitas permaneceriam ligadas às confrarias, mesmo após a morte do marido ou, pelo menos, procurariam o seu socorro, pelo que na altura de partilharem os seus bens,

---

(224) Nas confrarias apresenta-se uma menção, nos hospitais nenhuma, nas albergarias quatro e nas gafarias nenhuma.

(225) Ângela Beirante, Confrarias medievais portuguesas, p.16.

frequentemente as contemplavam(226) .

Socialmente, o grupo que aqui surge como dotador destas instituições apresenta também significativas diferenças (cf. quadro nº 16).

QUADRO Nº16 - Distribuição proporcional dos doadores a confrarias e instituições de assistência

CATEGORIA	CONFRARIA	HOSPITAL	ALBERGARIA	GAFOS
1	2	3	0	0
2	3	1	4	3
3	9	5	3	7
4	0	0	0	0
5	3	5	2	0
6	6	3	2	1
7	2	1	0	0
0	31	25	26	11
TOTAL	56	43	37	22

(Legenda: 1 - artífices
2 - comerciantes
3 - clérigos
4 - rurais
5 - funcionários
6 - nobres
7 - diversos
0 - não identificados)

---

(226) Ângela Beirante refere que todo o confrade estaria obrigado a doar uma determinada quantia aquando da sua morte, embora não se saiba se essa obrigatoriedade se estendia ao cônjuge sobrevivente. Ibidem, p. 17.

Um primeiro facto a salientar reside nos elevados valores apresentados pelos testadores sem função especificada, o que poderá constituir uma limitação da análise posterior. Contudo, algumas ilações se impõem, mesmo a partir dos dados disponíveis e com base nas diferentes hierarquias dos estratos sociais estabelecidos.

No que se refere às confrarias, estas apresentam um predomínio dos legados clericais, seguidos dos dos nobres e dos mercadores e funcionários a par. Já os hospitais parecem ter recebido bens do clero e do funcionalismo, em primeiro lugar e em segundo do artesanato e da nobreza, enquanto as albergarias ordenam os seus doadores em mercadores, clérigos, funcionários e nobres. Os gafos, por seu turno, parecem ter constituido uma preocupação dominante do grupo clerical.

Todas as instituições apontam, assim, no sentido duma elevada representatividade dos eclesiásticos como dotadores, evidenciando a manutenção duma relação privilegiada entre este grupo e uma prática caritativa institucionalizada. Por outro lado, esta presença clerical indica que todos os tipos de instituições assistenciais e mesmo as confrarias, apresentavam, na sua composição, um carácter claramente misto.

Neste contexto e, especialmente no que respeita às confrarias, estas não se revestiam, nestes séculos, dum pendor laico exclusivo, nem na sua composição, nem na sua acção.

Da mesma maneira, no seu interior não confluiam os grupos inferiores da sociedade urbana, mas sim os estratos superiores, que aí se reuniam, estabelecendo claros limites de ingresso a novos membros(227) .

No entanto, já os legados específicos a instituições de assistência apontam no sentido duma maior diversificação da base sócio-profissional, realçando-se, nomeadamente, a presença de artesãos como doadores.

É óbvio que estes dados, considerados no global, não permitem assinalar diferenças, no caso de existirem, entre as diferentes instituições, pelo que uma análise detalhada do universo de dotadores de cada uma das entidades se impunha.

No entanto, dum modo geral, o número de legados feitos a cada uma, individualmente, é demasiado diminuto para permitir conclusões. Contudo, e mais uma vez, a distribuição aparenta obedecer, sobretudo, às características de cada vila, predominando os legados nobres em Santarém e os clericais em Coimbra.

Contemplar uma ou várias instituições de caridade, parece, assim, ter constituído uma prática relativamente

---

(227) Estes limites podiam ser espaciais, profissionais, sociais ou devocionais mas agiam, claramente, como barreiras. Aliás, o facto da confraria funcionar como um meio de afirmação do poder da aristocracia urbana, foi já realçado por Ângela Beirante, "Os diferentes tipos de solidariedade na cidade medieval. O exemplo de Évora", A Arqueologia do Estado... vol. I, p. 44.

comum aos grupos urbanos. Em troca desses legados, de importância variável, obtinham, muitas vezes, a presença de pobres ou de confrades no cortejo fúnebre(228) e a intercessão pela sua alma. Daí que se legar à confraria a que se pertencia podia constituir uma obrigação, não deixava, tambem, de ser um meio de assegurar a perenidade da oração pela sua alma e a presença numerosa e variada dos seus elementos no acompanhamento do féretro. A integração social que a participação na confraria possibilitava em vida, mantinha-se para além da própria morte através da concretização destes dois momentos: o acompanhamento físico de cadáver e a manutenção da lembrança do irmão morto.

Para tal, impunha-se dotar a instituição em causa, embora de forma variável, consoante a disponibilidade individual e o próprio número de entidades contempladas.

Se confrontarmos os gráficos nº43 e 44 , torna-se patente que, em todos os tipos de instituições considerados, o legado em dinheiro é o mais frequente, variando apenas a sua proporcionalidade. Após este, só os bens rústicos, constituidos aqui, essencialmente, por vinhas e terras de

---

(228) Veja-se o capitulo seguinte sobre as cerimónias fúnebres, onde a presença dos pobres e dos confrades é assinalada.

pão, apresentam alguma representatividade(229) . De realçar,

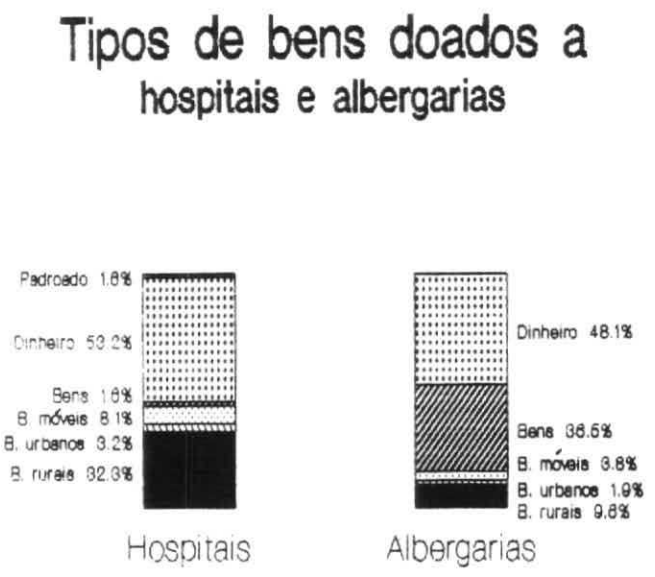


Gráfico 43

ainda, o papel conferido aos bens móveis, nomeadamente, certas quantidades de géneros doadas para alimento dos pobres que se encontrassem nas albergarias ou nos hospitais.

No que respeita aos bens urbanos que compreendem, aqui, sobretudo, casas, é visível uma relativa concentração espacial destes legados, como ocorre com a confraria dos Mouzinhos que recebeu, predominantemente, casas sediadas na

---

(229) Excepção a esta regra apenas a albergaria de Poiares que recebeu diferentes bens, sem qualquer especificação, em zonas contiguas à da sua fixação. Foi o caso de Domingos Pires e de Maria Eanes, moradores no termo de Penacova, que legaram vários bens nessa região e de Martim Martins, residente no Pereiro, termo também de Penacova, que concedeu várias parcelas de terra à mesma albergaria. Respectivamente : A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 1º 4, fl. 106v e 2ª inc., m 4, nº11.

Tipos de bens doados a confrarias

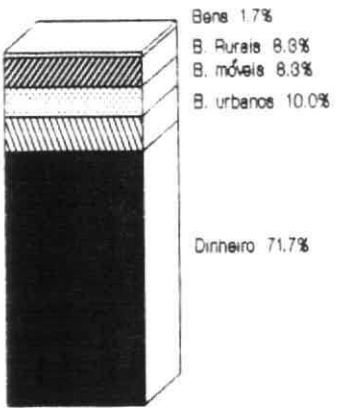


Gráfico 44

freguesia de S. Salvador de Coimbra(230) . Algo semelhante sucedia com os bens rústicos que tendiam a espalhar-se pelo termo próximo de cada vila.

Os legados a estas instituições tendiam, assim, a não questionar a porção disponível do património. O grosso deste era votado não às instituições assistenciais, mas ao clero, nas suas diferentes formas. E a sua importância tendeu mesmo a decrescer, ao longo deste período, fruto talvez dum crescente distanciamento entre a pobreza e a responsabilidade individual pela diminuição dessa mesma pobreza. Talvez que a crescente intervenção do poder régio, tornasse, aparentemente, mais inoperante a pequena ajuda individual, enquanto a responsabilidade tendia a ser

---

(230) A.N.T.T., S. Salvador de Coimbra, m 5, nº 36.

carreada para a autoridade. Já com as confrarias algo de diferente poderá ter ocorrido. O seu decréscimo no decurso do século XV, para lá de constituir, uma vez mais, uma consequência do carácter da nossa documentação, poderá evidenciar uma alteração na própria estrutura destas organizações. Também elas parecem ter sofrido, especialmente a partir dos finais do século XIV, algumas dificuldades económicas, que conduziram ao desaparecimento das mais débeis no decorrer de Quatrocentos ou mesmo de Trezentos (231) . Por conseguinte, esta erradicação poderá ter implicado um reforço das sobreviventes e um progressivo encerramento das suas entradas, limitando-as, sobretudo, no que se referia aos estratos mais baixos.

2.2. - A intercessão do pobre

Tal como é afirmado por Michel Mollat, todas as sociedades humanas coexistem com um grupo de marginais no seu interior, suportando-os sem perturbação. Apenas a ultrapassagem desse limite acarreta consequências visíveis, não só a nível social, podendo-se concretizar em revoltas e levantamentos, mas também em mudanças mentais que

---

(231) Cf. nota 187 sobre a confraria dos Mouzinhos.

transportam consigo, alterações em termos da imagem vigente desse mesmo pobre ou marginal(232) .

Durante todo o periodo medieval a pobreza nunca foi reconhecida como um problema social, ou seja, como dependente das próprias estruturas económicas e do modo de organização dominante, mas como um mal de origens pouco definidas(233) . Pelo contrário, o pobre tendeu, quase sempre, a ser encarado como um desprotegido, um ser marcado por Deus, que vários infortúnios tinham levado áquele estado. A pobreza era para ser vivida com resignação, auxiliada pelos poderosos quando possivel, mas nunca se poderia tornar numa fonte de indignação e de revolta pública.

Ao pobre rural, comum nos primeiros séculos da Idade Média, errante mas integrado na comunidade que o sustentava e que o conhecia pelo nome(234) , o desenvolvimento urbano, operado em toda a Europa, veio opor grupos numerosos de pedintes, de vagabundos e de ociosos, desconhecidos e desintegrados de quaisquer laços sociais. Na verdade, numa

---

(232) Michel Mollat, Les pauvres au Moyen Age, p. 17.

(233) Ibidem, p. 243. Sobre esta problemática da pobreza e as reflexões por ela suscitadas, ver Bronislaw Geremek, La potence ou la pitié. L'Europe et les pauvres de Moyen Age à nos jours, Paris, Ed. Gallimard, 1987,pp.. 23-96.

(234) Michel Mollat, ob. cit., p. 84 . Sobre a característica errante do pobre medieval ver C. A. Ferreira de Almeida, ob. cit., p. 42.

sociedade onde a integração, tanto horizontal, como vertical, se impunha como uma das condições básicas de sobrevivência de qualquer indivíduo, estes grupos aparentemente desligados de quaisquer laços, tendiam a constituir-se num perigo e a serem objecto de suspeita crescente.

O aumento da mobilidade social(235) , o parcelamento das tenências com a consequente diminuição da área individual disponível(236) ,o acumular das dificuldades características do século XIV: como a peste, a guerra, a doença, a fome, a desvalorização(237) , contribuíram para um crescente afluxo destes desenraizados do campo aos centros urbanos, que, cada vez mais, se assumiram como espaços de antagonismo social latente.

O século XIV viu, assim, surgir uma nova imagem de pobre, que já não era conotado apenas com o desamparado, com o intercessor privilegiado junto a Deus e da parte de quem os ricos procuravam a oração(238) , mas que se identificava

---

(235) Maria José Ferro Tavares, Pobreza e morte em Portugal na Idade Média, p. 38.

(236) Michel Mollat, ob. cit., pp. 286-287.

(237) Maria José Ferro Tavares, Pobreza e morte em Portugal na Idade Média, p. 44.

(238) Como é referido por José Matoso, "Sociedade cristã e marginalidade na Idade Média-A gafaria da Senhora do Monte", Portugal Medieval-novas interpretações,p. 127, a Igreja procurou difundir o princípio de que a dádiva de esmola permitia ao cristão libertar-se do pecado, e obter, em seu favor, a intercessão do pobre.

agora, pelo menos em alguns dos seus elementos, com o vagabundo, o criminoso, já não usufrutuário da compaixão da sociedade(239) .

Em Portugal, estes falsos pobres, detestados porque perigosos(240) foram objecto de legislação específica desde o século XIII, mas com especial acuidade após 1348, datando do período posterior a este ano não só várias leis, como queixas de povos em Cortes(241) .

No entanto, esta mudança de representação do pobre que se foi operando por pressão do seu aumento e da transformação das suas características, não implicou o desaparecimento brusco da dádiva individual em favor destes mesmos grupos, sobretudo dos conotados com a pobreza tradicional. E uma das formas mais frequentes de concretização desses legados era o testamento ou a doação por alma.

---

(239) Jean Louis Goglin, realça o nascimento, neste período, duma criminalidade de grupo pela formação de associações constituídas por urbanos arruinados, por refugiados do campo, por trabalhadores itinerantes e por nobres sem lugar nas hostes. Les miserables dans l'Occident medieval,Paris, 1976, p. 106, Sobre a mendicidade nas ruas ver ainda Jean-Pierre Leguay, La rue au Moyen Age, Rennes, Ouest -France, 1984, pp. 154 e pp. 163-165.

(240) Maria José Ferro Tavares, Portugal e morte em Portugal na Idade Média, p. 40.

(241) Sobre a legislação produzida e algumas dessas queixas, ver Humberto Baquero Moreno, "A vagabundagem nos fins da Idade Média", Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História, pp. 24-45.

Com efeito, de entre a documentação compulsada algumas são as referências existentes a esmolas a pobres, sem menção a qualquer instituição em particular. A sua evolução temporal, presente no gráfico nº45 aponta no sentido duma fraca representatividade destes legados, quando



Gráfico 45

tomados no total, atingindo-se o valor mais elevado na década de 1380, talvez o período em que a pressão numérica destes novos pobres urbanos se começava a fazer sentir com mais acuidade.

E se a análise do perfil dos testadores em causa, evidencia um equilíbrio entre os dois sexos no que se refere a esta prática caritativa, com quinze menções para os homens e doze para as mulheres, já no que respeita ao estatuto

sócio-profissional, torna-se clara que a preocupação com os desafortunados era especialmente visível entre aqueles que mais possuíam:nobres, funcionários e mercadores. Os restantes grupos, muitas vezes eles próprios sujeitos a situações limiares da pobreza(242) , dificilmente poderiam, no interior da hierarquia estabelecida de intercessores terrestres, contemplar todas as entidades disponíveis; ao passo que os estratos privilegiados perspectivavam nessas esmolas que ofertavam uma forma de remissão dos seus próprios pecados e de tentativa de melhoria das condições de vida dos que nada tinham (Cf. Quadro nº17).

A par dos pobres, designados no seu conjunto e não ligados a qualquer instituição, surgem ainda mencionados, embora esporadicamente, os cativos e as virgens.

As doações aos primeiros são extremamente lacunares e pouco representativas. Apenas duas nos surgem logo para o início do século XIV, mais concretamente, em 1301 e 1322(243) .

---

(242) Veja-se o que é afirmado por M. Mollat sobre a pobreza laboriosa que se desenvolve nos séculos finais da Idade Média, Michel Mollat, ob. cit., pp. 192-216.

(243) Em 1301, João Migueis de Acre doou para tirar cativos cento e cinquenta libras, enquanto em 1322, D. Maria, viúva de João Simião de Santarém, legou duzentas libras para o mesmo fim. Respectivamente,A.N.T.T.,S. Salvador de Coimbra, m 6, nº 206 e S. Domingos de Santarém , m 2, nº 34.

QUADRO Nº17 - Distribuição dos legados a pobres por categorias sócio-profissionais dos testadores

CATEGORIAS	POBRES	CATIVOS	VIRGENS
Artífices	0	0	0
Comerciantes	2	0	2
Clérigos	10	0	1
Rurais	0	0	0
Funcionários	2	0	0
Nobres	6	1	0
Diversos	0	0	0
Não espec.	7	1	0

Talvez que, à semelhança do que ocorreu em outras regiões(244) a dádiva a cativos fosse, sobretudo, uma sobrevivência dos séculos anteriores que as mudanças de Trezentos não assimilaram. Na verdade, o fim da pressão muçulmana sobre as fronteiras nacionais e, consequentemente, a diminuição do número de cativos, fez com que estes passassem a constituir uma preocupação de segundo plano, para o comum dos crentes deste período.

Também as doações a virgens são raras e não continuas, datando as três existentes das décadas de 1330 e de 1340 (245) . Curiosamente, duas foram ofertadas por mulheres e uma por um clérigo de Coimbra, que, nos seus testamentos, legaram pequenas quantias a este grupo.

---

(244) J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delà, pp. 289-292, em que o autor refere a queda dos legados pios tradicionais em séculos anteriores.

(245) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 77, nº 3208 e S. Domingos de Santarém, m 4, nº 11 e m 4 , nº 24.

Dum modo geral, estas doações caritativas tendem a diminuir, se não mesmo a desaparecer, ao longo de Trezentos, em favor dos legados a instituições de assistência, onde os pobres encontravam guarida e limites, mesmo que temporários, à sua errância e falta de recursos .

A tendência destes testadores era para ofertar pequenas quantias em dinheiro (cf. gráfico nº46) , das quais, em alguns casos, o próprio doador definia o fim a que

Tipos de bens legados a pobres, cativos e virgens

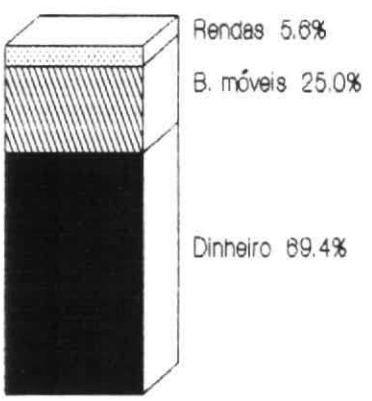


Gráfico 46

se destinava, quase sempre para vestir pobres(246) . Noutros casos, optavam por legar pequenas peças de tecido, nomeadamente valencina, com o mesmo objectivo de fabrico de vestuário para pobres(247) ou géneros para os alimentar (248) .

No entanto, alguns definiam mais cuidadosamente o tipo de pobres a que os seus legados se endereçavam, distinguindo entre as quantias deixadas a pobres, sem qualquer outra designação, e a pobres envergonhados, que vão surgindo mencionados ao longo da documentação. Com efeito, são assinaláveis, pelo menos, para a região de Santarém, alguns legados que mencionam expressamente, destinarem-se a pobres envergonhados da vila, denunciando, assim, a existência dum grupo de empobrecidos, oriundo de estatutos superiores e que as dificuldades económicas ou razões pessoais, teriam conduzido à degradação. Curiosamente, estas doações datam, na sua maioria, da segunda metade do século

---

(246) A.N.T.T., S. Salvador de Santarém, m 6, nº 206; S. Pedro de Torres Vedras, m 1, nº 1; Trindade de Santarém, m 6, nº 10; S. Domingos de Santarém, m 4, nº 11 e m 4 , nº 24.

(247) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 7, nº 206.

(248) A.N.T.T., Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 26, nº 10.

XIV, reflexo, talvez, do aumento deste grupo nos meios urbanos(249) .

Temos, assim, que apesar do crescimento da pobreza nestes séculos medievais, e mesmo derivado dele, os legados a pobres foram-se espaçando e rareando no universo testamentário. Embora a intercessão destes não deixe de ser pedida, nomeadamente, pelos estratos privilegiados das sociedades urbanas, a verdade é que ao pobre errante, desconhecido e perigoso, se vai, lentamente, preferindo a instituição assistencial, onde existia uma estrutura hierárquica que recolhia os fundos legados e concretizava uma acção caritativa formal. Mas, sobretudo, a diminuição destes legados evidencia a reorganização das prioridades dos testadores. Quando se impunha optar entre intercessores, não eram os pobres ou mesmo os hospitais e albergarias que o testador tendia a escolher, mas sim, o clérigo, fosse ele regular ou secular, que a seus olhos se poderia responsabilizar com maior segurança e eficácia pela intercessão da sua alma.

---

(249) A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 5, nº 5; S. Domingos de Santarém, m 4, nº 11 e m 4, nº 24.

2.3. - O fim dos legados a obras pias de construção

Outro legado que parece ter desaparecido dos testamentos oriundos dos séculos XIV e XV foram os destinados a obras de construção. Com efeito, se ao longo dos séculos anteriores, a envergadura de certas edificações, como pontes ou mosteiros, tinha suscitado no espírito do testador a caridade, pelo menos aquando da morte, procurando contribuir para o início ou para a manutenção de certas obras, o que ocorre neste período é o seu progressivo desaparecimento.

Por um lado, talvez que o reforço da estrutura de poder e a definição duma organização administrativa cooperasse para a diminuição da importância do contributo individual, mas, por outro,é, mais uma vez, a reordenação das prioridades espirituais que define um novo lugar para estes legados pios.

Contudo, as obras mencionadas na documentação são ainda, relativamente, variadas. Às obras de pontes como a de Coimbra, que centralizou o maior número de doações, cerca de cinco, compreendidas nos primeiros vinte anos de Trezentos(250) ,ou a de Seira ou a do Vouga(251) , juntam-se

---

(250) A.N.T.T., Sé de Coimbra,2ª inc., m 24, nº 1004, Ibidem, m 25, nº 1038, Ibidem, m 20, nº 843, Ibidem, m 6 , nº295 ,Ibidem, m 93, nº 4457.

Pé-de-página (cont.)

obras como a do hospital de Santo Antoninho de Santarém, contemplado por quarenta soldos doados por Domingas Pires em 1315(252) ou a do mosteiro de S. Domingos da mesmo vila que, ao contrario de todas as outras, recebeu legados mesmo no decurso do seculo XV, do cavaleiro João Vasques(253) , além das quatrocentas libras doadas por Domingas Pires, viúva de mercador, em 1353(254) .

Na verdade, a larga maioria destas doações tiveram origem na primeira metade de Trezentos para depois desaparecerem da documentação, provindo, quase sempre, de clérigos, que, ao contrário dos outros estratos, parecem ter permanecido mais ligados a este tipo de legados. Aliás, as doações que referenciámos a pontes, com excepção da de Coimbra, provêm todas de mesmo raçoeiro da Sé de Coimbra, Domingos Munhoz, que em 1301, legou dez soldos às obras de cada uma de quatro diferentes pontes(255) .

A centúria de Trezentos assistiu, assim, ao desaparecimento de certo tipo de legados, que, embora

---

Pé-de-página (cont.)

(251) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc. ,m 93, nº 4457.

(252) A.N.T.T.,S. Domingos de Santarém, m 2, nº 21.

(253) Este doou a quantia de mil reais brancos em 1406. A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 2, nº 21.

(254) A.N.T.T.,S. Domingos de Santarém, m 4, nº 24.

(255) A.N.T.T.,Sé de Coimbra, 2ª inc., m 93, nº 4457.

importantes nos séculos anteriores(256) , no decurso deste praticamente desapareceram, dando lugar a outras preocupações e entidades.

---

(256) Teresa Veloso, A morte nos testamentos dos clérigos bracarenses do século XIII, Prova complementar de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra-policopiada, Coimbra, 1988, pp. 16-17, onde a autora realça algumas das doações presentes nos testamentos destes clérigos, salientando as obras como receptoras de legados.

C A P Í T U L O V

V - OS RITOS DE PASSAGEM

1 - DO MOMENTO DA MORTE À SEPULTURA

A celebração de ritos de intercessão pelos defuntos embora possa constituir uma característica das religiões que têm como dogma fulcral da sua fé a crença na existência duma vida além-tumulo, acarreta consigo, ainda, a convicção na capacidade dos vivos em intervirem no destino após a morte, obtendo para os seus defuntos a esperança de participarem na Ressureição final. Neste contexto, a Igreja cristã sancionou, através da sua produção doutrinária, a presença duma relação durável entre os vivos e os mortos, responsabilizando os primeiros pela salvação dos segundos(1) Daí a multiplicação e a crescente fixação das orações pelos defuntos, desenvolvendo-se em torno deste culto toda uma liturgia e um conjunto de ritos, que a Idade Média alargou e diversificou(2) .

---

(1) Segundo J. Ntedika as bases bíblicas para a defesa da eficácia das orações individuais não são muito abundantes. Elas encontram-se, sobretudo, na produção patrística. Joseph Ntedika, L'evocation de l'au-dela dans la prière pour les morts. Étude de patristique et de liturgie latines (IVe-VIIIe siècles), Louvaina, Ed. Nauwelaerts, 1971.

(2) Ibidem, p. 259 onde o autor afirma que certas formas litúrgicas invocando o perdão e a salvação podem datar do século IV, V ou mesmo do inicio do VI. Alias data

Pé-de-página (cont.)

A liturgia dos defuntos tendeu, assim, a abranger diferentes momentos desta passagem que se iniciava com o momento da morte e se estendia, pelo menos, até à celebração do ano(3) , pontuando momentos como a semana, o mês, ou o trimestre.

As informações contidas nos testamentos não são, em regra, muito loquazes, especialmente no que respeita a certas ocasiões deste ritual dos defuntos, pois se a definição do modo como se deveria processar a celebração duma capela, parece ser mais ou menos frequente, já a explanação das cerimónias que acompanhavam, por exemplo, o dia da morte é rara e lacónica, sobretudo, se comparada com alguns relatos literários.

1.1. - <u>O dia da morte e a vigília</u>

Pouco se sabe ao certo sobre o modo como o corpo do

Pé-de-página (cont.)
destes séculos IV a V o período de formação dos vários ritos litúrgicos, enquanto nas posteriores centúrias se desenvolveu a liturgia romana e os sacramentos. Cf. Antonio Maria Bozzone, "Liturgia", <u>Dizionario Eclesiastico</u>, dir. de Angelo Mercati e Augusto Pelzer, Turim, Ed. Torinense, 1955, vol. II, pp. 703-707.

(3) A extensão das celebrações pelas almas dos defuntos variou, sobretudo, de acordo com a importância dos bens legados para custear estes ritos, pelo que, embora sendo comum, no mínimo, a comemoração do ano, estas solenidades estendiam-se, em alguns casos, por períodos indefinidos de tempo. Ver ponto 2.1. deste capítulo.

defunto era tratado e preparado durante os séculos terminais da Idade Média. A atenção do testador, nos documentos em causa, parece ter-se concentrado, especialmente, na definição do número de missas, nos locais onde pretendia que fossem celebradas, nos dias em que pretendia fazer reviver a sua memória. Todos os rituais que marcavam o tempo decorrido entre a morte e a sepultura estão, em geral, imersos numa penumbra e desconhecimento. Penumbra essa que encontra a sua explicação, sobretudo, no seguimento obrigatório de certas cerimónias, que marcando este espaço de tempo, eram responsabilidade da família e dos conhecidos, segundo uma tradição conhecida pelos próprios.

É óbvio que certos relatos literários colmatam, ao menos parcialmente, as lacunas que documentos, como os testamentos, deixam em aberto. Contudo, estas narrações são, muitas vezes, retratos de funerais de indivíduos, cujo estatuto social privilegiado, transformava estes momentos em excepções à regra comum das celebrações e é como tal que devem ser vistos e analisados.

A própria existência ou não duma vigília após a morte, não parece ser uma questão pacífica, embora certos dados apontem no sentido duma sua difusão, pelo menos, em certos estratos sociais(4) .

---

(4) Já J. Chiffoleau assinalou o facto destes actos

Pé-de-página (cont.)

A preparação próxima da passagem iniciava-se com a administração do sacramento da Extrema-Unção. A preocupação com a difusão deste sacramento é uma constante destes séculos, como é atestado nos sínodos(5) , embora certos estudos indiquem que a sua difusão foi mais lenta do que no caso de outros sacramentos(6) . Podendo ser reiterada, no caso do indivíduo não falecer aquando da sua primeira administração(7) , o crente medieval parece, contudo, ter sido pouco sensível à sua eficácia.

Aliás, as próprias directrizes pastorais parecem apontar, pelo menos, até ao século XIII, no sentido de conferirem um predomínio à penitência e à comunhão, em

---

Pé-de-página (cont.)

testamentários serem parcos em referências ao momento da morte, ao contrário de outros períodos posteriores.J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delà.Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age (vers 1320-vers 1480), Roma, École Française de Rome, 1980,p. 121.

(5) Synodicon Hispanum,dir. de Antonio Garcia y Garcia,vol. II-Portugal, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos de La editorial Catolica, 1982, sínodo de Lisboa de 1240, constituição 10, p. 291; sínodo de Braga de 1477, constituição 25, pp. 98-99, constituição 31, pp. 103-105 e constituição 36, pp. 109-110; sínodo de Valença do Minho de 1486, constituição 3, p. 453; sínodo de Guarda de 1500, constituição 10, pp. 231-232, constituição 13 e 14, p. 233, constituição 15, p. 234; sínodo de Braga de 1505, constituição 26, p. 160.

(6) Pierre Chaunu, Le temps des reformes. La crise de la chrétiente.L' eclatement, 1250-1550, Paris, Fayard, 1975, p. 192.

(7) Synodicon Hispanum, sínodo de Lisboa de 1240, constituição 10, p. 291 onde se define ser a administração gratuita , podendo este sacramento ser reiterado.

detrimento da Unção, denunciando o carácter imprescindível dos primeiros para a salvação e secundarizando o terceiro, (8) .

Após a aplicação da Extrema-Unção, esperava-se o momento da morte, que marcaria o início dos rituais directamente ligados ao tratamento do corpo do defunto e à preparação da alma para o Além. Se os testamentos pouco ou nada nos dizem sobre o primeiro, já sobre as cerimónias de intercessão pela alma são mais loquazes.

Com efeito, um leque variado de cerimónias tinha início a partir do último suspiro do testador, cerimónias essas que embora desenrolando-se, primordialmente, no interior do espaço sagrado da Igreja,tinham, por vezes, o seu início e continuação na casa do defunto. Das missas de diferente tipo aos bodos aos pobres e pitanças aos mosteiros e igrejas, passando pelo tanger de sinos ou pelo arder de cirios, é todo um amplo conjunto de cerimónias que perpassam através destes registos testamentários como marcando o período que medeava até à sepultura.

Segundo Maria Jesus Gomez Barcena, a preparação do corpo iniciava-se com a sua lavagem(9) , sendo depois

---

(8) Joseph Avril, "La pastorale des malades et des mourants aus XIIe et XIIIe siècles", Death in the Middle Ages, Louvaina, Leuven University Presse, 1983, pp. 88-106.

(9) Maria Jesus Barcena, "La liturgia de los funerales y su repercusion en la escultura gótica funeraria en Castilla", La idea y el sentimiento de la muerte en la

Pé-de-página (cont.)

envolvido num sudário(10) . Estas operações eram, em geral, feitas pelos familiares e conhecidos que acorriam a casa do defunto e o acompanhavam desde essa altura. Depois, o corpo seria exposto em casa ou levado para uma igreja ou mosteiro, onde a sua alma seria encomendada e diversos ofícios fúnebres teriam então lugar(11) .

O período de permanência em casa deve ter oscilado de acordo com o crescente papel do clero como intermediário entre a vida e a morte. Com efeito, nada obsta a que a uma tradicional exposição doméstica do corpo do defunto, acompanhada, talvez, pelos choros dos familiares e mesmo de

---

Pé-de-página (cont.)

historia y en el arte de la Edad Media, dir. de E. Portela Silva, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1988,p. 36.

(10) Ibidem, p. 37. O mesmo é afirmado por J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delá, p. 121, enquanto Oliveira Marques refere ser frequente o defunto ser " paramentado com os trajes mais ricos, adornado de jóias, penteado e perfumado", isto no caso de não optar por envergar um hábito religioso. A.H.de Oliveira Marques, A Sociedade medieval portuguesa, 5ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa, p. 211.

(11) No relato da morte de D. Manuel encontra-se: " E as tres horas depois da meya noite ho levaram a nosa senhora de belem metido em huu ataude em cima de hua azemola(...) e dahy o levarão atee a cova os frades levandoo com grandes lamentações, e os ditos senhores tomarão enxadas em suas mãos e ho enterraram"."Copia e memoria da doença e enterro del Rei D. Manuel", Provas de História Genealógica da Casa real Portuguesa,dir de D. Antonio Caetano de Sousa, Coimbra, Atlântida Editora, 1947, tomo II, I Parte, p. 384. Este relato, à semelhança de outros, não é claro sobre o que teria ocorrido entre a morte do monarca e a ida do corpo para o mosteiro, remetendo-se ao silêncio no que respeita às cerimónias que se teriam desenrolado no palácio.

carpideiras(12) , se tivesse vindo progressivamente a substituir uma exposição no interior do edifício religioso, aproveitado para a recitação de orações pelo defunto e onde o controle dos gestos, considerados de origem pagã, era facilitado(13) .

Por outro lado, nada indica a duração possivel desta vigília. Se a interdição de celebrar missas nocturnas(14) , impossibilitava, em alguns casos, a celebração de missas de corpo presente, a não ser que se esperasse pelo dia seguinte, a verdade é que nem sempre as referências a esta espera são claras, pelo que nada indica que se possa afirmar no sentido da sua obrigatoriedade.

Aliás, a própria especificação feita por alguns testadores no sentido de os seus descendentes respeitarem um

---

(12) Sobre o costume de recorrer a carpideiras ver Oliveira Marques, A Sociedade medieval portuguesa, pp. 213-214 e Angela Beirante, "Para a história da morte em Portugal", p. 378. Sobre o hábito nobre de exposição do corpo em casa, ver Michel Vovelle, La mort et l'Occident de 1300 à nos jours,Paris, Gallimard, 1983, p. 155.

(13) O estudo da evolução da gestualidade no sentido dum maior controle institucional é, ainda, um campo por desbravar, como foi enunciado por Jacques Le Goff. Cf. a titulo de exemplo de estudos nesta área os artigos deste autor:" Os gestos do Purgatório" e "Os gestos de S. Luis:encontro com um modelo e uma personalidade", O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval, Lisboa, Ed. 70, 1985, pp. 63-93.

(14) Sobre esta interdição ver Henri Gilles, "L'interdiction des messes nocturnes", La Religion populaire en Languedoc du XIIIe siècles à la moitié du XIVe, Cahiers de Fanjeaux, nº 11, 1976,pp. 419-428.

certo periodo de tempo antes de procederem ao enterro do corpo, apontam, exactamente, no sentido oposto.

Estevão Domingues, prior de Serpins e raçoeiro de S. Cristovão, celebrou o seu testamento em data anterior a 1364 e nele mencionou expressamente um conjunto de cerimónias a serem celebradas na véspera do seu enterro, adicionando pretender que os sinos tocassem desde o momento da sua morte até à sua sepultura(15) . Algo semelhante foi afirmado por Fernão Pires, prior de S. João de Almedina, em 1407, ao realçar que desejava que os sinos tocassem toda a noite até ser enterrado(16) . Já para Constança Esteves, viúva de Afonso Eanes, almoxarife em Coimbra,durante a primeira noite queria ser exposta na Sé da mesma vila e só no dia seguinte ser conduzida a S. Tiago, onde seria sepultada(17) .

No entanto, João Domingues, cónego de Coimbra, explicitou com muito mais pormenor o que pretendia ao escrever: "Item mando dez soldos aos clérigos que me ungerem E outros dez soldos aos que me lavarem(...) Item mando que sse aca passar fora da dita villa de leiria que me levem tanto que eu passar en huum ataude pera a dicta villa de

---

(15) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 12, nº 9.

(16) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc de 1407.

(17) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1397.

Leirea E que me tenham por soterrar todo aquel dia que eu hi chegar E aquela noite "(18) .

Todos estes exemplos apontam para que, pelo menos em certos estratos sociais, a prática da vigília se tendesse a difundir, nomeadamente entre os clérigos e, consequentemente, entre os grupos mais abastados, mas nada indica que fosse uma prática comum. Aliás, o próprio receio que o corpo morto infundia devia funcionar como um limite à difusão dessa mesma prática(19) , que se assumia como mais um meio de patentear a individualidade, ao fazer rodear o cadáver de um cerimonial definido e, muitas vezes, complicado.

Mas a marca do individualismo não se confinava ao alargamento do tempo de exposição, ele estava ainda presente na diversificação de outras cerimónias e rituais que acompanhavam o corpo,assim como na sua acumulação quantitativa e espacial. Na verdade, embora a repetição perene, senão mesmo eterna, dos aniversários fosse uma preocupação fulcral dos testadores destes séculos, o tempo que se estendia entre a morte e a sepultura não era, por vezes, objecto duma menor atenção.

---

(18) A.N.T.T., Se de Coimbra, 2ª inc., m 29, nº 1206.A duração desta trasladação implicaria, talvez, o recurso a certas técnicas de embalsamamento, não desconhecido na Idade Média. Oliveira Marques. A sociedade medieval portuguesa, p. 211.

(19) J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delá, p. 124.

À medida que a noção da existência dum primeiro julgamento, ocorrido no próprio leito de morte, se foi difundindo, assim este interim se revestiu duma crescente importância, que a multiplicação de cerimónias atesta.

As missas eram, sem sombra de dúvida, a cerimónia mais requerida, nas suas múltiplas variantes. Na verdade, aos testadores que se limitavam a pedir a celebração de missas sem mais, conjugavam-se os que requeriam "trintairos" a serem celebrados logo após a sua partida e numa sequência não interrompida(20) ou os que especificavam a solenidade da missa pretendida. Entre estas, a missa oficiada parece compreender a maioria dos pedidos(21) , seguida da missa cerrada. Do mesmo modo, estas celebrações variavam ainda de acordo com o texto, realçando-se para este primeiro período as missas em honra da Virgem e as missas de Requiem(22) .

---

(20) A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 8, nº 7 . Segundo Giuseppe Sirna e Pietro Siffrin, a missa ou série gregoriana é um conjunto de trinta missas celebradas ao longo de trinta dias consecutivos. Contudo, o que consta em alguns documentos é uma celebração continua destas missas, embora existam também referências às celebrações que se prolongavam por um mês."Messa", Enciclopedia catolica, Florença, Casa Sansoni, vol. VIII, 1952, p. 790.

(21) Segundo os mesmos autores a missa solene ou oficiada é celebrada por um sacerdote e por diáconos. Ibidem, p. 805.

(22) Os mesmos autores distinguem entre missas temporais, santorais, comuns e votivas. As primeiras ligam-se, sobretudo, com as festas litúrgicas fixas, como o Natal, o Pentecostes, a Pascoa; enquanto as segundas compreendem, essencialmente, as missas em honra de

Pé-de-página (cont.)

Mas a preocupação de concentrar no momento da morte um número alargado de instituições andava a par de outra tendência visivel em muitos documentos, que era o de fazer celebrar em diferentes instituições religiosas missas num mesmo momento. É o que ocorre, por exemplo,com Fernão Vasques, tabelião , que mandou celebrar missas em S. Domingos de Coimbra,em S. Francisco e em Santa Cruz(23) , ou com João Eanes, lavrador, que legou parte dos seus bens para a celebração de missas oficiadas na igreja de Santo Estevão de Santarém, no mosteiro de S. Domingos e nos restantes conventos da vila, no dia da sua morte(24) , entre outros casos(25) .

Esta prática evidencia que a acumulação não seguia apenas a regra da concentração quantitativa num mesmo espaço religioso, mas conjugava a esta tendência a noção das vantagens da diversificação dos intermediários religiosos (26) .

Pé-de-página (cont.)
determinados santos, exigindo orações especificas. Por outro lado, as terceiras sendo, muitas vezes, dedicadas a santos determinados não exigem formulário próprio e as últimas englobam, nomeadamente, as celebradas por motivos particulares. Ibidem, pp. 806-807.

(23) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 9, nº 23.

(24) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, Cp. 25, m 2, nº 1285.

(25) Atente-se ainda, a titulo de exemplo em A.N.T.T., S. Salvador de Coimbra, m 10, nº 1344 .

(26) Sobre o recurso frequente às missas e sobre a sua
Pé-de-página (cont.)

Após a missa, a cerimónia mais requerida era a outorga de géneros aos pobres que tinham acompanhado o defunto, ou à igreja que o tinha recebido. Em geral, compreendiam peças de carne, peixe, cereais e vinho, variando os quantitativos de acordo com a disponibilidade do testador(27) . Esta distribuição parece não se poder identificar com a refeição assinalada por Angela Beirante e que seria dada aos acompanhantes do corpo, durante a noite de vigília(28) , pois enquanto esta entrava nas obrigações familiares, aquela relacionava-se directamente com a generosidade do defunto e funcionava como mais uma cerimónia de intercessão.Em alguns casos, o testador especificava, com pormenor, quem devia receber esses géneros, como ocorre com Lopo Afonso, que definiu que fizessem uma oferta aos meninos que rezassem por ele(29) .

Pé-de-página (cont.)
multiplicação ver J. Chiffoleau, "Sur l'usage obsessional de la messe pour les morts à la fin du Moyen Age", Faire Croire. Modalités de la diffusion et de la reception des messages religieux du XIIe au XVe siècle, Roma, École Française de Rome, 1981, pp. 235-255.

(27) A.N.T.T., Santa Clara Coimbra, m 9, nº 23; S. Domingos de Santarém, cp. 25, m 2, nº 1285; S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1407 e m. 3, doc de 1397; Santa Cruz de Coimbra, 1º 8, fl. 79-81, entre outros.

(28) Angela Beirante, "Para a história da morte em Portugal", Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1982, vol. I,p. 376.

(29) A.N.T.T., Santa Clara Coimbra, m 2, nº 36.

No interior da igreja eram recitadas várias orações que se destinavam a encomendar a alma e a obter o perdão das faltas individuais. Vários foram os testadores que requereram a recitação do ofício dos mortos ou das vésperas e matinas(30) , acompanhadas pelo arder de círios e de tochas, que alumiavam o recinto sagrado e o caminho que a alma havia de prosseguir(31) e pelo toque de sinos, anunciando à comunidade a partida dum dos seus membros(32) .

Claro que nem todos os testadores se preocupavam em definir ao pormenor as condições em que deviam decorrer as suas exéquias, muitos deles deixavam esse encargo ao critério dos testamenteiros(33) . Em outros casos, a doação de um bem limitava-se a obter um determinado número de aniversários, celebrados em data certa e secundarizando as cerimónias próximas ao dia de morte.Provavelmente, o que ocorreria, é que em virtude das diferentes disponibilidades económicas, os testadores optassem por um conjunto mais ou menos diversificado de cerimónias, em datas dispares.

---

(30) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 9, nº 23; S. Cristovao de Coimbra, m 8, nº 7; S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1397; S. Martinho de Marvila, m 1, nº 8.

(31) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc de 1407; Santa Cruz de Coimbra, 1º 8, fls. 79-81 e S. Salvador de Santarém, m 6, nº 209.

(32) A.N.T.T.,S.Salvador de Coimbra, m 14, doc. do século XIV, S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1407.

(33) É o caso de Afonso Eanes, carneireiro e morador em Santarém. A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, cp. 25, m 2, nº 1302.

Comparando entre as diferentes categorias sócio-profissionais, as percentagens de testadores que apresentam pedidos de cerimónias para este período não são muito elucidativas, pois a verdade é que estas menções se limitam estritamente

QUADRO Nº18 - Proporção dos testadores que requereram missas no dia da morte

CATEGORIAS	MENÇOES	TOTAL	PROPORÇÃO
Artifices	5	34	14,7
Comerciantes	5	29	17,2
Clérigos	24	140	17,1
Rurais	2	6	33,3
Funcionários	8	53	15,9
Nobres	16	74	21,6
Diversos	7	39	17,9
Nao especif.	34	310	10,9

ao universo dos testamentos e das verbas, deixando de lado o elevado número de doações aqui contempladas. No entanto, pelas proporções obtidas (cf. quadro nº18)parece ter sido a nobreza o grupo que mais se preocupava em marcar solenemente o momento da sua morte e o dia que se lhe seguia, seguido pelo dos mercadores e pelo dos clérigos e só depois pelo dos funcionários. E embora o item considerado como de diversos também apresente valores relativamente elevados, estes parecem-nos ser menos representativos, na medida em que agrupam um conjunto diversificado de actividades, a partir das quais se torna difícil de definir uma coerência interna.

O patentear da marca individual compreendia, assim, uma crescente complexidade e acumulação de cerimónias, um tornar público da partida de um membro da comunidade. E nesta difusão, um dos rituais que se assumia como mais eficaz não encontrava a sua concretização no interior do edifício religioso, mas sim no exterior, no cortejo fúnebre que acompanhava o féretro a partir da casa ou da igreja até à sua última morada terrena.

1.2. - O cortejo fúnebre

As referências à organização do cortejo não são, também, muito abundantes. Os documentos que mencionam a presença desta preocupação por parte do testador estão longe de abarcarem o total das fontes disponíveis, delimitando, pelo contrário, um universo relativamente limitado. Na verdade, à semelhança das outras cerimónias que rodeavam o momento da partida da alma do mundo terreno, este momento devia estar marcado por rituais específicos, conhecidos por tradição, pelo que apenas as excepções apareceriam referenciadas.

Muito provavelmente o cortejo que acompanhava o defunto entre a residência e a igreja, ou entre esta e a sepultura, consoante o local escolhido para inumar o corpo,

compreendia além dos familiares mais chegados, os vizinhos e outros membros da comunidade urbana ou rural, de que o testador fazia parte e que, quase que obrigatóriamente tomavam parte nesse desfile. A inovação não era trazida pela presença destes, mas sim pela comparência de outras entidades, que os testadores se preocupavam, por vezes, em definir como prioritárias. Eram elas, sobretudo, os frades regulares e seculares, os pobres e os membros de algumas confrarias.

Eram estes que, não sendo obrigados pelos laços de sangue a comparecerem no acompanhamento do morto, surgiam como os elementos que, mais frequentemente, o testador mencionava como desejando que estivessem presentes nos seus ofícios fúnebres, doando-lhes em troca dinheiro ou bens. De certa maneira, esta presença, muitas vezes numericamente importante, de eclesiásticos poderia representar um esforço de colmatar as fissuras duma estrutura tradicional, que o desenvolvimento urbano e a quebra dos laços familiares teriam vindo acelerar, concretizando-se na diminuição do número de familiares e conhecidos que acompanhavam o corpo à sua última morada(34) .

A partir do anexo nº13 torna-se visivel a existência de diferentes comportamentos de acordo com as categorias sócio-profissionais dos testadores em causa. Embora os

---

(34) J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delà, p. 128.

números apresentados não sejam exclusivos, algumas variações parecem merecer particular atenção. Primeiro que tudo, torna-se curioso o facto de apenas o grupo mercantil pedir a presença de confrades no seu cortejo(35) , enquanto tanto os frades como os clérigos seculares parecem ser pedidos, especialmente, por membros do clero, da nobreza, do funcionalismo e do comércio, no fundo, pelos grupos que usufruíam de maior disponibilidade económica. Algo semelhante ocorre com os pobres, cuja presença é mencionada por estes grupos, embora com uma menor representatividade do que ocorre com os eclesiásticos. Aliás, é também do clero que parecem partir o maior número de pedidos para a presença das cruzes das igrejas de cada vila no seu cortejo, seguido do dos mercadores.

A evolução no tempo destes pedidos parece, prioritariamente, acompanhar a distribuição da própria documentação, concentrando-se a maioria das menções no século XIV, em detrimento da centúria de Quatrocentos (cf. quadro nº 19).

Por outro lado, se os maiores valores atingidos pelos eclesiásticos datam da primeira metade de Trezentos,a

---

(35) Esta menção não recobre as existentes sobre a obrigatoriedade da presença dos confrades aos serviços funebres. No entanto, quando não era expressamente referida a sua comparência no cortejo, não a considerámos, pois a assistência ao serviço funebre podia não representar, obrigatoriamente, a comparência no cortejo.

verdade é que estes foram os elementos que menos decaíram na preferência dos testadores, ao contrário do que ocorreu com os pobres ou com as confrarias. Neste contexto, poder-se-á afirmar que os clérigos se mantiveram como o grupo a que os testadores mais recorreram para estarem presentes nos seus cortejos, clérigos esses que não se limitavam a uma igreja ou mosteiro, mas que se espalhavam por múltiplas instituições religiosas a que os doadores se referiam e às quais fizeram doação de pequenos legados.

QUADRO Nº19 - Distribuição dos pedidos no tempo

PERÍODOS	CONF.	FRADES	CLÉRIGOS	POBRES	CRUZES
1300-49	1	11	16	2	9
1350-99	0	7	4	2	4
1400-49	0	3	0	1	0
1450-99	0	2	2	1	0

Alguns destes cortejos transformavam-se, assim, e à semelhança do que afirma J. Chiffoleau, em verdadeiras procissões, das quais os defuntos definiam não só a composição como a ordem dos intervenientes(36) . Aí se juntavam os clérigos aos pobres, aos confrades, aos

---

(36) J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au- delá, p. 137.

servidores e parentes do defunto(37) , aos cirios e sinos que ritmavam o avanço do cortejo(38) .

Alguns explanavam com mais pormenor a própria constituição deste, definindo o que pretendiam que os acompanhasse. Constança Esteves, viúva de Afonso Eanes, almoxarife de Coimbra, no seu testamento de 1397, referia que desejava a presença de todas as confrarias de Coimbra, dos frades de Santa Cruz, de S. Domingos e de S. Francisco desta vila e dos clérigos da Sé. Além disso, pretendia que lhe fosse levada uma oferenda adiante de seu corpo, até ao momento da sua sepultura, para após a sua inumação ser distribuída entre a Sé e a igreja de S. Tiago de Coimbra. Do mesmo modo, doou a sua roupa a esta mesma igreja, para ser dada aos pobres que morressem, para os vestirem, devendo a arca fechada ser levada no cortejo, juntamente com a oferenda(39) .

Também, Catarina Lourenço, em 1361, pedia que os frades de S. Domingos, de S. Francisco e da Trindade de Santarém se juntassem para a acompanhar no seu cortejo, com os clérigos de S. Nicolau, de S. Salvador e de Marvila , com os confrades de S. Silvestre e com as donas de S. Domingos

---

(37) Michel Vovelle, La mort en Occident de 1300 à nos Jours, p. 153.

(38) Michel Vovelle, Piété baroque et dechristianisation,Paris, Ed. du Seuil, 1978, p. 87 e J. Chiffoleau, La comptabilité de l'au-delá, p. 138.

(39) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1397.

que deviam ser encarregues de lhe vestirem o hábito de S. Domingos e de a acompanharem(40) .

Já Fernando Esteves, cidadão de Lisboa, requeria em 1340, que aos frades e clérigos de Coimbra se juntassem os enfermos, embora não definisse quais eram os contemplados neste pedido(41) .

O acompanhamento sonoro dos tanger dos sinos era algo também muito requerido pelos testadores. Com efeito, o seu toque anunciava à comunidade a partida do defunto, não deixando ninguém incólume a essa passagem. A sua função era, sobretudo, difusora e conduzia a um alargamento da participação individual(42) .

O cortejo assumia-se, assim, como uma das manifestações mais concretas do individualismo nascente nestes séculos finais da Idade Média. Se a participação eclesiástica funcionava como um reforço do carácter propiciatório, da qual a procura duma presença numérica importante não estava ausente, a verdade é que o seu objectivo principal cumpria-se na publicitação da morte individual, na difusão da notícia da partida do defunto, na encenação, que se pretendia impressionante e reveladora da importância deste

---

(40) A.N:T.T., S. Domingos de Santarém, m 5, nº 25.

(41) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 29, nº 1205.

(42) A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, m 13, nº 962-3; S. Martinho de Marvila, m 1, nº 8; S. Domingos de Santarém, m 8, nº 10.

membro que agora procurava a sua morada espiritual. Talvez que este crescimento dum sentimento individualista, fosse fruto dessa crescente solidão de que J. Chiffoleau nos fala, mas, mais do que isso, o que ele exprime é uma mudança, que lentamente se vai operando nas consciências individuais, da concepção do próprio Homem e das suas ligações com o que o rodeia. Se a presença eclesiástica, remete para um acentuar do carácter intermediário desta, a verdade é que, em paralelo, a ligação crente-divindade é, cada vez mais, um laço personalizado e a morte um acto, uma passagem que cada individuo enfrentava sózinho, no interior da sua personalidade.

2 - A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO: AS CERIMONIAS POSTERIORES A MORTE

2.1. - A duração da recordação: do aniversário anual à capela

Após a inumação do corpo seguia-se um período durante o qual a recordação do morto se mantinha ainda forte, entre os seus parentes mais chegados. Era um intervalo de tempo, no decurso do qual a recordação do defunto se fazia ainda sentir dum modo latente, como que se a partida

não tivesse ainda sido de todo consumada(43) . Era ao longo destes meses posteriores à morte, que as intercessões se sucediam mais amiúde, até ao cumprimento do ano. Este marcava, então, a entrada definitiva do defunto no mundo dos mortos e a reintegração dos vivos no mundo terreno(44) . Daí que a passagem anual fosse, muitas vezes, marcada pela repetição das cerimónias que tinham caracterizado o próprio dia de sepultura, como adiante iremos ver.

Contudo, até à celebração anual muitos outros momentos eram marcados por cerimónias de intercessão e de sufrágio, ritmando o devir do tempo. Entre eles destacava-se o mês, que normalmente era escolhido pelos testadores, a par do ano para concretizar a lembrança de quem partia. Nesta data, celebravam-se missas, doavam-se géeneros aos pobres ou às igrejas, relizavam-se saimentos sobre a sepultura. Intercedendo pela alma, marcava-se, ao mesmo tempo, o espaço

---

(43) M. Vovelle, La mort et l'occident, pp. 50-53, onde é referida a permanência do antigo esquema horizontal de coexistência dos mortos e dos vivos, pela manutenção da noção de que os defuntos permaneciam presos a terra, por um certo período de tempo, após a sua morte.

(44) Arnold Van Gennep salienta a importância do período de luto, durante o qual os parentes do defunto constituem uma sociedade especial, separada da comunidade dos vivos.Los ritos del paso, Madrid, Taurus Ed., 1986,pp. 159-160. Ver também , Manuel Silvio Conde, Uma estratégia de passagem para o aem. O testamento de Beatriz Fernandes Calça Perra (Tomar, 1462), separata das Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna, realizadas na Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1986, p. 935, nota 41, onde o autor transcreve um interessante excerto de Marcel Mauss, sobre a importância da repetição do serviço fúnebre.

físico ocupado pelo corpo, homenageando-o através das cerimónias que caracterizavam o saimento(45) (cf. gráfico nº47).

Cerimónias pedidas para a celebração do mês

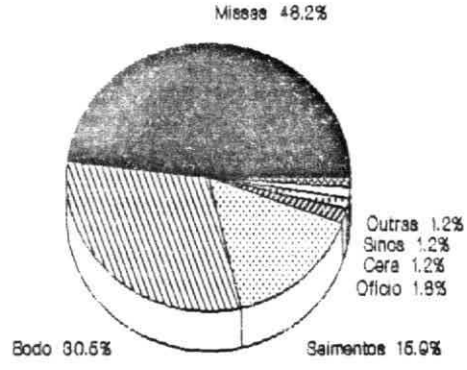


Gráfico 47

Todos os grupos sociais procuraram, em maior ou menor número, a celebração do mês, embora, à semelhança do que ocorre com as outras datas, tenham partido dos nobres, dos clérigos e dos funcionários, o maior número de pedidos (cf. gráfico nº48).

---

(45) A.H. de Oliveira Marques, A sociedade medieval portuguesa, p. 217, onde o autor escreve:"" Os saimentos ou procissões funebres consistiam em cortejos mais ou menos longos em torno das igrejas, onde tomavam parte clérigos e também populares, por sufrágio dos falecidos.(...)Os sacerdotes empunhavam a cruz e aspergiam de água benta os adros e os cemitérios"

Distribuição das cerimónias de mês
pelas categorias sócio-profissionais

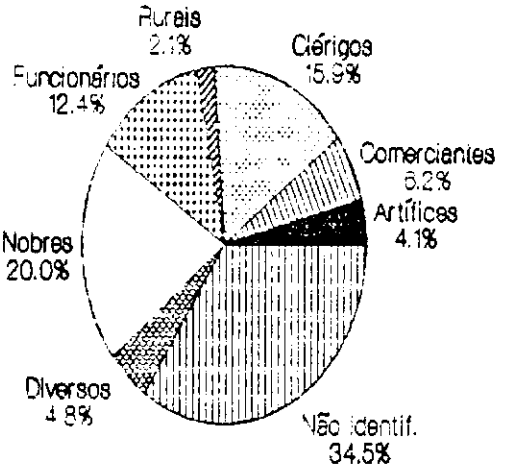


Gráfico 48

Mas antes do mês outras datas podiam ser celebradas, nomeadamente a semana. Na verdade, esta foi mencionada por alguns testadores que procuraram marcar, assim, de forma indelével, a passagem dos oito dias. É o caso, por exemplo, de Leonor Pires, viúva de João Eanes, mercador, que além do dia da morte e do mês, deixou os seus testamenteiros encarregues de obviarem à celebração dos oito dias, através duma missa e da doação aos pobres de seis alqueires de trigo, seis almudes de vinho e pescado que fosse suficiente. Estas cerimónias repetiam-se ao mês e ao ano, com as mesmas quantidades(46) . Também Lopo Esteves, pedreiro e morador em Santarém, se preocupou em definir a celebração dos seus oito dias, definindo a obrigatoriedade de se dar aos pobres dois cestos de pão, um almude de vinho e duas peixotas(47) .

---

(46) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 11, nº 8.

(47) A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 4, nº 46.

Para Domingas Pires, viúva do mercador Estevão Domingues, a sua preocupação centrou-se na celebração de missas nos oito dias que se seguiam à sua morte, não referindo nada sobre a dádiva de bodos ou pitanças às igrejas(48) .

Mas também o trimestre(49) ou o decurso dos doze meses posteriores à morte(50) podiam ser momentos próprios para lembrar o defunto que tinha partido e para interceder pela sua alma.

Mas era realmente ao ano que a relação entre o morto e os vivos se rompia ou se mantinha para sempre, consoante a posse do testador. Na verdade, as cerimónias anuais podiam marcar o final das celebrações pela alma, deixando que a partir daí apenas o critério dos seus descendentes ou a lembrança dos conhecidos actuasse, ou podia iniciar um período, que se pretendia eterno, de comemoração cíclica e de lembrança sempre perene. Regra geral, o ano era acompanhado pelo rezar de missas, nomeadamente de missas oficiadas, pela distribuição de géneros e pela execução de saimentos, tal como ao mês(cf. gráfico nº 49). Em alguns

---

(48) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 4, nº 24. Outra viúva de mercador, Leonor Pires, também se referiu a esta data, mencionando a celebração de missas e a outorga de doze cestos de pão, de seis almudes de vinho e doze cobradas de peixe-A.N.T.T., Trindade de Santarém, m 5, nº 5.

(49) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 2, nº8.

(50) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc., m 6, nº 295.

Cerimónias pedidas para a celebração do ano

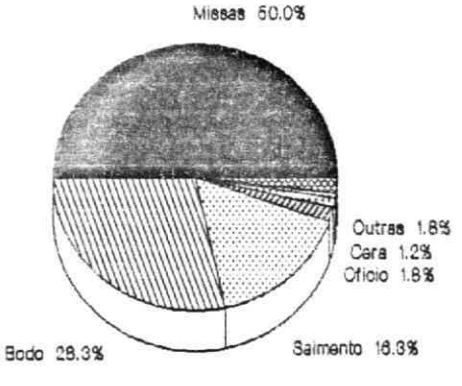


Gráfico 49

casos, repetia-se integralmente as cerimónias do dia, recorrendo-se ao toque dos sinos e ao arder dos círios, como ocorreu com Branca Eanes, viúva de um cavaleiro, que além de missas definiu a dádiva de trigo, vinho e dois carneiros nesse dia(51) ou com Leonor Pires que às missas e saimentos, conjugou a doação de trigo, vinho e peixe na sua sepultura(52) .

Estes dois documentos se por um lado, nos elucidam sobre a repetição das cerimónias entre o dia da morte e o ano, reenviando para a noção que, de certo modo, ao celebrar o ano se repetia, pela última vez, o ciclo da passagem, por

---

(51) A.N.T.T., S. Martinho de Marvila, m 1, nº 8.

(52) A.N.T.T., S. Domingos de Santarém, m 11, nº 8.

outro, elucidam-nos sobre algumas variações curiosas. A primeira tem a ver com o frequente aumento das quantidades de géneros ofertados ao dia e ao ano. Na verdade, alguns testadores que se preocuparam em definir a outorga de diferentes géneros alimentícios aquando da celebração de missas por sua alma, aumentaram essas dádivas quando feitas ao ano, o que não deixa de evidenciar uma importância clara desta data. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o primeiro documento atrás citado, pois para o dia Branca Eanes tinha apenas legado duas "costas" de trigo e dois odres de vinho(53) . Já o segundo, indicia-nos sobre uma prática, da qual os testamentos raramente fazem eco, que é o uso do lugar de sepultura para concretizar certas celebrações.

Na verdade, à excepção do obradar que, geralmente, se realizava no local de inumação, todas as outras cerimónias parecem cada vez mais, encontrar o seu lugar próprio de concretização na igreja, congregando, assim, os gestos que acompanhavam as lembranças cíclicas do defunto.

O obradar do defunto encontrava, também, em geral, o seu fim aquando da celebração do ano. Realizado sempre por uma mulher, servidora ou familiar, a obrada consistia na dádiva de certa quantidade de géneros depositados na sepultura e que seriam, provavelmente, distribuídos pelos pobres ou por quem aí se encontrasse. Em alguns casos, contudo,

---

(53) Cf. nota 51.

mesmo esta celebração tendia já a ser feita no interior da igreja, pelo que a obrada ao invés de ser depositada no espaço de inumação, como sobrevivência de antigos ritos, era doada à porta da igreja. A sua duração raramente ultrapassava o ano, como dissemos, podendo repetir-se todas as semanas ou meses até esta data(54) .

Mas o final do ano podia marcar, como acima referimos, o início das cerimónias, que se pretendiam eternas, pela alma do defunto. Estas cerimónias podiam assumir duas versões: o aniversário ou a capela.

O primeiro consistia na celebração cíclica duma ou mais missas, rezadas uma vez por ano, ou em dias de antemão marcados pelo testador e frequentemente acompanhadas por saimentos ou pela distribuição de géneros . Sustentados, em geral, por um bem de raiz outorgado ou por uma renda, o aniversário surge-nos como uma prática relativamente difundida pelos estratos sociais aqui representados. Estes aniversários, à semelhança do que ocorre com as outras celebrações, não obedeciam apenas ao critério da quantidade,

---

(54) Cerca de cinquenta documentos referem a exigência, por parte dos testadores, desta cerimónia, que se parece ter estendido, prioritàriamente, ao longo dum ano, embora outros períodos fossem escolhidos como um mês,dois, quatro, seis oito ou mesmo para sempre. Cf. , a título de exemplo, A.N.T.T., S. Cristovão de Coimbra, m 10, nº 13; Trindade de Santarém, m 6, nº 10;Santa Clara de Coimbra, m 20, nº 65;S. Domingos de Santarém, m 8, nº 23; Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, m 26, nº 3; Ibidem, m 26, nº 18 e S. Miguel de Torres Vedras, m 5, nº 97.

mas também ao da dispersão por instituições. Na verdade, parece ter sido frequente certos testadores recorrerem à celebração de aniversários em diversas instituições religiosas, diversificando, assim, os seus intercessores(55) . Noutros casos, preocupavam-se em especificar, com pormenor, as orações que desejavam ver recitadas aquando do saimento, nomeadamente no caso de clérigos cujo conhecimento lhes permitia essa escolha(56) .

Já a capela, parece ter sido apanágio, sobretudo, dos estratos nobres. A noção de capela deve, contudo, e antes do mais, ser especificada.

À definição de capela como local de inumação já atrás referida conjuga-se, agora, um outro sentido para esta palavra, que se prende, directamente, com a celebração frequente, senão mesmo diária, de missas, pelo testador que a tinha instituído(57) .Em geral, a formação de uma capela implicava o legado de um conjunto variado e numeroso de bens, que, em virtude das leis régias era entregue a um familiar, quase sempre, o mais próximo ao defunto, que se

---

(55) A.N.T.T., S. Tiago de Coimbra, m 3, doc. de 1397.

(56) A.N:T.T., S. Salvador de Coimbra, m 8, doc. de 1353 e m 8, doc. de 1368; S. Pedro de Coimbra, m 4, doc. de 1368.

(57) Angela Beirante, "Para a história da morte em Portugal", p. 366-367.

encarregava pela administração do património anexado a esta fundação(58) .

Estes bens destinavam-se, assim, a sustentar um ou mais capelães que rezassem quotidianamente pelo instituidor, celebrando missa e recitando orações propiciatórias. Nobres como Martim Afonso de Melo(59) ou Soeiro Mendes(60) , clérigos(61) , mercadores(62) , retratam o perfil prevalecente dos fundadores de capelas. E se alguns se limitaram a definir os bens legados para esses fins, referindo o seu desejo de possuirem um ou mais capelães que cantassem por eles, já outros referiam, com pormenor, as cerimónias a celebrar.

É o que ocorre, por exemplo, com João de Sousa, cavaleiro da casa do rei, que em 1488, definia que na sua capela, feita por si e por sua mulher já defunta, se deveria celebrar uma missa diária, devendo ser missa própria às festas de Cristo e de Maria, dos apóstolos, de S. Cristovão,

---

(58) Muitas vezes optava-se pela nomeação dos filhos como ocorre com Martim Afonso de Melo, A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 3, nº 21 ou pelo cônjuge, A.N.T.T., S. João da Almedina, m 2, nº 38.

(59) A.N.T.T., Santa Clara de Coimbra, m 3, nº 21.

(60) A.N.T.T., Santa Cruz de Coimbra, 1º 4, fl. 111v-112v.

(61) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc.,m 24, nº 1004, e m 25, nº 1038; S. Domingos de Santarém, m 6, nº 21; S. Tiago de Coimbra, m 17,doc. de 1319, entre outros.

(62) A.N.T.T., Sé de Coimbra, 2ª inc.,m 29, nº 1205, entre outros casos.

de S. Sebastião, de S. Lourenço, de S. Francisco e de Santo António. Perto do Dia de pão por Deus, ou dia de Todos os Santos, os padres deveriam celebrar durante três dias, missa de finados com horas cantadas e ladainha. Durante os restantes dias,pelo menos duas ou três missas deveriam ser de Requiem e seguidas de saimento com responso e água benta sobre a cova de sua mulher, pais e dele próprio(63) .

E se o grau de especificação das cerimónias a efectuar poderia depender da própria personalidade do testador em causa, a verdade é que estas capelas não deixavam, também, de serem veículos difusores duma individualidade, que se pretendia marcar, e evidenciadores duma preocupação, sempre presente, de que a lembrança de quem partia se não perdesse de entre os vivos.

2.2. - A celebração das cerimónias de sufrágio

O estudo das atitudes perante a morte constitui, tal como temos vindo a salientar, um momento privilegiado na apreensão de alguns traços caracterizadores da devoção religiosa medieval. Desde a definição do local de inumação à explanação da quase infinita variedade de cerimónias

---

(63) A.N.T.T., Santa Clara de Santarém, m 5, nº 183.

requeridas no sufrágio por alma, o que se destaca é uma estrutura devocional própria. Estrutura essa que parece ter sido marcada pelo desejo de proximidade em relação à entidade divina, fosse através da contiguidade física, como ocorre com a sepultura, fosse pela repetição cerimonial e cíclica da missa, buscando a salvação individual.

Contudo, outros elementos são passíveis de contribuir para a definição desta prática, como é o caso dos dias escolhidos para a celebração dos sufrágios. Com efeito, é frequente, tanto no testamento como na doação, encontrarem-se referências explícitas aos dias preferidos pelos testadores para a celebração das cerimónias requeridas.

Numa primeira abordagem, a variedade das menções não nos pareceu apenas numerosa como também diversificada, abarcando diferentes tipos de menções, que cabia organizar numa tipologia, mesmo que rudimentar.

Neste contexto, estabelecemos cinco tipos, a partir dos quais procurámos abarcar a totalidade dos dados. Foram eles:

- dias numéricos
- dias de festas da Virgem
- dias de festas anuais
- dias de festas de Santos
- dia da sepultura.

Entre estes conjuntos , algumas diferenças básicas os separam.

O primeiro abarcou, sobretudo, as referências a dias especificados pelo testador, não de acordo com qualquer festa religiosa, mas, talvez, respondendo a alguma razão de cerácter pessoal. O número de variantes é relativamente elevado, pelo que a explicação para a sua escolha parece não se poder buscar apenas no laço devocional.

Aliás, o que se salienta da análise do quadro nº 20 é, mais uma vez, o predomínio conferido à repetição cíclica duma cerimónia, através dos valores apresentados para o dia

QUADRO Nº 20 - Dias numéricos referenciados

DIAS	Nº REFERÊNCIAS
Dia 1 do mês	23
Domingos do ano	1
9 Janeiro	1
21 Abril	1
5 Julho	1
9 Outubro	1
5 Dezembro	1
Oito dias de Janeiro	1
1 Julho	1
8 Maio	1
Cada sábado	3
Abril	2
6 Maio	1
4 Fevereiro	2
4 Outubro	1
22 Maio	1
Segundas feiras do ano	1
Dia 2 do mês	1
10 Agosto	2
3 Janeiro	1
7 Janeiro	1
28 Novembro	1
15 Fevereiro	1

um de cada mês ou para cada sábado.

Por outro lado, esta escolha parece provir, maioritariamente, de elementos masculinos, cerca de vinte documentos, seguidos das mulheres, com doze menções e do casal com apenas dez, sendo o século XIV, aquele que reúne a esmagadora maioria de referências: trinta e três, em contraste com a centúria de Quatrocentos com apenas nove.

Já a análise dos dias de festas da Virgem permite algumas ilações díspares.

Constitui já um lugar comum afirmar a difusão do culto de Maria ao longo dos últimos séculos medievais(64) . Difusão essa a que o território português não permaneceu incólume, como é atestado pelo elevado número de templos que lhe foram dedicados(65) , pela multiplicação dos livros de milagres a ela atribuidos(66) ou pela sua crescente

---

(64) Francis Rapp, L'Église et la vie religieuse en Occident a la fin du Moyen Age, Paris, PUF, 1971, pp. 149-152.

(65) Uma ideia do número de igrejas dedicadas ao orago da Virgem pode-se obter a partir da lista publicada por Fortunato de Almmeida, "Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320-1321...", História da Igreja em Portugal, ed. por Damião Peres, vol. IV, Porto, Portucalense, 1971, pp. 90-144.

(66) Exemplo destes livros de milagres é o de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarãaes analisado por José Mattoso, "Saúde corporal e saúde mental na Idade Média portuguesa", Revista Alter/Ego, 3, 1987, pp. 5-26.

definição como intercessora privilegiada entre os homens e Deus(67) .

As celebrações mencionadas pelos testadores recobrem as seis festas de Maria, espalhadas ao longo do ano, de Fevereiro a Dezembro. São elas: Santa Maria de Fevereiro que celebra a Purificação(68) , Santa Maria de Março ou a Anunciação(69) , Santa Maria de Agosto ou a Assunção(70) , Santa Maria de Setembro ou o Nascimento da Virgem(71) , Santa Maria de Outubro ou a Maternidade e Santa Maria de Dezembro ou festa da Conceição.

Curiosamente, a evolução da sua escolha no tempo, apresenta caracteristicas próprias, que outros tipos não partilham, como é o caso dos dias numéricos,. Assim, se o século XIV permanece como o período que abarca maior número de referências, com dezanove para a primeira metade e catorze para a segunda, já o século XV parece manter níveis elevados para os primeiros cinco decénios com quinze referências e seis para os cinco últimos.

---

(67) Cf. ponto 2.2. do Capitulo II.

(68) Missal de Mateus, introdução, leitura e notas de Joaquim O. Braganaça, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, pp. 109-111, onde se encontra o texto religioso correspondente a esta festa, embora não seja mencionado o dia exacto.

(69) Ibidem, pp. 126-128, sendo a festa celebrada a 25 de Março.

(70) Ibidem, pp. 483-435.

(71) Ibidem, pp. 500-501.

Esta divisão, embora não deixe de secundarizar a centúria de Quatrocentos em relação à de Trezentos, aponta para uma certa estabilidade até 1450, o que atesta claramente a difusão deste culto.

Por outro lado, é também de assinalar o maior número de mulheres que aparecem como tendo escolhido as festas da Virgem para a celebração dos seus sufrágios: cerca de vinte e quatro, enquanto os homens surgem apenas vinte e uma vezes e o casal nove.

Em ligação com este predomínio feminino está, talvez, o elevado número de indivíduos de categoria sócio-profissional não identificada que compõe este conjunto, onde apenas os clérigos se destacam, seguidos pelos nobres e pelos funcionários (cf. gráfico nº 50).

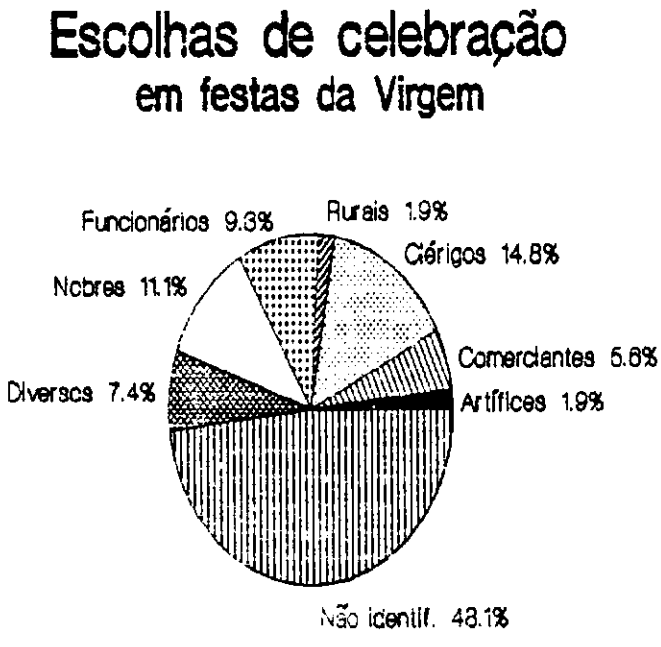


Gráfico 50

De entre as seis festas mencionadas, a mais reque-

rida foi a de Santa Maria de Agosto, que parece, assim, ter sido a celebração mariana de maior difusão (cf. gráfico nº 51).

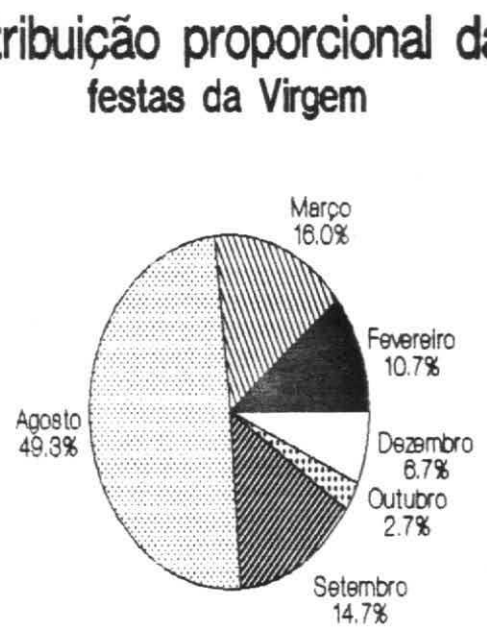


Gráfico 51

A par das festas dedicadas à Virgem, surgem as celebrações anuais que ritmavam o devir do ano religioso, ligadas, nomeadamente, a Cristo. Destas, dois ciclos se parecem destacar: o do Natal e o da Quaresma.

Na verdade, a atracção exercida pela Paixão parece não ter cessado de crescer ao longo deste período(72), sendo relativamente elevado o número de testadores que

---

(72) Francis Rapp, L'Église et la vie religieuse en Occident a la fin du Moyen Age, pp. 146-149.

requereram este tempo para a celebração das suas missas por alma.

A explicação para esta expansão poder-se-á buscar não apenas na compaixão exercida pelo sofrimento de Cristo, mas também na esperança que o seu fim encerrava, com a festa da Páscoa da Ressureição.

Já o Natal, pelo contrário, representava, sobretudo, a crença na vinda de Cristo à Terra, feito homem, nascido pobre. Era um período de maior alegria, com o qual alguns testadores se pareciam sentir mais identificados.

Também aqui as mulheres surgem em número mais elevado - vinte e nove - do que os homens - dezassete - e o casal - doze -, distribuindo o seu pedido, maioritariamente, pela segunda metade do século XIV - vinte e oito -, embora os primeiros cinquenta anos do século XV não deixem de apresentar valores significativos, com doze referências.

Após a Virgem e Cristo, surgem as menções às festas específicas de Santos.

A variedade atinge aqui níveis desconhecidos nos restantes conjuntos (cf. anexo nº 14). Uma panóplia numerosa e diversificada de intercessores é contemplada.

A maioria das referências aponta no sentido dum predomínio dos apóstolos e mártires dos primeiros séculos como Santo André, S. Pedro, S. Tomé, S. Tiago, S. Lucas, S. Mamede, Santo Estevão ou S. Lourenço.

Santos peninsulares apenas Santo Ildefonso(73) e S. Frutuoso(74) , estando praticamente ausentes santos mais recentes, parecendo o favoritismo dos testadores inclinar-se para os intercessores tradicionais.

Entre os mais referenciados surgem S. João Baptista e S. Miguel, arcanjo, celebrado em Setembro, enquanto de entre as santas mencionadas se realça o predomínio conferido a Santa Maria Madalena.

Neste contexto, o espectro de devoções que se obtêm concede um lugar de destaque aos intercessores tradicionais, em detrimento dos peninsulares ou dos medievais, difcultando mesmo o estabelecimento de relações causais entre a difusão de doenças, como a peste, e a escolha destas datas.

Todo o século XIV e mesmo o XV são marcados por esta variedade, embora o período que medea entre 1350 e 1400 permaneça como o que apresenta maior variedade de menções, facto que talvez se possa relacionar com a acuidade das atribulações ocorridas neste interim, ocasionando um redobrar da devoção, em paralelo com uma diversificação dos intercessores (cf. gráfico nº 52).

---

(73) Identificámos este Santo Ildefonso como sendo o bispo de Toledo que viveu no século VII.Jorge Campos Tavares, Dicionário de Santos, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1990, p.76.

(74) Ibidem,p. 61.

O último grupo que considerámos compreendeu uma referência específica: a obrigatoriedade de celebração no dia da sepultura.

Distribuição no tempo dos pedidos das festas de Santos

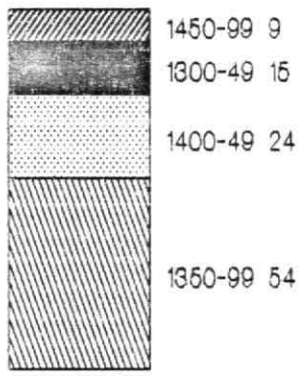


Gráfico 52

Ao contrário do que ocorria com os dias de festas religiosas, a opção por esta data decresceu ao longo dos dois séculos, apresentando o valor mais elevado na primeira metade de Trezentos - quarenta e um- , para diminuir até aos últimos decénios de Quatrocentos com apenas duas referências.

Esta tendência indica que a escolha deste dia foi cedendo lugar a outras datas que pela sua importância religiosa, foram sendo preferidas pelos testadores. Na verdade, o que parece ocorrer é que ao invés de se procurar relacionar o sufrágio com uma data de significado pessoal, o que se tentava era ligar a celebração a um santo ou a uma

festa cíclica, agindo esta opção como mais um elemento de intercessão, a par da cerimónia que era celebrada.

Do mesmo modo, parece ter sido o grupo masculino aquele que manteve durante mais tempo esta prática, com quarenta e três referências, enquanto tanto as mulheres, com vinte e sete menções, como o casal, com oito, surgem mais afastados desta escolha.

De entre os primeiros salientam-se, no que respeita à categoria sócio-profissional, os clérigos, com trinta referências, enquanto as restantes funções apresentam valores claramente inferiores, se exceptuarmos os testadores cujo estatuto não foi identificado e que somam um total, também, de trinta menções.

Uma nova estrutura devocional parece, pois, desenhar-se lentamente neste final da Idade Média. Estrutura essa onde a multiplicação dos intercessores aparece como uma característica basilar, a par da difusão do culto da Virgem e de Cristo, nomeadamente na sua vertente de sofrimento. Na verdade, a concepção de Cristo que tende a prevalecer neste período é a que aproxima o Homem do seu Deus, secundarizando a visão do Deus juiz implacável, ou, pelo menos, dividindo estas duas facetas entre as duas figuras da Trindade.

Assim, se por um lado, o temor de Deus, o receio da morte e do Juízo Final não cessou de aumentar, ao longo destes séculos, por outro, desenvolveu-se, em paralelo, uma

crescente proximidade do crente em relação à figura humana de Cristo e à de sua mãe, ligação essa que não será estranha ao próprio crescimento do individualismo, que marcou, de forma crucial, a centúria de Quatrocentos.

C O N C L U S Ã O

CONCLUSÃO

Chegados ao termo deste trabalho, muitas questões se perfilam ainda no horizonte, muitas dúvidas se mantêm, embora a análise proposta permita, desde já, a enunciação de algumas conclusões sobre a vivência da morte nos séculos XIV e XV, no espaço geográfico considerado.

O caminho percorrido conduziu-nos através dos registos testamentários e de doação oriundos dos cartórios eclesiásticos de três núcleos urbanos medievais. Núcleos esses de diferente importância económica e de composição social díspar, onde os comportamentos sociais e mentais apresentaram, por vezes, diferenças assinaláveis e directamente dependentes da estrutura subjacente.

Analisámo-los ao longo de dois séculos que, marcados por vicissitudes económicas, militares e naturais, se caracterizaram pela mudança brusca de atitudes e pela manutenção de outras tantas tendências, que procurámos apreender e definir no que respeitava às atitudes perante a morte.

E tal como referimos desde o início, a adopção do estudo do comportamento suscitado pela passagem ao Além, revelou-se como um espaço privilegiado na análise das

mudanças mentais ocorridas nestas duas centúrias, malgrado os limites inerentes às fontes escolhidas.

Tanto o testamento como a doação apresentaram-se, neste final da Idade Média, como documentos produzidos pelos estratos privilegiados da sociedade medieval. À sua utilização era feita não apenas em função do património disponível, mas também de acordo com o sentimento religioso prevalecente. Com efeito, tanto o testamento como a doação se procuravam, por um lado, obviar à distribuição dos bens individuais pelos familiares e conhecidos, por outro, buscavam, essencialmente, regulamentar as cerimónias de sufrágio pretendidas.

O aumento do receio pelo Juízo Final e pelo julgamento das faltas, a crescente noção do Homem como um ser pecador, a omnipresença da morte concretizada nas recorrências cíclicas da peste, foram factores condicionantes da multiplicação destes sufrágios e dos intercessores terrestres que os celebravam.

Entre estes, salientaram-se os franciscanos e os dominicanos, a quem a maioria dos testadores recorreu, procurando a sua intercessão. À par destas Ordens apenas o clero regular parece ter usufruído dum estatuto semelhante. A sua proximidade física, a multiplicação do seu número nas vilas em causa, agiram como elementos determinantes na opção dos testadores, maioritariamente urbanos, que viram neste abundante clero um intercessor, também ele, privilegiado.

A estes dois grupos foram doados diversos bens, desde parcelas de terra sediadas no perímetro das vilas, a casas ou objectos de uso quotidiano.

A par dos membros da Igreja, outras instituições surgiram, ainda, contempladas pelas outorgas, desde as confrarias às obras assistenciais. E embora a tendência descrita por estes legados aponte no sentido da diminuição do seu número, os valores apresentados não deixam de evidenciar uma importância razoável destas instituições no enquadramento da passagem ao Além.

Entre os séculos anteriores e as centúrias analisadas parece, porém, traçarem-se algumas diferenças básicas. Se o número de intercessores terrestres tendeu a crescer neste último período, conferindo um papel primordial ao clero, outras formas tradicionais de sufrágio decresceram, senão mesmo desapareceram, como foi o caso dos legados a cativos, a virgens e a obras de construção.

Mas a obtenção da salvação individual compreendia, ainda, uma certa contiguidade física e eterna com a divindade e com o espaço sagrado. Proximidade essa que se concretizava através da escolha do local de inumação.

À igreja paroquial, enquanto lugar privilegiado pelos testadores, conjugou-se a igreja conventual, escolhida, sobretudo, pelos membros da nobreza, que com estas instituições mantinham laços familiares ou pessoais mais duradouros.

No entanto, e mesmo no interior do recinto sagrado a hierarquização social prevalecente em vida, parece ter-se mantido entre os diferentes estratos, que procuravam sepultura no cemitério ou no espaço interior do templo, em cova simples ou em capela própria.

Junto com o testador ou a par, procurava-se, frequentemente, que repousassem os seus parentes mais próximos, com destaque para o cônjuge e os pais, reconstituindo, deste modo, a família que o tinha acompanhado e apoiado, a linhagem a que pertencia.

E embora a presença dos parentes colaterais seja rara, não é menos verdade que cada testador surge, através do seu testamento, inserido em sucessivos círculos, desde o familiar ao vicinal, paroquial ou profissional, que tentavam, talvez, colmatar essa ausência familiar, sem deixarem de agir como elementos de apoio a cada indivíduo.

Mas o que ressalta ainda de todo o enunciado no registo testamentário ou mesmo no de doação, é a preocupação com a manutenção, entre os vivos, da lembrança do defunto. A definição das cerimónias que se seguiam à morte, desde a organização do cortejo à celebração cíclica do aniversário, é disso claro exemplo.

Se a sua multiplicação, nomeadamente no que respeita às missas encomendadas, denota uma preocupação com a quantidade, como se esta permitisse, duma forma mais eficaz, a obtenção da salvação, não é menos notório que o ideal da

perenidade não deixa de caracterizar estes séculos. Perenidade assegurada pela instituição de aniversários ou de capelas e que concretizariam, ciclicamente, a presença do defunto entre a comunidade humana.

Mas a definição cuidada das cerimónias pós-morte evidencia, ainda, um outro traço que parece marcar este período, que é a crescente necessidade de publicitação da morte, visível, sobretudo, na organização do cortejo e na escolha da sepultura.

Ao organizar e explicitar os elementos do seu cortejo e o seu percurso, cada testador estava a transformar esta cerimónia num meio de difusão da sua morte, num aviso da partida dum membro da comunidade.

Do mesmo modo, ao tentar marcar a sua sepultura com o seu nome ou com representações figurativas próprias, o que se procurava era a manutenção da sua individualidade, mesmo que limitada a um dado espaço físico.

O testador dos séculos XIV-XV, nomeadamente o oriundo dos estratos privilegiados define-se, cada vez mais, como distinto dos demais seres humanos, com direito a qualidades próprias, membro duma linhagem que se procurava enaltecer e elemento duma sociedade que abandonava na altura da morte, mas onde procurava deixar o seu testemunho indelével.

Se o Além o assustava porque o desconhecia, se a morte o aterrorizava porque o surpreendia, é pela manutenção

da sua lembrança, da sua passagem pela Cidade dos Homens, que o Homem medieval procurava colmatar a sensação de vazio e de impotência perante a morte que estas centúrias trouxeram consigo.

FAC. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO